



Luciana da Silva

**ARTEFATOS, SOCIABILIDADES E SENSIBILIDADES:
CULTURA MATERIAL EM SÃO PAULO (1580 – 1640).**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LUCIANA DA SILVA

**ARTEFATOS, SOCIABILIDADES E SENSIBILIDADES:
CULTURA MATERIAL EM SÃO PAULO (1580 – 1640).**

Orientadora: Prof. Dr. LEILA MEZAN ALGRANTI

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em História do
instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, para obtenção
do título de Mestra em História, na área de
concentração Política, Memória e Cidade.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA
PELA ALUNA LUCIANA DA SILVA E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. LEILA MEZAN
ALGRANTI.
CPG, 21/02/2013

**CAMPINAS
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Si38a	<p>Silva, Luciana da, 1984- Artefatos, sociabilidades e sensibilidades: cultura material em São Paulo (1580-1640) / Luciana da Silva. - - Campinas, SP : [s. n.], 2013.</p> <p>Orientador: Leila Mezan Algranti. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Cultura material. 2. Sociabilidade. 3. Herança e sucessão. 4. São Paulo (Estado) – Cidades e vilas, 1580-1640. I. Algranti, Leila Mezan, 1953- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Artefacts, sociabilities and sensitivities: material culture in São Paulo Village (1580-1640)

Palavras-chave em inglês:

Material culture

Sociability

Inheritance and succession

São Paulo (State) – Cities and towns

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Leila Mezan Algranti [Orientador]

Maria Aparecida Menezes Borrego

Milena Fernandes Maranhão

Data da defesa: 21-02-2013

Programa de Pós-Graduação: História

LUCIANA DA SILVA

**Artefatos, sociabilidades e sensibilidades: cultura material em São Paulo
(1580-1640).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação da Profa. Dra. Leila Mezan Algranti.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA
ALUNA LUCIANA DA SILVA, ORIENTADA PELA PROFA. DRA. LEILA MEZAN ALGRANTI E
APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA EM 21/02/2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti – orientadora



Profa. Dra. Maria Aparecida de Menezes Borrego – USP



Profa. Dra. Milena Fernandes Maranhão – Pós-Doc/IFCH



Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses – suplente

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto – suplente

CAMPINAS
2013

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente à FAPESP, que tornou viável, por meio do financiamento fornecido, a execução dessa pesquisa de mestrado.

Tenho ampla dívida de gratidão para com a orientadora deste trabalho, Leila Mezan Algranti, assim como para com cada pessoa que me auxiliou em algum momento dessa jornada: os funcionários prestativos das bibliotecas nas quais precisei consultar e tomar emprestados livros e outros materiais, os amigos íntimos que suportaram minhas reclamações e questionamentos, a banca de qualificação que me ajudou, de maneira decisiva, a organizar esta dissertação, os amigos de trabalho que me deram dicas diversas e me auxiliaram nas correções necessárias e aos meus familiares, que me incentivavam a seguir com a pesquisa de mestrado, mesmo não compreendendo muito bem o que eu fazia.

Este trabalho tem, portanto, um pouquinho de cada um desses sujeitos tão importantes na minha vida. A todos muito obrigada pelas críticas, elogios e palavras de conforto!

RESUMO: Esta pesquisa se dedica à análise da cultura material e das redes de sociabilidades em São Paulo, entre 1580 e 1640, utilizando-se como fontes principais os Inventários e Testamentos. Desejamos, por meio do estudo da vida material, vislumbrar o cotidiano dos habitantes do planalto e atingir o seio de suas relações e formas de sociabilidade instigadas pelo trânsito de objetos e bens. Refletiremos sobre tais redes sociais no nível familiar e de vizinhança, para alcançar as sensibilidades dos moradores da vila em relação aos indivíduos e às coisas.

Investigaremos as condições de vida material dos moradores da região e sua maneira de se relacionar com a cultura material, a qual os inventários nos permitem acessar. Através do estudo de certos aspectos da materialidade da vila e do domicílio conheceremos limites e possibilidades materiais da sociedade que se constituía na região.

Analisaremos as redes de relações de sociabilidades em que os indivíduos se imiscuíam, e pelas quais circulavam objetos e bens, a partir das trocas comerciais, dos empréstimos e das partilhas de bens. As trocas evidenciam a importância econômica das mercadorias, objetos e bens, apontando para diferentes níveis de riqueza e pobreza presentes na região. Os empréstimos revelam algo das relações de solidariedade e de interesse que conectavam os indivíduos de um mesmo ambiente, uma vez que faziam passar, por um período de tempo, um item de um indivíduo a outro. Já as partilhas e heranças faziam crescer ou reduzir patrimônios, desvelando dispositivos e lógicas que marcavam a dinâmica de sua constituição e reconstituição.

Através dos testamentos, por fim, é possível entrever aspectos das formas de sentir dos habitantes da região, concernentes a família, principalmente, e a materialidade do patrimônio.

Palavras-chave: 1. Cultura Material; 2. Sociabilidade; 3. Herança e sucessão; São Paulo (Estado) – Cidades e vilas, 1580 – 1640.

ABSTRACT: This research is related to the analyses of the material culture and São Paulo relationships, between 1580 and 1640, consisting in inventories and wills. We would like, through the material life study, present the daily of the people who lived in the village of São Paulo and shows which was the main way to relation done through the objects and goods. We are going to think about these social relationships on family and neighborhood, to reach the sensitivity of village's residents related to individuals and things.

We are going to investigate and understand the conditions of resident's material life in the São Paulo plateau, even so their connection behavior with material culture, which are in the inventories. Through the study of specific aspects in the village and houses, we are going to know some of the limits and material possibilities in the society that was born in the region. We are going to analysis the social networks due to goods and objects, commercial, lending and division of the property. This trading shows the economic importance of the goods and objects, confirming the different levels of richness and poverty in the place. The trading prove the community of interests that connected the people in the same environment, since they changed, for a period of time, an item to person and after to other. The legacy and divisions collaborated to increase or decrease the birthright, unveiling and logical devices that marked the dynamics of its constitution and reconstitution. Over the wills, it's possible to see the aspects of the residents feelings, related the family, and the material legacy.

KEY WORDS: 1. Material culture; 2. Sociability; 3. Inheritance and succession; 4.São Paulo (State) – Cities and towns

Lista de Quadros:

- Quadro 1:** Número de inventários por faixas de valores de montemores na vila de São Paulo no período de 1596 a 1640.....p. 57
- Quadro 2 :** Categorias patrimoniais presentes nos 130 inventários trabalhados por ordem de frequência de seu registro nas fazendas da Vila de São Paulo entre 1596 e 1640.....p. 64
- Quadro 3:** Percentual representado pelos móveis na totalidade do patrimônio em faixas de tempo (1596 – 1640).....p. 93
- Quadro 4:** Padrões de escolha referentes ao endereçamento de remanescente de terça nos testamentos produzidos na vila de São Paulo e arredores entre 1590 e 1640.....p.195

Sumário

Introdução.....	p. 17
Cap. 1: A vila de São Paulo e a casa seiscentista	p. 39
1.1) A vila: vida material e cotidiano.....	p. 39
1.2) Os patrimônios materiais.....	p. 56
1.3) A morada do colono no planalto.....	p. 80
Cap. 2: Redes sociais e circulação de objetos e bens: necessidades em trânsito	p. 109
2.1) As relações familiares vistas a partir dos Inventários e Testamentos	p. 109
2.2) Os empréstimos de artefatos e trocas comerciais no planalto paulista	p. 134
2.3) Partilhas, heranças e redes de sociabilidades	p. 148
Cap. 3: Os testamentos e a distribuição dos legados após a morte.....	p. 175
3.1) Medos e crenças diante da morte	p. 175
3.2) Artefatos, sujeitos e sensibilidades: disposições de últimas vontades.....	p. 188
3.3) A circulação das vestimentas: valores e representações	p. 207
Considerações finais	p. 225
Bibliografia.....	p. 231

Introdução

No ano de 1595, casava-se, na Vila de São Paulo, João da Costa com Inês Camacho. João era o segundo marido de Inês. É difícil saber o que cada um possuía ao se casarem, pois não há documentação que nos traga informações desse tipo. No entanto, como era comum no período, a união conjugal servia como meio de juntar bens, os que a mulher e os que o homem possuíam, e, dessa forma, dar início ao acúmulo de patrimônio, que, devido ao casamento, passava a ser familiar, e não mais individual.

Casa própria ou cedida para morar, com quintal no qual se cultivava parte dos alimentos consumidos no cotidiano e com alguma mobília, utensílios e alfaias que permitiam um mínimo de conforto no espaço doméstico, o qual também era, no mais das vezes, espaço de produção e trabalho, sem que houvesse uma diferenciação explícita (ao menos nos inventários e testamentos) desses ambientes. Algumas ferramentas ligadas ao cultivo agrícola ou a um ofício mecânico, algum gado, alguma escravaria. Essa poderia ser uma descrição genérica que se encaixaria perfeitamente na composição do patrimônio, familiar ou individual, presente em muitos inventários paulistas quinhentistas e seiscentistas.

O casamento, a família, as redes sociais em que o indivíduo estava inserido permitiam ou auxiliavam que ele incrementasse suas posses ou mesmo, em situações de extrema pobreza, garantisse sua sobrevivência e a de seus filhos através de compras de mercadorias a prazo, empréstimos ou mesmo esmolas concedidas em testamento. Objetos e bens circulavam dessa forma, passando de mãos em mãos, alimentando relações de dependência, solidariedade e interesses na sociedade que se formava no Planalto de Piratininga. Observar estes objetos e bens permite ao historiador compreender facetas importantes das redes de sociabilidades nas sociedades.

A história de João da Costa, a qual iniciamos anteriormente, é elucidativa de alguns aspectos da dinâmica de formação, dilapidação e reconstrução de patrimônios. Dinâmica essa que se encontra no cerne de nosso interesse. Vejamos um pouco da trajetória desse personagem.

Ao falecer em 1639, João da Costa possuía um patrimônio cuja somatória era de 61\$040 (sessenta e um mil e quarenta réis). Desse valor, 28\$000 (vinte e oito mil réis) eram referentes a um escravo negro africano pequeno e 10\$880 (dez mil, oitocentos e oitenta réis) eram referentes a trinta e quatro pesos, dinheiro que havia sido entregue ao padre por João, dias antes de morrer. Seus objetos somavam um valor de 22\$160 (vinte e dois mil, cento e sessenta réis).

A ele pertenciam algumas poucas coisas: duas caixas de 5 palmos, que serviam para guardar seus outros objetos, e um bofete eram os itens que mobiliavam a casa onde morava, um pequeno cômodo erguido na ermida de Santo Antonio, onde passara a viver, certo tempo após o falecimento de Inês. Seu conjunto de móveis, composto dessas três peças, fora avaliado em 3\$080 (três mil e oitenta réis). Duas tolhas de mesa pequenas, avaliadas em \$160 e \$200 (cento e sessenta e duzentos réis) ornavam o pequeno móvel no qual, possivelmente, se serviam as refeições utilizando-se dos quatro pratos e três tigelas de louça, que valiam em conjunto \$200 (duzentos réis)¹. Ao que parece, pela ausência de cadeiras no inventário, se João de fato comia sobre o bofete, certamente fazia uso de uma de suas caixas para assento. Provavelmente, tais refeições eram preparadas em um tacho pequeno de cobre, avaliado, por sua vez, em \$640 (seiscentos e quarenta réis). Estes seriam uma parcela de seus poucos utensílios de cozinha².

Em seu inventário não consta registro de peças de roupas, o que poderia indicar que as vestes teriam ido para o túmulo com João. No entanto, havia duas varas e meia de picote, pano grosseiro, áspero e cinzento, utilizado em vestes pastoris, que assim era chamado por parecer que picava a pele daquele que o vestia³. A existência do pano, avaliado em \$500 (quinhentos réis) poderia indicar a posse de matéria-prima, com a qual se intencionava a feitura de roupas novas. Além disso, apesar de não haver vestimentas, constavam três chapéus, um velho, um sem caracterização e um novo, que valiam respectivamente \$240 (duzentos e quarenta réis), \$480 (quatrocentos e oitenta réis) e \$640 (seiscentos e quarenta réis), e uma caixa com dois pares de óculos, avaliados em \$640 (seiscentos e quarenta réis), os quais deveriam ser utilizados nos momentos de leitura do ermitão, que possuía três livros, as quais valiam juntos \$640 (seiscentos e quarenta réis). Ademais, João possuía treze arrâteis de cera da terra, que era matéria prima para velas, avaliados em \$780 (setecentos e oitenta réis), bem como duas velas de cera do reino, que valiam \$160 (cento e sessenta réis).

As ferramentas desse personagem indicam que ele teria trabalhado como barbeiro: um estojo com uma tesoura, duas navalhas, uma pedra (de amolar) e um pente, que valia 1\$600 (mil

¹ Segundo apontou Leila Mezan Algranti, o fato de os bufetes passarem a substituir as mesas nos inventários paulistas poderia apontar para um aproveitamento melhor desse móvel, por exemplo para a realização das refeições. Vide: ALGRANTI, Leila Mezan. “Artes de mesa: espaços, rituais e objetos em São Paulo colonial”. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Texto fornecido pela autora.

² Inventário e Testamento de João da Costa. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 12, pp. 347 – 370.

³ Picote também era chamado de burel. Era um tecido grosso feito de lã. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1. Vol.6>, p.500.

e seiscentos réis); outro estojo, de cirurgia, com seis lancetas, uma tesoura, umas agulhas, uma pinça e um cautério, conjunto avaliado também em mil e seiscentos réis; um boticão, dois escarnadores e dois “ferros como tenazes”, avaliados em oitocentos réis; um rebolo⁴ pequeno e um banco, que juntos valiam duzentos réis; dois arráteis e meio de azougue, substância medicamentosa, usada, no período, no tratamento de volta ou “nó” nas tripas⁵, o qual fora avaliado em 3\$600 (três mil e seiscentos réis). No entanto, sua principal atividade, ao que parece, após se isolar da sociedade na ermida de Santo Antonio em busca de salvação para sua alma, era varrer a casa do santo, servindo-o dessa forma.

Este era um homem de poucos pertences, mas alguns de seus hábitos associavam-se a costumes que eram perpetrados no cotidiano das pessoas mais abonadas. Entre esses, o consumo do sal, do qual João, ao falecer, tinha um alqueire e meio proveniente do Reino e mais seis arráteis provenientes de Benguela, quantidade que somava 3\$160 (três mil, cento e sessenta réis). Esse valor era três vezes maior do que o preço de seu bofete e fazia do artigo um dos itens mais caros de seu inventário⁶. O sal, no início da colonização, era produto escasso e de oferta irregular. A falta desse determinava o consumo ocasional para o homem e para os animais, assim como seu alto preço⁷.

Sal, leitura e propriedade de livros e óculos, fazer as refeições em um móvel para o qual se tinha duas toalhas e a propriedade de um escravo africano... Tais posses e costumes, um tanto refinados se comparados aos grossos modos da população em geral, são indícios de uma origem, ou de condições de vida diferenciadas experimentadas por este personagem.

De fato João da Costa já havia vivido dias mais confortáveis. Durante parte de sua vida, esteve na ocupação de cargos de governança ou ligados diretamente a esta. Em 1600, por exemplo, foi nomeado repartidor de terras da vila e distrito de São Paulo e avaliador dos órfãos, permanecendo no cargo até 1616. Em 1603 ocupou o cargo de Juiz Ordinário da mesma vila. Em 1608 o nomearam mamposteiro dos cativos⁸. Tudo indica ter sido um homem relativamente importante da governança local, visto os cargos que ocupara.

⁴ Rebolo era a pedra redonda ou roda de pedra, armada em cavaletes de madeira, em que os barbeiros amolavam as navalhas. Vide BLUTEAU, op. cit. Vol. 7, p. 138

⁵ Vide BLUTEAU, op. cit. Vol. 1, p. 697.

⁶ Inventário e Testamento de João da Costa. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 12, pp. 347 – 370

⁷ MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000, p. 116.

⁸ Mamposteiro de cativos era a pessoa designada para arrecadar esmolas e condenações que se dão para cativos. Vide BLUTEAU, op. cit., Vol. 5, p. 227. Os cargos ocupados por João da Costa podem ser acompanhados na seguinte

João da Costa e sua esposa Inês Camacho, nos vinte e oito anos que permaneceram casados, tiveram dez filhos⁹. Quando Inês faleceu, em 1623, a filha mais nova do casal, Margarida, tinha doze anos. Desses dez herdeiros, sete eram mulheres, as quais deveriam ser dotadas, e três eram homens.

As filhas Ana da Costa, Isabel da Costa e Maria da Costa, João dotou para que pudessem casar. Para Maria de Lima, outra filha, a qual havia sido mulher de João Pedroso e já havia falecido na data do testamento do pai, não havia recebido nada, porque não a casara. O casamento teria sido arranjado por Inês e justamente por ter sido feito na ausência de João, este declarou que não sabia o que a mulher havia prometido ou dado em casamento à filha. Outra filha sua, chamada Páscoa da Rosa, casara-se por ordem de seu irmão mais velho, João da Costa o moço, também na ausência de seu pai. Por este casamento, especificamente, João chamara os familiares de traidores, visto que, devido ao tamanho do dote, o pai de família perdera mais de cento e cinquenta mil réis¹⁰. O filho dilapidara o patrimônio da família na ausência do pai, negociando um dote excessivamente grande para sua irmã, que não quis herdar, quando da morte deste, mostrando que não compensava trazer à colação a fortuna que recebera em casamento, a fim de herdar junta e igualmente com seus irmãos¹¹.

Os objetos dispostos no dote usados como ponte para trazer à família mais um membro, o marido de Páscoa da Rosa, Gaspar de Lubria, na realidade ergueram uma cerca entre o pai e o restante dos familiares, já que ele se sentiu lesado pelo alto valor dado em casamento.

Os inventários, os róis ou listas de bens e objetos pertencentes ao inventariado informam, por meio dos artefatos que compunham o patrimônio, sobre as formas de viver e os gestos do dia-a-dia. Informam também sobre as preferências e prioridades no que se refere ao acúmulo de patrimônio, bem como de que maneira este contribuía para posicionar o indivíduo na sociedade.

documentação: Atas da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 2, ano de 1603; Registro Geral da Câmara de São Paulo. Vol. 1, p. 164 – 165; Inventários e Testamentos. Vols. 1 – 5.

⁹ Inventário e Testamento de João da Costa. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 12, pp. 347 – 370. Cabe observar que no testamento de Inês Camacho foram declarados 9 filhos e no testamento de João da Costa foram declarados 10.

¹⁰ Testamento de João da Costa. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 12, p. 349.

¹¹ Trazer a colação era devolver ao montemor aquilo que havia sido doado pelo inventariado em vida, ou o valor correspondente aos itens, para que fosse dividido na partilha de maneira igual entre os herdeiros. Vide: *Ordenações Filipinas*, Quarto Livro. Título XCVII. Edição de Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro de 1870. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Consultado em 07. abr. 2012.

O consumo é algo ativo e constante no cotidiano dos indivíduos. Ele estrutura valores que dão base às identidades, regulam relações sociais e definem mapas culturais. Os bens em si são neutros, porém seus usos são sociais. Eles podem “ser usados como cercas ou como pontes”¹². Definir o consumo como “um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei”, permite pensar as decisões do consumo enquanto fonte vital para a cultura¹³. Nesta perspectiva, os bens são necessários para tornar categorias da cultura visíveis e estáveis, se admitimos que as posses materiais possuem significação social e podem ser usadas como comunicadores. Dessa forma, os bens possuem capacidade de estabelecer e manter relações sociais. Afinal, eles são sinais físicos de códigos de organização e ordenamento da realidade e das relações sociais. Eles estabelecem nas diversas situações, a leitura do jogo de direitos e obrigações, de valores e expectativas, produzindo sua visibilidade por meio da materialidade¹⁴.

O objetivo do consumidor é construir, através dos bens que escolhe, um universo inteligível. Os bens seriam, portanto, o meio utilizado pelo consumo “para tornar firme e visível um conjunto particular de julgamentos nos processos fluidos de classificar pessoas e eventos”¹⁵ e o consumo seria um meio de o indivíduo dizer algo sobre si mesmo. Além disso, esse estaria na base do gosto e da distinção, “sem o que não se poderia falar de indivíduos e de estratégias de reprodução de muitos grupos e identidades sociais no mundo moderno. Assim, além de produzir vínculos sociais, o consumo também gera formas particulares de solidariedade, confiança e sociabilidades fundamentais para a vida social”¹⁶.

Os bens de João da Costa, como pudemos observar, permitiram entrever aspectos das formas de viver e de seus gestos cotidianos, bem como sua posição na sociedade. Este é um caso em meio a muitos outros. Se ampliarmos a perspectiva, fazendo uma análise serial dos inventários, podemos inferir dados da sociedade planaltina, as formas de viver, os gestos presentes no cotidiano de diferentes pessoas que partilhavam um mesmo espaço de vivência: a Vila de São Paulo. Além disso, ao rastreamos a circulação desses objetos por meio das trocas

12 DOUGLAS, M. ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Tradução Plínio Dentzien. 1a. ed. 2a. reimpressão. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 36.

13 DOUGLAS; ISHERWOOD, op. cit., p. 102.

14 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A cultura material no estudo das sociedades antigas”. In: *Revista de História*. Nova Série. Número 115, Julho / Dezembro, 1983, pp. 103 – 117.

15 DOUGLAS; ISHERWOOD, op. cit., p. 115 e 116.

16 GOMES, L. G. “Breve introdução à edição brasileira”. IN: APPADURAI, Arjun (org). *A vida Social das Coisas. As mercadorias sobre uma perspectiva cultural*. Tradução Agatha Bacelar. Rio de Janeiro. EDUFF, 2008. p. 10.

comerciais, empréstimos e heranças, é possível vislumbrar um universo de relações de sociabilidades que se formavam no dia-a-dia.

Os inventários, como assinalou Alcântara Machado, são fontes repletas de detalhes¹⁷. No entanto, às vezes esses não se mostram tão completos quanto possível, no que se refere a retratar a fazenda do inventariado na totalidade dos objetos. Há nos inventários produzidos entre 1578 e 1640 descrições bastante detalhadas dos objetos de origem européia. Instrumentos indígenas, porém, não eram contemplados com avaliações ou registros nestes documentos. Talvez pelo fato de que mesmo sendo importantes na execução de tarefas no cotidiano, esses não eram valorizados monetariamente.

Além disso, cabe salientar que o fato do inventário ser realizado a partir das declarações do inventariante, o qual era geralmente o cônjuge, um membro da família ou vizinho próximo, mesmo sob juramento, abria a possibilidade de se ocultarem objetos, fossem esses de grande ou de pequeno valor.

Creemos, entretanto, na validade dessas fontes enquanto retrato dos patrimônios, afinal, a maior parte das coisas pertencentes aos inventariados era registrada nos róis, de maneira que, séculos depois da ocorrência do registro, é possível ao pesquisador vislumbrar os modos de vida e a materialidade do cotidiano de uma dada sociedade por meio de tais documentos.

Muitos trabalhos foram realizados com base no estudo de inventários pós-morte. A partir deles é possível observar os diferentes tratamentos dados a uma mesma documentação. Essa importante fonte histórica, apesar de utilizada por diversos autores na historiografia brasileira focando, na maioria das vezes, os objetos contidos nos róis de bens inventariados, recebe tratamentos diferentes, conforme os objetivos de cada estudo. A metodologia e o arcabouço teórico de cada pesquisador são fundamentais na lida com esta documentação, pois estes levam as diferentes perguntas cujas respostas são possíveis de serem pensadas a partir das fontes.

Valores culturais, sociais e econômicos das diversas sociedades humanas podem ser apreendidos por meio desta documentação privilegiada para tratar a cultura material. A vida cotidiana, os hábitos da sociedade no que se refere à materialidade que cerca as pessoas em seus ambientes de vivência, como os domicílios, as relações pessoais e de sociabilidade, podem ser

¹⁷ ALCANTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. Imprensa Oficial. São Paulo. 2006, p. 34.

compreendidos em sua dinâmica e nos momentos de transformação proporcionados pelo desenvolvimento econômico ou por processos de modernização.¹⁸

A cultura material possui, assim, uma profunda relação com as transformações nos costumes das sociedades. É possível afirmar que o sistema da convivência social foi transformado “pela evolução simultânea dos códigos de costumes e das sensibilidades quando por outros consumos ou pela utilização diferente das coisas os indivíduos podem se construir de outra forma e reajustar sua relação com a coletividade”¹⁹.

A inserção das pessoas nas diversas sociedades pode ser alcançada através do estudo do universo material arrolado em inventários e testamentos, pois, o trabalho e as variadas atividades econômicas, as quais são testemunhadas nesta documentação por múltiplos objetos, podem ser compreendidas como meio para se ocupar determinados espaços sociais. Gostos estéticos e permanências culturais também são temáticas passíveis de apreensão por meio do estudo dos bens registrados nos inventários²⁰.

Os artefatos, assim como seus usos possuem um papel social no interior de cada época. A materialidade presente no cotidiano se altera conforme vão se inserindo novos valores na sociedade em que esta se encontra. Tais mudanças trazem, por sua vez, transformações nos gestos, costumes e tarefas cotidianas²¹. O meio urbano e rural, as propriedades de diferentes tipos, o espaço doméstico e de produção, podem todos ter aspectos desvendados por meio do estudo de inventários pós-morte.

Os artefatos, não apenas nos expressam, eles também nos moldam e, em graus variados, nos constituem: “O artefato, desse modo, é, ao mesmo tempo, produto e vetor das relações que seus fabricantes e usuários estabelecem em sociedade e , ainda, produtor de seres sociais”²². Eles

¹⁸ ABRAHÃO, E. M. *Mobiliário e utensílios domésticos dos lares campineiros (1850 – 1900)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2008.

¹⁹ ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro. Rocco. 2000, p. 20.

²⁰ MOL, C. C. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750 – 1800)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Ciências Humanas, Letras e História. Belo Horizonte. MG. 2002.

²¹ LIMA, Tânia Andrade. “Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX”. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, Nova Série, v. 3, p. 129-191, jan./dez. 1995.

²² MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Prefácio”. IN: CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870 – 1920*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo / Fapesp. 2008, p. 12.

resultam de formas de organização do homem em sociedade e criam condições para que se produzam e se efetivem as relações sociais²³.

A cultura material é matriz e mediadora de relações. Ela denota que a matéria possui matriz cultural e que a cultura possui uma dimensão material. Tal dimensão abrangeria todo segmento físico socialmente integrado²⁴. Em outras palavras, segmento físico socialmente apropriado pelo homem, entendendo-se essa apropriação como a ação interventora e modeladora do homem em relação aos elementos do meio físico, de acordo com propósitos e normas culturais, ou seja, conforme padrões, entre os quais se encontram objetivos e projetos²⁵. Conhecer a cultura material de uma sociedade, portanto, leva o historiador pelos caminhos, às vezes velados, dos costumes, dos hábitos, das práticas, dos pensamentos de uma comunidade... Pode levar, inclusive, aos indícios das formas de sentir.

A vida material opera papel fundamental em nosso dia-a-dia. A materialidade pode ser compreendida como aquilo que organiza, significa e nos permite experimentar a vida cotidiana²⁶. De acordo com Isabel T. C. Augusto, esta potencialidade da materialidade se concretiza à medida que ela serve para definir a nós mesmos. “Essa auto-definição do indivíduo é alcançada através da vida material pelo fato dela nos servir como instrumento de poder, como um prolongamento de nós mesmos, e pela sua intermediação em nossas relações com outros indivíduos”²⁷.

Sociedades são estudadas através dos artefatos. Cabe sempre atentar para o seguinte: não basta contextualizar o artefato, deve-se compreender estes contextos em sua interdependência das práticas cotidianas²⁸. Afinal, esse contingente principal da cultura material encontra-se imbricado nas mais diversas interações sociais²⁹.

Focalizar a circulação dos objetos e bens pelas redes de sociabilidades na vila de São Paulo entre finais do século XVI e primeira metade do XVII, é um dos objetivos do presente

²³ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A cultura material no estudo das sociedades antigas”. In: Revista de História. Nova Série. Número 115, Julho / Dezembro, 1983, pp. 103 – 117.

²⁴ REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes os estudos de cultura material”. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.4 p.265-82 jan./dez. 1996.

²⁵ MENESES, U. T. 1983, op. cit., p. 112.

²⁶ CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. “Why we need things”. In: LUBAR, Steven and KINGERY, W. David. *History of things: essays of material culture*. Washington: The Smithsonian Institution, 1993. P. 20 – 29.

²⁷ AUGUSTO, I. T. C. *Entre o ter e o querer : domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. SP. 2007. p. 8.

²⁸ ABRAHÃO, op.cit.

²⁹ MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Apresentação”. In: MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba / MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, pp. 13 – 16.

estudo e possibilita-nos observar características importantes nas diversas maneiras como as pessoas se relacionavam entre si e com a cultura material, bem como as formas de intermédio que esta realizava nos circuitos sociais, configurando relações. Nisso reside o diferencial de nosso trabalho em relação à historiografia produzida sobre o tema. Com o foco nos artefatos e bens em movimento, buscamos compreender aspectos das sociabilidades fomentadas por esse trânsito e das sensibilidades nele envolvidas. Não conhecemos, até o momento, estudo histórico que tenha se dedicado a compreender as formas de sentir desta população, seja de maneira geral ou em seus traços particulares, por meio da análise da vida material.

Este trabalho, contudo, busca compreender as vivências cotidianas a partir da cultura material registrada nos róis de inventários. Mas não pretende se limitar à materialidade, visto que o universo material seria uma dimensão do fenômeno social, compartilhando de suas idéias, relações sociais e instituições³⁰. Como na análise de uma parte da trajetória de João da Costa, desejamos capturar os gestos, as idéias e as sensibilidades que se relacionam a esta cultura material e principalmente, refletir sobre as relações de sociabilidades implícitas nas formas de circulação dos objetos, como nas trocas comerciais com pagamento a prazo e nos empréstimos, mas também, nas dinâmicas de construção, reconstrução ou divisão dos patrimônios familiares.

Nossa hipótese central é de que a formação e manutenção dos patrimônios materiais na vila de São Paulo, no período inicial da colonização (final do século XVI e início XVII), dependiam da inserção e bom posicionamento do indivíduo em redes de sociabilidades, pelas quais circulavam mercadorias, objetos e bens, sendo estas redes condicionadas pela constante e intensa mobilidade. Além disso, as mercadorias, objetos e bens, enquanto instrumentos simbólicos de comunicação, quando em posse de um indivíduo, definiriam visivelmente o lugar que este ocuparia na sociedade, contribuindo para seu reconhecimento e distinção no interior da comunidade. Pensamos, também, que os artefatos podem ser compreendidos como prolongamentos da ação e influência do indivíduo, permitindo a circulação desses elementos e sua infiltração em meios sociais diversos, mesmo em sua ausência. Isto se torna evidente quando pensamos no ato de legar, através do qual o testador, mesmo após sua morte, de certa forma mantém controle e influência sobre situações diversas.

³⁰ REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. In: **Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material**. São Paulo. Nova Série, V.4, p 265-82, jan/dez, 1996.

Assim, nos debruçaremos sobre o período de 1580 a 1640, época em que se intensificaram as viagens ao sertão em busca de indígenas³¹. Eles passariam a integrar os patrimônios, sendo aproveitados tanto como mão-de-obra nas diferentes atividades produtivas e cotidianas, bem como no exercício da função de carregadores. Nesse caso, atuavam no transporte de pessoas e cargas diversificadas nos caminhos que ligavam a vila ao litoral e outras paragens, contribuindo dessa maneira, para tornar menos difícil o acesso a artefatos variados e de diferentes proveniências. Os índios de carga, bem como aqueles que trabalhavam nas lavouras e nos diversos ofícios contribuíram para o desenvolvimento e ampliação das atividades econômicas no Planalto paulista, e conseqüentemente para o crescimento dos patrimônios familiares e individuais. Nosso recorte cronológico, portanto, se vincula à intensificação das atividades sertanistas, pelo fato dessa contribuir para o aumento da presença desse elemento fundamental para o enriquecimento dos moradores de Piratininga, o escravo indígena, mas não só. Paralelamente, tais expedições constituem o pano de fundo dessa pesquisa, já que marcavam o cotidiano dos habitantes da vila de São Paulo e arredores, imprimindo nesse uma constante mobilidade.

Durante o século XVI, desenvolveram-se diversas formas de apropriação direta de mão-de-obra indígena: os resgates, o apresamento e as expedições punitivas, que se articulavam enquanto verdadeiras guerras ao gentio. Com o alvorecer do século XVII, estas formas foram sendo ampliadas e aperfeiçoadas pelos portugueses de São Vicente³². Neste segundo momento, com a expansão das atividades econômicas após a pacificação do Planalto e a ocupação de terras em bairros mais distantes do núcleo paulistano, os colonos passaram a montar expedições visando o apresamento para sustentar suas novas empreitadas agrícolas e pastoris. As expedições, portanto, aumentaram em tamanho e frequência, especialmente pelo fato de que a dizimação dos indígenas do Planalto levou os paulistas a regiões mais distantes como o sul do Mato Grosso e o

³¹ É importante observar que o nosso recorte coincide com o período da União Ibérica. O interessante trabalho de José Carlos Vilar daga tratou de maneira aprofundada do impacto da realidade política peninsular na Vila de São Paulo, bem como das relações entre a vila paulista e a região paraguaia do Guairá. Vide: VILARDAGA, J. C. *São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões caslelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580 – 1640)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de São Paulo / São Paulo, 2010. Veja também: CANABRAVA, A. P. *Comércio português no Rio da Prata (1580 – 1640)*. Belo Horizonte / São Paulo. Editora Itatiaia / EDUSP, 1984.

³² Ver MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 58 – 68.

Paraguai³³. Tais empreendimentos teriam alcançado seu apogeu nas primeiras quatro décadas do século XVII, com as grandes viagens, capitaneadas por Manuel Preto, Antonio Raposo Tavares, Fernão Dias Paes e outros.³⁴

Para o estudo da cultura material na Vila São Paulo do século XVII, algumas obras são de grande importância para a compreensão das características do período. Os principais nomes que gostaríamos de destacar são: Capistrano de Abreu, Sergio Buarque de Holanda, Alcântara Machado, Muriel Nazzari, Milena Fernandes Maranhão, Ilana Blaj e Jonh Manuel Monteiro³⁵. Boa parte das discussões realizadas pela historiografia sobre o tema se baseia em suas idéias, visto que suas obras são referências fundamentais.

A análise do trabalho clássico escrito por Capistrano de Abreu traz apontamentos sobre a importância da cultura material na formação da sociedade colonial. Em *Capítulos de História Colonial*, o historiador observou a formação do Brasil sob o impacto da cultura material, a qual, moldada pelo meio, conferiu identidade específica aos colonos. No capítulo intitulado *O Sertão*, ele apresentou algumas das adversidades enfrentadas pelos paulistas em seu movimento expansivo em direção ao interior do território colonial, acentuando as dificuldades impostas pelo meio natural que separava a região litorânea do sertão, tornando a população que nesse se estabelecia “independente das autoridades da marinha”³⁶. O autor afirmou a força do meio em influenciar os moradores do planalto a empenharem-se no sertanismo: “Sob aquela latitude, naquela altitude, fora possível uma lavoura semi-européia, de alguns, senão de todos os cereais e frutos da península. Ao contrário, o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se a

³³ MESGRAVIS, L. “De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial”. IN: PORTA, P. (org). *História da Cidade de São Paulo*. Vol.1: A vila colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p 115-143.

³⁴ Ver: MONTEIRO, J. M. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo”. IN: *História da cidade de São Paulo*. Vol. 1: A cidade colonial. Organização: Paula Porta. São Paulo, Paz e Terra, 2004. p. 41.

³⁵ ABREU, João Capistrano de, *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, Brasília. INL. 1976; HOLANDA, S. B. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994, 3ª ed.; ALCANTARA MACHADO, op. cit.; MARANHÃO, M. F. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga 1648 – 1682*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas / SP. 2000 (Dissertação publicada); BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681 – 1721)*. São Paulo: Humanitas, FFLCH, Fapesp, 2002; MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994; NAZZARI, M. *O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 – 1900*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

³⁶ ABREU, op. cit., p 99.

bandeirantes”³⁷. Na visão de Capistrano, pobreza e riqueza estavam igualmente presentes na vila de São Paulo, pela existência de uma elite faustosa paralelamente a uma população miserável.

Capistrano apontou para duas características propiciadas pelo meio material que foram compreendidas na produção historiográfica como peculiaridades paulistas. Primeiramente, o isolamento geográfico teria levado os paulistas a adotarem uma certa autonomia, característica essa que se explorou na construção historiográfica do início do século XX³⁸, como a imagem indômita e brava do bandeirante paulista, destinado a expandir os limites geográficos da nação. Em seguida, destacou-se o movimento constante proporcionado pelas bandeiras. O isolamento geográfico, de acordo com alguns autores teria também proporcionado o ambiente de extrema pobreza, que, por sua vez, determinaria aos paulistas a necessidade de remediar tal situação através das expedições ao sertão.

Alcântara Machado, voltando-se para os aspectos da vida material, em *Vida e morte do bandeirante*, publicado em 1929, identificou a movimentação proporcionada pelas bandeiras não só como especificidade dos paulistas, mas também como consequência da carestia que assolava a vila entre os séculos XVI e XVII.

Opondo-se à idéia de uma vila paulista opulenta, Machado, trabalhando a partir dos inventários e testamentos, mostrou as dificuldades cotidianas e alguns aspectos culturais dos paulistas no período em questão. Para o autor, os hábitos seriam justificados pelas necessidades cotidianas e no contexto identificado, o apresamento de indígenas era fundamental devido às necessidades impostas pela pobreza.

Apesar de esta idéia da existência de uma conexão entre o isolamento, a pobreza e as incursões no sertão já marcar a historiografia da primeira metade do século XX, uma visão comparativa que ressaltava tais características da vila paulista em relação ao Nordeste açucareiro e exportador se estabeleceu como dominante nos escritos sobre São Paulo nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Essa abordagem se deveu a uma espécie de primazia da história econômica,

³⁷ ABREU, op. cit., p 99.

³⁸ A historiografia sobre São Paulo produzida na primeira metade do século XX possui forte enviesamento político: através da valorização da história regional paulista e da figura do bandeirante, pretendia-se criar uma identidade paulista que legitimasse seu papel de destaque na economia e política nacionais. Esse foi nosso objeto de estudo na pesquisa de iniciação científica. SILVA, Luciana da. Uma tradição construída: a memória bandeirantista em São Paulo (1895 – 1954). Pesquisa de iniciação científica, realizada com bolsa PIBIC – UNICAMP, nos anos de 2008 e 2009, sob orientação da Prof. Dra. Leila Mezan Algranti. Vide, também sobre o tema: ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese de doutoramento, Departamento de Historia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

ocorrida em um contexto no qual os historiadores, influenciados pela visão cepalina, passaram a focar questões relativas a problemática do subdesenvolvimento. Nesse momento, a produção historiográfica sobre o período colonial voltou-se para as zonas exportadoras, numa tentativa de explicar a formação das estruturas que levaram o Brasil ao subdesenvolvimento³⁹ e o Nordeste passou a ser visto como ponto de estrangulamento ao desenvolvimento brasileiro no século XX. Esta região tornava-se dessa forma o eixo referencial dos estudos históricos sobre o período colonial, sendo relegada a São Paulo a função de fornecer um contraponto que revelaria uma situação marginal e específica⁴⁰.

Em *História da cidade de São Paulo*⁴¹ Affonso d'Escragnolle Taunay referiu-se à pobreza paulista apontando para existência de uma lavoura rudimentar e para a falta de produtos de exportação, em comparação com regiões nordestinas⁴². Richard Morse, em *A formação histórica de São Paulo*⁴³, cuja primeira edição data de 1954, mostrou um ambiente marcado pela economia de subsistência, carestia de moeda, propriedades rurais auto-suficientes no que diz respeito às manufaturas simples e lentidão no acúmulo de capitais. Já Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, com primeira edição de 1958, apesar de identificar a constituição de uma vigorosa rede de comércio de escravos indígenas, possibilitada pelas incursões ao sertão, que alcançava o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, algo que poderia remediar a pobreza da lavoura de subsistência, concluiu que o paulista não enriquecia com estas atividades.

Paralelamente a esta produção historiográfica, Sergio Buarque de Holanda, ao optar por um outro viés, que enfatizava São Paulo, proporcionou inovadora interpretação focando a

³⁹ De acordo com Ilana Blaj, “A crença na história científica e na possibilidade da formulação de leis explicativas para a mudança histórica, (...) resultou, no Brasil, na predominância de estudos mais preocupados (...) em buscar as raízes de nossa dependência. Com efeito, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 (...) as áreas exportadoras tradicionais na colônia transformaram-se, no século XX, em obstáculos (...) para o desenvolvimento brasileiro após a 2ª Guerra Mundial”, BLAJ, 2002, op. cit., p. 65.

⁴⁰ Sobre a distinção entre a pobreza de São Paulo e a riqueza do nordeste, feita pela historiografia, Vide: MARANHO, Milena Fernandes. O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império colonial português (1580 – 1720). Tese de doutorado. USP. 2006.

⁴¹ O livro não possui ano de publicação, porém o prefácio é de 1953.

⁴² Cabe ressaltar que Taunay inicia sua vasta produção historiográfica antes do período da referida mudança. Mesmo assim, constatamos, através de nossa pesquisa de iniciação científica, que é possível notar nas obras anteriores a 1950 a identificação de relações causais entre o isolamento, a pobreza e constante movimento dos paulistas rumo ao sertão.

⁴³ MORSE, R. M. *Formação Histórica de São Paulo (De comunidade à Metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 2ª ed. 1970.

vocação da sociedade constituída no Planalto de Piratininga que “estaria no caminho, que convida ao movimento”⁴⁴.

Em seu livro *Monções*, publicado em 1945, assim como em *Caminhos e fronteiras*, publicado em 1957⁴⁵, o autor se afirmou enquanto historiador da cultura, voltando-se para o estudo das técnicas e práticas da vida cotidiana.

Observando São Paulo nos tempos coloniais, na dimensão da vida material, Sergio Buarque procurou compreender o processo pelo qual o legado da cultura européia diluiu-se e transformou-se diante das adversidades e em contato com a cultura dos antigos naturais da terra, nos primeiros tempos da colonização, e reconstituiu-se lentamente. Em *Caminhos e fronteiras*, Holanda apresentou ao leitor situações surgidas “do contato entre a população adventícia e os antigos naturais da terra com a subsequente adoção, por aquela, de certos padrões de conduta e, ainda mais, de utensílios e técnicas próprios dos últimos”⁴⁶. Seria este o momento em que os colonos se mostraram mais sensíveis às manifestações divergentes da tradição européia, no que diz respeito aos aspectos da vida material.

Em suas obras, o estudioso diverge das imagens cristalizadas na historiografia produzida na primeira metade do século XX. Ele rejeita a visão evolutiva da História, que levava muitos historiadores do período referido a aceitarem a idéia de um “destino manifesto” por meio do qual os paulistas teriam sido responsáveis pela expansão das fronteiras nacionais. As expedições ao sertão, em sua interpretação, seriam fruto da integração entre o meio, a cultura e a sociedade e não apenas do ímpeto aventureiro do paulista. Em artigo, publicado em 1966, *Movimentos da população em São Paulo no século XVIII*⁴⁷, o historiador afirma que a raiz da atividade expansionista estaria na má distribuição de solos e em seu mau uso, que logo o tornava imprestável, gerando grande atração por áreas espaçosas do interior, nas quais poderia ser aplicada a mão-de-obra indígena, capturada mais facilmente nessas regiões. Na visão de Buarque de Holanda, a valorização do indígena não deveria proceder de uma análise que afirmava o surgimento de uma nova raça, mas pelos saberes dos nativos e pela importância fundamental de sua apropriação para a sobrevivência dos moradores do planalto.

⁴⁴ Sergio Buarque citando trecho de *Monções*, na introdução de HOLANDA, S. B. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1994. p 9.

⁴⁵ O livro reúne um conjunto de monografias e estudos que, anteriormente publicados em revistas nacionais e estrangeiras, foram adaptados. Vide: Prefácio. In: HOLANDA, 1994, op. cit.

⁴⁶ HOLANDA, 1994, op. cit., p. 12.

⁴⁷ HOLANDA, S. B. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 1, p. 54-111, 1966.

Na década de 1970, a historiografia brasileira passou por um novo processo de revisão. De acordo com Ilana Blaj, o que teria ocasionado tal movimento seria “a crítica à ênfase estruturalista na História, o debate da história social reintroduzindo o homem e os grupos sociais enquanto núcleo de estudos”⁴⁸. Nesse caso, temas como a colônia como um todo e suas conexões com a metrópole e o mercado mundial foram focados, bem como a questão da regionalização, das especificidades e dos diversos agentes sociais. A partir dessa visão atenta as particularidades e a complexidade social, outras categorias que não senhores e escravos passaram a ser analisadas, “numa tentativa de iluminar as estruturas de dominação interna, os interesses específicos das várias camadas sociais e as múltiplas articulações possíveis no âmbito do complexo social”⁴⁹.

John Manuel Monteiro em seu livro *Negros da terra* proporcionou uma revisão da história do bandeirantismo e da formação de São Paulo direcionando sua abordagem e interpretação para um sentido diverso da historiografia tradicional⁵⁰. Enfatizando a figura do indígena, no interior do sistema produtivo paulista durante os séculos XVI, XVII e XVIII, ele traçou um panorama no qual os paulistas expandiram as fronteiras da América portuguesa. Para o autor, as expedições para o interior, eram organizadas como forma de se explorar as potencialidades do meio e sustentavam uma crescente base de mão-de-obra indígena no planalto paulista que possibilitava a produção e o transporte de excedentes agrícolas, conectando a região a outras partes da colônia portuguesa e ao circuito mercantil do Atlântico meridional. A mão-de-obra indígena era fundamental para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas, daí ser motivação das expedições, ampliadas a partir do século XVII, projetando-se a distâncias maiores. Tal ponto de vista, mais uma vez, reforça a idéia de uma intensa mobilidade paulista, característica dessa sociedade.

Monteiro, em artigo intitulado *Celeiro do Brasil: escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVII*⁵¹, contestou a idéia de uma profunda pobreza de São Paulo colonial, criticando a postura comparativa que a historiografia adotara. O autor afirma que a comparação entre a riqueza produzida através da economia regional de São Vicente e aquela produzida nas

⁴⁸ BLAJ, 2002, op. cit., p. 75.

⁴⁹ BLAJ, 2002, op. cit., p. 78.

⁵⁰ Por historiografia tradicional referimo-nos a que foi produzida na primeira metade do século XX por intelectuais paulistas ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, bem como ao Museu Paulista, dentre os quais podemos destacar Afonso d'Escagnolle Taunay, Alfredo Ellis Junior e Cassiano Ricardo, a cujas obras deve-se a imagem heróica do bandeirante. Essa historiografia foi objeto de estudo De nossa pesquisa de iniciação científica, realizada entre 2008 e 2009, com bolsa PIBIC – CNPQ.

⁵¹ MONTEIRO, J. M., “Celeiro do Brasil: escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVII”, em **História**, n. 7, 1988, p. 1 – 12.

áreas açucareiras plenamente integradas ao circuito comercial atlântico revelaria apenas um viés da história. Para o historiador, a agricultura comercial desempenhara papel fundamental na formação das estruturas que caracterizavam São Paulo colonial. O autor nega a importância dada ao tráfico de escravos para o Nordeste, enfatizando que o auge das atividades de apresamento de guaranis, ocorrido entre 1628 e 1641, estaria relacionado de maneira intrínseca a economia que florescia no Planalto. Dessa forma, com o desenvolvimento da agricultura para o comércio, muitos bandeirantes transformaram-se em proprietários, plantando gêneros alimentícios.

Em *O desaparecimento do dote*⁵², publicado em língua inglesa em 1991 e traduzido para o português em 2001, Muriel Nazzari estudou como o declínio do dote esteve vinculado às transformações econômicas e sociais ocorridas em São Paulo na longa duração compreendida entre os séculos XVII e XIX, captando, a partir do viés da história econômica, as mudanças referentes ao casamento e ao papel da mulher.

As pesquisas da historiadora norte americana proporcionaram a relativização de várias afirmações tradicionais acerca da sociedade paulista do século XVII. A autora apontou para o fato de que tanto a terra quanto os escravos indígenas não eram avaliados monetariamente nos inventários da primeira metade do século XVII, questionando a idéia de pobreza da sociedade paulista. Ademais, sua amostragem sublinhou o fato de que a maioria dos proprietários empregava indígenas na produção agrícola para subsistência e na produção de mercadorias para venda, não sendo, ao contrário do que muitos historiadores afirmavam, a venda do índio para outras capitanias a principal fonte de renda dos paulistas. Neste sentido, sua argumentação se aproxima da apresentada por John Manuel Monteiro, por questionar a importância do tráfico de mão-de-obra indígena para regiões do Nordeste.

Ilana Blaj, em *A trama das tensões*, enfatizou a inexistência de imagens de uma vila extremamente rica ou pobre para a segunda metade do século XVII. Estudando as crises de escassez de gêneros alimentícios, juntamente com a ação dos atravessadores e os motins paulistas no final do século XVII e início do XVIII, a autora observou as potencialidades da região que se voltava para o abastecimento interno nos quadros da colônia, algo que destoa da idéia de uma pobreza geral paulista. O desenvolvimento da economia paulista estaria articulado desde meados do século XVII, daí a impossibilidade de se caracterizar a vila enquanto região pobre e voltada

⁵² NAZZARI, M. *O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 – 1900*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

para a subsistência. No final deste período era perceptível a dinamização da economia na capitania de São Paulo, pois haveria, anteriormente à descoberta das minas, uma produção agrícola que superava a finalidade da subsistência, bem como redes de comércio, ambas favorecidas pelo uso da mão-de-obra indígena, que possibilitavam o abastecimento dessas novas regiões. A argumentação da autora se aproxima da interpretação de John Monteiro por destacar a concentração de riquezas nas mãos de uma elite local e a conseqüente marginalização dos médios e pequenos colonos, como sendo processo que ocorria desde finais do século XVII.

Milena Maranhão inspirou-se na obra de Blaj para analisar os níveis de riqueza dos habitantes do Planalto de Piratininga na segunda metade do século XVII, constatando que a mobilidade social era possibilitada pelo intenso movimento econômico⁵³. A idéia de uma pobreza geral em São Paulo foi duplamente relativizada pela autora. Primeiramente tratando riqueza e pobreza enquanto conceitos, considerando-os como características econômicas e sociais, cujos significados sofrem alterações ao longo do tempo, variando de acordo com as sociedades e os momentos históricos nos quais se encontram. Dessa forma, a historiadora identificou na documentação por ela trabalhada um uso retórico da pobreza, para burlar o pagamento de impostos. No geral, a autora critica a visão comparativa por meio da qual as condições materiais e econômicas da vila foram amplamente analisadas.

Cada um desses autores, independentemente do prisma adotado para análise, tratam, de certa maneira, da vida material. A questão da pobreza da vila torna-se inescapável em trabalhos que privilegiem aspectos da vida material. Há que se ter cuidado especial portanto ao se adotar visões generalizantes das condições materiais de vida dos paulistas da vila. Para o século XVII, é de larga importância pensar a dinâmica econômica, especialmente as engrenagens responsáveis por seu movimento, e o tipo de riqueza produzida em São Paulo, bem como os significados dessa riqueza para o período estudado.

Assim como Ilana Blaj, cremos que não há como desconsiderar os fatores que distorcem uma visão geral das condições econômicas da vila, quando está é analisada por meio dos montantes constantes nos inventários: as terras e a mão-de-obra indígena não eram contabilizadas nesse valor, de forma que parte do patrimônio do qual gozavam os moradores do Planalto de Piratininga permanece oculta nesta documentação.

⁵³ MARANHÃO, op. cit.

Para pensar as questões relacionadas à riqueza e à pobreza de forma aprofundada, evitando generalizações, acreditamos ser necessária uma abordagem que trabalhe, ao mesmo tempo, sobre o patrimônio do qual desfrutavam os indivíduos e sobre as redes sociais das quais o mesmo fazia parte. Isso remete o pesquisador a trabalhar duas dimensões do patrimônio: a material, focando-se na cultura material descrita nos róis de inventários, e a imaterial, capturada através das dívidas e créditos inventariados ou mencionados nos testamentos. Por meio dessa dimensão imaterial do patrimônio, torna-se possível apreender relações de confiança, interesse, solidariedade e os conflitos relacionados ao rompimento dessas relações.

Cabe também, analisar os significados com os quais os objetos eram revestidos, observando de que maneiras a propriedade de certos objetos poderia ser indicativa do posicionamento social do indivíduo, assim como a posse influenciava no conjunto das relações de sociabilidades do qual a pessoa fazia parte.

Para o estudo da vida material, bem como das transações comerciais a prazo, dos empréstimos e das distribuições das heranças não há fonte mais apropriada do que os Inventários pós-morte por seu caráter descritivo. Estes documentos fornecem elementos que possibilitam uma análise que trata não de coisas isoladas, mas de conjuntos de coisas: das diversas categorias de artefatos presentes nos róis, suas quantidades e qualidades. Os atributos descritivos e a adjetivação presentes nos inventários viabilizam identificar valores monetários, pragmáticos e afetivos, bem como hierarquias, preferências e significações⁵⁴. Já os testamentos são fundamentais para se capturar a dimensão das sensibilidades, assim como escolhas e práticas referentes às disposições sobre o patrimônio e a família. Essas duas fontes, juntamente com as Atas da Câmara Municipal da Vila de São Paulo e as Ordenações Filipinas, constituem a base documental principal do estudo que, a seguir, o leitor acompanhará.

Por meio dos inventários e testamentos acessaremos as redes sociais em que os indivíduos estavam envoltos, capturando a constituição e as relações familiares e de vizinhança. Para tanto, perseguimos os indivíduos pelo nome, selecionando e agrupando documentos que os mencionassem. Os inventários foram privilegiados nesse trabalho, buscando-se averiguar as variações patrimoniais, especialmente daqueles que se casavam diversas vezes.

⁵⁴ MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Apresentação”. In: MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba / MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, pp. 13 – 16.

O procedimento adotado consistiu, primeiramente, em partir da relação de herdeiros registrada em cada inventário, para averiguar nomes de pais, mães e filhos, observando a família se constituindo no domicílio. A partir dos nomes dos cônjuges, buscamos seus outros casamentos, anteriores ou posteriores ao que identificamos inicialmente. Em seguida, procuramos os documentos, desse mesmo tipo, referentes aos outros familiares: filhos, filhas, irmãos, pais e mães dos cônjuges, de forma a buscar novas menções ao personagem e ao seu patrimônio. Em seguida, com tal levantamento completado, passamos a procurar novas informações em outras fontes. As genealogias disponíveis para São Paulo nos permitiram conhecer vínculos não registrados nos primeiros documentos, ampliando a rede social pela incorporação da parentela. Já as cartas de datas de terras, bem como os róis de testemunhas que assinaram os testamentos selecionados, informaram sobre a vizinhança, local de morada, entre outros dados importantes.

Desenvolvendo a pesquisa dessa maneira, pudemos obter fragmentos de vida e informações variadas sobre indivíduos em períodos de tempo consideráveis. Isso permitiu traçarmos alguns percursos caminhados por estas pessoas, nos quais enfatizamos as relações familiares e de vizinhança, bem como as variações patrimoniais concernentes a alguns personagens. Em outras palavras, tendo em vista os vínculos entre os sujeitos, acompanhamos o crescimento ou a redução dos espólios familiares ao longo de parte de sua trajetória de vida captando também os elementos que poderiam contribuir para tais movimentos, como recebimento de heranças, dívidas e créditos, empréstimos de coisas, auxílios de parentes, etc.

Optamos por realizar nossas análises por meio de estudos de caso, nos quais empregamos esses conjuntos de inventários e testamentos, cujas informações foram complementadas com dados extraídos de fontes diversas. Assim, proporcionaremos ao leitor o acesso a núcleos familiares e redes de relações em que objetos e bens circulavam configurando e reforçando laços de diversas naturezas.

A seleção dos casos, cabe salientar, seguiu dois critérios. Primeiramente, nossa escolha incidu sobre os exemplos melhor acabados, de situações que descobrimos serem recorrentes ao longo da leitura das fontes. Em seguida, todos os casos selecionados foram alcançados por meio do entrecruzamento de fontes, através do qual tecemos as relações que vinculavam comportamentos, práticas cotidianas e atores sociais diversos. Afinal, homens e mulheres são

sujeitos de sua própria história, a qual é, ao mesmo tempo, econômica, política, social e cultural⁵⁵.

Em outras palavras, tomamos homens e mulheres como protagonistas de sua história, buscando compreender como, nas suas experiências e dinâmicas, as diferentes dimensões da realidade se relacionam e articulam. Como assinalou José Maria Imízcoz, “partindo dos atores sociais é possível perceber a relação íntima e efetiva entre dimensões que, de outro modo, aparecem dissociadas, e que relacionamos de forma superveniente, mediante supostas cadeias de dependência ou determinação”⁵⁶. Neste procedimento, não se pode descuidar da globalidade de elementos que constituem os sujeitos e que interferem nas relações que eles travavam uns com os outros, os contextos e os processos de mudança, os quais estão todos imbricados. De acordo, novamente, com Imízcoz, os indivíduos têm atributos e valores, sejam eles econômicos, culturais, ou de qualquer outra natureza, e se relacionam não só entre si, mas com todos os elementos materiais e imateriais à sua volta. Estas dimensões da realidade não são exteriores aos atores sociais. “A cultura, as instituições, a economia, o poder político, não existem fora das pessoas, estão encarnados nelas ou ‘são carregados’ por elas”. Com base nisso, pode-se afirmar que os sujeitos atuam com seus “atributos e com sua cultura: com sua riqueza, com seu status, com suas atribuições hierárquicas, com seus valores, com suas convicções e dúvidas, com suas normas e instituições, com seu interesse e desinteresse, etc.”⁵⁷.

Nosso objetivo é, a partir das coisas, ou seja, da cultura material, compreender as relações de sociabilidades em que o indivíduo se engajava e pelas quais circulavam objetos e bens, assim como as sensibilidades presentes nessas relações entre pessoas e coisas.

Para tanto, organizamos a dissertação em três capítulos, os quais descreveremos brevemente.

No primeiro capítulo, *A vila de São Paulo e a casa seiscentista*, levaremos o leitor a conhecer alguns aspectos da materialidade do cotidiano analisando as formas de viver dos habitantes da vila. O objetivo central deste capítulo é compreender o espaço da vila, como viviam

⁵⁵ IMIZCOZ, José Maria. “Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global”. In: Revista da Faculdade de Letras. História. Porto, III série, vol. 5, 2004, p. 115 – 140.

⁵⁶ “Partiendo de los actores sociales es posible percibir la relación íntima y efectiva entre dimensiones que, de otro modo, aparecen dissociadas y que relacionamos de forma superveniente, mediante supuestas cadenas de dependencia o determinación”. IMIZCOZ, 2004, op. cit., p. 118.

⁵⁷ “La cultura, las instituciones, la economía, el poder político, no existen fuera de las personas, están encarnados en ellas o ‘son llevados’ por ellas”. “sus atributos y con su cultura: con su riqueza, con su status, con sus atribuciones jerárquicas, con sus valores, con sus convicciones y dudas, con sus normas e instituciones, con su interés y desinterés, etc.” IMIZCOZ, 2004, op. cit., p. 125.

seus habitantes e o funcionamento da sociedade. Trataremos também as formas dos moradores de Piratininga se relacionarem com seus espaços de vivência: a vila como um todo, a qual dependia do esforço coletivo para a construção de edificações e outros elementos que marcavam materialmente o domínio português sobre esta região do Novo Mundo; e o domicílio, no qual se encontrava depositada, em muitos casos, a maior parte dos objetos e bens que compunham os patrimônios.

No segundo capítulo, abordaremos as *Redes sociais e circulação de objetos e bens: necessidades em trânsito*, no qual focalizaremos as redes de sociabilidades tecidas no cotidiano. Nosso objetivo central é compreender a constituição dos patrimônios e a importância da família, vínculos de parentesco, vizinhança e amizade neste processo. Nesta parte da dissertação trabalharemos mais detidamente as partilhas de bens, com base nos inventários, observando quão complexa poderia ser a distribuição do patrimônio entre os herdeiros. Afinal, essa abria caminhos em várias direções: alterava redes de relações de sociabilidades, bem como o conjunto do patrimônio dos herdeiros e das viúvas principalmente.

No terceiro capítulo, *Os testamentos e a distribuição dos legados após a morte*, abordaremos as mudanças que ocorriam por força da morte, das crenças no além e suas representações, nas posturas em relação à materialidade e à família evidenciadas no momento em que se registravam as últimas vontades. A partir da compreensão dessas mudanças, compararemos as sensibilidades e motivações que levavam às decisões de legar presentes nos testamentos.

Com as análises presentes nas páginas seguintes, pretendemos colaborar com as discussões acerca da cultura material e formas de viver e sentir no planalto piratiningano, desvendando aspectos das intrincadas imbricações entre a materialidade cotidiana, as relações de sociabilidade e as sensibilidades experimentadas pelos moradores da vila de São Paulo.

Capítulo 1 : A vila da São Paulo e a casa seiscentista

1.1) A vila: vida material e cotidiano

Entre o final do século XVI e meados do século XVII, São Paulo era uma vila pequena, cercada por muros, situada numa região de planalto, próxima de uma serra íngreme. Tal posicionamento geográfico, como muitos autores já apontaram, dificultava o acesso aos artefatos provenientes da Europa, assim como o comércio dos produtos da vila e seus arredores com outras localidades¹. O acesso difícil, isolava a região, mas não de todo. Soluções foram encontradas que permitiam o comércio com as áreas litorâneas. Os índios carregadores executavam a importante função de manter a conexão com as regiões de serra abaixo, levando as mercadorias produzidas em São Paulo e trazendo produtos obtidos na região portuária.

Os caminhos antigos, pelos quais trilhavam os europeus do planalto, já existiam quando de sua chegada. Aqueles haviam sido construídos pelos povos naturais da América, e, apesar de serem rudimentares, não sofreram adaptações significativas por parte dos europeus². No entanto, a preocupação com relação à manutenção dos caminhos diversos no interior da vila e os mais usados fora dela era, constantemente, assunto presente nas Atas da Câmara da Vila de São Paulo.

Cabia aos moradores realizarem o esforço coletivo, empregando suas próprias ferramentas e escravos, na manutenção dos espaços públicos pelos quais circulavam habitantes e forasteiros. Era parte do cotidiano esse empenho em construir, manter e reconstruir as estruturas gerais que caracterizavam materialmente a vila. E isso se realizava paralelamente às atividades de produção para a subsistência e o comércio, as quais marcavam o dia-a-dia no espaço doméstico, fosse nas casas da vila ou nos sítios da roça, bem como paralelamente ao empreendimento da busca de mão-de-obra no sertão.

¹ Vide principalmente MORSE, R. M. *Formação Histórica de São Paulo (De comunidade à Metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 2ª ed. 1970; e ALCANTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. Imprensa Oficial. São Paulo. 2006.

² HOLANDA, S. B. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994. Vide Capítulo 1: “Veredas de pé posto”, pp. 19 – 35. Vide também BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”. **Anais do museu paulista**. São Paulo. Nova Serie. Vol. 17, n. 2, dez. 2009, pp. 251 – 194.

Essa dinâmica de construção e manutenção do espaço da vila revela algo sobre as formas de se relacionar com o espaço vivenciadas pelos moradores de São Paulo de Piratininga. A formação da estrutura material que caracterizava a vila enquanto tal, ou seja, a construção dos espaços públicos de convivência e congregação dos habitantes do planalto foi lenta e dificultosa. Vem ao encontro dessa caracterização a maneira, ora assídua, ora desinteressada, com que a população bem como os oficiais lidavam com as construções e com a necessidade de manutenção de tais espaços.

Dessa forma, é importante conhecer as estruturas materiais que marcavam a vila. Com essa finalidade, atentaremos para alguns de seus aspectos, como as ruas e as pontes, e acompanharemos o processo de construção, reconstrução e manutenção de algumas edificações, dentre as quais destacamos duas: a Casa da Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz. Os dois edifícios em questão eram representativos da dimensão material do domínio português sobre a América, daí a importância de estudá-los. Tratava-se de dois organismos que tentavam regular as relações entre os colonos, bem como seu comportamento de maneira a permanecerem identificados com os padrões culturais ibéricos.

Por meio desse processo de construção, reconstrução e manutenção, poderemos observar as formas com que os moradores da vila se relacionavam com o espaço e sua estrutura material, reveladas pelos conflitos e tensões que dele decorreram. Além disso, poderemos refletir acerca das dificuldades que marcaram o processo construtivo da vila.

Comumente se escolhiam datas próximas às festividades para reunir a população nas tarefas de manutenção da estrutura pública (ruas, muros, etc.). Em 11 de março de 1581, perto da Páscoa, o procurador do Conselho requereu que “mandassem limpar os caminhos e pontes e mandassem cobrir os muros dessa vila”³.

Era dever do poder público, representado pelos oficiais que compunham o Conselho da Câmara, determinar as datas, prazos e penalidades referentes às tarefas de conservação de parte da estrutura material da vila. A todos, ou como se dizia na época, de mão comum, competia construir e reconstruir constantemente o espaço no qual se passava parte de seu cotidiano.

³ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. 1562 – 1596. Publicação da Divisão do Arquivo Histórico. Século XVI. Vol. 1. 2ª ed. 1967. p. 176.

Nas áreas de expansão paulista, a adoção de formas de sobrevivência e a cultura material dos silvícolas, apontavam claramente para um processo de americanização dos portugueses e não apenas a europeização das populações indígenas. A colonização teria sido um processo adaptativo ao meio hostil do Novo Mundo, e a cultura indígena seria o manancial do qual beberiam os peninsulares para garantir sua sobrevivência e, dessa forma, a sobrevivência da conquista portuguesa⁴.

No universo cultural da colônia, marcado “por um amplo conjunto de diferentes e diferenças, em movimento constante, misturando-se mas também chocando-se, antagonizando-se, superpondo-se em ritmos que as vezes são lentos e outras vezes são mais velozes, de maneira harmoniosa e/ ou conflituosa”⁵, processavam-se fusões, superposições e recrudescimento de diferenças, a partir da interação e intervenção dos vários grupos sociais que se influenciavam mútua e continuamente, mesmo que alguns deles se impusessem em relação aos outros, no mais das vezes por seu maior poderio. Tradições eram reforçadas e repetidas, bem como recriadas e adaptadas, por meio dos contatos cotidianos entre os diversos grupos, de origens variadas e de posicionamentos sociais diferentes⁶.

Em São Paulo nos séculos XVI e XVII, as situações surgidas do contato entre europeus e indígenas foram caracterizadas amplamente pela adoção de certos padrões de conduta, bem como de utensílios e técnicas silvícolas. Os colonos e seus descendentes imediatos, no que dizia respeito à cultura material, “se mostraram muito mais acessíveis a manifestações divergentes da tradição européia do que, por exemplo, no que se refere às instituições e sobretudo à vida social e familiar em que procuraram reter, tanto quanto possível, seu legado ancestral”.⁷ Cabe perceber que, no ambiente colonial, em que o cotidiano era vivenciado de maneiras diferentes do Velho Mundo, os modelos de ordem social concebidos nem sempre eram praticados da maneira que o eram na matriz metropolitana⁸.

⁴ HOLANDA, 1994, op. cit.

⁵ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716 - 1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 32.

⁶ PAIVA, 2001, op. cit., p. 32.

⁷ HOLANDA, 1994, op. cit., p. 12.

⁸ PAIVA, 2001, op. cit., p. 33.

De acordo com Paulo César Garcez Marins, ao se adaptarem à terra e se relacionarem diante do movimento de conquista e produção econômica, diferentes grupos étnicos ou sociais, transformaram suas práticas culturais. Nesse sentido, os traços culturais indígenas ligados à alimentação, teriam permanecido de maneira mais forte no cotidiano dos paulistas, do que a arquitetura ou as formas nativas de vestir. Nestes aspectos, a herança européia se imporia, porém, não sem adaptações⁹.

No caso da arquitetura, Carlos Lemos, Julio Katinsky e Paulo Eduardo Zanettini observaram na estrutura da casa a existência de cômodos não identificáveis com os padrões de morar europeus. Estes espaços internos estariam associados aos modos indígenas de viver. Como apontou Zanettini, uma grande sala cercada de camarinhas (forma como os remanescentes de casas bandeiristas estão configurados em sua parte posterior) “não condiz com a estruturação cultural e social perceptível através da história tradicional e oficial”¹⁰. Ao contrário, as funções primárias e secundárias dessa espécie de salão central, “atuando como agenciadora e articuladora dos demais espaços, inclusive o mundo exterior, agindo de forma ativa na construção da estrutura social mameluca” seriam correspondentes às do pátio central da aldeia. Este seria um dos principais componentes do padrão bandeirista mameluco. Na visão do autor, o espaço do grande salão seria adequado “aos processos de transculturação em jogo na construção da sociedade paulista, ou seja, na construção da sintaxe do morar no planalto dos primeiros séculos”¹¹. Tal espaço interno da casa articularia e distribuiria as diversas etnias que compunham a sociedade escravista.

A adoção pelos moradores do planalto de produtos, técnicas, utensílios, alimentos, entre outros traços da cultura silvícola, apontam para um processo que ocorria em todos os planos possíveis. Crenças (religiosidade), posturas e comportamentos cuja origem era a matriz portuguesa conviviam e se mesclavam no viver cotidiano às de origem indígena e africana durante todo o período colonial¹². Mas, se no correr do dia a dia os colonos

⁹ MARINS, Paulo César Garcez. “A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária”. IN: *Terra Paulista. Histórias. Arte. Costumes*. Vol.2: Modos de vidas dos Paulistas: identidades famílias e espaços domésticos. São Paulo. CENPEC. Imprensa Oficial. 2004, pp. 89 – 190.

¹⁰ ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. 2005, p. 84.

¹¹ ZANETTINI, op. cit, p. 166.

¹² Sobre o assunto, vide: SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1986 e MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org). *Cotidiano e vida*

adaptavam suas crenças, a Igreja os pressionava através de dispositivos diversos, para a manutenção do modelo proveniente da Península Ibérica.¹³

Isso se dava pela presença de instituições marcadas pelos modos e lógicas de viver presentes em Portugal: a Câmara e a Justiça, que pretendiam estender o conjunto das relações políticas e formas de administrar o espaço e as pessoas às terras americanas; e a Igreja, que tentava regular as formas de viver, as crenças e os comportamentos dos fiéis. Aliás, como apontou Ludmila Gomide Freitas, “os colonos que entenderam o sentido e a importância da apropriação dos signos culturais e de poder do reino, constituíram, com o passar das gerações, a elite local”¹⁴.

O acesso a algumas vias que permitiam o acúmulo de riqueza e poder dependiam da identificação do indivíduo com os traços culturais europeus. Afinal, as misturas e adaptações que se faziam presentes na colônia não eliminaram “espaços, práticas, crenças e ritos que se fizeram impermeáveis e permaneceram resistentes a alterações e a adaptações”¹⁵. É importante reconhecer, como ressalta Eduardo França Paiva, a coexistência de dois movimentos na sociedade colonial: um que tendia a misturar heranças culturais diversas e outro constituído por resistências ao hibridismo. Não se tratava, na visão do autor, de movimentos antagônicos, mesmo que os embates entre os dois fossem frequentes e naturais. A pluralidade do universo cultural da colônia residiria nessa caracterização: simultaneamente mestiço, distinto, híbrido e impermeável¹⁶. Nas esferas de exercício do poder institucionalizado, as impermeabilidades se faziam mais presentes, ou seja, havia maior resistência a mudanças. No campo das relações, no cotidiano dos contatos, e em diversas direções, trocas e misturas se efetivaram.

privada na América portuguesa. Volume 1 da coleção História da vida privada no Brasil, coordenada por Fernando Novaes. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, pp. 155 – 220.

¹³ Sobre as formas e meio de pressionar os colonos para a manutenção de seu comportamento de acordo com os padrões estipulados pela Igreja, veja: DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009; e FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo. Hucitec, 1997.

¹⁴ FREITAS, Ludmila Gomide. *A Câmara Municipal da Vila de São Paulo e a escravidão indígena no século XVII (1628 – 1696)*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 102.

¹⁵ PAIVA, 2001, op. cit., p. 38.

¹⁶ PAIVA, 2001, op. cit., O autor afirma que: “Um conceito criado e empregado a posteriori, como o de mestiçagem cultural, não pode privilegiar os elos que favorecem o hibridismo, em detrimento das distinções e variações cultivadas pelos grupos sociais. Mas, é preciso ressaltar, os diferentes mantêm relações entre si e, às vezes, tais contatos propiciam misturas”.

A América configurou-se no período colonial enquanto zona de contato: “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra , freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”¹⁷. O ambiente colonial promovia o contato entre sujeitos diferentes, propiciando interações e improvisações que destacam a questão da constituição dos indivíduos nas e pelas relações que possuem uns com os outros¹⁸.

Nas décadas finais do século XVI, ficou registrado, de forma intensa, nas atas da Câmara o constante movimento da população piratiningana em direção ao sertão, em busca de mão-de-obra indígena. A partir do ano de 1585, os moradores da vila de São Paulo travaram verdadeiras guerras contra o gentio. E nessas ocasiões, os homens da vila, inclusive os oficiais da Câmara, se armavam e muniam, juntamente com seus índios, e partiam rumo ao interior, no qual passavam longas temporadas. Já na primeira metade do século XVII, além dessas guerras, que marcaram os quinze primeiros anos do período, passaram a ocorrer campanhas em regiões mais distantes, como o Guairá ou Tape, conforme a relação feita por Alfredo Ellis Junior¹⁹.

Nas capoeiras e campos, espaços que se encontravam fora dos muros da vila, muitos moradores se instalavam para morar e ou cultivar roças e criar gado. Tais construções não deveriam situar-se a menos de trezentas braças, de um morador a outro, conforme regulamentara a Câmara em 1583. A medida reconhecia como exceção os casos em que os moradores estivessem contentes com a proximidade²⁰. Talvez o número crescente de pessoas habitando este espaço tenha criado a necessidade de se estabelecer as delimitações citadas.

As casas, já no interior do espaço murado da vila, até a década de 1590 costumavam ser próximas umas das outras, visto que os oficiais da Câmara da Vila estabeleceram, no

¹⁷ PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP. EDUSC, 1999, p. 27.

¹⁸ PRATT, op. cit., p. 32.

¹⁹ Ao relacionar as viagens ao sertão, o autor conta 31 expedições realizadas entre 1585 e 1640. Ellis, no entanto, computa apenas as bandeiras mais importantes, dando indícios de que paralelamente ocorriam expedições menores ou não tão documentadas. De qualquer forma, a obra assinala o constante deslocamento de homens do Planalto de Piratininga em direção ao interior. Vide: ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano. Pesquisa nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos Governos Estadual e Municipal*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1934. 2ª edição. (primeira edição de 1924).

²⁰ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 201.

início do referido ano, que nenhuma pessoa edificasse casa, fazenda nem curral, “junto com a fazenda de nenhum vizinho menos de 200 braças de distância com pena de cinquenta réis”²¹. Se a antiga unidade de medida, braça, equivale a 10 palmos, ou seja, 2,2 metros, a distância que se estipulava para separar as construções era de 440 metros, se medirmos pelos padrões atuais de medidas. Para que a Câmara determinasse esta extensão, certamente era comum ocorrerem conflitos e intrigas entre vizinhos, que levavam suas demandas e reclamações às autoridades. Separar os espaços familiares por esta distância poderia ser um meio de preservar a família de olhares curiosos alheios, ou mesmo forma de prevenção aos estragos que os animais criados pelos vizinhos podiam provocar se ficassem soltos e sem vigilância. Cabe ainda lembrar que tal distância alargava os quintais multiplicando as possibilidades produtivas no espaço doméstico.

As construções eram feitas a partir das técnicas de taipa de mão, taipa de pilão e madeira e não há registro nem nas Atas nem nos inventários da existência, na vila e seus arredores, entre a segunda metade do século XVI e primeira do século XVII, de construções que empregassem outras técnicas ou materiais, como pedras²².

Dessa forma, casas e prédios públicos eram muito frágeis em relação às intempéries do ambiente e também as agressões causadas pelos animais e outros tipos de choque. A durabilidade dessas edificações era pequena. Havia, portanto, necessidades de constantes reparos.

Exemplo dessa fragilidade registrou-se com a Casa do Conselho e Cadeia da vila. Entre os anos de 1581 e 1590, prolongaram-se nas sessões da Câmara discussões que se relacionavam às condições materiais precárias desse edifício. A começar pela constatação, em setembro de 1581, de que “a casa do conselho estava muito maltratada e danificada que havia mister aterrada” e que a mesma casa encontrava-se sem cadeado para trancar sua porta²³. Em 1583, a cobertura do prédio desabara: “caíra a cobertura por a cumieira estar

²¹ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 396.

²² A taipa é uma técnica na qual se constrói utilizando-se madeira e barro calcado que poderia ou não estar misturado com cal. Na sua variante taipa de pilão, há a utilização de pranchas de madeira e estruturas específicas, as quais eram comumente registradas nos inventários. Sobre a técnica construtiva, consulte: <http://www.museudacidade.sp.gov.br/taipadepilao.php>. Site consultado em Junho de 2012.

²³ ALCANTARA MACHADO, op. cit., p. 184.

podre e comida toda do bicho e caruncho (...) por que as paredes não caíssem as mandaram cobrir de palha”²⁴.

No ano de 1584, seguiu a casa do conselho e cadeia descoberta. Em julho os oficiais da Câmara Jorge Moreira e Antonio Proença, decidiram notificar os integrantes da vereança do ano anterior, Baltazar Roiz e Paulo Roiz, para cobrirem o edifício. Os dois notificados alegaram que o dano a casa era responsabilidade dos atuais vereadores, os quais, em sete meses, não haviam tomado nenhuma providência para o conserto. Pouco depois, os membros da Câmara decidiram realizar uma reforma efetiva do prédio, para o qual cogitaram uma construção sobradada ampla, que abrigaria a cadeia no térreo e o Conselho e Câmara no andar superior. Esta seria de taipa e madeira com cobertura de telhas. No entanto, o alto preço da reforma nestes moldes os forçou a optarem pela reconstrução do telhado e pela feitura de algumas adaptações simples, como a abertura de janelas.

Em 1586 a reforma terminou e sem atender ao planejamento inicial. A janela que se pretendia colocar na parede que ficava do lado da igreja não foi aberta, devido à possibilidade de ruir. Em 1590, novamente as Atas registravam a necessidade de se consertar a Casa do Conselho. Desta vez porque a mesma parede na qual se queria abrir a tal janela estava danificada, quase caindo, por ação das vacas que vagavam pela vila. Como solução, foi construído meio taipal junto dessa.

Durante toda a segunda década do século XVII os oficiais camarários realizaram as sessões da Câmara Municipal em seus domicílios. Ora a Casa da Câmara aparece na documentação ocupada por presos, ora ela simplesmente não é citada. No ano de 1610, diante da necessidade de construir a Casa do Conselho e Cadeia, bem como um açougue, para que não se cortassem carnes sem licença da Câmara e não as vendessem de casa em casa, os oficiais estabeleceram que todo vinho vendido na vila fosse taxado, para ajudar nas obras.

Somente em 1619 a falta de um edifício para a Câmara foi solucionada. Os oficiais reuniram todo o dinheiro doado pela população da vila para compra a Casa do Conselho e adquiriram uma que pertencia à Francisco Roiz Velho, a qual valia 40\$000 (quarenta mil réis). A quantia era bastante alta para a época²⁵. Ficou acertado entre o vendedor e os

²⁴ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 226.

²⁵ Observando-se o preço das casas na Vila nos inventários do ano de 1610, a mais cara que encontramos foi avaliada em 10\$000 (dez mil réis) e pertencia a Antonia de Chaves. *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 67 –

oficiais que, do preço da casa, vinte mil réis seriam pagos em dinheiro, dez mil réis em drogas da terra e os dez mil réis que sobravam seriam pagos dando-se a Francisco os chãos da cadeia velha. Dessa forma, finalmente o problema foi resolvido de forma eficaz.

As construções eram efêmeras. Sua feitura, dependente dos elementos presentes no meio no qual a vila foi construída, reforçava este caráter passageiro. No entanto, aqueles que atravessavam o Atlântico e subiam a serra dificilmente voltariam à sua terra de origem, apesar do desejo de retorno que alguns poderiam expressar. Uma ocupação em caráter permanente convivia em meio a estruturas e edificações não resistentes ao tempo e as intempéries. Tratava-se de um esforço permanente, da construção e reconstrução, pode-se dizer constante, da materialidade que caracterizava a vila e o domínio ibérico sobre esta região pontual da América portuguesa. E, paralelamente a essa exigência de a todo momento adaptar as estruturas do espaço cotidiano à dimensão da vivência coletiva, havia o desejo e a necessidade de construir os cabedais familiares a partir daquilo que se já se tinha e se trazia do além mar, e, claro, dentro das possibilidades oferecidas pelos ambientes físico, social e político característicos da colonização.

A vila, enquanto estrutura material que agrupava e permitia a convivência de uma comunidade, era o meio material imediato pelo qual certos traços da identidade e das instituições ibéricas se reproduziam nas lonjuras da América Portuguesa. A vila e sua organização materializavam lógicas e formas de viver que o colono imigrado amalgamou com as condições do ambiente, os materiais e os produtos disponíveis e com as técnicas dos naturais da terra. Somando-se a essa materialidade que mesclava o novo ambiente e a terra da qual os conquistadores eram provenientes, os braços do Estado vinham reforçar esse processo. Primeiramente a legislação, acompanhada das estruturas política e judiciária, que reproduziriam o universo das normas ibéricas no Novo Mundo, pontuando sua influência a nível local por meio das Câmaras Municipais. Outra instituição através da qual se tentavam reproduzir os costumes europeus no Novo Mundo era a Igreja, a qual intencionava regular o viver de acordo com normas morais e religiosas provenientes da Península.

As Câmaras Municipais Ultramarinas foram órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos, mas não só. Atuaram paralelamente, pelo

75. No ano seguinte, 1611, o maior valor de casa na vila foi de 16\$000 (dezesseis mil réis) e pertencia a Lourenço Gomes Ruxaque. *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, p 357 – 379.

menos nos dois primeiros séculos de colonização, no gerenciamento de parte do comércio, da defesa contra invasões e ameaças e das rendas, impostos e tributos estabelecidos pela coroa, provendo a estrutura material que coubesse a essa tarefa, bem como a execução de obras públicas e de outros melhoramentos urbanos. As Câmaras Municipais agiam, inclusive, no sentido de impor tributação sobre a população local, captando rendas para construção e manutenção de prédios e outros espaços públicos. Suas funções administrativas permaneceram basicamente as mesmas durante o período colonial²⁶.

Juizes ordinários, vereadores e procuradores eram considerados oficiais honorários e não recebiam remunerações, ao contrário dos demais cargos relativos à governança da terra. O acesso a essa possuía uma eficácia local. A grande disputa em torno desses cargos indicava sua centralidade enquanto espaço de distinção e hierarquização dos colonos, bem como de negociação com a Coroa²⁷.

Ascender aos cargos da Câmara era sinônimo de possibilidades de ampliação dos patrimônios. A nível local, significava acesso a amplas porções de terra, as quais, como apontou Ilana Blaj, juntamente com escravos, representavam “a viabilidade de uma produção mercantil, e sobretudo os fundamentos primeiros da qualificação social (...)”²⁸. Fernando V. Aguiar Ribeiro demonstrou que a concessão de terras pela Câmara da Vila de São Paulo privilegiava os ocupantes dos cargos municipais, os quais, dessa forma, concentravam não só poder e controle político, mas também econômico²⁹.

Prestar serviços à Câmara Municipal também representava possibilidade de obter vantagens materiais. Gonçalo Pires, carpinteiro, no ano de 1585, foi o responsável pelas obras de reforma da Casa do Conselho e Câmara. Em recompensa por seu trabalho,

²⁶ Sobre as câmaras municipais, vide: SILVA, Marilda Santana da. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista. A Representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760 – 1808)*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003; BICALHO, M. F. B. As câmaras Ultramarinas e o governo do Império. IN: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F. B. e GOUVÊA, M. F. S. (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 189 – 221; HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.

²⁷ BICALHO, M. F. B. ; FRAGOSO, J. ; GOUVÊA, M. F. S. . Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope** (Lisboa), Lisboa, v. 23, p. 67-88, 2000.

²⁸ BLAJ, Ilana, 2002, op. cit., p. 322.

²⁹ RIBEIRO, F. V. A. *Poder local e patrimonialismo: A Câmara Municipal e a concessão de terras urbanas na Vila de São Paulo (1560 – 1765)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010. Ver especificamente o segundo capítulo.

requisitara à Câmara um terreno na vila, no que foi atendido. Os chãos seriam de Gonçalo, seus filhos e herdeiros “livres e forros de todo foro e tributo”³⁰.

Responsabilidades eram depositadas nos cargos da governança, afinal, era grande a sua importância para a organização do espaço. E suas funções, em São Paulo, onde a significativa carestia de artefatos europeus marcava o ambiente, eram desempenhadas, no mais das vezes com dificuldades. Os oficiais, por inúmeras ocasiões, entre 1580 e 1640, realizaram, como vimos, as sessões da Câmara em domicílio privado, devido à impossibilidade de uso da Casa da Câmara por diversos motivos.

Apesar de o procurador requerer consertos e a manutenção das estruturas físicas da vila, os habitantes constantemente trabalhavam no sentido oposto. Muitos moradores, apesar da necessidade das pontes e caminhos para transitar pelo espaço entre a vila e seus domicílios, caminhos que possibilitavam o comércio de seus produtos, quando requisitado deles que os concertassem, desacatavam a autoridade e negligenciavam a tarefa. Alguns moradores chegavam a desfazer pontes e serventias, como nos mostra a Ata da Reunião do Conselho de 26 de agosto de 1583³¹. Em 1585, o gado criado no campo foi proibido de ser atravessado pelas pontes dos caminhos que os habitantes usavam, pois tal passagem desbaratava as construções. Aquele que teimasse em levar o gado por esta via, arcaria sozinho com o custo do conserto das pontes, ou pagaria uma taxa de cem réis por vez que a usasse com essa finalidade. Mesmo diante da proibição, o costume foi mantido. E não houve registro de punição aplicada àqueles que desobedeciam à nova regra³². Estragos feitos em caminhos, pontes e aterrados, bem como em roças alheias, pela passagem de boiadas foram comuns também no século XVIII, sendo matéria constante nas Atas da Câmara desse período³³.

Os juízes ordinários constantemente reclamavam da falta de equipamentos e funcionários para manter os criminosos na cadeia. Em uma carta enviada ao capitão e governador Jerônimo Leitão, em setembro de 1583, reclamaram os oficiais que

vossa mercê será sabedor como Pero Dias o coxo matou cá um frade a punhaladas e o tem a justiça preso (...) a mister prisões e caseiros

³⁰ Atas da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 259.

³¹ Atas da Câmara da Vila de São Paulo. Vol.1, p. 220.

³² Atas da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 261.

³³ BORREGO, Maria Aparecida Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711 – 1765)*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2006, p. 104.

porque essa cadeia não tem nada disso e os juizes no-lo tem encampado com grandes protestos por falta de prisões e caseiro portanto nós lhe requeremos como vereadores desta vila da parte de sua majestade que mande dar a esta vila as prisões necessárias porquanto não há com que castigar os malfeitores e senão nos protestamos de não incorrerem em pena alguma de vossa mercê dar conta disso quando for tempo(...)³⁴

Não havia, como se percebe pela carta, meios materiais de se manter a justiça dentro dos parâmetros exigidos pelas Ordenações. E tal impossibilidade poderia levar os oficiais a sofrerem punições que poderiam chegar a ser de degredo³⁵. Dois anos depois, em 1585, novamente a falta de cadeia apareceu na documentação. Dessa vez, a loja de Francisco Pires havia sido tomada para servir de cadeia a Pero Fernandes, marinheiro, pois não havia lugar apropriado para o aprisionar. Pero Fernandes fugira pouco tempo depois de ser preso e a loja fora liberada pelos oficiais. Em janeiro de 1588, o Juiz João do Prado requereu aos oficiais Fernão Dias e Sebastião Leme “que lhe dessem ferros para poder fazer seu ofício porque a minguia de ferros não podia fazer bem nem castigar a quem mereça (...) e os oficiais responderam que eles não tinham ferros que lhe dar mas eles pediriam ao senhor capitão (...)”³⁶.

A existência física de uma edificação apropriada para as Câmaras Municipais, a casa da Câmara, juntamente com a cadeia, constituíam os símbolos da autonomia municipal³⁷. Apesar dessa importância, os prédios que comportavam estas instituições não possuíam estruturas opulentas na vila de São Paulo.

Como já vimos anteriormente, quando o telhado da Casa da Câmara e Cadeia da vila caíra, no ano de 1583, os moradores e os oficiais cogitaram a possibilidade de se construir um outro prédio, mais amplo e bem equipado para o abrigo de suas funções. No entanto, o alto custo os impediu. As reclamações com relação à precariedade material da Casa da Câmara marcaram todo o final do século XVI e a primeira metade do XVII, sendo constantes as reformas. Nos momentos em que a Casa da Câmara e Cadeia passava por

³⁴ Atas da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 224.

³⁵ Vide: *Ordenações Filipinas*, Primeiro Livro. Título LXV. Edição de Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro de 1870. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Consultado em 07. abr. 2012.

³⁶ Idem, p. 344.

³⁷ BUENO, 2009, op. cit.

adaptações ou quando estava ocupada com presos, as sessões do Conselho eram realizadas em residências particulares, geralmente dos oficiais, conforme já mencionado.

Esta solução indicaria, para além da imbricação entre o público e o privado, característica desse período, certa negligência com relação às estruturas materiais que viabilizavam o exercício do poder, nos moldes propostos pela legislação, no que dizia respeito à guarda de documentos entre outros, bem como a situação de constante improviso³⁸.

Não podemos desconsiderar a questão dos recursos limitados da Câmara e Conselho e a resistência da população em pagar fintas, no entanto, a permanência dessa situação de precariedade e a opção pelos constantes remendos apontam para o fato de existirem outras prioridades que não a estrutura material que abrigava a Câmara Municipal. Prioridades essas que, pensando a dimensão do privado, certamente eram as de sobreviver ou fazer crescer o próprio patrimônio, sem dispensar, qualquer quantia que fosse a obras que não se relacionavam diretamente às próprias necessidades cotidianas.

No nível administrativo, talvez não se considerasse fundamental a existência da Casa da Câmara enquanto estrutura material, já que os deveres concernentes à maioria de seus integrantes poderiam ser cumpridos fora dela. Apesar de o prédio simbolizar a instituição, suas atribuições se encontravam dissolvidas em meio aos afazeres cotidianos de seus oficiais e as tarefas eram executadas nos espaços domésticos de vivência dessas pessoas, já que as limitações com relação às verbas impediam a obtenção de edificação apropriada para o funcionamento da Câmara.

Algo semelhante se passava com a Igreja Matriz. Havia uma indiscutível identificação da instituição pela estrutura material que a abrigava, já que os mortos eram enterrados em seu interior. O espaço da construção da igreja era considerado sagrado e envolvido em crenças relativas ao pós-morte. No entanto, as restrições de acesso a

³⁸ Leila Algranti apontou que tratar de uma vida privada entre os séculos XVI e XVIII, pode levar a alguns equívocos: “nos centros urbanos o que se nota é uma sociabilidade que ocorre de modo predominante fora de casa, pautada por um mundo em que todos se conhecem, e em que se identificam socialmente pelas suas vestes, pelos ofícios (...) as casas muito próximas e os muros baixos facilitavam os olhares dos vizinhos e dos transeuntes. No mundo rural, as grandes distâncias e o isolamento nem sempre favoreceram a intimidade, quer pela presença de muitos escravos nos latifúndios, quer pelo próprio caráter das relações de dominação típicas da sociedade colonial”. Vide: ALGRANTI, L. M. “Famílias e vida doméstica”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1 da coleção História da vida privada no Brasil, coordenada por Fernando Novaes. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 152.

elementos como materiais de construção, mão-de-obra e verbas para o financiamento das obras dificultavam que o prédio da Matriz fosse erguido.

A igreja, mais do que um espaço de religiosidade, era um ponto de reunião e de encontros da comunidade, os quais ocorriam todos os domingos. Sua eficiência enquanto ponto de reunião era demonstrado pelo fato de serem botados os pregões com os bandos, quartéis e posturas, estipulados pela Câmara ou por instâncias administrativas superiores, na porta da igreja, sendo lidos para a população no momento da saída da missa. Essa, bem como as festas e procissões, congregava a população do planalto na região central da vila. Justamente por isso os leilões de bens herdados por órfãos eram realizados nesses dias. Como afirmou Luiz Mott, a missa obrigatória aos domingos, dias santos e de guarda, bem como a indispensabilidade das freqüências aos sacramentos, eram algumas das práticas religiosas “amalgamadoras do corpo místico no Brasil de antanho, um contrapeso socializador significativo para compensar a dispersão espacial e o isolamento social dos colonos na imensidão da América portuguesa”³⁹.

Este edifício funcionava como local de proteção em tempos de guerra e risco de ataque do gentio inimigo. Tanto que em 1591, o procurador do concelho recomendava aos oficiais da Câmara que mandassem alargar a cerca da igreja por fora, pois “(...) quando havia rebate de guerra, as mulheres e filhos dos homens que vivem fora nos arrabaldes e dos que estavam ausentes se recolhiam ao alpendre da igreja e andavam desagasalhados no que era muito aperto e desinquietação (...)”. Tornava-se, por isso, preciso adaptar a estrutura da construção à necessidade “(...) de maneira que haja espaço para que fique a gente agasalhada e haja espaço para pelejarem sendo necessário (...)”⁴⁰.

A Igreja detinha importantes funções na organização da sociedade no Novo Mundo. Como mostrou Mary Del Priore, essa instituição regulava o cotidiano das pessoas controlando o ritmo semanal recortado pelo domingo e o calendário anual marcado por períodos, eventos e datas relativos à religiosidade cristã, como a quaresma, o natal, a páscoa, pelo ciclo santoral dos diferentes apóstolos e pelas festas de Nossa Senhora. Além de orientar o ritmo cotidiano da população cristã que se instalava na América portuguesa, a Igreja fornecia a base da educação, da ética e da moral, exercendo severa vigilância da

³⁹ MOTT, op. cit. p. 159.

⁴⁰ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 415.

doutrina e dos costumes através da confissão, do sermão e da ação da Inquisição. Esta instituição fazia-se presente no cotidiano em momentos da vida marcados pelos sacramentos, como o batismo, a eucaristia, o casamento, a extrema-unção e funerais⁴¹. Enfim, a Igreja e seus ensinamentos imiscuíam-se no cotidiano alcançando as esferas mais profundas do viver. Ela marcava as consciências individuais fazendo crescer, em meio às sensibilidades, a importância e o peso de formas de viver e conviver em comunidade e a nível familiar.

Sua atuação no Novo Mundo, se dava no sentido de tentar domesticar comportamentos e posturas, enquadrando-os pelos ideais cristãos. Mas o ambiente colonial, amalgamou espiritualidades diversas, européias, indígenas e africanas, num todo específico e multifacetado. A frequência assídua às missas e às procissões revelava um exteriorismo “impregnado de magismo, afeito antes a imagem do que a coisa figurada, ao aspecto externo mais do que ao espiritual”⁴². E, na vivência cotidiana, na solução dos problemas concretos, os colonos recorriam à feitiçaria. Esta, por sua vez, aproximava-se muito da religião praticada pela população, já que as receitas mágicas assumiam, frequentemente, a forma de orações dirigidas a Deus, a Jesus, aos santos e à Virgem. O sincretismo era tolerado e incentivado quando necessário, enquanto mecanismo de dominação. Os traços incorporados de outras religiosidades, como a judaica ou as afros, carregavam um universo de significações: as assimilações não eram arbitrárias, tampouco permanentes ou definitivas. Essa multiplicidade, em constante movimento e transformação, era vivenciada no dia a dia da população colonial⁴³.

A diversidade de crenças não esteve presente apenas no Novo Mundo. Como bem mostrou Stuart Schwartz, baseado em fontes inquisitoriais, essa variedade estava presente também no universo europeu. Ao explorar as manifestações de tolerância inter-religiosas e inter-étnicas, o autor constatou que muitos indivíduos, pessoas comuns, mantinham uma postura de tolerância em relação àqueles que possuíam e praticavam credos diferentes dos

⁴¹ DEL PRIORE, 2009, op. cit.

⁴² SOUZA, 1986, op. cit., p. 91.

⁴³ SOUZA, 1986. op. cit., Vide capítulo 2, sobre a religiosidade popular na colônia.

seus. Cada um seria salvo na sua lei. Isso no entanto, não influenciava o quadro de intolerância institucional no mundo ibérico⁴⁴.

Em *No tempo dos bandeirantes*, Belmonte, ao tratar da estrutura dos prédios das igrejas da vila de São Paulo, por volta do ano de 1628, apontou para o fato de que essas construções eram bastante simples.⁴⁵

No entanto, qualquer que fosse a obra pública que se realizasse em São Paulo entre as décadas finais do XVI e a primeira metade do XVII, inúmeras dificuldades marcavam o processo: falta de mão-de-obra qualificada, carestia de materiais ou de quem os fornecesse em estado apropriado para a edificação (como as madeiras, que deveriam ser extraídas e cortadas para erguer prédios), carência de recursos para a compra de materiais... As ferramentas, aparentemente, eram um dos poucos itens necessários que abundavam, haja visto que não foram registradas nas fontes camarárias reclamações concernentes a este assunto e serem raros os patrimônios que não dispusessem dessa categoria de artefatos.

Mesmo com a simplicidade que marcava as edificações eclesiásticas, a construção da Matriz demorou mais de duas décadas para ser concluída. A primeira vez que se cogitou construir uma igreja matriz para a vila de São Paulo, foi em fevereiro do ano de 1588, quando a população local passava de 150 moradores. Os oficiais conselheiros e os habitantes estabeleceram que se escreveria ao governador pedindo provisão para fazer a capela “e haja vigário e coadjutor e ornamentos e sino e todo o mais necessário ao culto divino e acordaram que vindo a dita provisão e provimento fariam o corpo da igreja”⁴⁶. Para a construção do edifício, o povo seria finto.

Somente no ano seguinte os oficiais da Câmara escreveram ao governador geral pedindo para “mandar dar e nomear ordinário para o vigário que nos for dado com as coisas pertencentes ao culto divino ornamentos e sino”⁴⁷. Era necessário que a ordem viesse de instâncias superiores para que o projeto se realizasse. Ademais, era preciso importar boa

⁴⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras. Bauru: Edusc, 2009. Vide Capítulos 5, 6 e 7.

⁴⁵ BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. 4ª edição revista, aumentada e definitiva. São Paulo: Edições Melhoramentos, sem data. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0380.htm>. Consultado em 13. 04.2012.

⁴⁶ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 345.

⁴⁷ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol 1, p. 370. O ordinário, na jurisprudência canônica da época era o bispo, arcebispo ou outro prelado eclesiástico que tivesse jurisdição eclesiástica. Consultado em BLUTEAU, op. cit., Vol. 6, p. 109.

parte dos artefatos usados nas cerimônias. Artefatos esses que caracterizavam o culto enquanto divino.

Em 1593 houve nova referência à construção da Matriz, quando os oficiais mandaram fintar o povo, pois estavam prestes a fazer a igreja. Em 1598, os oficiais ainda discutiam a posição da Matriz na vila: “era bem fazer-se a dita igreja onde está começada pelo bem que pode haver por estarem já ali defuntos e estar no meio da vila(...)”⁴⁸.

A falta de mão-de-obra atrapalhava o andamento da construção no ano de 1600. Dois anos depois, quando a obra parecia ter se desenrolado, o procurador do conselho comunicava aos vereadores e juizes que “se tratasse da igreja com os oficiais de carpintaria porque se vai caindo a igreja”⁴⁹. A construção, feita de modo equivocado, corria risco de ruir antes mesmo de estar completada.

Em 1609, faltavam somente janelas e portas para se acabar a igreja. Mas no ano seguinte, ao invés de as obras serem concluídas, foi necessário reconstruir a matriz, bem como fazer a Casa do Conselho e Cadeia. Novamente se mostrava a efemeridade das construções feitas na vila, algo que se acentuava diante da combinação da lentidão com que eram feitas e os frágeis materiais e técnicas.

Acertada a reconstrução da Matriz, mais complicações se fizeram presentes: falta de índios para o trabalho, falta de material e dinheiro. O povo foi fintado, então, para a realização da obra. Dessa vez, não sem reclamações, as quais chegaram a tal ponto que Francisco da Gama, escolhido para fintador, desistiu da tarefa devido às afrontas e injúrias que recebia daqueles que se negavam ao pagamento.

Após o ano de 1613 as notícias sobre a matriz escasseiam nas Atas. Belmonte deduz, em sua análise, feita a partir da mesma documentação, que a Matriz teria sido inaugurada em 1632, fato apontado pelo empréstimo que se fez do sino da Câmara para a Igreja⁵⁰.

As construções eram lentas e dificultosas por falta de recursos materiais, especialmente pela dificuldade de acesso a itens que não fossem produzidos na terra, e mão-de-obra. Além disso, muitas vezes, parecia faltar também boa vontade e empenho por parte da população, que negligenciava as tarefas de manutenção, recusava-se a fornecer

⁴⁸ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 2, p. 44 – 45.

⁴⁹ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 2, p. 106.

⁵⁰ BELMONTE, op. cit.

materiais e reclamava do peso das fintas. Dessa forma, a estrutura física da vila permanecia prisioneira da efemeridade, a qual provoca no historiador a sensação de que tudo naquele local se tornava velho rapidamente...

Apesar de a construção e a manutenção do espaço da vila ocuparem lugar em meio às prioridades de seus moradores, eles mantinham para com estes processos certo distanciamento. Talvez porque o imprevisto pudesse substituir, de certa maneira e em alguns casos, o constante esforço e empenho exigido nestas atividades que tomavam parte de suas rotinas.

Como pudemos observar, uma série de restrições se impunham no cotidiano dos habitantes da vila, concernentes ao próprio processo construtivo desse espaço e relativas ao acesso a itens provenientes de além-mar e outras paragens. Tais limitações não devem ser desconsideradas na análise dos patrimônios familiares e pessoais, a qual realizaremos no próximo item.

1.2) Os patrimônios materiais

Conhecer os patrimônios materiais de forma detalhada favorece o estudo dos valores, monetários e simbólicos, que os artefatos assumiam na vila de São Paulo.

Nossa análise privilegia a vivência cotidiana, tendo em mente que a riqueza se traduzia, em parte, nos objetos com os quais as famílias ou indivíduos se cercavam no seu dia-a-dia. Os valores de montemores, dessa forma, seriam expressões por meio das quais vislumbraríamos, numericamente, o conjunto dos bens de uma pessoa.

A partir dessa idéia de que os valores de montemores representam numericamente níveis de riqueza e pobreza, construímos tabelas para averiguar possíveis variações nesses níveis.

Em meio aos 228 inventários que trabalhamos, 192 apresentaram o registro do valor do montemor do inventariado. No entanto, filtramos a amostra, selecionando os 130 exemplares mais completos para comparação de dados e construção de tabelas que elucidariam diversas questões. De maneira geral, na primeira amostra sem filtragem,

observamos que as menores fazendas computaram montemor igual a zero⁵¹, já que estava declarado nestes documentos que o inventariado não possuía bem algum. A maior fazenda apresentou valor de 1: 224\$125 (um conto, duzentos e vinte e quatro mil, cento e vinte e cinco réis)⁵². Ao restringir o espaço amostral, distribuímos os valores de montemores em faixas, averiguando em qual delas havia maior concentração, com a finalidade de visualizar numericamente os níveis de riqueza e pobreza nos patrimônios da vila de Piratininga.

Quadro 1 : Número de inventários por faixas de valores de montemores na vila de São Paulo e arredores, no período de 1596 a 1640.

Faixas de valores de montemores	Número de inventários que apresentam tais faixas
De 0 a 200\$000	101
De 200\$001 a 500\$000	22
Acima de 500\$001	6
Acima de 1.000\$0001	1
Total de Inventários	130

Fonte: Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital. São Paulo. Tipografia Piratininga. Volumes 1 – 29; e Inventários e Testamentos. Documentos da Seção do Arquivo Histórico. São Paulo. Tipografia do Globo. Volumes 30 – 42.

Observamos que a grande maioria dos inventários, um total de 101, apresentou montemor com valor inferior a 200\$000 (duzentos mil réis), ou seja, concentraram-se na primeira faixa de valores de montemores. Durante todo o período entre 1596 e 1640, consta somente 1 fazenda cujo montemor supera um conto de réis. Dessa forma, constatamos a existência de grandes espaços entre os extremos de pobreza e riqueza na região estudada. Conforme aumenta o valor dos montemores, a quantidade de inventários que apresentam esses altos valores diminui. Cabe observar que nossa amostra, não reflete a composição real da sociedade piratiningana. Havia escravos, os quais não eram inventariados por sua condição jurídica, bem como existiam homens livres e pobres, que não tendo peças escravas nem bem algum, não fazia sentido produzir tal documentação. Nossa amostra remete, a diversos níveis econômicos de vida, mas não integra aqueles que não conseguiram acumular bens e peças escravas.

⁵¹ Trata-se dos inventários de: Pedro Gonçalves, 1628 (vol. 7, pp. 376 - 378), André de Burgos, 1629 (vol. 7, pp. 509 - 517), Baltazar Soares, 1632 (vol. 8, pp. 279 - 285), Rafael Teixeira 1635 (vol. 31, pp. 95 - 100) e Felipe Nunes, 1636 (vol. 11, pp. 269 - 275).

⁵² Trata-se do Inventário de Gaspar Barreto, 1629. *Inventários e testamentos*. Vol 8, pp 23 – 90.

Havia na Vila de São Paulo profundas diferenciações com relação aos níveis de riqueza e pobreza. Verdadeiros abismos separavam ricos e pobres. Entretanto, é necessário observar que, conforme apontou Milena Maranhão, “não é possível distinguir as várias posições econômicas existentes em apenas duas categorias – ricos e pobres”⁵³. Se de um lado encontramos fazendas faustosas em alimentos, artigos de luxo e de conforto, de outro percebemos situações de incerteza e dificuldades no prover da vida material familiar. Um adágio português da época parece ilustrar bem a situação: “mais tem o rico quando empobrece, que o pobre quando enriquece”⁵⁴. Mesmo aqueles que perdiam parte de sua riqueza material permaneciam “mais ricos” ou em melhores condições do que o pobre que enriquecia. Isso parece mencionar que a condição de homem rico ou família rica sustentava-se em outros elementos que não somente os bens e objetos. Sem esquecermos das dificuldades em se rotular alguém enquanto ‘pobre’ ou ‘rico’ naquela sociedade. Afinal, isso “envolvia muito mais do que o significado meramente econômico dessas características; envolvia a retórica dos vários significados da riqueza e da pobreza”⁵⁵. O reconhecimento e o status diante da comunidade implicavam em facilidades ou benefícios não alcançados pelas pessoas comuns. Facilidades e benefícios sustentados pelas aparências, bem como pelas redes sociais em que o indivíduo se inseria.

Maria Aparecida Menezes Borrego, em *A teia mercantil*, ao analisar os inventários de 30 homens ligados às atividades comerciais buscando a composição da riqueza, compreendeu esta como o conjunto dos bens econômicos, os quais por ela foram divididos em bens de raiz, bens domésticos, bens comerciais, dinheiro amodado, metais preciosos, animais, escravos, dívidas ativas e dívidas passivas⁵⁶.

De acordo com Milena Maranhão, riqueza e pobreza, enquanto conceitos, “são características econômicas e sociais que possuem mutação em seus significados, de acordo com as sociedades e momentos específicos nos quais se encontram” e, além disso, são “duas condições econômicas que se apresentam nos mais variados níveis, de acordo com

⁵³ MARANHÃO, op. cit., p. 249. A autora justifica a colocação pela existência da “riqueza aparente” em que ao final da vida, quando da realização do inventário de um indivíduo, percebia-se que sua riqueza se baseava em ampla quantidade de dívidas contraídas ao longo dos anos, as quais somavam montante maior do que o montante indicado no documento.

⁵⁴ BLUTEAU, op. cit., Vol.7, p. 332.

⁵⁵ MARANHÃO, op. cit., p. 245.

⁵⁶ BORREGO, op. cit., p. 192.

diferentes situações vividas pelos indivíduos”⁵⁷. Assim, buscaremos compreender os elementos implicados na vivência, pela idéia de riqueza própria do período em estudo, considerando-se os elementos materiais da cultura com os quais os indivíduos se cercavam.

Ser rico estava associado a possuir grande quantidade de bens. Riqueza, no dicionário de Raphael Bluteau seria “abundância de bens e tudo que sobeja do necessário”⁵⁸ (grifo meu). Em Antonio de Moraes Silva, seria a “superabundância de bens da fortuna, opõe-se à pobreza”. No dicionário de Viterbo, não há uma definição de riqueza, somente consta rico-homem, que seria “homem cheio de riqueza, grosso em cabedais e abundante em possessões”⁵⁹, além de ter um sentido ligado a homem da nobreza e da governança da terra, o qual também foi explorado por Bluteau. A partir dessas definições podemos cogitar algumas possibilidades. A riqueza ligava-se às posses e propriedades abundantes e além das necessidades. De certa forma, isso era associado ao posicionamento social proeminente das pessoas, por suas conexões ao exercício do poder político.

Entre os inventários e testamentos estudados, encontramos um exemplar datado de 1623, no qual o juiz recusou-se a convocar os avaliadores oficiais para avaliar a fazenda da defunta, Isabel Beldiaga, por “se escusar gastos nem custas algumas” por ser a falecida “viúva....e miserável”⁶⁰. Quando faleceu, Isabel e sua enteada Maria, filha de seu falecido marido Domingos Fernandes Nobre, estavam abrigadas na casa de Isabel do Prado, viúva de Pascoal Leite. O espólio de Isabel apresentou poucos objetos. Suas roupas: três camisas usadas de algodão, avaliadas cada uma em cento e sessenta réis, dois mantos velhos, os quais valiam mil réis, uma saia de palmilha azul, também avaliada em mil réis, um saio de baeta velho, que valia trezentos e vinte réis; e um enxergão velho, avaliado em oitenta réis, o qual era coberto com um lençol de pano de algodão, avaliado em trezentos e vinte réis, sobre os quais a viúva dormia. Havia ainda dois guardanapos, cujos valores foram apagados do documento, e uma negra forra, chamada Vitória. Suas roupas e lençol, a viúva deixara em testamento para a enteada.

⁵⁷ MARANHO, op. cit., p. 45 e 53, respectivamente.

⁵⁸ BLUTEAU, op. cit. Vol 7, p. 342.

⁵⁹ VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram. Obra indispensável para se entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Tomo 2. Segunda Edição. Lisboa. 1865. p. 192 – 193.

⁶⁰ Inventário e Testamento de Isabel Beldiaga. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 8.

Pelo que se nota, Isabel possuía apenas suas roupas simples, a maioria de algodão da terra e dois artefatos que permitiam à mulher ter um mínimo de conforto na hora de dormir. Mais nada. Morava de favor. Talvez pela dependência da viúva em relação à outra viúva o juiz a tenha caracterizado como miserável. Isso nos leva a pensar que a pobreza, para além das questões retóricas, estava associada a necessidade de auxílio de outrem, implicando na dependência das redes de sociabilidades para obtenção de sustento⁶¹.

Em meio aos adágios portugueses sobre o rico, encontram-se alguns que dimensionam a importância das aparências perante a sociedade. Vejamos dois que demonstram de maneira enfática a teia de possibilidades mantidas pelo parecer na comunidade:

“Se queres ser rico, calça a vaca e veste o fino”

“Homem rico com a fama casa seu filho”⁶²

O primeiro adágio aponta para a necessidade de aparentar ser rico para de fato o ser, ou seja, a importância de vestir-se e comportar-se de acordo com a condição social e econômica de riqueza. A riqueza, dessa maneira, diferenciava as pessoas em seus códigos culturais, de forma que os comportamentos, bem como os objetos de que se cercavam as pessoas, se moldavam e eram escolhidos segundo o posicionamento do indivíduo na sociedade.

O segundo demonstra que o reconhecimento por parte da comunidade da condição de riqueza de alguém facilitava, em alguma medida, o acesso a favores e benefícios por aquele que era reconhecido como rico, bem como por aqueles que integravam seu círculo familiar mais próximo. Se a fama fazia o homem rico casar seu filho, outros favores e benefícios poderiam ser obtidos do mesmo modo. Esse adágio, assim como o anterior, aponta para o fato de que parecer, na sociedade em questão, era fundamental para que os indivíduos se infiltrassem nos circuitos sociais e se mantivessem neles.

As aparências, numa sociedade com características de Antigo Regime, como a que se formava no Planalto de Piratininga, eram o que enquadravam o sujeito ou família na comunidade, dimensionando sua importância no interior do grupo e definindo sua posição nos circuitos de sociabilidades que integrava: “o indivíduo não era como era, e sim como

⁶¹ É importante frisar que não encontramos nos inventários e testamentos qualquer caracterização de indivíduos enquanto ricos.

⁶² BLUTEAU, op. cit., Vol. 7, p. 332.

parecia, ou melhor, como conseguia parecer”⁶³. Cabe lembrar, ainda, que, “a distinção social se fazia traves de três formas: da ostentação de bens, nomes e títulos, e das relações sociais proporcionadas através do crédito e das dívidas”⁶⁴.

Dessa forma, podemos pensar que, ao cercar-se de bens, um indivíduo da sociedade que se constituía em São Paulo, expressava, para os outros e para si mesmo, seu posicionamento social e seu status. E, para além disso, “através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, *as diferenças de fato em distinções significantes*, ou (...) em ‘valores’, privilegiando a maneira a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função”. Em outras palavras, os usos feitos dos bens e objetos, mais do que sua posse, funcionam como marcas de distinção. Afinal, o uso é o que permite, no jogo da divulgação e da distinção, a percepção da excelência humana, “aquilo que toda sociedade reconhece no homem cultivado”⁶⁵.

Tendo em vista que riqueza significava abundância, que as aparências eram fundamentais nas sociedades com características de Antigo Regime e que os gestos assumiam grande importância como meio de marcar status, cremos que analisar os patrimônios de forma a compreender o peso desses elementos nos processos de construção e manutenção das fazendas, exige que o estudo seja feito de maneira a abranger todas as categorias em que o patrimônio poderia ser decomposto, pensando-as umas em função das outras, sem perder de vista os processos de interação humana nos quais estavam envolvidos os objetos e bens. Ou seja, para que a análise dos patrimônios nos permita inferir algo em termos de riqueza e pobreza, é necessário observar todos os bens e objetos possuídos por uma pessoa e os usos possíveis feitos desses objetos, bem como as interações provenientes desses usos.

Para tanto, e para facilitar comparações, estabelecemos uma classificação dos bens que encontramos no interior dos patrimônios, descritos nos róis de inventários, com base na adaptação da classificação presente no Arquivo Ernani Silva Bruno⁶⁶.

⁶³ ARIES, P. “Por uma história da vida privada”. In: *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Organização Philippe Ariès e Roger Chartier. São Paulo. Companhia das Letras, 1991, p. 9.

⁶⁴ MARANHÃO, op. cit., p. 244.

⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 16.

⁶⁶ Vide: ACAYABA, Marlene Milan (Coord.); GUERRA, José Wilton; SIMÕES, Renata da Silva; ZERON, Carlos Alberto (Org.). *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, Imesp, Edusp, 2001, 4 vols.

As categorias utilizadas nesta pesquisa e a descrição do que poderia figurar em seu interior, seus respectivos bens e objetos são as seguintes:

*Bens de raiz: são os bens imóveis que aparecem nos inventários do período, casas, sítios, roças e plantações diversas, chãos na vila e outros locais, etc.

*Bens Móveis: englobam todas os itens a seguir:

*Alfaias da casa: também chamada de roupa branca da casa, abrange desde toalhas de mesa a lençóis e tapetes.

*Alimentos, colheitas e produção caseira: seriam os grãos, sementes, legumes, raízes, frutas, utilizadas na alimentação familiar, da escravaria ou das criações, saídos ou não das plantações particulares, bem como os produtos fabricados no espaço doméstico, com finalidade de consumo próprio ou comercial.

* Animais e criações: animais domésticos e o gado criado para o abate e / ou venda, como o gado bovino, o suíno, o ovino, etc., e aves, como galinhas, patos, perus, etc..

*Armas, aparatos defensivos e acessórios: instrumentos ligados à guerra, utilizados principalmente nas expedições ao sertão.

*Cavalgaduras, equipamentos e acessórios de transporte: o cavalo, apesar de ser evidentemente um animal, foi inserido nesta categoria por predominantemente exercer função de animal de transporte. Os equipamentos e acessórios das cavalgaduras, assim como canoas e outros veículos também se encontram sob essa categoria.

*Construções e materiais: nesta categoria estão inseridos os materiais utilizados na construção de casas e prédios em geral, bem como de estruturas para armazenar colheitas até o momento do consumo ou escoamento, ou mesmo para abrigar equipamentos de trabalho, como os fornos de telhas, os trapiches, etc.

*Dinheiro, ouro e prata: réis, patacas, moedas de ouro portuguesas, etc., são itens ligados ao poder de compra imediato ou possibilidade de concessão de créditos.

*Escravos: africanos ou indígenas, também denominados “peças forras”.

*Ferramentas, equipamentos e apetrechos do trabalho: engloba os objetos utilizados no cotidiano do trabalho e da produção, as ferramentas de lida agrícola e de ofícios diversos, objetos que, de maneira geral, são utilizados no processo produtivo, podendo ter usos variados.

- *Instrumentos ligados à escravidão: grilhões, correntes com colares, cadeados, etc.
- *Instrumentos musicais: Especificamente, notamos a presença de seis: cítara, guitarra, pandeiro, viola, violão e harpa.
- *Jóias: adornos caracterizados por serem constituídos de material nobre (ouro, prata, pedras preciosas, etc.)
- *Leitura e entretenimento: livros e jogos em geral.
- *Matérias primas: tudo que é utilizado para a fabricação de produtos estaria inserido nesta categoria: tecidos, botões, linhas, couros a serem utilizados por sapateiros ou no fabrico de móveis, algodão a ser fiado, fio de algodão para ser tecido, madeira, etc..
- *Móveis e acessórios: mobílias com funções de guarda, de descanso, de serviço, de adorno etc., bem como seus acessórios.
- *Objetos de uso pessoal: sapatos, cintos, lenços, chinelas, chapéus, enfim, itens que apesar de ligados ao corpo, não consideramos vestimentas, por ficarem mais próximos dos adornos.
- *Utensílios e ornamentos da casa: os objetos como utensílios de cozinha, ligados a preparação e guarda dos alimentos, serviço de mesa, objetos e produtos ligados à limpeza e higiene do ambiente, bem como os objetos e produtos com função de iluminar e ornar o ambiente: castiçais, ceras, painéis, etc.
- *Vestuário: abrange todas as peças de roupa.

Para compararmos os níveis de vida, em termos da materialidade dos patrimônios, selecionamos 130 inventários, produzidos entre 1596 e 1640, os quais estavam, ao nosso ver, mais completos, no sentido não estarem apagados grandes trechos dos róis de bens. A partir desse conjunto documental, medimos e comparamos as categorias de objetos e bens presentes nas fazendas familiares entre si e com relação à totalidade do patrimônio.

Dessa forma, pudemos entrever, numericamente, os objetos e bens mais comuns nos patrimônios familiares e individuais. Além disso, ao analisarmos tais patrimônios separados por faixas temporais, pudemos observar o crescimento da importância de cada categoria na totalidade da fazenda e inferir algo sobre possíveis preferências na construção do patrimônio e a relação que se estabelecia com os bens, individualmente e no conjunto.

Para iniciarmos a análise, refletiremos sobre os dados do quadro a seguir:

Quadro 2: Categorias patrimoniais presentes nos 130 inventários trabalhados por ordem de frequência de seu registro nas fazendas da Vila de São Paulo entre 1596 e 1640

Categorias de objetos e bens	Frequência no total dos inventários trabalhados	Percentual em relação ao total de Inventários trabalhados
Ferramentas, equipamentos e apetrechos de trabalho	124	95,38%
Escravos	123	94,61%
Móveis e acessórios	120	92,30%
Bens de raiz	114	87,69%
Vestuário	113	86,92%
Criações e animais	111	85,38%
Utensílios e ornamentos da casa	104	80,00%
Alfaias da casa	92	70,76%
Alimentos, colheitas e produção caseira	84	64,61%
Objetos de uso pessoal	79	60,76%
Matérias primas	58	44,61%
Cavalgaduras, equipamentos e acessórios de transporte	56	43,07%
Armas, aparatos defensivos e acessórios	53	40,76%
Construções e materiais	24	18,46%
Instrumentos ligados à escravidão	22	16,92%
Jóias	21	16,15%
Dinheiro, ouro e prata	11	8,46%
Leitura e entretenimento	8	6,53%
Instrumentos musicais	2	1,53%

Fonte: Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital. São Paulo. Tipografia Piratininga. Volumes 1 – 29; e Inventários e Testamentos. Documentos da Seção do Arquivo Histórico. São Paulo. Tipografia do Globo. Volumes 30 – 42.

Nenhuma das fazendas analisadas por meio dos inventários possuía todas as categorias acima expostas. Ou seja, o modelo mais completo de fazenda que poderia ser alcançado pela análise serial desta documentação não existiu na realidade. Mesmo as fazendas mais abastadas não possuíam todas essas classes de objetos e bens. Isso derivou do fato de que a categorização que empreendemos buscou abranger a totalidade dos objetos e bens registrados na documentação ao longo do período entre 1578 e 1640.

Entretanto, evidentemente, as fazendas mais abastadas gozavam da presença de maiores quantidades de categorias diferentes de objetos e bens nos inventários. Já as fazendas mais pobres não desfrutavam dessa diversificação. Não foram poucos os

inventários em que não foram declarados bens, ou foram declaradas quantidades mínimas de objetos indispensáveis para a sobrevivência cotidiana, como as roupas do corpo⁶⁷.

De maneira geral, é possível observar que algumas categorias de objetos e bens, por estarem presentes na grande maioria dos inventários, podem representar a base do patrimônio dos moradores do Planalto: as ferramentas eram o tipo de bem mais comumente encontrado nestas fazendas, em seguida vinham os escravos, os móveis e os bens de raiz. Primeiramente, cabe notar que dos quatro itens mais encontrados, três se destacavam enquanto partes da engrenagem produtiva: os escravos, as ferramentas e os bens de raiz. Bens de raiz que abrangiam casas, sítios, datas de terra, roças e plantações diversas.

Tanto os escravos quanto as ferramentas eram considerados fundamentais para se desenvolver qualquer atividade produtiva. A posse de escravos poderia diferenciar socialmente os indivíduos em São Paulo. Porém, considerando-se o fato de que peças do gentio eram comumente encontradas, até mesmo nas fazendas mais pobres, cremos que para além da posse, o que distinguia socialmente os habitantes do Planalto seria a quantidade de escravos possuídos. Com as ferramentas, o mesmo pode ser considerado válido.

De forma geral observamos que a importância das ferramentas no interior do conjunto do patrimônio, enquanto porcentagem em sua constituição, sofre um sutil aumento durante todo o período em questão (1596 a 1640). A máxima porcentagem apreendida no período como um todo é de 35,34%. Porém, é necessário aprofundar esta análise. O inventário que apresentou estes dados foi o do patrimônio de Gabriel Rodrigues, feito em 1633. Nele constava um montemor no valor de 11\$260 e o valor da somatória dos preços atribuídos a cada uma de suas ferramentas era de 3\$980, sendo todas elas referentes ao ofício de carpinteiro⁶⁸.

A segunda maior porcentagem foi de 32,60%, encontrada no inventário de Maria Correa, de 1636, no qual o montemor era de 34\$840 (trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta réis) e o valor das ferramentas era de 11\$360 (onze mil, trezentos e sessenta réis), conjunto no qual se inseria um tresmalho (rede de pesca), um tear, uma prensa e uma

⁶⁷ Como o objetivo do levantamento incluía contabilizar o percentual representado pelas categorias de objetos e bens em relação ao montemor computado no inventário, não estão incluídos na amostra utilizada no quadro 2 os inventários em que não foram declarados bens.

⁶⁸ Inventário e Testamento de Gabriel Rodrigues. In: *Inventários e Testamentos*. Vol 9, pp. 175 - 186.

bordadeira⁶⁹. Maria Correa era casada com Jerônimo Alves com quem tivera 8 filhos, dentre os quais, 2 filhas e 1 filho já estavam casados na época da morte da mãe, ficando 5 órfãos com idades entre 12 e 5 anos. Maria e o marido possuíam uma roça de mandioca no valor de 15\$000, sitio com ameixas, laranjeiras e mais árvores em 3\$200. É possível observar matérias primas para uma indústria caseira de tecidos: 3 arrobas de algodão avaliadas em 1\$200, e alimentos que poderiam ter sido cultivados no espaço do quintal, como os 15 alqueires de feijões brancos, avaliados em 1\$200.

Chama a atenção o baixo valor de ambos montemores. De fato, a abundância não marcava estes patrimônios, que carregavam marcas da pobreza. Esse dado poderia evidenciar que nestas duas fazendas, as ferramentas representavam a forma de se obter meios para fazer o patrimônio render. Isso principalmente no primeiro caso, em que se observa a ausência de bens além do conjunto de ferramentas e das braças de chão. É importante notar, também, que Gabriel possuía 18 serviços forros, mão-de-obra com a qual poderia obter meios de sustento para sua família.

Voltando à análise das porcentagens representadas pelas ferramentas no patrimônio, de uma amostra de 130 inventários, em 108 o valor dessa categoria não ultrapassou os 10%. Cabe observar, que apesar da existência de inventários em que não constavam ferramentas, no interior da faixa que se estende de 0 a 10%, os valores vão timidamente subindo, concentrando-se, a partir de 1621 uma maior quantidade de inventários cujo percentual representado pelo conjunto das ferramentas encontra-se acima de 5%.

As ferramentas mais comumente encontradas foram as foices e as enxadas. Seus valores não eram altos. O preço das enxadas variava conforme seu estado: se fossem velhas, poderiam custar de \$080 (oitenta réis) a \$100 (cem réis); se fossem usadas custavam de \$120 (cento e vinte réis) a \$200 (duzentos réis) e se fossem novas, poderiam alcançar a cifra de \$320 (trezentos e vinte réis). Estas estavam diretamente ligadas às atividades agrícolas praticadas pelos moradores da vila.

As atividades agrícolas se encontravam associadas a outras⁷⁰. Produzir parte dos mantimentos consumidos diariamente era necessidade que se satisfazia muitas vezes no

⁶⁹ Inventário e Testamento de Maria Correa. In: *Inventários e Testamentos*. Vol.32, p. 102 – 112.

⁷⁰ José Newton Coelho Meneses constatou, para a região da Comarca de Serro Frio, no século XVIII, que dificilmente as atividades agrícolas eram exclusivas, analisando uma amostra de 95 relações de bens presentes

âmbito do quintal da casa. Como no caso de João Tenório, ferreiro que falecera em 1634, deixando aos filhos herdeiros um sítio, no qual cultivava milho e vinhas⁷¹.

Neste mesmo documento é possível observar grande variedade de atividades cotidianas a partir das ferramentas. Além da tenda de ferreiro, João Tenório possuía um bom conjunto de ferramentas de carpintaria: um cantil, que servia para abrir o tabuado de meio fio ou de macho; uma garlopa, que seria o instrumento que tiraria as últimas aparas para ficar bem unida a madeira; uma junteira, que servia para fazer as juntas das taboas; cepilho, instrumento semelhante à garlopa mas menor, com que se endireitam e alisam as madeiras; um compasso, instrumento geométrico de ferro ou outro metal com que se tomam medidas, se fazem círculos e outras figuras; alguns formões, que serviam para cortar a madeira direito e liso, uma serra e o riscador, usado para riscar⁷². Se as ferramentas agrícolas foram as que mais apareceram nos róis, as ferramentas ligadas à carpintaria foram o segundo tipo mais encontrado nos registros dos inventários.

Constava no inventário de João um total de 27 peças forras. Essas eram, sem dúvidas, empregadas no desenvolvimento de tais atividades, além do cuidado da produção agrícola doméstica.

As ferramentas e equipamentos de trabalho eram indispensáveis para a transformação de matéria-prima em produtos que viriam a ser comercializados ou consumidos no ambiente doméstico. Possuí-las significava possibilidade de sobreviver do próprio trabalho ou do trabalho de escravos. Ao que parece, a segunda situação era mais comum, no entanto, observamos grande número de oficiais trabalhando e chefiando o trabalho de indígenas no âmbito da vila.

Apesar de não avaliadas, pois por lei ao indígena era garantida a liberdade⁷³, as peças forras estavam presentes nos inventários estudados em quantidades variadas, que foram aumentando com o passar dos anos.

A abundância de peças escravas vinculava-se ao apresamento realizado pelos sertanistas. A partir de 1585, paralelamente a pequenas expedições que ocorriam

em inventários e testamentos. Vide: MENESES, José Newton Coelho. O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000, capítulo 3, p. 143 – 198.

⁷¹ Inventário de João Tenório. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 319 – 403.

⁷² Os significados destas ferramentas ligadas à carpintaria forma consultados em: BLUTEAU, op. cit.

⁷³ Sobre a legislação portuguesa que tratava dos indígenas, vide: FREITAS, op. cit. Neste trabalho também é tratada a questão do aliciamento de indígenas nos aldeamentos por parte dos jesuítas, bem como as disputas recorrentes.

constantemente, iniciaram-se expedições de grande porte, que marcaram o cotidiano dos moradores da vila, por se caracterizarem enquanto verdadeiras guerras ao gentio. Já durante as quatro primeiras décadas do século XVII, as expedições foram constantes e se dirigiram para localidades cada vez mais afastadas⁷⁴. Com relação às variações da população indígena em São Paulo, John Manuel Monteiro mostrou, através da análise dos inventários de bens, que entre o período de 1600 e 1640 cresceu a quantidade de proprietários de índios, bem como os plantéis, em termos de posse média, sendo que na década final haveria registrado nos inventários uma quantidade 18 vezes maior de indígenas (de 154 registrados entre 1600 e 1609, passou-se a 2804 registrados entre 1630 e 1639)⁷⁵.

Até mesmo nos inventários marcados pela escassez de bens constava a presença indígena, como pudemos observar no rol de bens da miserável viúva Isabel Beldiaga, citado anteriormente. Foi o caso também de Maria Martins, casada com Miguel Rodrigues e inventariada em 1639. Ao casal pertenciam 2 enxadas velhas, 2 foices, 1 caixa, 1 manto de sarja velho, 1 anel com pedra verde encastada e 4 peças forras. Maria, quando faleceu, tinha duas filhas já casadas e inteiradas de seus dotes, um filho que tivera de seu primeiro marido Rafael Teixeira, chamado Salvador, com dezessete anos, e um filho de seu segundo marido, Miguel, chamado Pedro, de idade de um ano. O montemor do patrimônio do casal somara 1\$600 (mil e seiscentos réis) e o montante de suas dívidas 5\$300 (cinco mil e trezentos réis)⁷⁶. A composição da fazenda de Maria Martins nos fornece indícios de que seu sustento, pela ausência de roças e cultivos menores a até mesmo de um espaço de morada próprio, era proveniente do trabalho das peças forras empregadas em atividades que poderiam ser realizadas com o uso das ferramentas presentes no rol. Uma dessas peças havia sido emprestada a ela por Mécia Rodrigues, esposa de João Pires, o que poderia indicar que a pobreza de Maria comovia as pessoas, a ponto de estas desejarem ajudá-la.

A capacidade de trabalho dos escravos podia fazer render significativamente a fazenda por ampliar a produtividade, quando tendo à disposição ferramentas e matérias primas para a produção.

⁷⁴ Alfredo Ellis Junior construiu uma interessante relação das expedições realizadas nos séculos XVI e XVII, a partir da qual constatamos que para o período entre 1585 e 1610 ocorreram 9 grandes expedições, entre 1601 e 1610 teriam sido realizadas 6 expedições, entre 1611 e 1620 ocorreram 8, entre 1621 e 1630 ocorreram 4 e entre 1631 e 1640 ocorreram 7. Vide: ELLIS JR., op. cit.

⁷⁵ MONTEIRO, 1994, op. cit., p. 80.

⁷⁶ Inventário e Testamento de Maria Martins. In: *Inventários e testamentos*. Vol 10, p 389 – 398.

Os escravos eram elemento fundamental para a construção dos espólios familiares e individuais. Sua importância era considerada tão grande para o desempenho das atividades cotidianas, que eram emprestadas, como forma de auxílio, a parentes, vizinhos ou amigos que não gozassem de uma situação econômica confortável.

De acordo com Muriel Nazzari⁷⁷, no século XVII, quando uma moça se casava seu dote fornecia os elementos necessários para a montagem da família enquanto unidade produtiva: casa, gado e escravos. No entanto, para um jovem homem ter acesso independente a esses mesmos itens, era necessário que ele se casasse ou seus pais morressem.

John Manuel Monteiro acrescenta a essas possibilidades o fato de que, para se posicionar na sociedade luso-brasileira, o jovem buscava o remédio para pobreza, ou seja, mão-de-obra cativa indígena no sertão, a qual ofereceria um ponto de partida para as atividades produtivas e fonte de renda. Como o dote ofereceria apenas algumas poucas peças cativas e as heranças deveriam ser divididas de modo equitativo entre os herdeiros, a opção que de fato se mostrava mais viável e eficiente seria o apresamento, para o qual os jovens recebiam ajuda de custo de seus pais ou sogros, através de pequenas somas de capital e alguns índios, na expectativa de ampliar também suas próprias posses⁷⁸.

Mas, para além da necessidade cotidiana, o ideal de ser servido funcionava, também, como elemento propulsor dessa busca por escravos: “até aqueles, cuja muita pobreza, lhe não permite ter quem o sirva, se sujeita antes a andar muitos anos pelo sertão em busca de quem o sirva, do que a servir a outrem um só dia”⁷⁹. Pero Magalhães Gandavo elucidou em sua obra a lógica que permeava a vivência do paulista, marcada pela necessidade do escravo:

As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada um alcançar dois pares ou meia dúzia de escravos (que pode um por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remédio para sua sustentação: porque uns lhe pescam e caçam, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assim pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que

⁷⁷ NAZZARI, 2001, op. cit.

⁷⁸ MONTEIRO, 1994, op. cit.

⁷⁹ “Relatório do governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento”, s. d., *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 39, p. 197-200.

neste Reino, porque os mesmos escravos índios da terra buscam de comer para si e para os senhores, e desta maneira não fazem os homens despesa com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas.⁸⁰

O trabalho dos índios escravizados remediava a condição de pobreza e proporcionavam certo conforto, sendo meio de acumular certo patrimônio.

Os bens de raiz eram, também, importantes para a multiplicação e crescimento do patrimônio e para a sobrevivência cotidiana. Muitos habitantes do Planalto abrigavam-se em casas alugadas ou cedidas por parentes, compadres ou amigos. Ou mesmo trabalhavam e moravam em terras alheias, como no caso de Maria Martins, tratado acima. A propriedade da terra, no entanto, permitia que a família se estabilizasse e estabelecesse numa certa região, assim como poderia ser transferida por herança para seus filhos, garantindo dessa forma a continuidade da família na localidade e a preservação das relações de sociabilidade para com a vizinhança. As terras, apesar de serem transmitidas por meio da herança, não costumavam ser avaliadas nos inventários.

De acordo com José Newton Coelho Meneses, desde o início da colonização, a distribuição de terras tinha por finalidade a ocupação territorial, a produção de bens para o mercado externo e a produção de alimentos para manter a vida da população. A doação de Sesmarias implicava na preocupação relativa ao seu verdadeiro aproveitamento para a produção, já que se esta fosse improdutiva, poderia ser passada a outrem. Esse procedimento estava de acordo com a Lei de Sesmarias de D. Fernando I (1375) e tais dispositivos vigoraram até a Lei de Terras de 1850⁸¹.

Em quase 88% dos inventários por nós trabalhados constava propriedade de bens de raiz. Estes, de fato, representavam parcela significativa do patrimônio acumulado: em 97 inventários, da amostra de 130, esta categoria superava a faixa dos 10% do valor dos montemores⁸². Luciana Cristina Scarato constatou a partir de uma amostra de 62 inventários de moradores do Caminho Velho na Comarca do Rio das Mortes, no período entre 1729 e 1797, de que quase 92% dos inventariados possuíam bens de raiz, entre os

⁸⁰ Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da terra do Brasil: história da Província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos de Brasil*. (1536). Rio de Janeiro, RJ: Anuário do Brasil. 1924, p. 44

⁸¹ MENESES, J. N. op. cit., p. 151 – 153.

⁸² Maria Aparecida Borrego, estudando uma amostra de 30 inventários de homens ligados ao comércio, no século XVIII, constatou que os bens de raiz representavam entre 13% e 18% da totalidade dos bens. Vide BORREGO, op. cit., especialmente quadro na página 193.

quais predominavam chácaras, fazendas sítios e roças⁸³. José Newton Meneses, para a região da Comarca de Serro Frio, observou, que de uma amostra de 95 habitantes da região, ao longo do século XVIII, 43 (42,3%) eram proprietários ou detinham o direito à posse da terra, a qual usavam para a produção de alimentos, combinada, em boa parte dos casos, a outras atividades.⁸⁴

Entre os bens de raiz se acumulavam casas e roças, sendo que as últimas atingiam altos valores, que chegavam a alcançar ou ultrapassar facilmente a avaliação da morada de seu dono. Como no caso de Balthazar Alves⁸⁵, que falecido em 1613, habitante em *Urubuquessaba* e casado com Bárbara Mendes, possuía somente a metade da casa de seu pai, no valor de 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) e roças no valor de 14\$000 (quatorze mil réis) e 6\$000 (seis mil réis), com mais milharada no valor de 6\$000 (seis mil réis) também. A produção das roças de Baltazar Alves alimentava o casal e seus escravos. Seu excedente poderia ser vendido para vizinhos, complementando a renda familiar.

Muitas dessas plantações, forneciam matérias-primas que, quando beneficiadas, geravam produtos de valor, que poderiam ser consumidos pela família e escravaria e ter seus excedentes comercializados, ou mesmo poderiam se produzidos visando-se sua venda, como meio de incrementar o patrimônio. Tal era o caso da produção do trigo, que, como enfatizou John Monteiro, era a atividade principal da economia paulista do século XVII, sustentada com mão-de-obra indígena. A população do Planalto de Piratininga chegou a sofrer com a carestia do trigo, escasso para consumo local, em diversos momentos registrados nas atas da Câmara, apesar de sua abundância na região⁸⁶.

Os escravos, as ferramentas e os bens de raiz correspondiam à parte da estrutura produtiva que caracterizava a maior parcela do patrimônio. Esses bens proporcionavam aos seus proprietários meios para fazer render sua fazenda e acumular riquezas. Das três categorias, o que apresentava maior valor e, portanto, significância no interior do patrimônio eram os bens de raiz, especialmente casas e roças.⁸⁷ Eram também os que mais

⁸³ SCARATO, Luciane Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733 – 1783)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/ SP. 2009, p. 176.

⁸⁴ MENESES, J. N. op. cit., p. 157.

⁸⁵ Inventário de Baltazar Alves. In: *Inventários e testamentos*. Vol 1, pp 309 – 332.

⁸⁶ MONTEIRO, 1994, op. cit. Vide especialmente o capítulo 3: “O celeiro do Brasil”.

⁸⁷ Cabe observar que as peças escravas não eram avaliadas nos inventários. no entanto, no final do século XVI e nos anos iniciais do século XVII, quando as peças ainda apareciam avaliadas, elas chegavam a ocupar a

dificuldades apresentavam em se obter, visto que a construção de casas e cultivo de roças demandava tempo, trabalho, ferramentas, entre outros.

Como a posse desses bens era relativamente comum, a ostentação não estava ancorada diretamente em sua propriedade, mas sim na quantidade e diversidade desses bens: ter casas na vila e sítio da roça, bem como plantações extensas ao longo do campo, possuir muitas ferramentas de diversos tipos, bem como muitos escravos para servir nas mais variadas atividades era o que marcava a riqueza. No entanto, em situações desse tipo, abundavam também outras categorias constituintes do patrimônio sob propriedade do indivíduo ou família. “Todos os bens são portadores de significados, mas nenhum o é por si mesmo (...) o significado está nas relações entre todos os bens (...)”⁸⁸. Vejamos um pouco dessas outras categorias.

A presença de alimentos armazenados, colheitas e produções caseiras nos inventários indicavam a produção, consumo e comercialização destes itens, tanto no espaço da vila quanto em paragens mais distantes. Quase 65% dos inventários selecionados para esta análise possuíam algum artigo desta natureza, o que pode ser visto como indício da intensidade das transações comerciais que eram efetuadas cotidianamente com base nos produtos locais. As matérias-primas, presentes em 44,61% dos inventários, quando associadas a certos equipamentos, eram indicativos da existência de uma indústria caseira⁸⁹.

Armazenar alimentos, colheitas e produções caseiras, bem como matérias-primas, era uma prática comum, que não estava associada somente às fazendas mais abastadas. No entanto, cabe olhar com atenção o que era guardado: armazenar milho, por exemplo, era diferente de armazenar sal, visto que o milho e seus derivados faziam parte da alimentação cotidiana da população da vila de São Paulo⁹⁰. Já o sal, raro nos inventários, era algo caro que se consumia e armazenava somente por aqueles cuja situação econômica de abonaça

importância de 50% do valor dos montemores. Diante disso, apesar de não termos dados numéricos para pensar seus valores monetários, consideramos importante ter em mente que a venda de escravos indígenas existia e constituía meio de fazer render o patrimônio.

⁸⁸ DOUGLAS; ISHERWOOD, op. cit., p. 121.

⁸⁹ Consideramos enquanto matéria-prima produtos da terra ou de fora dela, que poderiam dar origem a produtos manufaturados, sem que houvesse no inventário registro de seu cultivo ou produção. Um exemplo: o algodão, em caroço ou limpo, que poderia ser utilizado na confecção de fios e tecidos, pode ser considerado uma matéria-prima quando não há no inventário registro de algodoads ou pés-de-algodão. Se houvesse, o algodão seria classificado como colheita ou produção caseira.

⁹⁰ Sobre a importância do milho na alimentação em São Paulo no século XVII, veja: BASSO, Rafaela. *A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho? (1650 – 1750)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas / SP. 2012.

permitia obter, ou por aqueles que não se desligavam desse consumo, como no caso de João da Costa, analisado na introdução.

Armazenar tecidos finos, tanto para os alfaiates, quanto para os mercadores, era ter disponível material para seu trabalho. No entanto, armazenar estes tecidos para futuramente mandar confeccionar roupas novas, significava ter à sua disposição materiais requintados e, geralmente de difícil acesso, que poderiam representar altos valores acrescidos no patrimônio. Como no caso de Belchior Carneiro, falecido em 1609 no sertão, cuja fazenda somava 200\$850 (duzentos mil, oitocentos e cinqüenta réis) entre os quais 8\$110 (oito mil, cento e dez réis) eram referentes mais ou menos 12 côvados de gorgorão vermelho e mais ou menos nove côvados e meio de tafetá da Índia. Constava ainda neste inventário sete camisas novas de algodão, avaliadas em 4\$900 (quatro mil e novecentos réis), quatro ceroulas novas também de algodão, avaliadas, por sua vez em 2\$200 (dois mil e duzentos réis), uma pele de carneira do reino, em \$320 (trezentos e vinte réis) e um espelho, ao qual se atribuiu valor de \$800 (oitocentos réis) nas avaliações⁹¹.

Ao que parece, pela avaliação, o espelho era grande, assim como a preocupação de Belchior em parecer bem. Este havia levado para o sertão “roupeta e calções de picote golpeado forrado de tafetá amarelo”, que valiam 8\$000 (oito mil réis), roupeta de chamalote com gibão de tafetá azul, avaliado em 3\$400 (três mil e quatrocentos rei), ceroulas, avaliadas em 1\$600 (mil e seiscentos réis), três camisas velhas que valiam 3\$000 (três mil réis), três mantéos, que era uma espécie de volta pegada a gola da camisa, ou seja, uma peça de ornar o pescoço avaliados em 2\$200 (dois mil e duzentos réis). Além das peças de roupa, Belchior levava dois pares de botas, um novo de cordovão avaliado em 1\$200 (mil e duzentos réis) e outro usado, avaliado juntamente com dois pares de meias, um vermelho velho e um de linho, em \$800 (oitocentos réis). Separar a bagagem a ser levada para longas viagens exigia seleção daquilo que era de fato relevante. Dessa forma, as peças de vestes que Belchior carregava consigo deveriam ser de suma importância para ele.

As criações e animais foram muito recorrentes nos inventários, constando em 85,38% deles. Essas eram necessárias para o sustento diário e um meio de multiplicar o comércio de carne e seus rendimentos. As mais numerosas eram as criações de gado bovino, que alcançavam cifras significativas quando contabilizados os seus valores no

⁹¹ Inventário e testamento de Belchior Carneiro. In: Inventários e Testamentos. Vol. 2, pp. 111 – 199.

interior da somatória do patrimônio. João do Prado, falecido em 1597, tinha um patrimônio cuja somatória era de 285\$190 (duzentos e oitenta e cinco mil, cento e noventa réis), dos quais 35\$540 (trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta réis) correspondiam a 14 cabeças de gado bovino e 36 cabeças de gado suíno⁹².

Maria Gonçalves era casada com Clemente Álvares, quando faleceu em 1599. A fortuna do rico casal foi avaliada em 364\$830 (trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta réis). Em animais, eles possuíam 105\$600 (cento e cinco mil e seiscentos réis). Tratava-se de 10 cabeças de gado suíno avaliado em 9\$000 (nove mil réis) e 94 cabeças de gado bovino em 96\$600 (noventa e seis mil e seiscentos réis)⁹³. Maria Beatriz Nizza da Silva cogita, com base no estudo dos inventários e das atas da câmara, que o gado era a principal riqueza de muitas famílias de Piratininga, daí a existência de diversas posturas camarárias relativas às criações de bois e vacas. Nas palavras da autora: “Dos patrimônios de famílias rurais fica evidente que nesta economia de subsistência os bens mais valiosos dos colonos eram os escravos índios e o gado”⁹⁴. Para Alcântara Machado, por sua vez, o gado era um elemento presente nos inventários que se destacava pelo alto valor monetário, assim como os produtos agrários, os escravos índios e as peças da indumentária⁹⁵.

Os rebanhos eram amplos, mas também havia pequenos criadores e criações recentes. A multiplicação do gado, por ser certa e relativamente rápida, fazia com que inícios de criações fossem separados para dotes de filhas legítimas, naturais e bastardas, e órfãs pobres, que nem sempre pertenciam ao circuito familiar ou parental, mas que eram beneficiadas por meio de esmolas determinadas em testamento. Henrique da Cunha, ao fazer testamento em 1623, definiu que um par de vacas deveria ser dado para ajudar no casamento da menina Maria, filha natural de um de seus filhos. As vacas se multiplicariam até a menina se casar⁹⁶.

Os rebanhos abrangiam gado suíno e bovino mais comumente, mas havia também carneiros e ovelhas, bodes e cabras. As galinhas, dentre as aves, eram as que mais presentes estavam nos quintais das famílias, porém, havia criações de patos, perus e pombos.

⁹² Inventário e Testamento de João do Prado. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp. 77 – 121.

⁹³ Inventário e Testamento de Maria Gonçalves. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp. 185 – 205.

⁹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998, p.25.

⁹⁵ ALCANTARA MACHADO, op. cit.

⁹⁶ Testamento de Henrique da Cunha. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp. 208 – 215.

As cavalgaduras, equipamentos e acessórios de transporte apareceram em 43,07% dos inventários trabalhados. Cavalos, com suas selas, arreios, freios e outros acessórios, e canoas eram itens que completavam o conjunto de bens de muitas fazendas, especialmente as mais ricas. A propriedade ou posse de bens dessa natureza garantia gastos reduzidos no transporte de produtos comercializáveis no âmbito da vila. Para fora dessa região, especialmente para as regiões litorâneas, tornava-se necessário o aluguel de índios de carga. Os cavalos estavam associados às fazendas mais ricas, visto o preço desses animais e seus aparelhos: os cavalos podiam chegar a custar 4\$000 (quatro mil réis), e as selas acompanhadas de equipamentos, como freios e estribos, poderiam alcançar a mesma cifra. Este valor poderia corresponder a uma casa de palha, um tacho médio de cobre ou mesmo a uma veste de pano do reino.

As selas e equipamentos associados às cavalgaduras possuíam meios sutis de diferenciar seus proprietários. Cascavéis, peças de peitoral, esporas de pua, selas, freios, estribos, entre outros adornavam ricamente os cavalos, chamando a atenção daqueles que caminhavam pelas ruas da vila.

Ter uma cavalgadura certamente era diferente de tê-la adornada e bem equipada. Essa segunda situação, não era tão acessível quanto a primeira. O cavalo selado, enfreado e com esporas, que pertencia a Pedro Álvares, inventariado em 1609, foi avaliado em 10\$000 (dez mil réis). Seu montemor somava 367\$570 (trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta réis) e em meio ao seu patrimônio encontrava-se um sobrecéu com cortinas, avaliado em 6\$000, o que poderia ser indicio da presença de uma cama na casa de Pedro. Em tecidos havia sete côvados de baeta avaliados em 7\$000 (sete mil réis), oito côvados e meio de damasco azul que valiam 6\$800 (seis mil e oitocentos réis) e seis côvados e meio de raxeta aveludada, que valiam, por sua vez, 4\$000 (quatro mil réis). Em alfaias havia um cobertor usado que valia \$960 (novecentos e sessenta réis), dois lençóis de linho, que valiam \$800 (oitocentos réis), dois lençóis de algodão, no mesmo valor, um travesseiro de seda usado com duas almofadas, \$640 (seiscentos e quarenta réis) e duas toalhas de mão, \$480 (quatrocentos e oitenta réis)⁹⁷. Ao que se vê, a fortuna de Pedro não ostentava somente fora de sua casa.

⁹⁷ Inventário e Testamento de Pedro Álvares. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, pp. 381 – 479.

As armas, aparatos defensivos e acessórios quando combinados com instrumentos ligados à escravidão (que apareceram em 16,92% dos inventários) eram indicativos das atividades sertanistas. Separadas, entretanto, acenavam para meios de defesa, fosse do sítio, da casa ou da vila, bem como da existência de mecanismos materiais de controle do trabalho doméstico escravo. As armas e aparatos defensivos apareceram em 40,76% dos inventários trabalhados, mesmo sendo muito comum que os homens do Planalto, em algum momento de sua vida, se envolvessem nas expedições ao sertão. Isso indica que nem todos aqueles que empreenderam a busca de cativos no interior da América portuguesa desfrutavam da propriedade de artefatos necessários à defesa e ao ataque, o que tornava recorrentes os empréstimos ou aluguéis de armas e aparatos defensivos para a montagem destas viagens.

O preço dos artefatos dessa natureza, os quais tinham origem européia geralmente, era bastante alto. Uma escopeta equipada com forma de pelouro e munição chegava a custar 6\$000 (seis mil réis), como as duas encontradas no inventário de Henrique da Cunha⁹⁸. Esse valor poderia ser equiparado ao de um cavalo selado, ou a um conjunto de alfaias novas, com lençol de linho, fronhas e cobertor.

Entre as armas de ataque, as peças mais comuns eram as espadas. Mais baratas do que as espingardas e as escopetas, os valores atribuídos às espadas variaram, no período estudado entre 0 e 3\$000 (três mil réis). Para segurar a espada junto ao corpo, na região da cintura, existiam os talabartes, que foram encontrados nos inventários acompanhados ou não de cintos. Para esses acessórios eram estabelecidos valores diversificados, os quais refletiam o quão novos ou adornados eram. Como no caso de Pedro Álvares, do qual tratamos acima, que possuía “talabartes e petrina com ferros de prata” avaliados em 1\$600 (mil e seiscentos réis)⁹⁹. Já no caso do talabarte velho de Francisco de Seixas, o valor atribuído foi de \$080 (oitenta réis). Para o talabarte sem cinto de Luiz Furtado, inventariado quando da morte de sua mulher Felipa Vicente, em 1615, o valor foi de \$100 (cem réis)¹⁰⁰. Este acessório de arma, usado por homens, tinha função prática e de adorno, possuindo variações com detalhes em prata ou com pespontos nos cintos. As diferenças nos estilos dos

⁹⁸ Inventário e Testamento de Henrique da Cunha. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp. 207 – 280.

⁹⁹ Inventário e Testamento de Pedro Álvares. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, pp. 381 – 479. Petrina era uma espécie de cinto que cingia o peito. Vide: BLUTEAU, op. cit., Vol 6, p.473.

¹⁰⁰ Inventário e Testamento de Felipa Vicente. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, pp. 423 – 447.

objetos marcavam definições de limites entre arenas sociais, nas quais diferentes mensagens eram transmitidas¹⁰¹.

Entre aquelas ligadas à defesa as mais comuns eram as armas de algodão ou gibões de armas, que possuíam uma versão mais sofisticada, a coura de anta, considerada melhor proteção¹⁰². A coura de anta consistia em uma espécie de colete, confeccionado em couro, que tinha função de proteger contra flechadas, ao passo que o gibão de armas, que assumia a mesma função, consistia de um colete estofado, de tecido grosso com enchimento de algodão. No inventário de Luiza da Gama, casada com João Paes e falecida em 1615, constava uma coura de anta no valor de 5\$000 (cinco mil réis), o dobro da avaliação da casa em que o casal morava, de dois lanços de taipa de mão e cobertura de palha.

Cabe recordar que, muitas vezes, artefatos produzidos por indígenas não eram avaliados, o que pode ter excluído do registro uma série de arcos e flechas, comumente empregados na caça ao índio, por mamelucos ou mesmo índios envolvidos no empreendimento.

As armas, dessa maneira, bem como os acessórios necessários para seu uso ou para carregá-las marcavam status. Por meio de seu estado de conservação, seus ornamentos e do material de que eram feitos, os acessórios diferenciavam os homens que partiam rumo ao sertão de forma a lembrá-los da hierarquia e da posição de cada um na sociedade, no âmbito da vila. Afinal, os bens estabelecem e mantêm relações sociais¹⁰³.

Para além das utilidades práticas e do oferecimento e ampliação de conforto na vivência do dia a dia, os bens possuem valores simbólicos. A escolha dos bens cria padrões de discriminação que reforçam ou anulam outros. O consumo, usa os bens para tornar um conjunto particular de julgamentos sólido e visível nos processos de classificar pessoas e eventos. Ao consumir, o indivíduo diz algo sobre si mesmo e sua família, seu universo de convivência, etc.. Os bens constituem um sistema de mensagens que deve ser analisado de modo que estejam integrados na interação humana.

A existência de materiais de construção em 18,46% dos inventários seria indicativo de planos familiares de ampliação da casa ou da construção de uma nova, ou mesmo do

¹⁰¹ LIMA, Tânia Andrade. “Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista”. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Nova série. Vol. 5. Jan. / Dez. 1997, pp. 93 – 127.

¹⁰² Vide: BLUTEAU, op. cit. Vol. 2, p. 595.

¹⁰³ DOUGLAS; ISHERWOOD, op. cit., p. 105.

feitio de benfeitorias, como tijupares ou casas de negros, nos sítios. Tais incrementos poderiam, por sua vez, proporcionar à morada melhor organização de seus espaços e dos itens que lhe preenchiam, bem como aprimorar esteticamente a construção e lhe imprimir maior durabilidade¹⁰⁴. Ter materiais de construção indicava o desejo de melhorias da estrutura material que abrigava a maior parte do patrimônio e do cotidiano: a casa. Tais melhorias poderiam, por sua vez, vincularem-se ao crescimento progressivo da fazenda, o que permitia investir em mais comodidade, com a ampliação dos espaços, ou no embelezamento da moradia.

O posicionamento dos móveis entre as categorias mais presentes nos inventários tem fácil explicação: as principais peças do mobiliário encontradas eram as redes de dormir, de fácil transporte, e as caixas, utilizadas para organizar e guardar os objetos das pessoas ou mesmo das famílias. Ambas peças denotam, de certa forma, a mobilidade, bem como a simplicidade do patrimônio de seus proprietários. Essa categoria de bens, quando diversificada, atuava como os utensílios e as alfaias. Como veremos no item seguinte, sua posse associava-se ao desejo de que o luxo e conforto marcassem o espaço doméstico.

As roupas, ou vestuário, aparecem em quinta posição entre os objetos mais comuns a compor o patrimônio. Porém, cabe aqui uma ressalva: as roupas que eram registradas no inventário seriam aquelas que não teriam ido para o túmulo com o inventariado. Todas as pessoas possuíam ao menos uma peça de roupa que lhe cobrisse o corpo. Obrigatoriamente, isso faz com que as vestimentas fossem encontradas em todo e qualquer patrimônio. No entanto, como veremos adiante, os vestuários de ricos e pobre diferenciavam-se por meio de vários elementos, como os tecidos, os ornamentos ou mesmo os modelos das vestimentas. As roupas de algodão da terra eram os objetos mais comuns no âmbito da vila. Já os objetos de uso pessoal não eram tão comuns, especialmente aqueles ligados à ornamentação do corpo. Os objetos mais comuns dessa categoria eram os chapéus, pretos ou pardos, utilizados como complemento da indumentária e também como meio de proteção contra o sol e a chuva. As jóias, de ouro, prata e pedras preciosas eram bastante escassas¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Cabe observar que, quando identificamos equipamentos ligados à produção desses materiais, como por exemplo formas ou fornos de telhas, eles eram classificados como produção caseira, visto que o equipamento possibilitava a produção voltada para o comércio.

¹⁰⁵ Cabe observar que trataremos a temática da indumentária de maneira mais aprofundada no capítulo 3.

Observemos as categorias que menos apareceram nos inventários. Os instrumentos musicais, bem como livros e jogos, de cartas ou de qualquer natureza eram raros na vila de São Paulo. No entanto, a existência de artefatos desse tipo poderia ser compreendida como indicativo de práticas relacionadas à música e à diversão, bem como às formas de sociabilidades envolvidas por elas. Num cotidiano marcado pela grande quantidade de afazeres, a música poderia estar presente nos momentos de descanso, como ao anoitecer, embalando o tempo de convivência e conversa com a mulher e os filhos, ou, quem sabe, até mesmo com vizinhos em dias de celebração.

Os jogos, por sua vez, associavam pais e filhos, vizinhos, compadres e amigos em momentos de distração. Baralhos eram comumente carregados nas longas viagens ao sertão e possibilitavam divertimento e algum alívio da tensão das perigosas expedições, além de criarem uma atmosfera mais próxima daquela vivenciada no lar.

Ao que parece, a prática de jogos era bastante comum tanto na Península Ibérica quanto na América Portuguesa. Tanto que, em fevereiro de 1582, a Câmara da Vila de São Paulo proibia que pessoas de qualquer qualidade dessem mesa de jogos em suas casas¹⁰⁶. Disso se vê que os jogos eram apreciados em todos os segmentos da sociedade e, de alguma maneira, proporcionavam confusões e conflitos, daí a necessidade de proibi-los por parte das autoridades. Constam, além disso, em alguns inventários, menções a dívidas obtidas nos jogos ou tavolagem.

Os livros remetem a duas práticas: leitura e escrita. Sobre o assunto, Roger Chartier esclarece que, ao longo da Idade Moderna, especialmente entre os séculos XVI e XVIII, novas formas de relação com a escrita construíram uma esfera de intimidade para o indivíduo, fora do alcance dos controles da comunidade, sem, no entanto, eliminar práticas mais antigas, como a leitura em voz alta para os outros ou para si mesmo, nem sendo partilhada por todos os que possuíam a habilidade de ler¹⁰⁷.

O autor afirma que, de maneira desigual entre as regiões européias e segmentos sociais dessas regiões, houve entre os referidos séculos uma familiarização com a escrita, algo perceptível pelo crescimento das porcentagens de homens e mulheres capazes de assinar o próprio nome. Por toda parte, do Velho ao Novo mundo, competências culturais

¹⁰⁶ ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1, p. 190.

¹⁰⁷ CHARTIER, Roger. "As práticas da escrita". In: ARIÈS, P. e CHARTIER, R. (org). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 113 – 161.

que antes eram um apanágio de poucos se estendem a uma ampla parcela da sociedade moderna.

O saber ler teria sido uma condição obrigatória para o surgimento de novas práticas relativas à intimidade individual, que autorizariam o recolhimento e liberariam de antigas mediações. Em meio a estes novos comportamentos estaria a ascensão de formas inéditas de relação do homem com a divindade, com os outros e com os poderes. A conquista da leitura e da escrita teria suscitado formas diferentes de sociabilidades servindo, paralelamente, de base para a construção do Estado Moderno, que usava a escrita como meio para proferir a justiça e dirigir a sociedade.

Os livros, assim como os baralhos, acompanhavam muitos daqueles que se dirigiam ao sertão. Manuel Preto, falecido em 1638, nas proximidades do Rio Taquari, portava consigo, em sua última expedição, um naipe (nome dado ao baralho) e dois livros, um velho não identificado e um de Heitor Furtado. Certamente a leitura poderia proporcionar-lhes momentos de distração. Se esta era feita em voz alta, contemplando os companheiros de viagem com alguma diversão na longa jornada, ou se era feita silenciosa, jamais saberemos. Porém, convém imaginarmos que a leitura era de fato realizada, afinal, em tais expedições selecionava-se o que seria levado na bagagem com certo critério¹⁰⁸.

Cada uma dessas categorias de objetos e bens acrescia valores aos montemores. E, no interior de cada uma delas existiam artefatos que marcavam ostentação e riqueza, mostrando o posicionamento do indivíduo na sociedade. Os objetos e bens sinalizavam status e requinte quando em combinação com outros que transmitiam a mesma mensagem e com gestos que traduziam nas práticas cotidianas que atravessavam a sociedade, maneiras peculiares de consumo. Maneiras essas que distinguiam segmentos sociais.

1.3) A morada do colono no Planalto

O espaço de morada do habitante do Planalto de Piratininga era o local onde se concentrava a maior parte de seu patrimônio, quando não todo. No conjunto casa e quintal se depositavam utensílios, ferramentas e artefatos de uso pessoal. Enfim, itens da cultura

¹⁰⁸ Sobre o cotidiano nos caminhos do sertão, ver: SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1 da coleção História da vida privada no Brasil, coordenada por Fernando Novaes. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, pp. 41 – 81.

material disposta no cotidiano dos indivíduos e famílias, que envolviam seus afazeres rotineiros. Neste item exploraremos o universo de tais objetos e bens. Para tanto, selecionamos 228 inventários produzidos entre 1578 e 1640¹⁰⁹.

Com o objetivo de aprofundar a análise da materialidade, optamos por abordá-la a partir de uma esfera da vida cotidiana, a qual apreenderia as diferentes atividades nas quais os objetos e bens eram empregados: o universo da morada¹¹⁰. Este abrangia todos os elementos envolvidos no cotidiano do domicílio: a própria estrutura material da casa e seus anexos, bem como o conjunto de objetos que integravam seu interior formado pelos móveis, pelas alfaias e pelos utensílios e ornamentos da casa, os quais, em conjunto, Maria Aparecida Borrego denominou bens domésticos¹¹¹. A partir dessa esfera é possível adentrar o universo material e simbólico no qual os objetos estavam dispostos e refletir acerca de seus usos valores no interior da sociedade que se formava no Planalto de Piratininga.

Para Daniel Roche, a casa estaria no centro da vida humana. Primeiramente, ela seria o local de proteção: contra variações climáticas, feras, ou mesmo, em regiões de habitações mais dispersas ou períodos de guerra, contra os próprios homens. A casa funcionava também como um utensílio de trabalho em que se abrigariam as colheitas, os animais, as carroças e as máquinas¹¹². O espaço de morada protegia pessoas e bens depositados em seu interior. Além de compor parte do patrimônio, a casa abrigava o conjunto de ferramentas dos ofícios exercidos por seus possuidores, bem como era o local onde tais trabalhos eram executados.

A construção de casas, de acordo com Fernand Braudel, era um setor no qual se sentia o peso do precedente, ou seja, da memória que conjuga os hábitos e as tradições. Este espaço perpetrava memórias, as quais passavam de geração em geração. Das técnicas e materiais construtivos às formas de vivência concretizadas nas moradas, pobreza e riqueza

¹⁰⁹ O trabalho inicial com esta tipologia consistiu em listar todos os diferentes objetos e bens que foram identificados. Compilamos cada lista de objetos e bens registrados nos inventários, independentemente se suas informações foram integralmente preservadas da ação do tempo ou se parte delas se perdera por ação das traças, da umidade, etc.. Pensamos que, mesmo incompleto, cada rol poderia vir a apresentar um novo item, não presente em outros.

¹¹⁰ Cabe lembrar que a casa abrigava também atividades de produção econômica, abrigando conjuntos de ferramentas e sendo local de realização de tarefas ligadas a diversos ofícios. Delimitamos dessa forma, focando a casa apenas enquanto local de morada para facilitar o estudo e a compreensão desse aspecto do universo material de que dispunham os habitantes de São Paulo em nosso período de interesse.

¹¹¹ BORREGO, op. cit., p. 192.

¹¹² ROCHE, op. cit.

transpassavam os processos e as definições que constituem este espaço. Os materiais utilizados nas construções eram hierarquizados¹¹³.

O luxo, segundo o historiador, em termos da construção na Europa Moderna, residia em detalhes: os materiais empregados na feitura do teto, as diferentes composições do pavimento rés-do-chão, possíveis revestimentos de madeira para as paredes, ou o formato das portas e janelas. Este, no entanto, nem sempre era acompanhado de conforto: elementos como arejamento, aquecimento e iluminação eram ruins, os sanitários eram irrisórios, e a presença de piolhos e percevejos ocupavam ambientes de ricos e de pobres.

A historiadora italiana Raffaella Sarti, ao analisar a história da habitação na Europa Moderna, atenta-nos para a questão da variedade de situações existentes entre aqueles que não possuíam moradas e aqueles que viviam num edifício construído. Ela questiona: “o próprio limite inferior do conceito de casa é muito vago: que dizer daqueles que moram em precárias cabanas construídas com materiais vegetais?(...)”¹¹⁴. Para a autora, a existência de habitações rudimentares estaria ligada tanto à permanência de velhas tradições quanto à pobreza.

A casa e tudo o que se encontra em seu interior, “integra um sistema de comunicação não verbal, funcionando como um veículo por meio do qual estruturas sociais e categorias culturais adquirem existência sensorial”¹¹⁵. Dessa maneira, as diferentes formas que a unidade doméstica assume ao longo do tempo e no espaço, são produtos de normas sociais bem como de escolhas individuais que resultam de relações de poder na esfera doméstica, que, por sua vez, reproduzem e respondem a dinâmica social mais ampla¹¹⁶. Nessa perspectiva, as casas são estruturas materiais representativas das relações que se passavam em seu interior, bem como daquelas que extravasavam seu espaço físico.

A morada de parte dos colonos do Planalto, inserida no dinâmico contexto de crescimento econômico e populacional, bem como de criação de novos núcleos de povoamento, que marcou a segunda metade do século XVII, de acordo com Paulo Eduardo

¹¹³ BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII*. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Vide capítulo 4: O supérfluo e o costumeiro: o habitat, o vestuário e a moda, p. 237 – 280.

¹¹⁴ SARTI, R. *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*. Tradução: Isabel Teresa Santos. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p.34.

¹¹⁵ LIMA, Tânia Andrade. “Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX”. In: **Anais do Museu Paulista**. Nova Série. Vol. 3. Jan./ Dez.1995, p. 133.

¹¹⁶ LIMA, 1995, op. cit. p. 134.

Zanettini, ganhava contornos de uma edificação multicomponencial e multifuncional. A habitação, ao mesmo tempo em que moldou, foi moldada pela sociedade escravista mercantil, atendendo, inclusive, à função de entreposto, no qual ficavam depositados diversos tipos de produtos, como cereais, escravos e metais preciosos, posteriormente distribuídos. Dessa forma, a casa teria integrado, enquanto componente ativo e fundamental, a paisagem mercantil de Piratininga. Esta era a moradia da família extensa e teria prestado ao abrigo de outras famílias, integrantes do clã, em tempos de ameaças de ataques indígenas, ou de clãs rivais ¹¹⁷.

As descrições das casas da vila de São Paulo presentes nos inventários elucidam, mas nem sempre de forma explícita, sobre as divisões do espaço da morada ¹¹⁸. A escassez de informações com que eram descritas as casas de morada nos inventários não foi uma constante apenas na documentação produzida em São Paulo. Sheila de Castro Faria ao estudar as habitações rurais em Campos dos Goitacases no século XVIII e início do XIX, também se deparou com a falta de detalhamento nas descrições. Bastante genéricas, essas indicavam casas de morada e o seu estado de conservação, no mais das vezes apresentado como ruim. No olhar da autora, isso se vinculava ao fato de que a riqueza estava associada ao número de escravos e cabeças de gado e não a pequena variedade de objetos e as edificações simples em que viviam as famílias ¹¹⁹. Isabel Augusto, por sua vez, ao estudar a vida material nos domicílios belenenses, no início do século XIX, observou o mesmo tipo de descrição nos inventários, quando estes tratavam da casa rural. Já com relação à casa urbana, o detalhamento era um pouco maior, oferecendo a possibilidade de se conhecer as divisões internas da morada em alguns casos ¹²⁰.

José Newton Meneses, ao estudar inventários e testamentos da região da Comarca de Serro frio, no século XVIII, observou grande preocupação com a questão da

¹¹⁷ ZANETTINI, op. cit. Vide, sobre a casa especificamente, capítulo 3.

¹¹⁸ Cabe aqui observar o vocabulário: *casas*, indicava qualquer aposento de moradia; *lanço* consistia numa série de cômodos encarreirados um atrás do outro, formando uma fila perpendicular a rua ou ao terreiro, quando se tratava de casa rural; *corredor* era o distribuidor de circulações, podendo designar uma passagem estreita e comprida que se situava entre os compartimentos, ou indicar o alpendre rural para o qual deitavam portas à sala central, o quarto de hóspedes ou a capela familiar; *sobrado* era um espaço entre o forro ou o teto de um compartimento térreo e o telhado, ou seja, é o espaço que hoje em dia chamamos de sótão. Este mesmo termo indicava também um espaço habitável situado abaixo do soalho, o qual chamamos atualmente de porão. Vide: LEMOS, C. A. C. *Casa Paulista: História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 24 – 25.

¹¹⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998, p. 356.

¹²⁰ AUGUSTO, op. cit., p. 88.

determinação dos limites das propriedades imóveis, tanto urbanas quanto rurais. Além dos limites geográficos, os documentos forneciam os nomes dos proprietários limitantes, o que colocaria em relevo, ao seu ver, o sentimento de propriedade da terra por parte dos detentores do poder se deu uso. Também eram detalhadas, em tais fontes, as formas de acesso à terra: por doações heranças, aquisições, aluguéis e arrendamentos, e, mais raramente, sociedades formadas para exploração de terrenos. Tais dados possibilitaram ao autor visualizar um mercado de terras, por meio do qual se mostrava o valor social investido no poder de sua posse¹²¹. Para São Paulo, no período a que nos devotamos, não há registro de informações tão completas dessa forma. As cartas de datas de terra, quando registradas nos inventários dimensionam o tamanho das propriedades, especificando sua localidade e nome de proprietários limítrofes. No entanto, quando se tratava da descrição de roças e sítios, nem sempre os vizinhos eram especificados, no mais das vezes aludindo-se apenas o termo em que se situava o bem de raiz.

Paulo Zanettini, baseado em ampla pesquisa arqueológica, constatou que a organização dos espaços e atividades desempenhadas no interior da construção apontavam para a flexibilização e sobreposição de usos e funções nos cômodos, ao contrário do que o “olhar da arquitetura” estabeleceu para o esquema bandeirista clássico. Nesta visão, a casa era um complexo com espaços diferentes e especializados, formado por varanda, capela e quarto de hóspedes em sua parte dianteira, e a porção posterior composta por um cômodo central e camarinhas, os quais assumiam a função de sala e dormitórios. Dessa forma, a distribuição espacial estaria estritamente atrelada à “cosmologia do Velho Mundo, expressa na fachada frontal, distinguindo e separando o público do privado no quarto de hóspedes (cômodo destituído de acesso direto para o interior da edificação) e, no lado oposto, na capela, deixando as atividades relacionadas ao fazer para a porção posterior da estrutura ou para fora dela”¹²². Zanettini apontou, com base nos dados de sua pesquisa, que tal separação dos espaços por especialidades não existia na prática. Por exemplo pelo fato de

¹²¹ MENESES, J. N. op. cit., p. 156.

¹²² ZANETTINI, op. cit., p. 166. O esquema bandeirista clássico foi desenvolvido nas obras de três arquitetos estudiosos da casa colonial paulista, chamada de bandeirista: Luis Saia, que publicou *A casa bandeirista, uma interpretação*, nas comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo, e *A morada paulista*, publicado em 1978; Carlos Lemos, autor de *A casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café e Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*; e Julio R. Katinsky, autor de *Casas Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*.

que, no espaço no qual supostamente se encontraria a capela, definida pelo olhar da arquitetura, encontraram-se evidências da produção de cerâmica doméstica.

Numerosas vezes, nos inventários, as propriedades do espaço central da vila eram descritas de maneira geral, não constando divisão interna em cômodos ou compartimentos. No inventário de Maria da Silva, de 1616, registrou-se: “casas de dois lanços de taipa de pilão cobertas de telha”¹²³. No inventário de Pedro de Araújo, datado do mesmo ano, havia uma descrição algo semelhante: “casas de dois lanços de taipa de pilão cobertas de telha com seu quintal”¹²⁴. Em 1617, no inventário de Marina de Chaves ficou constava “casas de sobrado cobertas de telha com seu quintal de taipa de pilão com seu corredor”¹²⁵.

No entanto, em alguns inventários e testamentos tem-se claro que o espaço de produção imiscuí-se ao da morada, já que esta abrigava as ferramentas e tendas de oficiais. No testamento de João Tenório, datado de 1634, mesmo ano de sua morte, o oficial mecânico deixou claro o desejo que tinha de que sua tenda de ferreiro permanecesse em sua casa, afinal as duas lhe pertenciam e deveriam ficar onde sua vontade apontasse¹²⁶.

Além disso, as moradas mais simples, no mais das vezes situadas nos campos ou bairros rurais, construídas de taipa de mão e palha, eram pequenas e não contavam com construções anexas as quais poderiam servir à guarda da ferramenta agrícola e armazenamento da produção das roças. Como informou Paulo Eduardo Zanettini, entre o final do século XVI e início do XVII, as edificações do Planalto eram bastante simples, consistindo em casas com muros de taipa ao seu redor, especialmente as sedes de fazendas¹²⁷.

As casas da roça situavam-se a longas distâncias umas das outras e também da vila. Os caminhos eram bastante rudimentares e pioravam diante de chuvas, que poderiam derrubar árvores e pontes. Dessas condições derivava o fato de que a hospitalidade, para além da cordialidade e da boa vontade, era uma obrigação social que garantia a sobrevivência da comunidade. Não obstante, nas moradas mais pobres, o viajante

¹²³ Inventário e Testamento de Maria da Silva. In: *Inventários e testamentos*. Vol 5, p 109 - 130.

¹²⁴ Inventário e Testamento de Pedro de Araújo. In: *Inventários e testamentos*. Vol. 5, p. 173 – 214.

¹²⁵ Inventário de Marina de Chaves. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 5, p. 235 – 248.

¹²⁶ Testamento de João da Costa. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 319 – 326.

¹²⁷ ZANETTINI, op. cit., p. 90.

difícilmente passava do alpendre, onde geralmente ficava instalado, armando sua rede e abrigando-se da chuva.¹²⁸

Não havia, nas casas mais humildes espaço específico e reservado para a recepção e alojamento de estranhos. No campo ou na vila, as casas de homens e mulheres pobres consistiam, no mais das vezes de pequenas choupanas de um ou dois compartimentos nos quais se sobrepunham as funções e atividades que neles se desenvolviam: dormir, cozinhar, comer, executar as tarefas de um ofício e guardar ferramentas, entre outros elementos da rotina cotidiana se passavam nestes espaços tão limitados¹²⁹.

Quanto aos escravos, mesmo sua posse sendo tão comum no período em questão, se não dispunham de senzala ou galpão como dormitório, instalavam-se com suas esteiras em qualquer lugar, inclusive na cozinha. De acordo com Leila Algranti, este era o costume nas casas mais simples e de cidade, cujos proprietários dispunham de poucos escravos para o serviço cotidiano. No entanto, nos inventários produzidos até 1640 são escassas as menções às estruturas específicas de alojamento dos cativos. As que pontuam a existência desses locais são as casas dos negros¹³⁰, geralmente de construção muito rústica e não avaliadas, e os tijupares, que ora dão a entender ser o dormitório dos cativos e ora permitem entrever uma construção coberta de palha feita para armazenar materiais e equipamentos diversos¹³¹. No entanto, nada impedia que tais usos fossem paralelos ou mesmo simultâneos.

A morada do habitante do Planalto possuía sutis maneiras de comunicar distinção social em suas formas. A ostentação poderia estar presente em elementos como o tamanho e quantidade de lanços existentes na casa, ou mesmo a quantidade de casas que a família possuía. No entanto, não encontramos na documentação registro de medidas referentes às moradas.

De maneira geral, a descrição das casas nos inventários entre 1578 e 1640 fornece informações do local onde a casa se situava (se na roça ou na vila), o tipo de cobertura utilizada (se palha ou telha), especificações da técnica construtiva (se taipa de mão ou de pilão) e relativas ao quintal (se havia ou não, com benfeitorias ou não). Quanto ao número de lanços, que poderia variar de um a quatro, nem sempre havia menção. Paulo Zanettini,

¹²⁸ ALGRANTI, 1997, op. cit., p. 83 – 154.

¹²⁹ ALGRANTI, 1997, op. cit., p. 83 – 154.

¹³⁰ Inventário e Testamento de Henrique da Cunha. In: *Inventários e Testamentos*. Vol.1, p. 207 – 280.

¹³¹ Em *Negros da Terra*, John Manuel Monteiro fala dos tijupares como senzala. Vide p. 83.

ao estudar as edificações bandeiristas, observou que sua área útil variava entre 150 e 500m², e, as mais antigas, remanescentes do século XVII, tendiam a apresentar áreas maiores que suas sucedâneas, predominando dimensões entre 400 e 500m². As dimensões das moradas pareciam estar relacionadas aos “graus diferenciados de status socioeconômico no seio da elite, decorrentes da composição, dimensionamento e qualificação dos grupos domésticos envolvidos (...) em inter-relação com o sistema mercantil em formação no Planalto Paulista”¹³².

No inventário de Maria Jorge, feito em 1613, foram registradas três casas. Em suas descrições, tornam-se perceptíveis variações quanto ao detalhamento fornecido pela fonte. Na primeira consta somente “sitio com casas e plantas” no valor de 24\$000 (vinte e quatro mil reis), sem especificação do bairro ou região onde se localizava, tampouco dos materiais e técnicas empregados na construção. Na segunda, observamos ser casa de três lanços coberta de palha, novamente sem especificação do local, o qual se torna perceptível pelo conjunto de objetos e equipamentos que acompanham a construção na descrição: tratava-se de uma casa na roça. Essa foi avaliada em 3\$000 (três mil réis). A terceira casa, da qual não se especifica localidade, possui uma descrição tanto mais completa, quanto mais sofisticada parece ser sua estrutura: seriam casas de três lanços, cobertas de telha, de taipa de pilão, com três oitões de taipa de mão e corredor velho. Essa foi avaliada em 30\$000 (trinta mil réis).¹³³

Ao que parece, quanto mais simples a casa, mais genérica sua descrição e menor seu valor. Voltando à questão das formas de ostentar por meio da casa e sua estrutura, observamos que, conjuntamente ao espaço interno da casa, detalhes de acabamento e materiais empregados tornavam os espaços distintos: casas de taipa de pilão e telhas, não só eram mais duráveis e caras, mas dependiam de trabalho e equipamentos específicos para sua construção. Casas de taipa de mão e palha, bem como as casas situadas fora do âmbito da vila eram mais baratas. Essa diferença de valores parecia ser algo comum na extensão da América Portuguesa. Ao analisar a vida material dos habitantes de Campos dos Goitacases no século XVIII, Sheila Faria constata que as casas cobertas de telha tinham acréscimo em seu valor, quando em comparação com aquelas que eram cobertas de palha¹³⁴.

¹³² ZANETTINI, op. cit., p. 163.

¹³³ Inventário e Testamento de Maria Jorge. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, p. 201 – 243.

¹³⁴ FARIA, op. cit., p. 358.

Francisca Cardoso, ao falecer em 1611, construía uma nova morada na vila, juntamente com seu marido Gaspar Vaz. Avaliou-se em seu inventário umas “casas de taipa de pilão com três lanços, que não tem mais que as taipas somente e essas ainda por acabar, com seu corredor tudo por acabar em quinze mil réis com o assento da casa e quintal necessário somente”. Essas estavam sendo construídas no mesmo terreno que as antigas, as quais eram de palha aguarirana já velhas e de taipa de mão e valiam apenas mil réis, mesmo valor dos taipais usados na construção¹³⁵.

A habitação de Rafael de Oliveira, o velho, e sua esposa Catarina Dorta, falecida em 1626, situadas na vila, havia sido avaliada em trinta mil réis. Essa era de dois lanços, com seu corredor e quintal, tudo de taipa de pilão e coberta de telha. No sítio, na região de *Oquitauna*, o casal possuía duas casas cobertas de telha, uma de “dois lanços com seus corredores à roda e camarinhas ao longo” e outra de “um lanço com todas as arvores de espinho e outras de fruta e mandioca” no quintal. A propriedade, como um todo, fora avaliada em vinte mil réis. O mesmo sítio, em 1614, quando da morte da primeira esposa de Rafael, Paula Fernandes, possuía apenas uma casa, feita de taipa de mão e coberta de telhas e fora avaliado em dezesseis mil réis. Já a casa na vila, neste mesmo ano, havia sido avaliada em quarenta mil réis¹³⁶. O passar do tempo desgastou a residência de Rafael, assim como o seu preço.

Outros pequenos detalhes acrescentavam valor ao espaço da morada. Casas sobradadas custavam mais caro, porém, o proprietário desfrutava de um espaço para armazenar coisas. Casas assoalhadas, forneciam um pouco mais de conforto, já que o comum era que as casas possuíssem chão de terra batido. Porém, ter um patrimônio significativo acumulado, nem sempre correspondia a ter uma casa cara, com estrutura opulenta¹³⁷. Não era regra que a casa assinalasse a posição social do indivíduo, havendo para isso a presença de outros artefatos em meio ao patrimônio, como as roupas e objetos

¹³⁵ Inventário e Testamento de Francisca Cardoso. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, p. 5 – 17.

¹³⁶ Inventário de Catarina Dorta e Inventário de Paula Fernandes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, p. 273 – 360.

¹³⁷ Ao realizarmos uma média numérica a partir dos inventários em que constava o valor do montemor, um total de 192 inventários, constatamos que a maior parte das fazendas somavam valores totais entre zero e cem mil réis. Dessa forma, consideramos patrimônios significativos aqueles cujos montemores ultrapassavam cem mil réis, especialmente porque notamos que nas fazendas com montemor acima desse valor, a quantidade e variedade de objetos arrolados era maior, com exceção dos casos em que a maior parte das fortunas fosse composta de gado ou escravos indígenas avaliados (o que observamos acontecer até por volta de 1615).

de uso pessoal, bem como os móveis e as alfaias que preenchiam o espaço interno da morada.

Ao analisar as moradas dos belenenses, Isabel Augusto observou que apesar da aparente simplicidade das construções, elas chegavam a representar cerca de 21% do valor total dos montantes, o que estaria associado, na visão da autora, ao fato de a casa agregar não só a residência, mas também o espaço e a estrutura física das atividades produtivas¹³⁸. Em São Paulo a variação dos preços de casas era muito acentuada e ora a casa valia menos ou tanto quanto uma peça de roupa luxuosa, ora era um dos bens mais valiosos listados no inventário, dificilmente sendo o mais valioso, especialmente até a década de 1620.

Em 1612, ao se fazer o inventário de Martim Rodrigues Tenório, avaliou-se seu sítio e casa, onde vivia com sua família, em quatro mil réis. A somatória de seu patrimônio, o montemor, era de 180\$780 (cento e oitenta mil, setecentos e oitenta réis). Nota-se que em meio aos bens avaliados, constava um vestido de raxeta verdosa guarnecido de passamanes, composto por roupeta e calções avaliado no mesmo valor da casa e um ferragoulo de Florença, guarnecido de passamanes roxo, avaliado em 3\$200 (três mil e duzentos réis)¹³⁹. Tais peças do vestuário não só marcavam uma origem europeia, como sustentavam o *status* de seu portador. Daí seu alto valor, que correspondia quase ao preço do sítio onde Martim morava.

Já no inventário de Felipa Vicente (de 1615) que era casada com Luiz Furtado e morava em *Campos de Urubuapira*, constava um montemor de mais de duzentos mil réis. Fortuna considerável para a época em estudo. O sítio em que morava o casal e seus quatro filhos pequenos, com casas e taipais, mandioca, feijões e mais plantas não especificadas foi avaliado em oito mil réis. Possivelmente o casal planejava fazer adaptações em sua morada, pois no inventário constavam quatro taipais e um pouco de telha nova, que, sem contar, os avaliadores supuseram que fossem mil e quinhentas. O valor das telhas, se somado ao dos taipais (4\$400 – quatro mil e quatrocentos réis), ultrapassava a metade do valor da casa.

¹³⁸ AUGUSTO, op. cit., p. 88.

¹³⁹ Inventário de Martim Rodrigues Tenório. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, p. 5 – 110.

As benfeitorias certamente elevavam o valor da morada de Felipa e Luiz, se a compararmos com a de Martim Rodrigues¹⁴⁰. No entanto, mesmo com as plantações, seu valor é pequeno em relação aos materiais de construção. A título de comparação, observamos que em meio ao fato de vestir do casal, constava um vestido de perpetuana preta, composto por um ferragoulo, uma roupeta e calções forrados de pano de linho no valor de seis mil réis¹⁴¹. Três peças de roupa que valiam quase o equivalente à residência do casal.

O quintal e a forma como este espaço era aproveitado diferenciavam as casas e seu preço. As benfeitorias, como eram chamadas as hortas, pequenas plantações e outras construções, como tijupares ou casas de negros, eram fundamentais para o incremento não só da renda cotidiana e do sustento, mas também do valor da casa ou sítio e conseqüentemente do patrimônio.

Os materiais de construção eram mais valorizados do que muitas edificações. No entanto, cabe notar, eles eram o meio de transformar a morada e elevar seu preço. Sem contar que perecendo as paredes da casa, esta poderia ser desfeita e alguns materiais, como telhas, portas, ou janelas, poderiam ser vendidos e ou empregados em outras edificações.

Ter casas nem sempre significava ser o proprietário do terreno no qual estas se encontravam. A casa de Braz Gonçalves, falecido em 1603 no sertão, foi avaliada em 3\$000 (três mil réis), valor baixo, pois os chãos não eram seus. Os taipais que eram de Braz valiam um terço de sua casa, 1\$000 (mil réis)¹⁴². Essa seria equivalente a uma benfeitoria realizada em terras alheias.

Isabel Felix, falecida em 1596, era dona de um sítio com casa de dois lanços de taipa de mão coberta de telha e de uma “casinha” de taipa de mão e palha, sem os chãos, que não lhe pertenciam, na vila. Essa, juntamente com uma mesa e um manto de algodão foram avaliados em 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis). Já a anterior, de dois lanços coberta de telhas com chãos fora avaliada em 4\$800 (quatro mil e oitocentos réis) montante

¹⁴⁰ Ao analisar a vida material dos habitantes de Campo dos Goitacases durante o século XVIII, Sheila de Castro Faria constata que as casas, apesar de seu valor não representar um montante significativo nas fortunas locais, eram disputadas pelos herdeiros nas partilhas. Especialmente pela presença de benfeitorias ao seu redor, pois estas demandavam tempo e trabalho. Vide: FÁRIA, op. cit., p. 357.

¹⁴¹ Inventário de Felipa Vicente. In: *Inventários e Testamentos*. Vol.3, p. 423 – 447.

¹⁴² Inventário e Testamento de Braz Gonçalves. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 26, p 5 – 39. Não consta na documentação quem pertenciam as terras onde estavam as casas de Braz Gonçalves.

que, apesar de relativamente pequeno, era o dobro do valor. Para compararmos, convém saber que a milharada e o mandiocal de Isabel valiam juntos 16\$800¹⁴³.

Em alguns casos, a propriedade da casa era dividida entre familiares. Baltazar Alves, falecido em 1613, casado com Bárbara Mendes, possuía metade da casa de seu pai, Pedro Alves. A casa era de taipa de mão e foi avaliada em 2\$500 (dois mil e quinhentos réis), mesmo preço de um vestido de raxeta verde, composto de roupeta e calções, registrado em seu inventário¹⁴⁴. Baltazar possuía 24 cabeças de gado vacum. A soma do preço de duas de suas vacas correspondia ao valor de sua casa.

Ter casa própria já era um indicativo de uma situação de estabilidade e patrimônio acumulado. Nesse sentido, os dados extraídos dos inventários se tornam surpreendentes. Entre 224 inventários trabalhados, 51 não apresentaram declarações de casas, em 83 constava declaração de pelo menos uma e em 90 havia registro de mais de uma casa¹⁴⁵. Se colocarmos esses dados em porcentagem, veremos que 22,76% da amostra não possuíam morada própria e que 40,17% da mesma possuíam mais de uma¹⁴⁶.

Para aqueles que possuíam mais de um sítio, especialmente se estivessem situados em regiões distantes, tornava-se importante o auxílio de familiares, parentes ou pessoas de confiança no cuidado e manutenção da propriedade. A propriedade de mais de uma casa por um pai de família, viabilizava a inserção deste bem de raiz no dote de sua filha, ou o usasse como fonte de renda ao alugá-lo.

Para aqueles que não possuíam casa própria, apresentava-se como solução morar e trabalhar em terras de outras pessoas, que poderiam ou não ser seus parentes. Aliás, o fato de existir em meio à documentação casos em que constam avaliações de casas e benfeitorias em terras alheias corrobora esta idéia. Nesse ponto, novamente se revela a importância das redes de sociabilidades para a construção e manutenção dos patrimônios. Afinal, era pela confiança que se estabeleciam estas situações em que um proprietário cedia uma parte de suas terras para serem trabalhadas por outrem.

¹⁴³ Inventário e Testamento de Isabel Felix. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 123 – 132. Não consta na documentação a quem pertenciam as terras em que se encontravam as casas de Isabel.

¹⁴⁴ Inventário de Baltazar Alves. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp 309 – 332. Raxeta era um tipo de tecido de lã. Consultado em BLUTEAU, op. cit. Vol.7, p. 123.

¹⁴⁵ Cabe salientar que na amostra original, 3 inventários estavam ilegíveis e um não valia para o estudo, visto ser o inventário de Cornélio de Arzão feito pela Inquisição.

¹⁴⁶ É importante salientar que tratamos da edificação da casa, podendo haver no mesmo quintal mais de uma casa construída. No entanto, na amostra selecionada, na maioria dos inventários apresentaram-se casas em terrenos distintos, algumas vezes na mesma localidade e outras em localidades diferentes.

Tratadas as estruturas da casa, interessa-nos captar e compreender um pouco dos artefatos que preenchiam seu ambiente interno. Os móveis, os utensílios e as alfaias eram os elementos que, de certa maneira, completavam os espaços, marcando suas funções e apontando para as formas de se vivenciar estes espaços.

De acordo com Daniel Roche, os móveis correspondiam às necessidades cotidianas, como dormir, comer ou trabalhar, entre outras. Esses orientavam o espaço e as atividades a serem realizadas. “Os móveis mantinham um jogo complexo de superposições e reciprocidades cuja organização significava a finalidade da existência humana, mas também a maneira como cada um, coletiva ou individualmente, respondia a esse questionamento”¹⁴⁷.

Os móveis, como escrevera Alcântara Machado em *Vida e morte do Bandeirante*, eram escassos na maior parte das casas em São Paulo no século XVII. Um ou outro ocupava espaço no ambiente doméstico. Mas, como ressaltou Leila Algranti, a precariedade do mobiliário e do ambiente doméstico era comum a toda a América Portuguesa, com exceção de alguns ricos fazendeiros e capitães-mores¹⁴⁸.

De forma geral, em São Paulo, os móveis estavam presentes em grande parte dos inventários trabalhados: de 130, 120 (92,30%) apresentaram essa classe de objetos. Luciane Cristina Scarato, ao estudar as condições de vida material nos caminhos de Minas Gerais, entre 1733 e 1783, constatou que 70% da população dessa localidade possuía algum tipo de móvel¹⁴⁹. Não obstante, enquanto categoria no interior do patrimônio, os móveis não representavam grandes percentuais em relação aos montemores dos inventários de São Paulo.

¹⁴⁷ ROCHE, 2000, op. cit., p. 231.

¹⁴⁸ ALGRANTI, 1997, op. cit.

¹⁴⁹ SCARATO, op. cit., p. 172.

Quadro 3: Percentual representado pelos móveis na totalidade do patrimônio em faixas de tempo (1596 – 1640)¹⁵⁰

Faixa temporal	Valor percentual máximo	Número de inventários
1596 – 1610	4,82%	18
1611 – 1620	11,72%	32
1621 – 1630	17,09%	31
1631 – 1640	60%	49

Fonte: Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital. São Paulo. Tipografia Piratininga. Volumes 1 – 29; e Inventários e Testamentos. Documentos da Seção do Arquivo Histórico. São Paulo. Tipografia do Globo. Volumes 30 – 42.

Nos quatro períodos estabelecidos, o valor mínimo de móveis no interior dos patrimônios correspondeu a zero. Em 11 inventários não havia sequer uma peça dessa categoria de bens. No entanto, em 6 desses inventários o montemor era superior a setenta mil réis (o maior deles correspondia a 129\$000, cento e vinte e nove mil réis). Analisando-se os itens registrados nesses documentos, percebe-se a presença de bens de outras categorias como ferramentas, gado e, até mesmo, bens de raiz.

Os bens de Custódio de Paiva, falecido em 1610, somavam 75\$760 (setenta e cinco mil, setecentos e sessenta réis), dentre os quais havia em escravos avaliados 34\$000 (trinta e quatro mil réis), um sítio com árvores, um pequeno algodoal e uma roça que somavam 15\$000 (quinze mil réis), quatro peças de roupa que somavam 7\$480 (sete mil quatrocentos e oitenta réis), um chapéu e um par de botas pretas que valiam juntos 1\$280 (mil duzentos e oitenta réis), mais ferramentas, armas, uma cavalgadura e gado bovino e suíno. Nada de móveis. Nada de alfaias. Nada de utensílios de casa¹⁵¹. A viúva poderia ter negligenciado, propositadamente, a existência de itens dessas categorias no patrimônio no momento das declarações. Afinal, quando o marido vinha a falecer, a esposa poderia perder até metade do conjunto dos bens, os quais eram vendidos em praça pública, ficando o dinheiro sob a administração dos curadores dos órfãos na maioria das vezes. O medo de uma situação de penúria na viuvez, a qual era relativamente comum na região e período estudado, talvez pudesse levar as esposas que perdiam seus maridos a tal atitude. Entretanto, não podemos afirmar com certeza. Contudo, não cremos que a ausência dessas categorias de bens nos

¹⁵⁰ Para esta análise selecionamos 130 inventários coerentes e completos incluindo o valor do montemor para comparação da importância de cada categoria de objetos e bens no interior do patrimônio.

¹⁵¹ Inventário e Testamento de Custódio de Paiva. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, pp 495 – 510.

inventários se devesse ao seu ruim estado de conservação, pois, mesmo velhos, os itens eram registrados, nem que fosse apenas para constar sem valor. Por outro lado, o tom provisório e passageiro que marcava a vida dos colonos da América portuguesa tornava plausível que os indivíduos se cercassem apenas dos artefatos estritamente necessários no cotidiano.¹⁵²

Já com relação aos percentuais máximos alcançados em cada faixa temporal, cabe observar que, quanto menor o montemor, maior a significância de cada item em sua composição. Com exceção da primeira faixa temporal, tivemos as máximas percentuais representadas por patrimônios pequenos. O que cremos que seja indicativo do aumento no número de inventários marcados pela presença de poucos bens ou nenhum, mas com registro da propriedade ou posse de escravos. Vejamos dois exemplos.

Maria Martins, falecida em 1639, era mulher pobre, possuidora de pouquíssimos bens. Seu montemor somava 1\$600 (mil e seiscentos réis), que se dividiam duas enxadas velhas e duas foices; um manto de sarja velho, um anel (que não foi avaliado), e uma caixa. A caixa, móvel de guarda, correspondia a 60% do valor de seu montemor. Maria tinha ainda 4 peças forras. Já o patrimônio de Guiomar Rodrigues, falecida em 1625, somava 5\$300 (cinco mil e trezentos réis) e era composto de \$600 (seiscentos réis) em créditos, uma prensa velha e três foices, um manto de sarja velho e uma saia de raxa preta, e duas caixas, uma grande de 5 palmos e outra pequena, as quais juntas somavam \$960 (novecentos e sessenta réis), valor que correspondia a 17,09% do valor de seu montemor. Guiomar tinha três peças forras¹⁵³.

Na maior parte dos casos (94 inventários), no entanto, o percentual atingido pelos móveis no patrimônio não ultrapassou 5%. Quanto maior era o montemor, menor era o percentual que a categoria representava na composição da fortuna. Isabel T. C. Augusto, ao estudar a vida material nos domicílios em Belém, entre 1808 e 1830, constatou que os bens que compunham os espaços de moradia e de trabalho no interior dos domicílios, juntamente

¹⁵² ALGRANTI, Leila Mezan. “Artes de mesa: espaços, rituais e objetos em São Paulo colonial”. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Texto fornecido pela autora.

¹⁵³ Inventário e Testamento de Maria Martins. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 10, p 389 – 398; Inventário e Testamento de Guiomar Rodrigues. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, pp 460 – 466.

com dívidas, jóias, roupas e outros, não chegavam a representar sequer 10% dos bens listados nos inventários¹⁵⁴.

Francisco Bueno, irmão de Amador Bueno, o aclamado, falecido em 1638, sem testamento, era dono de uma fortuna avaliada em 874\$600 (oitocentos e setenta e quatro mil e seiscentos réis). O valor de seus móveis era de 20\$880 (vinte mil, oitocentos e oitenta réis). Esse conjunto, no entanto, espalhava-se por duas de suas propriedades.

Francisco possuía uma casa na vila, junto a Casa de Fundação, vizinha de Domingos Cordeiro. A casa era de dois lanços com corredor, feita de taipa de pilão e coberta de telhas. Seu valor era de 40\$000 (quarenta mil réis). Em seu interior havia uma caixa de sete palmos com fechadura, que valia 2\$240 (dois mil duzentos e quarenta réis), um tapete de lã, avaliado em 3\$200 (três mil e duzentos réis) e algumas peças de roupas de Francisco e de sua esposa Felipa Vaz. Tratava-se de um vestido de baeta composto por roupeta e ferragoulo, avaliado em seis mil réis, mangas de tafetá negro, que valiam \$800 (oitocentos réis), uma roupeta e ferragoulo pardos e calção forrado de tafetá pardo, avaliados em 6\$500 (seis mil e quinhentos réis), um vestido de mulher de “melcochado” negro, composto por saio e saia, que valia, mesmo sendo usado, 8\$000 (oito mil réis) e um manto de tafetá usado, avaliado em 5\$000 (cinco mil réis).

A casa era bastante valiosa para a época, mas seu interior não era bem aparelhado, como se percebe pelas avaliações do inventário. Provavelmente Francisco e sua família (na data de sua morte ele tinha dois filhos pequenos, Ana de mais ou menos 4 anos e Bartolomeu, com mais ou menos três anos) não residiam naquela casa, mas no sítio de *Geragoá*, muito melhor equipado como veremos a seguir.

No sítio havia, em móveis, duas caixas, uma com fechadura avaliada em 1\$280 (mil duzentos e oitenta réis) e outra sem fechadura que media seis palmos em 1\$000 (mil réis), um colchão de lã que valia 4\$000 (quatro mil réis), um pavilhão de canequim usado com capelo que também valia 4\$000 (quatro mil réis)¹⁵⁵.

A casa era de taipa de pilão, coberta de telhas, de três lanços, com seus corredores. No mesmo quintal, havia outra casa pequena de dois lanços, de taipa de mão e coberta de

¹⁵⁴ AUGUSTO, op. cit., p. 85. Cabe observar que se trata de um período de estudo diferente do nosso, mas a informação pontua bem continuidades acerca da importância dos móveis em relação ao total do patrimônio, ao largo do período colonial.

¹⁵⁵ Inventário de Francisco Bueno. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 14, pp. 5 – 64.

telhas e algumas árvores. Apesar de aparentar maior espaço que a casa da vila, talvez por sua localização, a propriedade fora avaliada em 20\$000 (vinte mil réis), ou seja, apenas metade do valor da casa da vila. Outra justificativa poderia residir na qualidade da construção, afinal, mesmo sendo de taipa de pilão, esta já poderia estar desgastada, sem, no entanto, necessitar de reformas ou reparos no momento das avaliações.

Ao que parece eram poucos os itens que mobiliavam a casa, no entanto, o valor dessas peças era alto e elas denotavam luxo. O colchão de lã era mais macio e confortável que sua variável preenchida com marcela, assim como proporcionava melhor repouso do corpo do que as esteiras ou enxergões.¹⁵⁶ Já o pavilhão, espécie de cortina de leito, era feito de canequim, pano procedente da Índia, tanto mais refinado que o algodão da terra. Os tecidos que envolviam o leito constituíam o elemento deste móvel que, de fato, prestava tributo à ostentação e ao bem estar: “graças à profusão e magnificência dos panos este móvel, colocado ao meio de uma parede, parece conseguir especial destaque em qualquer espaço onde possa estar inserido. Construía-se assim, no seio da casa, um microcosmos de intimidade, conforto e inacessibilidade”¹⁵⁷.

Juntos, os dois artefatos, colchão e pavilhão, poderiam indicar a existência de um leito, dificilmente encontrado nos inventários¹⁵⁸. Entretanto, cabe observar, o termo cama teria designado até o século XVI, em Portugal, “apenas a colchoaria e demais apetrechos para dormir”¹⁵⁹. E o termo leito, até então, referia-se a estrutura de madeira ou metal. A dúvida quanto à possibilidade apontada, dessa maneira, é razoável.

As alfaias registradas no inventário poderiam ser compreendidas, também, como indicativas da presença do artefato de luxo na casa, mas, ao mesmo tempo, nada impedia que tais conjuntos fossem articulados no chão, ou sobre uma esteira. Havia um “travesseiro com duas almofadas que se entende as fronhas” e dois lençóis de pano de algodão, em meio

¹⁵⁶ Enxergão era um tipo de saco aberto pelo meio e cheio de palha, que servia de cama para os pobres ou colocava-se por debaixo do colchão. Consultado em BLUTEAU, op. cit. Vol. 3, p. 165.

¹⁵⁷ FRANCO, Carlos. *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa. Livros Horizonte, 2007, p. 89.

¹⁵⁸ Cabe lembrar que a cama não era de avaliação obrigatória quando o inventariante era nobre, da terra ou de origem portuguesa de acordo com o uso e costume em São Paulo. Sobre os leitos e sua raridade, vide: FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília. D.F: Iphan/ Programa Monumenta, 2009, pp. 98 – 105.

¹⁵⁹ FRANCO, op. cit. p. 79. Cabe assinalar que o estudo é voltado para a segunda metade do século XVIII. Entretanto, como observamos a existência dos mesmos acessórios que cercavam o leito, conferindo-lhe esta característica de espaço de intimidade, nos possíveis leitos ou lugares de dormir, em nossa documentação, cremos ser pertinente o comentário.

as duas toalhas de mesa adornadas com franjas e rendas, que valiam 1\$640 (mil, seiscentos e quarenta réis) juntas, uma outra toalha de mesa mais simples que valia \$640 (seiscentos e quarenta réis), uma toalha de mãos, avaliada em \$400 (quatrocentos réis), três toalhas de rosto, uma com abrolhos, avaliada em \$320 (trezentos e vinte réis), outra com rendas, no mesmo valor e outra com abrolhos avaliada em \$400 (quatrocentos réis).¹⁶⁰

Para ornamentar a casa e sustentar as velas que iluminavam o ambiente, havia um castiçal velho, avaliado em \$240 (duzentos e quarenta réis). Entre os utensílios, havia um tacho de cobre de 24 arráteis, o que corresponde à cerca de 11 quilos, que valia 7\$680 (sete mil seiscentos e oitenta réis), um tacho, velho e furado em 2\$240 (dois mil duzentos e quarenta réis), doze pratos de louça avaliados em \$480 (quatrocentos e oitenta réis) e um prato de estanho, que pesava dois arráteis, avaliado em \$320 (trezentos e vinte réis).

Em meio às ferramentas e equipamentos de trabalho do sítio encontravam-se itens relacionados ao cultivo e processamento de produtos agrícolas, uma prensa nova, avaliada em mil duzentos e oitenta réis e um moinho com suas pedras, duas picadeiras e com sua casa desmanchada e coberta de palha, avaliado em doze mil réis. As atividades agrícolas desenvolvidas no sítio somavam-se à criação de gado bovino e suíno.

Havia no sítio, para servir seus proprietários uma escrava tapanhuna (africana) com três filhos mulatos, avaliados em quarenta e cinco mil réis. Ao todo o casal possuía mais de oitenta peças escravas indígenas. Guardada na casa do sítio, uma pequena fortuna em dinheiro integrava o patrimônio: eram duzentos pesos, equivalentes a 64\$000 (sessenta e quatro mil réis), dinheiro com o qual Francisco poderia realizar empréstimos, ampliando a rede de homens e mulheres sob sua influência.

Francisco possuía um curral com sessenta e cinco cabeças de gado bovino na região de *Camaraperuava*, no qual havia uma casa de taipa de mão, coberta de telha de dois lanços, com corredor, a qual valia seis mil réis. Nesta, havia 5 cadeiras avaliadas em 3\$200 (três mil e duzentos réis), um bofete em \$480 (quatrocentos e oitenta réis), um catre em \$400 (quatrocentos réis) e uma caixa com fechadura em 2\$000 (dois mil réis). As cadeiras estavam presentes somente nos inventários de pessoas abonadas, no dizer da época. Francisco possuía cinco delas nesse sítio. Em outro, localizado em *Caucaia*, ele possuía

¹⁶⁰ Inventário de Francisco Bueno. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 14, pp. 5 – 64.

mais duas, acompanhadas de outro bofete, dessa vez grande e com chapas de ferro nos cantos. O bofete, no início do século XVIII, era um móvel de destaque, quando se tratava de aparato. Reservava-se a essa peça local central, afastado da parede¹⁶¹.

Constavam ainda no inventário, a integrar a fortuna de Francisco e Felipa, uma cadeia de ouro (colar) de quatro voltas, que pesou vinte e duas onças e meia (cerca de 625 gramas nas medidas de peso atuais) e fora avaliada em cento e quinze mil e duzentos réis, nove colheres de prata que valiam, por seu peso, quatro mil trezentos e vinte réis, uma tamboladeira, avaliada em mil quatrocentos e quarenta réis, uma gargantilha de ouro, que valia onze mil duzentos e quarenta réis e mais seis anéis, também de ouro, que pesavam uma onça e valiam cinco mil cento e vinte réis. Tais itens, além de denotarem luxo, acenavam para um viver cotidiano repleto de signos de riqueza, que serviam a ostentação em público, como as jóias, e no ambiente interno da morada, como os utensílios de prata.

Da escassez de móveis existente na Vila de São Paulo na primeira metade do século XVII, poderíamos deduzir a pouca variedade desses, presente no conjunto das casas da vila¹⁶². Os móveis mais encontrados tinham função de guarda, como as caixas, canastras e baús, ou de repouso, como redes, numerosas e muito comuns, cadeiras e catres. Isso mostra duas preocupações que marcavam o ambiente do lar: a organização das coisas e a busca pelo conforto¹⁶³.

A preocupação em organizar artefatos diversos da casa e do cotidiano, depositando-os em móveis apropriados poderia ser indício de que, mesmo a casa sendo rústica, seus moradores buscavam amenizar esta característica acolhendo objetos, alimentos, roupas, de maneira a imprimir no espaço da casa lógicas que visavam a conservação dos itens guardados, da mesma forma que expressavam o desejo de limpeza do ambiente. Fosse para guardar roupas, alfaias, utensílios diversos ou ferramentas, as caixas estavam presentes mesmo nos inventários mais pobres e seu uso poderia ser estendido até mesmo para a substituição de móveis específicos: para depositar os pratos, havia o prateleiro, no entanto,

¹⁶¹ FRANCO, op. cit., p. 125.

¹⁶² Ao realizarmos o levantamento e classificação dos objetos que constavam nos inventários entre 1578 e 1640, constatamos a existência de 28 móveis diferentes, dentre os quais alguns apresentaram pequenas variações.

¹⁶³ Compreendemos que o conforto se situava na interação do corpo com o artefato. Por exemplo, a possibilidade de sentar-se após o dia de trabalho, os quais, muitas vezes se passavam fora do domicílio, ou mesmo, no caso das toalhas de mesa, que amenizavam o contato com a aspereza das taboas de que se faziam as mesas, de maneira improvisada, em boa parte dos casos.

nada impedia que estes itens da baixela fossem acolhidos numa caixa simples e sem fechadura nos lares mais humildes.

André de Burgos, falecido em 1629, deixou viúva Catarina de Oliveira. Seu testamento, redigido no mesmo ano de sua morte, registrou os poucos bens e a expectativa em que vivia o casal. André declarou nas suas disposições de últimas vontades que possuía 5 peças do gentio da terra e uma criança de peito na idade de seis meses. Disse, também, ter, na Vila de Conceição, duas caixas com suas fechaduras, as quais possivelmente abrigavam suas ferramentas e seus mantimentos. Possuía ainda duas roças de mantimento, duas enxadas, um machado, uma foice e um pouco de milho. Seu sogro lhe devia de dote duas casas cobertas de telha, uma na vila e outra na roça, três cadeiras de estado com sua mesa, três pratos de estanho e duas peças de gentio. Estes bens e objetos seriam fundamentais para compor a base do patrimônio do casal. No entanto, André morreu na espera de recebê-los. Nas declarações do inventário de André, constavam apenas umas peças de roupa velhas e três peças de gentio¹⁶⁴.

Os móveis de descanso, especificamente as cadeiras, como se pode ver pelo testamento de André de Burgos, acima trabalhado, vinham, muitas vezes, acompanhando outros itens na composição do dote. Cornélio de Arzão, por sua vez, em seu dote, negociado com Suzana Rodrigues, mãe de sua esposa Elvira Rodrigues, também recebera duas cadeiras de estado¹⁶⁵. Francisco Jorge, que se casou com Isabel Rodrigues, recebera duas cadeiras, duas mesas e um catre juntamente com outros bens. Sebastião Preto, casado com Maria Gonçalves, irmã de Isabel Rodrigues, também recebera duas cadeiras no dote. Já Antonio Rodrigues Velho, casado com Joana de Castilho, irmã de Maria e de Isabel, recebera uma mesa com duas cadeiras de estado¹⁶⁶. Talvez a raridade desses artefatos, ou mesmo seus altos preços, os tornassem importantes itens nos róis de casamento.

¹⁶⁴ Inventário e Testamento de André de Burgos. In: *Inventários e Testamentos*. Vol.7, p. 509 – 517. Não conseguimos identificar nos dicionários de época o que seria cadeira de estado. No entanto, através do projeto Terra Paulista, que disponibiliza, entre outros materiais, informações em sitio na Internet, descobrimos que cadeira de estado seria aquela que possuíam assento e espaldar de couro lavrado. Disponível em <http://www.terrapaulista.org.br/costumes/moradias/sertanistas/>. Consultado em 29/06/2012. Já a cadeira rasa seria aquela que não possuía espaldar nem braços (pareceria mais aquilo que atualmente chamamos de banquinho). A cadeira de espaldas ou de espaldares seria aquela que teria encosto, local adequado para acomodar as costas e relaxar o corpo.

¹⁶⁵ Inventário e Testamento de Martim Rodrigues. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, p.5 – 110.

¹⁶⁶ Os três róis de casamento citados acima, de Isabel Rodrigues, Maria Gonçalves e Joana de Castilho, encontram-se no Inventário e Testamento de Antonia Gonçalves. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, pp. 123 – 198.

Os móveis de repouso expressavam uma determinada relação para com o corpo e para com o espaço. Para com o corpo, a rede, a cama, o catre e a cadeira, entre outros demonstravam a necessidade e o desejo de descanso. As camas, como apontamos anteriormente, eram raramente encontradas. Uma das poucas menções ao móvel, no nosso período de estudo, foi encontrada no Inventário de Isabel Sobrinha, de 1619: "cama com seu pavilhão de pano da Índia branco adamascado e sem capelo" . A mesma cama foi deixada a Gaspar Cubas, viúvo de Isabel, "por ser pessoa nobre" ¹⁶⁷. Deitar na cadeira não parece algo possível, mas dormir enquanto sentado nela, dependendo do nível de exaustão, é completamente factível.

As cadeiras, enquanto móveis de descanso, expressavam busca pelo conforto do ambiente domiciliar. Mas não só. Elas eram objetos que marcavam espaços de sociabilidade no interior do domicílio. ¹⁶⁸ Sentar-se para conversar ou, à beira da mesa, compartilhar refeições com familiares, vizinhos ou amigos eram rituais que reforçavam os laços entre pessoas de mesmo sangue e aqueles que possuíam vínculos afetivos. Isso sem perder de vista que o desconforto dos interiores, o trabalho cotidiano árduo dos mais pobres, empurrava, no mais das vezes, as pessoas para fora da casa, fazendo dos lares espaços de quase exclusivamente de descanso ¹⁶⁹.

O conforto parece ser o significado prioritário da cadeira, que não ocupava espaço em todas as casas do Planalto de Piratininga, existindo somente nas mais abastadas. Nas casas mais pobres, os bancos, esteiras ou o próprio chão serviam de assento. Nas casas em que se vivia uma situação econômica um pouco melhor, observava-se a presença de cadeiras rasas, que eram mais baratas. As cadeiras rasas existentes em Portugal no século XVII eram geralmente de assento quadrangular, sem braços ou espaldar. No século XVIII, este móvel passaria a ser chamado de tamborete raso ¹⁷⁰. Cadeiras de estado ou de espaldares, que seriam aqueles em que há encosto para apoiar as costas, portanto denotam maior conforto, eram bastante caras, podendo alcançar uma cifra de até 2\$000 (dois mil

¹⁶⁷ Inventário e Testamento de Isabel Sobrinha. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 5, pp.282 – 283.

¹⁶⁸ Calos Franco apontou que o crescente número de cadeiras nos inventários estaria associado ao desenvolvimento da vida social. O mesmo autor afirma que no fim do século XVII, mesmo nos setores mais abastados da sociedade, as mulheres tinham o costume de sentarem-se no chão sobre tapetes e almofadas. Vide: FRANCO, op. cit., p. 58.

¹⁶⁹ ALGRANTI, 1997, op. cit.

¹⁷⁰ FRANCO, op. cit.

réis) quando sua estrutura de madeira e seus couros eram novos. Tal valor, como vimos anteriormente, era equivalente a uma prensa nova ou a um tear novo com adereços.

A rede era o móvel de descanso mais comum, atravessando a sociedade que se desenvolvia no Planalto em todos os seus níveis. Além de presentes nas casas, muitas vezes substituindo a cama, as redes eram facilmente transportadas e acompanhavam recorrentemente os homens que se dirigiam ao sertão. Artefato de origem indígena, ela representava uma solução para o repouso do corpo do indivíduo que poderia se sentar ou se deitar no móvel de tecido. Elas poderiam ser rústicas, de tecido grosso, ou adornadas com abrolhos e outros elementos.

De fato o uso da rede atravessava a sociedade de uma ponta à outra. No entanto, a cama marcava a nobreza do indivíduo, já que este tinha o direito de não perdê-la na realização do inventário do cônjuge conforme o uso e costume da terra. Isso mostra o uso da cultura material para marcar distâncias sociais. Os bens e seu uso, especialmente aqueles que marcavam o espaço interno doméstico, constituíam marcas simbólicas de distinção, as quais, por sua vez, eram o meio pelo qual os sujeitos se exprimiam constituindo, simultaneamente, “para si mesmo e para outros sua posição na estrutura social”¹⁷¹. Mesmo nas casas de elite, em Lisboa, o número de camas era reduzido, tendo-se em conta o número de residentes na habitação. Somente os que tinham mais recursos econômicos podiam compreender a cama como um bem de primeira necessidade. Aos outros estaria reservado os colchões e os enxergões¹⁷².

Os utensílios da casa, apesar de sua importância em auxiliar a realização das tarefas diárias, não estavam presentes em todos os patrimônios. Trabalhando os 130 inventários mais completos produzidos entre 1596 e 1640, constatamos que em 104 deles constava a presença desta categoria de bens, ou seja, 80% da nossa amostra dispunham de pelo menos uma peça do conjunto dos utensílios ou da ornamentação da casa. Taxa essa inferior àquela referente à presença de móveis nos inventários: 92,3%.¹⁷³ No entanto, cabe lembrar, que não se costumava registrar nos inventários utensílios indígenas.

¹⁷¹ BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 14.

¹⁷² FRANCO, op. cit. p. 92.

¹⁷³ Os móveis aparecem em 104 inventários da amostra composta por 130.

Os utensílios e ornamentos da casa, assim como os móveis, não representavam grandes frações do patrimônio. Analisando uma amostra de 130 inventários completos com valor de montemor entre 1\$600 (mil e seiscentos réis) e 1:224\$125 (um conto, duzentos e vinte e quatro mil e cento e vinte e cinco réis), observamos que em 100 deles o valor percentual representado pelos utensílios e ornamentos da casa no total do patrimônio ficou abaixo de 5%. Os inventários em que o percentual ficou acima de 5%, a maioria deles registrava patrimônios superiores a 100\$000 (cem mil réis). Do total da amostra, 27 inventários não apresentaram registro de utensílios e ornamentos. Entre esses, 17 apresentaram montemor inferior a 50\$000 (cinquenta mil réis).

A partir desses dados podemos dizer que a presença e ou a abundância de utensílios na casa estavam associados a situações em que o indivíduo já possuía certo patrimônio acumulado, ou seja, conforme crescia o nível de riqueza, aumentava no patrimônio a quantidade e diversidade de utensílios que equipavam e ornamentavam a casa. Isso estaria associado aos usos desses objetos, que assinalariam gestos indicativos de requinte, de status, próprios de um posicionamento social distinto¹⁷⁴.

Os utensílios, de forma geral, não apresentavam preços altos. Com exceção, é claro, daqueles feitos de prata ou de cobre, os quais eram avaliados pelo peso, e não por sua funcionalidade e condições (se velho ou se novo). Os baixos valores seriam um fator que contribuiria para a difusão dessa classe de artefatos pelas casas da vila de São Paulo. No entanto, eles eram menos encontrados nos patrimônios do que artigos como ferramentas, escravos e móveis.

Uma casa bem aparelhada em termos de utensílios apresentava certa variedade desses artefatos. No entanto, utensílios como pratos e sertãs (frigideiras) foram encontrados em inventários feitos no sertão. Isso demonstra a necessidade que muitos tinham desses artefatos para a realização de atividades cotidianas: as refeições não poderiam estar separadas de pratos e outros artigos, ou, pelo menos, não se desejava que assim fosse.

Isabel Fernandes, falecida em 1607, e seu marido Pero Nunes eram donos de uma das maiores fortunas encontradas em nosso período de estudo: 504\$060 (quinhentos e quatro mil e sessenta réis). Eles possuíam 27\$760 (vinte e sete mil setecentos e sessenta

¹⁷⁴ De acordo com Pierre Bourdieu, “os grupos de status se definem menos por um ter do que por um ser, irreduzível a seu ter, menos pela posse pura e simples do que por uma certa maneira de usar esses bens”. Vide: BOURDIEU, 2009, op. cit., p. 15.

réis) em utensílios, o que correspondia a 5,5% de seu patrimônio total. Tal valor, entretanto, foi um dos mais altos encontrados e correspondia aos itens dessa categoria presentes em duas casas, uma na roça e uma na vila. Na casa da vila havia: seis colheres de prata e um garfo (4\$000 – quatro mil réis), dois tachos de cobre, um pequeno (2\$560 – dois mil quinhentos e sessenta réis) e um grande (12\$560 doze mil quinhentos e sessenta réis), uma caldeira de latão (\$640 – seiscentos e quarenta réis), dois castiçais de latão (\$640 – seiscentos e quarenta réis), um pichel (\$200 – duzentos réis), 12 pratos entre grandes e pequenos, dos quais não se especificou a matéria prima (2\$400 – dois mil e quatrocentos réis) e um prato de água as mãos (\$800 – oitocentos réis). Ao que parece esta era uma casa bem aparelhada de utensílios de cozinha e de serviço de mesa. Afinal, não havia bacias ou artigos ligados ao asseio da casa, como constou em outros patrimônios, ou mesmo frascos para armazenagem de bebidas e outros líquidos, como as peroleiras ou as botijas.

No sítio do casal havia 10 pratos de estanho (2\$400 – dois mil e quatrocentos réis), um jarro, um saleiro e um pichel, vaso próprio para beber vinho, que deveriam ser também de estanho pelo seu valor (conjuntamente foram avaliados em \$800 – oitocentos réis), um castiçal (\$100 – cem réis) e uma bacinica, ou bacia pequena, que servia para ter água para as mãos e outras lavagens, fazer as barbas e outros usos (\$160 – cento e sessenta réis)¹⁷⁵. Mesmo para uma casa não habitada, essa possuía utensílios suficientes para receber seus proprietários e ou outras visitas.

Os ornamentos nas casas dos habitantes da vila eram escassos. Abundam, relativamente, apenas os castiçais, feitos geralmente de estanho, latão ou de arame. Mas nem sempre este vinham acompanhados de cera ou velas para a iluminação nos inventários. Tapetes aparecem vez ou outra em casas abastadas. As mesas eram variadas e muitas vezes apareciam sem os pés, escoradas em pedaços de madeira, ou cavaletes. Os bofetes eram mais comuns que as mesas.

Os utensílios de cozinha e de limpeza da casa, como a baixela, as panelas, frigideiras, ou bacias, geralmente eram feitos de materiais como o estanho ou o latão e não constavam com recorrência nos inventários mais humildes. Como pontua Rafaella Sarti¹⁷⁶,

¹⁷⁵ Inventário e Testamento de Isabel Fernandes. In: : *Inventários e Testamentos*. Vol. 5, pp 5 – 20.

¹⁷⁶ SARTI, 2001, op. cit.

na Europa Moderna, as casas mais pobres contavam com pratos e copos de madeira. No entanto, não encontramos referência a qualquer utensílio de madeira nos inventários.

Os copos, os pratos, as tigelas, as palanganas, e outros itens eram geralmente de estanho. Os copos poderiam ser de vidro, mas os dessa espécie foram raros no período estudado. Em meio aos poucos que constaram, um pertencia a Francisco Rodrigues Barbeiro, falecido em 1623¹⁷⁷.

Pratos e tigelas, assim como outros itens da baixela, poderiam ser também de louça, e, neste caso, eram provenientes da Europa ou Índia. Tais itens, refinados, às vezes eram dados às filhas em dote, quando este era grande. Garfos e colheres, escassos, quando constavam no patrimônio inventariado, eram de prata. As facas, mais comuns, não tinham seus materiais especificados¹⁷⁸.

As alfaias pareciam ser outra classe de artefatos encontrados no ambiente do lar que tinham por finalidade proporcionar conforto, ora por aquecer e secar, como cobertores e toalhas de mãos, ora por ornar e esconder a rusticidade de móveis velhos e desgastados pelo tempo, como as toalhas de mesa. Travesseiros, lençóis, almofadas, fronhas, enfim, o conjunto da roupa branca da casa dava ares mais agradáveis à moradia.

De uma amostra de 130 inventários selecionados entre 1596 e 1640, observamos a presença de alfaias da casa em 92, ou seja, em 70,76% dos documentos havia ao menos uma peça dessa classe de objetos. Assim como ocorreu com as classes de objetos analisadas anteriormente, as alfaias também não representavam grandes percentuais na composição dos patrimônios. De 130 inventários completos analisados, em 100 o valor das alfaias não alcançou a marca de 3% em relação ao montemor.

Manuel Vandala, casado com Madalena Holsquor, faleceu em 1627. O casal tinha três filhos: Maria de doze anos, João, de sete anos e Francisco, de cinco anos. O patrimônio da família foi o que apresentou maior valor acumulado em alfaias. Em meio aos 526\$880 (quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta réis) do montemor, havia

¹⁷⁷ Inventário e Testamento de Francisco Rodrigues Barbeiro. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 170.

¹⁷⁸ Sobre os objetos ligados às refeições, vide: ALGRANTI, Leila Mezan. “Artes de mesa: espaços, rituais e objetos em São Paulo colonial”. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). 2011. Texto fornecido pela autora.

46\$480 (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta réis) em peças dessa classe, ou seja, o valor acumulado em objetos dessa categoria representava 8,8% do total do patrimônio.¹⁷⁹.

No sítio em que morava o casal havia:

Em toalhas: uma toalha atoalhada de franjas (1\$280 – mil duzentos e oitenta); três toalhas de linho atoalhadas feitas em Portugal (3\$000 – três mil réis), uma toalha de mãos de Flandres com franjas (\$640 – seiscentos e quarenta réis); quatro toalhas de água as mãos de linho (1\$280 – mil duzentos e oitenta), uma toalha de mesa usada (\$320 – trezentos e vinte), um lambel ou sobremesa (\$800 – oitocentos réis), um lambel pintado de verde (\$480 – quatrocentos e oitenta réis). Os objetos de linho, bem como os produzidos no Reino e em outras paragens européias, assumiam altos valores e ostentavam refinamento.

Em guardanapos: três guardanapos grandes de Flandres (\$720 – setecentos e vinte), 18 guardanapos pequenos de Flandres (2\$880- dois mil, oitocentos e oitenta réis), 12 guardanapos de algodão (\$240 – duzentos e quarenta réis);

Em roupa e acessórios de cama: dois lençóis de olanda grossa (3\$600 – três mil e seiscentos réis), dois lençóis de olanda de franjas (4\$000 – quatro mil réis), uma colcha branca usada (6\$000 – seis mil réis), um cobertor de pano verde com suas guarnições de redor de veludo verde usado e com flocos (8\$000 – oito mil réis), uma almofada de seda (6\$000 – seis mil réis), duas almofadinhas (\$400 – quatrocentos réis).

A abundância de objetos importados fazia das alfaias de Manuel e Madalena uma exceção em meio aos patrimônios da vila.

As características físicas de um objeto são resultado de um processo social que age desde a seleção da matéria-prima. “Assim como em relação aos objetos, os significados das matérias-primas são estipulados culturalmente e podem afetar o sentido das coisas que compõem, sem, porém, lhes corresponder totalmente”¹⁸⁰. Na maioria das fazendas, as peças de alfaia eram fabricadas a partir do tecido de algodão da terra, o que reduzia drasticamente seu valor. Como no caso dos guardanapos do casal: os 12 de algodão foram avaliados no preço de um único guardanapo grande de Flandres. A matéria prima, bem como a procedência dos objetos provocavam diferenciações enormes em suas avaliações, corroborando sua função de marcar status.

¹⁷⁹ Inventário e Testamento de Manuel Vândala. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 7, pp. 41 - 77

¹⁸⁰ REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. IN: *Anais do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. 4, Jan. / Dez. 1996, p. 274.

Alcântara Machado, manifestou espanto quanto ao valor que as alfaias assumiam no século XVII. O autor associa os altos preços desses itens à dificuldade de obtê-los e à sua carestia no ambiente da vila. Esses objetos, assim como aqueles que compunham a baixela, eram, no seu olhar, o meio de a gente apotendada fazer timbre em ostentar sua opulência¹⁸¹.

Observando os róis de casamento presentes em meio aos inventários e testamentos, nota-se que, na maior parte das vezes, peças de roupa branca, como toalhas de mesa e de mãos, guardanapos, cobertores, lençóis, fronhas, travesseiros e almofadas eram incorporados ao patrimônio do casal por meio dos itens trazidos pela mulher no dote.

A parte do dote composta pelo enxoval, carregava para o novo domicílio a ser constituído peças de vestimenta, roupas de cama, mesa e banho, pratarias e móveis. Todos esses artigos eram bens de consumo, que, no entanto, poderiam ser vendidos para obter-se dinheiro. De acordo com Muriel Nazzari, ao dar enxovais valiosos nos dotes, os pais pensavam em sua utilidade, seu poder de conferir *status* e em seu possível valor de troca¹⁸².

Se pensarmos na composição geral dos dotes, especialmente nos casos das famílias mais abastadas, podemos ver que a preocupação dos pais, ao selecionar os objetos que seriam levados para o casamento pela filha, não era somente relativa à montagem de uma unidade produtiva (terras, casa, escravos, ferramentas) mas voltava-se também para a montagem de um espaço confortável e enriquecido com detalhes que se relacionavam à aparência do interior da casa.

Os móveis, as alfaias da casa e os utensílios domésticos, bem como o conforto e a comodidade proporcionados por bens destas categorias, pelo que apontam os dados levantados a partir dos inventários, não representavam uma prioridade, que correspondesse a uma necessidade primeira para os moradores do Planalto. Essas eram obtidas quando a família já possuía bens ligados a produção, como as ferramentas e os escravos. Nesse sentido, mobiliário, aparelhar e ornar o espaço interno da casa era um interesse secundário que estaria ligado à vontade de cercar-se de artefatos que poderiam ser compreendidos como indicativos de luxo e riqueza. Mesmo diante da escassez de móveis ou de alfaias, itens destas naturezas, especialmente os importados e de alto valor econômico, marcavam identidades e hierarquias ao compor o espaço interno do domicílio.

¹⁸¹ ALCANTARA MACHADO, op. cit., p. 97.

¹⁸² NAZZARI, M. “Dotes paulistas: composição e transformações (1600 – 1870)”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 9, n.º. 17, pp. 87 – 100. Set.88/ Fev. 89.

São Paulo era uma vila nascida havia pouco tempo. Ao passo que se organizavam as estruturas materiais da vila e os espaços públicos, por meio da ação das instituições trazidas de além-mar, que representavam a ação e a presença da Coroa em espaços tão distantes da Península, iniciava-se a construção de patrimônios familiares, com base no acesso a terra e a mão-de-obra escrava indígena, principalmente.

Tais processos construtivos baseavam-se no aproveitamento dos materiais oferecidos pelo meio no qual a vila fora instalada. Esse aproveitamento por sua vez, se fazia, muitas vezes, com a adoção de técnicas dos nativos da terra. No entanto, alguns traços da cultura européia prevaleceram neste processo, marcando os espaços materiais de vivência dos adventícios: se nos caminhos reinou o aproveitamento das trilhas indígenas, na estrutura das casas prevaleceu a memória das técnicas construtivas européias; se nas casas utensílios indígenas conviviam com artefatos europeus, nos inventários somente foram valorizados e, por isso, registrados itens que se afiliavam às lógicas, formas de viver e costumes europeus.

A vila era pobre, tanto quanto qualquer outro espaço relativamente isolado e em construção da América Portuguesa. Não obstante, essa caracterização geral, às vezes esconde a diversidade de situações econômicas existentes em São Paulo, espaço no qual conviviam ricos, pobres e escravos. O fornecimento irregular e conseqüente escassez de produtos europeus, as dificuldades de se vencer o meio e aproveitá-lo, a efemeridade das construções que exigia constante empenho em seu reparo, a dependência de investimentos privados para o desenvolvimento das estruturas materiais da vila, são algumas das marcas dessa situação. Disso, nos resulta uma questão: seria possível a Vila de São Paulo, em seu século inicial de existência, viver e possuir riquezas que não fossem pontuais? Cremos que neste período inicial não haja como caracterizar a vila de outra forma....

No entanto, havia grande complexidade nas relações sociais que se formavam neste espaço, bem como nas contribuições das formas de sociabilidade implicadas pelos vínculos de sangue, apadrinhamento, vizinhança entre outras, para o crescimento dos patrimônios e para as garantias de formas de bem viver ou sobreviver, materialmente amparado.

Capítulo 2 : Redes sociais e circulação de objetos e bens: necessidades em trânsito

Neste capítulo nos debruçaremos sobre a família, enquanto rede de sociabilidade primeira pela qual circulavam objetos e bens. Discutiremos alguns dos aspectos da família a partir da análise das representações presentes na literatura composta pelos manuais de casamento do século XVII e apresentaremos estudos de casos traçados a partir do cruzamento de dados de Inventários e testamentos de parentes. Compreendemos tais casos como exemplos de redes sociais nas quais o fornecimento de auxílio e as possibilidades geradas pelos vínculos familiares são fundamentais. A partir desses casos, refletiremos sobre as relações que se estabeleciam no domicílio e fora dele, sobre a dinâmica de configuração e reconfiguração que afetava as famílias dada a mobilidade provocada pelo sertanismo e os altos índices de mortalidade.

Por meio dos casos discutidos capturaremos aspectos da circulação de pessoas e coisas entre os domicílios de aparentados. Empréstimos de serviços forros e transações de mercadorias demonstrarão relações de solidariedade e confiança, bem como de dependência entre familiares que moravam em casas separadas, muitas vezes em bairros distantes.

A partir dos empréstimos de objetos e das transações comerciais com pagamento a prazo, buscaremos compreender as relações de parentesco e de vizinhança e de quais maneiras estas redes sociais e mecanismos de circulação contribuía não só para a obtenção do sustento cotidiano como para a conquista e manutenção de prestígio.

Por fim, voltaremos nossa atenção para a distribuição das heranças, na tentativa de compreender alguns aspectos das transformações que as partilhas proporcionavam no patrimônio.

2.1) As relações familiares vistas a partir dos Inventários e Testamentos.

Traçado um perfil geral das condições de vida material vivenciadas pelos moradores do Planalto de Piratininga, nos dedicaremos, neste capítulo, à compreensão das redes de relações em que os objetos circulavam e o que estes movimentos e objetos poderiam significar na sociedade que se formava na região.

As fontes selecionadas para traçar tais redes de relacionamentos foram os Inventários e Testamentos, os quais trabalhamos com auxílio das Genealogias, de Silva Leme e de Pero Taques.

O procedimento usado para recompor tais redes é simples, consistindo em captar os nomes indicados na documentação e as relações entre eles. Começamos a esmiuçar o processo com o estudo dos inventários.

Cada inventário possui uma abertura na qual, geralmente, constam dados indicativos de relações familiares, o local onde o documento foi iniciado e a data. Primeiramente, os declarantes, eram aqueles que declaravam a fazenda do inventariado (o falecido) e costumavam ser o cônjuge do falecido, um de seus filhos, maior ou emancipado, pai ou mãe, irmão ou familiar próximo que conhecesse o patrimônio a ser declarado. Isso implicava na necessidade de ser alguém que morasse com o inventariado ou freqüentasse sua casa. Pudemos observar que quando não havia familiar para prestar as declarações, os vizinhos mais próximos ajudavam na tarefa de relacionar os bens do defunto no rol. Ao se registrar o nome do declarante, geralmente se colocava também sua relação com o falecido.

Em seguida, consta uma relação dos herdeiros, na qual estão registradas suas idades e / ou seu estado civil¹. No caso de filhos naturais, especificava-se tal situação. Assim, a partir de dados dessa natureza, é possível identificar os filhos que moravam com o pai ou a mãe em sua casa e aqueles que possuíam residência apartada. De maneira geral, tais informações nos permitiram visualizar, em partes, o domicílio, a composição da família nuclear e alguns vínculos de parentesco que envolviam tal domicílio.

Há nos inventários ricas informações acerca das partilhas. Muitas vezes constam as divisões dos objetos, as quais se davam de acordo com o valor do quinhão que caberia a cada órfão e ao cônjuge do falecido. Consta também o registro das querelas, disputas e demandas envolvendo as partilhas, o pagamento de dívidas e a tutoria dos órfãos. Nestes documentos alcançamos alguns aspectos da dimensão das relações entre familiares, pessoas próximas e credores. Nos testamentos, este mesmo gênero de informação pode ser apreendido. Porém, esta documentação, produzida sob a pressão e o medo, bem como sob uma série de sentimentos provocados pela proximidade da morte, revela ao pesquisador, de

¹ No caso das filhas casadas, consta juntamente o nome dos maridos.

maneira mais clara e direta do que nos inventários, as sensibilidades em relação à família e às coisas possuídas e que serão deixadas.

Além disso, nos testamentos é possível observar alguns traços da composição da vizinhança quando se observa e investiga os nomes das testemunhas que assinaram o testamento. Obviamente, nenhum testador chamaria um desconhecido para assinar um documento que exige formalidades em sua feitura para o seu cumprimento. As *Ordenações Filipinas* estabeleciam que não poderiam ser testemunhas os incapazes civilmente, o furioso, o mudo e surdo de nascimento, o cego, o pródigo e aqueles que fossem escravos. Também não poderiam assinar como testemunhas aqueles que fossem declarados herdeiros no testamento, tampouco os filhos ou irmãos desses, ou o pai, sob cujo poder aquele que receberia a herança estivesse². Considerando-se que os filhos e o cônjuge eram aqueles que mais comumente eram instituídos herdeiros, nenhum deles, pela lei, poderia figurar entre as testemunhas. Isso nos leva a crer, que no momento da feitura do testamento, o testador cercava-se de pessoas de confiança, as quais não eram pertencentes ao seu nível mais próximo de relações, ou seja, não se tratava das pessoas que viviam sob seu teto e que receberiam seus bens após sua morte.

Dessa forma, cremos que tais testemunhas fossem familiares e / ou parentes como irmãos, irmãs, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, primos, entre outros, que morassem próximos aos testadores ou mesmo vizinhos com os quais se mantinham boas relações. Os testamentos, portanto, permitem que alcancemos algumas facetas das redes de relações em que o testador estava imiscuído, a nível familiar, de parentesco e de vizinhança.

Para capturar a família e as variações no patrimônio, as quais indicariam processos de manutenção, construção ou reconstrução, selecionamos os inventários e testamentos de grupos familiares ou de casais. Como a prática de se casar inúmeras vezes era bastante comum em São Paulo devido às altas taxas de mortalidade no período estudado³, foi possível apreender as variações patrimoniais ao longo da vida de um indivíduo, tendo em conta as contribuições de cada cônjuge para a formação da fazenda no momento de se firmar a união.

² *Ordenações Filipinas*, Primeiro Livro. Título LXXXV. Edição de Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro de 1870. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Consultado em 08. maio. 2012.

³ Sobre o assunto, vide: HOLANDA, S. B. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 1, São Paulo: USP, 1966.

Conseguimos captar a circulação de coisas por meio das distribuições das heranças e pelos registros existentes, tanto nos inventários quanto nos testamentos, das transações comerciais a prazo e dos empréstimos.

Antes de avançarmos, no entanto, é importante que reflitamos acerca o que compreendemos por redes de sociabilidades ou redes sociais, terminologia que utilizamos como sinônimos.

De acordo com José Maria Imízcoz Beunza, as categorias sociais como “grupos sociais”, “classes” e “estratos” possuem valor relativo, ou seja, aquele que corresponde ao referente empregado para estabelecê-las, como por exemplo, a posição do indivíduo no aparato produtivo, num sistema de valores ou num determinado ordenamento jurídico. As realidades retratadas por meio dessas categorias são relativas e não completas ou absolutas. Além disso, ao se passar da descrição da sociedade por categorias, para a explicação da ação social o pesquisador incorreria no risco de tomar tais categorias como atores da vida social, como se os grupos sociais pré-definidos fossem grupos reais de funcionamento e ação coletiva, supondo-se homogeneidade de condições sociais e de interesses. Mais do que isso, ao proceder dessa forma, é possível que o pesquisador separe em grupos opostos pessoas que interagem em funcionamentos e ações coletivas. Nesse sentido, é necessário uma análise relacional, em termos de rede social, que complemente a classificação utilizada, partindo do que vincula, e não do que separa ⁴.

Realizar a análise nesses moldes proporciona ao historiador o risco de tratar da simples individualidade, de não alcançar a configuração coletiva de forma profunda o suficiente. No entanto, há que se ter em mente a necessidade de pensar o intermediário entre o micro e o macro: “entre a ‘pessoa’ e a ‘sociedade’, deve-se colocar os vínculos sociais como articulação coletiva, como estruturação dos atores sociais e como suporte básico da ação em sociedade” ⁵. Deve-se ter em conta o indivíduo, com suas ações e relações interpessoais, no entanto, sem perder de vista as articulações da configuração coletiva e das estruturas sociais. Imízcoz considera que o tecido de uma sociedade é

⁴ IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria. “Comunidad, red social y elites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Regimén”. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria (director). Elites, poder y red social. Las elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna (Estado de la cuestión y perspectivas). Bilbao. Servicio editorial, Universidad del País Vasco, 1996, pp. 13 – 50.

⁵ “entre la ‘persona’ y la ‘sociedad’ hay que plantear los vínculos sociales como articulación colectiva como vertebración de los actores sociales y como soporte básico de la acción en la sociedad”. IMÍZCOZ BEUNZA, 1996, p. 18.

composto pelos vínculos e redes de relações entre o indivíduo e o coletivo. E, numa sociedade com características de Antigo Regime, o vínculo social em si, bem como os diversos vínculos sociais, possuíam organização e consistiam em estruturas sociais reais. Tais conexões comportavam regras e práticas específicas, que dimensionavam o posicionamento das pessoas em funcionamentos coletivos determinados. De maneira que a sociedade tinha um sistema de relações próprio, ou com características peculiares⁶. Nas palavras do autor: “o quadro social do Antigo Regime era um conjunto muito plural e complexo de corpos sociais ou comunidades e de vínculos pessoais e redes sociais. Todos eles tinham características específicas que se deve considerar na hora de analisar o funcionamento daquela sociedade”⁷.

As redes sociais ou de sociabilidades, portanto, corresponderiam à teia de relações na qual o indivíduo estaria imiscuído. Teia essa no interior da qual ele teria numerosas funções condizentes com sua posição, como por exemplo, o pai em relação à família. Ao mesmo tempo, essa teia ajustaria, ou contribuiria pesadamente, para posicionar esse indivíduo na sociedade como um todo.

Como demonstramos anteriormente, por meio dos inventários e testamentos é possível resgatar alguns aspectos dessa teia social integrada pelo testador / inventariado. Tais fontes permitem refletir acerca desses conjuntos de relações, focando principalmente a família e a vizinhança, bem como pensar a importância dessa rede de convivência na trajetória do indivíduo, no que diz respeito à obtenção ou manutenção das condições de vida material. Cremos, assim, obter um ponto de observação privilegiado para alcançarmos o significado das circulações de bens por meio de empréstimos de objetos ou trocas comerciais a prazo em São Paulo, entre fins do século XVI e primeira metade do XVII.

Um primeiro nível das redes de relações na qual o indivíduo estaria imiscuído seria composto pela família, enquanto teia de vínculos formados por consangüinidade e afinidade, teia essa que extravasaria o núcleo encontrado nos domicílios. Neste ponto, pensamos a família a partir da mesma perspectiva adotada por Muriel Nazzari⁸, ou seja, a família enquanto unidade produtiva. E, para ampliarmos tal noção, de forma que esta abarcasse as relações firmadas extra-domicílio, entre pessoas de mesmo sangue ou vínculo

⁶ IMÍZCOZ BEUNZA, 1996, op. cit.

⁷ IMÍZCOZ BEUNZA, 1996, op. cit. p. 19

⁸ NAZZARI, M. 2001, op. cit.

de afinidade, adotamos também a noção ampla apresentada por Maria Beatriz Nizza da Silva, em *Sistema de casamento no Brasil colonial*. Esta abrangeria um conjunto de parentes não residentes na mesma morada, ou um conjunto de co-residentes, os quais nem sempre possuíam vínculos de sangue⁹. Sendo assim, baseamos a noção de família que empregamos neste trabalho, assim como Milena Maranhão fizera em *A opulência relativizada*¹⁰, nas idéias das duas historiadoras.

Consideramos ainda que, como apontou José Maria Imízcoz Beunza, nas sociedades de Antigo Regime, os vínculos de família e parentesco tinham forte conteúdo social e poder estruturante, pois regiam a vida coletiva e a ação social dos indivíduos, condicionando sua vida pessoal. Dessa forma, relações afetivas, de dependência e comunidade de interesses se somavam já que os membros da família se apoiavam nas atividades comuns¹¹.

Para o trato das relações familiares, utilizamos as reflexões de Pierre Bourdieu sobre a família, tanto para pensar as representações do que seja família e quanto para perceber a família como princípio de construção da realidade social que, por sua vez, fora socialmente construído sendo comum a todos os agentes socializados. Segundo o autor, para se entender a passagem da família da ficção nominal para grupo real no qual os membros estão conectados por fortes laços afetivos, é necessário considerar o trabalho simbólico e prático “que tende a transformar a obrigação de amar em disposição amorosa, e a dotar cada um dos membros da família de um ‘espírito de família’ gerador de devotamentos, de generosidades, de solidariedades (...)”¹². Para Bourdieu, a família possui um papel fundamental na manutenção da ordem social na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais, afinal ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão.

Para Elizabeth Anne Kuznesof a família teria sido a unidade básica da colonização. A família enquanto instituição teria moldado os padrões da colonização e as relações

⁹ Esta definição ampla baseou-se no estudo feito por Jean Louis Flandrin, consultando antigos dicionários franceses e ingleses e no estudo dos dicionários portugueses antigos empreendido pela historiadora. Vide: SILVA, M. B. N. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

¹⁰ MARANHÃO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas / SP. 2000. Dissertação publicada.

¹¹ IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria. 1996, op. cit.

¹² BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996, p 129.

sociais¹³. De acordo com a autora, a proximidade do clã familiar era fundamental para a obtenção de ajuda e para a realização da troca, pois a economia de subsistência e a agricultura eram apoiadas e protegidas por meio por um sistema de troca de grupo e ajuda mútua. “Essas não eram relações de mercado, nem relações baseadas em um sistema de reciprocidade específico, mas sim um sistema de apoio generalizado para todos os membros do grupo”¹⁴, na interpretação de Kuznesof.

A importância da família para o viver dos indivíduos e para o crescimento e construção dos patrimônios dos moradores do planalto era fundamental. No entanto, consideramos que o conjunto das relações de apoio entre familiares foi algo perpassado por aquilo que Arjun Appadurai chama de situação mercantil: a situação em que a trocabilidade (passada, presente ou futura) de uma coisa por alguma outra coisa constitui seu traço social relevante¹⁵. As famílias constituiriam um circuito inicial, uma rede social cujos vínculos se formam de maneira muito próxima ao indivíduo, pela qual transitariam mercadorias, sendo essas coisas de naturezas diversas, em trocas marcadas pelo valor econômico e pela solidariedade e interesse.

Em São Paulo, nas décadas finais do século XVI e na primeira metade do século XVII, os laços familiares poderiam assumir a função de manter a estabilidade dos núcleos mais pobres, através do auxílio e da solidariedade prestados, que poderiam se traduzir em empréstimos ou negociações a prazo de mercadorias necessárias à sobrevivência, como os gêneros alimentícios ou ferramentas. Já nos núcleos mais abastados, estes vínculos poderiam trazer oportunidades de ascensão a cargos, ou acesso a bens materiais que faziam crescer os patrimônios, como no caso, apontado no capítulo anterior, de oficiais da Câmara da Vila que obtinham terras para seus familiares.

Para compreender as teias de relações formadas pelos vínculos familiares, refletiremos sobre a família e as relações, deveres, direitos e sensibilidades implicadas por ela.

¹³ Esta seria uma idéia adotada e defendida por uma ampla gama de historiadores, especialmente aqueles que formaram as matrizes historiográficas de análise deste tema, dentre os quais o maior destaque seria Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos*. Vide: KUZNESOF, E. A. “A família na sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700 – 1980)”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 9, nº 17, p. 37 – 63. Set.88/Fev. 89.

¹⁴ KUZNESOF, op. cit., p. 40.

¹⁵ APPADURAI, Arjun. “Introdução: mercadorias e a política de valor” In: APPADURAI, Arjun (org). *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

No entanto, cabe refletirmos mais detidamente sobre o que seriam estas sensibilidades, as quais buscamos em nossas fontes. Nas palavras de Serge Gruzinski, a história das sensibilidades trata de zonas ainda pouco exploradas “que se estendem à margem da história das idéias, das representações, dos corpos ou das imagens. Ela toca o que se situa além da elaboração intelectual mas nunca se separa dela. Ela coincide com os territórios do imaginário, mas tampouco se confunde com ele”¹⁶. O interesse da história das sensibilidades estaria voltado para o indivíduo, suas reações íntimas e contradições. Em sua busca, o historiador do sensível “escava destinos e exuma afetos” sempre com a intenção de reinseri-los em conjuntos significativos mais amplos. Dessa forma, grupos, clãs, classes, entre outros, são iluminados e tem sua complexidade restituída.

Forma de apreensão e conhecimento do mundo, as sensibilidades não brotariam do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Sua esfera se situaria, pelo contrário, na animalidade da experiência humana, num espaço anterior à reflexão, emanada do corpo como resposta à realidade, de acordo com Sandra Jatahy Pesavento. A sensibilidade, enquanto forma de ser e estar no mundo, “se traduz em sensações e emoções”¹⁷. E, paralelamente, corresponde também às manifestações do pensamento ou do espírito, por meio das quais aquela relação originária (forma de apreensão e conhecimento do mundo) é organizada, interpretada e traduzida de maneira mais estável e contínua. Mediante essa faceta, as sensações se transformam em sentimentos e afetos¹⁸. Este seria o momento da percepção, que “constrói um mundo qualificado, através de valores, emoções, julgamentos”. Dessa forma, as sensibilidades estariam no cerne do processo de representação do mundo¹⁹.

Desejamos alcançar ao menos algumas facetas destas formas de sentir dos paulistas de outrora. Para tanto, mergulharemos, por meio dos testamentos e inventários, nas trajetórias de indivíduos e famílias, na tentativa de entrever suas motivações, sentimentos, lógicas de agir e de pensar. Afinal, “a sensibilidade revela a presença do eu como agente e

¹⁶ GRUZINSKI, Serge. “Por uma história das sensibilidades”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy e LANGUE, Frédérique (org). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2007, p. 7.

¹⁷ PESAVENTO, S. J. “Sensibilidades: escrita e leitura da alma”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy e LANGUE, Frédérique (org). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2007, p. 10.

¹⁸ PESAVENTO, 2007, op. cit., p. 9 – 21.

¹⁹ PESAVENTO, 2007, op. cit., p. 13.

matriz das sensações e sentimentos. Ela começa no indivíduo que, pela reação do sentir, expõe o seu íntimo”²⁰. Cabe então salientar que, mesmo sendo um processo individual, que nasce como uma experiência única, a sensibilidade pode ser compartilhada, pois é social e histórica. Dessa forma, a partir da experiência histórica pessoal, emoções, sentimentos idéias, temores, entre outros são resgatados. Cabe lembrar que tal tradução sensível da realidade é historicizada e socializada para as pessoas de uma determinada época²¹.

As relações familiares e as sensibilidades por elas proporcionadas compõem um aspecto difícil de se apreender para o estudo da Vila de São Paulo entre o fim do século XVI e início do XVII. Afinal, como apontou Sandra Pesavento, elas são sutis e se inscrevem sob o signo da alteridade²². Para além dessa questão, a documentação disponível, oferece traços sobre a organização familiar, os quais precisam ser juntados e observados para além das lacunas: os inventários, reveladores dos modos de vida, apresentam, na maioria das vezes, a família nuclear, composta de pai, mãe e filhos. No entanto, havia também domicílios compostos por pai e filha, ambos viúvos, acompanhados de escravos, ou de homens sozinhos, entre outras situações. Às vezes era necessário ler de forma atenta cada documento e cruzar as informações provenientes da leitura de conjuntos deles para descobrir se havia órfãos morando com avós, tios e outros familiares.

Em 1638, quando faleceu, Pedro Martins, o velho, alfaiate, morava na casa de sua filha Maria Leoa, a qual era viúva. Seus pertences se resumiam à roupa do corpo, umas botas de cordovão, um catre e uma caixa, duas peças forras e uma data de meia légua de terras “nos limites de *Ibitoratim* até o *Juqueri* a qual deixo as minhas netas Maria Montesserrate e Luzia de Ávila por boas obras que me fizeram e o dinheiro que comigo gastaram em minha doença o qual ganhavam por suas agulhas”²³. As terras deixadas para as netas eram uma forma de agradecimento pelo trabalho realizado em busca de dinheiro para tratar o avô. Em seu testamento Pedro declarou que o sítio e casas em que morava pertenciam a sua filha Maria e nada ali lhe pertencia. Todas as outras três filhas de Pedro já eram falecidas no ano de sua morte, restando-lhe como família a filha viúva e as netas, e os netos filhos de Gaspar Manoel Salvago e sua filha Ana Ribeiro.

²⁰ PESAVENTO, 2007, op. cit., p. 14.

²¹ PESAVENTO, 2007, op. cit., p. 14.

²² PESAVENTO, 2007, op. cit., p. 15.

²³ Inventário e Testamento de Pedro Martins. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 12, p. 203.

Apesar de esta não ser uma situação comum na documentação, ela demonstra um arranjo em que o pai se abrigava na propriedade da filha, estabelecendo uma relação de dependência para com ela, a qual se acentuava pela doença. O trabalho que provia o sustento da casa não vinha do pai, nem da figura masculina, mas sim das mulheres da casa.

As famílias aparecem nesta documentação ligadas a casa, a qual pode lhes pertencer ou somente estar sob sua posse. Trata-se do domicílio, o qual privilegiamos nas análises que enfatizam o patrimônio familiar. Era no interior dele que se passava, como afirmou Leila Algranti, a convivência da intimidade: “é efetivamente no interior do domicílio que encontraremos os colonos interagindo com o meio natural, inovando nas formas de subsistência e vivenciando seus laços afetivos”²⁴. No entanto, como buscamos as redes de relações em que os indivíduos se inseriam e por meio das quais ele se posicionava na sociedade, houve a necessidade de tratarmos as relações familiares, provenientes dos vínculos de sangue e afinidade, o que obrigou a análise a transbordar o espaço domiciliar identificado nos inventários e testamentos.

Em muitos inventários não constam declarações de casas, o que pode ser compreendido como indício da ausência desse item na fazenda do inventariado e de sua condição social e econômica. Nos testamentos, reveladores das sensibilidades, por exprimirem desejos e preocupações que afligiam os indivíduos diante da morte, é possível entrever algo da consistência das relações, das formas de sentir e vivenciar a família e os vínculos por ela proporcionados no período em questão, como a gratidão do avô pelo esforço empreendido pelas netas para melhorar sua saúde.

Nosso estudo das famílias em São Paulo nos séculos XVI e XVII tomou por ponto de partida os domicílios, buscando compreender as relações entre aqueles que compartilhavam um mesmo teto. Para tanto procuramos identificar as representações e normas sociais que incidiam sobre cada componente da família: pai, mãe e filhos, com auxílio dos manuais de casamento. Paralelamente, buscamos as práticas, comportamentos e costumes retratados na historiografia e nas fontes.

Como apontou Maria Beatriz Nizza da Silva, o casamento constituía o elo que iniciava a família. O matrimônio, segundo Alzira Lobo de Arruda Campos, era algo complexo que abrangia a sociedade como um todo. Ele era um organizador social e um dos

²⁴ ALGRANTI, 1997, op. cit., p. 88.

meios mais eficientes de consolidação de interesses sociais políticos e econômicos das famílias paulistas. O casamento representava “o veículo que perpetuava a família, marcando posições sociais, conferindo prestígios, fornecendo regras pelas quais os indivíduos se avaliavam mutuamente”²⁵. Dessa forma, os critérios de escolha eram fundamentais para que o matrimônio possibilitasse alcançar estes objetivos e interesses.

Numa análise que focou os aspectos econômicos e sociais do casamento, Muriel Nazzari, demonstrou, por sua vez, que numerosas questões permeavam as escolhas dos cônjuges.

Primeiramente, o casamento de uma das filhas representava um meio de ampliar e consolidar o clã. Na visão da historiadora, casar uma filha significava ganhar um genro, o qual poderia vir a assumir as funções de adulto masculino na ausência do pai da família. Tal interesse levava os pais de família mais abastados a incluírem nos dotes de suas filhas lotes de terra, de maneira que se definisse o local de moradia do casal, no mais das vezes, próximo a família da jovem esposa. Tal decisão representava uma estratégia para consolidar o domínio da família sobre a terra, visto que a sesmaria exigia que essa fosse cultivada dentro de três anos para a garantia de sua posse. Quanto mais filhos e genros instalados nas propriedades da família, mais sólido seria o domínio de tais terras²⁶.

Outro ponto considerado de grande importância pela autora seria o status que se poderia obter por meio do casamento. Esse era alavanca social, já que a promessa de dote atraía sangue nobre “o que era importante levar em conta numa época em que a nobreza conferia muito mais status do que a riqueza”²⁷. No entanto, com pouquíssimos portugueses chegando a São Paulo no século XVII, muitos pais, diante da necessidade de casar suas filhas com alguém já instalado na vila, optavam por casá-las com parentes, consolidando o patrimônio no interior da própria família extensa. Em outros casos, a escolha do genro era feita com base em suas aptidões profissionais, ao passo que muitos genros aceitavam o casamento devido aos recursos e experiência detidos pela família.

De qualquer forma, como mostrou Nazzari, casar-se, para um homem de São Paulo no século XVII, “significava muito mais do que se tornar cônjuge de uma mulher:

²⁵ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra. 2003, p. 90.

²⁶ NAZZARI, 2001, op. cit. Vide capítulo terceiro da primeira parte: “O Pacto Matrimonial”, pp. 65 – 82.

²⁷ NAZZARI, 2001, op. cit. p. 69.

significava juntar-se a uma família, com responsabilidades não só para com sua esposa, mas também com a família dela”²⁸. Tais relações, segundo apontou Jose Maria Imízcoz Beunza, traduzidas em vínculos marcados pela dependência e solidariedade, eram características da estruturação social no Antigo Regime: “o indivíduo se achava fortemente submetido a própria comunidade, as regras da casa, aos deveres de reciprocidade e correspondência, as obrigações do parentesco, da vizinhança, do grêmio, da confraria, da paróquia, ou de qualquer sociedade de que fazia parte”²⁹.

Para Maria Beatriz Nizza da Silva, os inventários e testamentos antigos mostram famílias estruturadas de acordo com os padrões existentes em Portugal. Devido à escassez de mulheres brancas, as famílias, assentadas primeiramente no casamento³⁰, eram iniciadas com a união entre homens brancos e mulheres mamelucas, uniões corriqueiras em meados do século XVI em toda a extensão da América Portuguesa. Mesmo os homens que vinham de Portugal deixando do outro lado do oceano mulher, e quem sabe filhos, nas paragens do Novo Mundo tratavam logo de arrumar afeto nas concubinas índias.

A mulher branca, de acordo com Mary Del Priore, contribuiu com a reprodução, em terras do Novo Mundo, dos modos de viver e morrer provenientes da Península. Devido a sua importância na conquista ultramarina e na defesa do catolicismo, a mulher passou por um processo de adestramento, o qual se efetuou por meio dos discursos sobre padrões ideais de comportamento, que se disseminou através das atividades religiosas exercidas na América Portuguesa, e por meio do discurso normativo médico sobre o funcionamento do corpo feminino, o qual, por sua vez, dava caução ao discurso religioso³¹.

As famílias eram, portanto, em muitos casos, marcadas pelas uniões raciais. Porém, de acordo com Silva, o “estatuto dos mamelucos na sociedade colonial quinhentista dependeu em grande parte do grau de maior ou menor estruturação da família reinol”³². Havia o cuidado de dotar filhas mamelucas, assim como educar e profissionalizar filhos

²⁸ NAZZARI, 2001, op. cit, p. 76 – 77.

²⁹ “el individuo se hallaba fuertemente sometido a la propia comunidad, a las reglas de la casa. A los deberes de reciprocidad y de correspondencia, a las obligaciones del parentesco, de la vecindad, del gremio, de la confradía, de la parroquia, o de cualquier sociedad de la que formara parte”. IMÍZCOZ BEUNZA, 1996, op. cit. p. 22.

³⁰ SILVA, 1984, op. cit.

³¹ DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. São Paulo. Editora Unesp, 2009. Veja especialmente o primeiro capítulo “A mulher na história da colônia”, pp. 21 – 29.

³² SILVA, M. B. N. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998, p. 17.

mamelucos ilegítimos ou naturais (aqueles tidos quando pai e mãe eram solteiros). A esses filhos eram, em muitos casos, endereçados remanescentes de terças ou alguns bens. Muitos eram alforriados e muitos outros eram declarados herdeiros, compartilhando juntamente com os filhos legítimos de quinhão proveniente do patrimônio acumulado por seu pai em vida³³.

Ao analisar um ramo específico de literatura produzido nos séculos XVI e XVII, os manuais de casamento, percebemos o quão distante se encontravam as práticas e comportamentos que tomavam lugar na América Portuguesa, das imagens ideais e representações produzidas na Península Ibérica. Diogo de Paiva de Andrade, em seu *Casamento Perfeito* e João de Barros, em seu *Espelho de Casados* nos fornecem alguns aspectos e dimensões dessas diferenças³⁴.

Situado entre os textos de natureza religiosa e natureza leiga, estes manuais foram escritos por leigos e dirigidos aos homens, de maneira a lhes aconselhar sobre os benefícios do estado de casado, os critérios de escolha de suas esposas, as situações envolvendo os laços afetivos e sobre a boa administração do matrimônio. De acordo com Ângela Mendes de Almeida, a finalidade dessa categoria literária era “convencer os homens de que, apesar de tudo, vale a pena casar-se”³⁵. Além disso, tais obras voltavam-se para o dever ser, ou seja, carregavam modelos ideais e representações acerca da condição de casado e das vivências cotidianas dos casais.

De forma geral, o manual redigido por Diogo de Paiva de Andrade indicava caminhos para que o casamento fosse bem sucedido, de acordo com os preceitos da religião católica e da moral do período. Seria o casamento, ao olhar de Diogo de Paiva, “(...) um contrato de duas vontades: ligadas com o amor que Deus lhe comunica (...)”³⁶. Para o sucesso do matrimônio, uma série de critérios deveria ser considerada no momento da escolha do cônjuge. Primeiramente a igualdade de qualidade entre aqueles que se ligavam

³³ LEANZA, Débora D’Almeida. *Entre a norma e o desejo: os filhos ilegítimos na sucessão patrimonial (Vilas de São Paulo e Santana de Parnaíba – século XVII)*. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas. 2000. Vide especificamente o capítulo 3.

³⁴ ANDRADE, Diogo de Paiva de, 1576 – 1660. *Casamento perfeito: em que se contem advertências muito importantes para viverem os casados em quietação, & contentamento...*/ por Diogo de Paiva de Andrade – em Lisboa: por Jorge Rodriguez, 1630; e Doutor João de Barros. *Espelho de casados*. Segunda edição conforme a de 1540. Publicado por Tito de Noronha e Antonio Cabral. Porto: Imprensa Portuguesa, 1874.

³⁵ ALMEIDA, A. M. “Os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 9, n.º. 17. set.88/ fev.89, pp. 191 – 207.

³⁶ ANDRADE, op. cit., p. 2.

por este laço: “(...) convém que esteja a balança da nobreza em tão igual ponto, que não possa pender para alguma das partes; porque se pende para o da mulher, logo lhe acende a desconfiança; se para a do marido, logo se arrisca o sofrimento (...)”³⁷

Além da igualdade de nobreza, o autor recomendava a igualdade de riquezas e de idades. A igualdade de nobreza ou mesmo a igualdade racial não eram critérios tão fundamentais nos primórdios da vila, como pudemos observar anteriormente. No entanto, no século XVII, pelo crescimento da população, passava-se a buscar casamentos entre iguais. Dentre os padrões de seleção biológica, idade, aparência física e etnia, a mais preponderante para o período colonial era, de acordo com Alzira Campos, a etnia. À aparência física se sobrepunham signos classificatórios como o prestígio da família e a parentela, riqueza e ocupação. No entanto, os casamentos deveriam ser encontrados no interior da mesma etnia. Mas, cabe relevar, a força desse critério se amenizava nos estratos mais humildes.

Pelo que nos apresentou a obra de Diogo de Paiva, se casar mais de uma vez era comum também em Portugal. No entanto, na visão do autor, essa prática constituiria empecilho à perfeição do casamento. Porém, se para o escritor a repetição do casamento deveria ser evitada, no cotidiano dos moradores de São Paulo ela constituía necessidade para muitos. Com as altas taxas de mortalidade e as conseqüentes divisões das fazendas em virtude das heranças e das dívidas acumuladas, as quais costumavam ser cobradas nos inventários dos devedores, muitas viúvas se viam diante da necessidade de retornarem à casa dos pais ou se casarem novamente para, com ajuda do novo esposo, construir patrimônio e sobreviverem.

Aos viúvos também se apresentava a necessidade de se casarem novamente, especialmente pela necessidade de auxílio na criação dos filhos pequenos. A figura da madrasta era comum na vila de São Paulo, e, algumas delas tomavam bens e objetos em suas terças para deixá-los a seus enteados ou suas enteadas, sinalizando a existência de sentimentos para com os filhos de seu marido.

Ao pai da família, idealizado por Paiva de Andrade, caberia dar exemplo não só aos filhos, mas também a sua mulher. Esta, no discurso do autor, deveria aprender com ele virtudes. Em prol do casamento perfeito, o autor defendia a necessidade de os homens

³⁷ ANDRADE, op. cit., p. 6.

respeitarem suas esposas, não praticando adultérios, mantendo ocupações lícitas e evitando jogos de qualquer natureza. Os jogos, além de serem motivo para contendas entre o casal, constituíam risco de se perder a fazenda acumulada. Além disso, o homem não deveria ser pródigo nem avarento.

Em *Espelho de Casados*, João de Barros também exaltou o casamento.

Ao apresentar os motivos que poderiam convencer um homem a não contrair o matrimônio, o escritor destacou o medo que se tinha da dor sentida diante da morte dos filhos. A passagem, que ocupa algumas páginas do texto, idealiza um pouco a dimensão sentimental que deveria conectar a família nuclear em Portugal no século XVI. Vejamos um excerto: “Porque pai e mãe com mui grande fadiga os criam e se lhe morrem grandes ou pequenos: não há dor igual a esta. Porque o pai ama seu filho mais que a si mesmo. E não há amor que vença o do pai (...)”³⁸.

A criação dos filhos, de maneira geral, pelo que se observa nos testamentos e inventários antigos, demandava trabalho dos pais no sentido de educá-los de acordo com seu gênero (os trabalhos domésticos, de costura e bordado para as meninas e leitura e escrita, bem como ofício para os meninos) e sustentá-los, provendo alimentação e vestimenta³⁹. E as dificuldades cresciam quanto mais profunda a pobreza da família. No entanto, estes mesmos filhos poderiam, ainda enquanto crianças, corresponder a acréscimos na força de trabalho da família, auxiliando no cuidado da casa e tarefas domésticas. Aos meninos do povo, a partir dos sete anos, seria ensinado o ofício, que, na maioria das vezes era o mesmo de seu pai. Aos meninos de origem nobre não era considerado digno a aprendizagem de ofícios mecânicos, devido à sua condição social.

Os filhos, no discurso de João de Barros, deveriam ser para os pais o meio de se perpetuarem: “(...) o homem em seus filhos virtuosos põe toda sua bem aventurança. Quanto faz por os criar, por os doutrinar, para lhes adquirir fazenda, para os casar, e honrar. E tudo isso por que sente o homem que não fenece se deixa o filho depois de seus dias. Porque este conserva a família, a casa e a fazenda. E é uma mesma coisa e carne com seu pai”⁴⁰. Na prática, nem sempre os filhos davam continuidade aos feitos do pai. O

³⁸ Doutor João de Barros, op. cit. Folha 2.

³⁹ Sobre a criação de filhos legítimos, vide: LEANZA, op. cit., especialmente páginas 93 – 111. Sobre a família e a educação dos filhos, vide: SILVA, 1998, especialmente páginas 219 – 239.

⁴⁰ Doutor João de Barros, op. cit., Folha 17.

comportamento de muitos descendentes motivava inquietações em seus genitores. Álvaro Neto, o velho, por exemplo, dilapidou parte de seus bens de raiz para tirar o filho, Álvaro neto, o moço, da cadeia, pois este devia muito a diversas pessoas. O filho não ressarcia os pais, os quais, quando da feitura conjunta de seu testamento, demonstraram grande preocupação em relação à possibilidade de Álvaro criar confusões e conflitos com os outros irmãos nas partilhas. Trataremos desse caso com mais afinco a seguir.

Em termos de funções e deveres, o ideal seria que os filhos ajudassem os pais e as mães em vida e zelassem por sua memória após a morte, de acordo o texto de Barros. Disso presume-se um elo de continuidade e proximidade entre pais e filhos, o qual nem sempre era concretizado na prática. Especialmente se considerarmos a dinâmica, presente em São Paulo, impressa no cotidiano familiar pelas altas taxas de mortalidade: as viúvas nem sempre ficavam com seus filhos.

A ajuda em vida, por sua vez, poderia ser um pouco mais próximo da realidade, entretanto, essa era definida por lei, nem sempre partindo da boa vontade dos filhos. O auxílio que os filhos prestavam aos pais na construção, manutenção e ampliação dos patrimônios familiares era garantido pelas *Ordenações Filipinas* já que, até a maioridade (alcançada aos 25 anos) ou emancipação, todos os bens conquistados pelos filhos pertenciam aos pais. Dessa forma, a família trabalharia, por meio da norma estabelecida pela lei, em conjunto para a sobrevivência no dia-a-dia e para acúmulo de patrimônio. Porém, normas nem sempre são seguidas nas práticas e vivências, e os filhos poderiam dar aos pais mais prejuízo do que ajuda.

De acordo com Alzira Campos, as relações entre pais e filhos se passavam como que segundo “uma pauta assimétrica de deveres e obrigações, variável com a idade dos filhos e a situação econômica da família, mas sempre governada pelo princípio do pátrio poder”⁴¹. De um lado, os pais deviam aos filhos alimentação, vestimenta, educação, abrigo e proteção, e de outro os filhos deveriam respeitar e obedecer a seus pais.

Na vida familiar dos séculos XVI e XVII, cada componente tinha socialmente um conjunto de funções definidas. De acordo com Maria Odila Leite Dias da Silva, em São Paulo havia uma dinâmica específica com relação à divisão das tarefas por gênero. A mulher assumir funções e atividades tradicionalmente demarcadas como sendo da alçada

⁴¹ CAMPOS, op. cit. p. 423.

masculina era tanto comum: “De fato, a ausência do homem ou sua presença intermitente impunha com frequência não tanto a divisão como a alternância ou troca de tarefas: assumir papéis masculinos não era muito excepcional”⁴². Portanto, diante das ocupações que levavam os homens a se ausentar em expedições pelo sertão, o quadro das funções femininas, como nos apontou a autora, tomou uma coloração peculiar.

Dessa maneira, nos domicílios e famílias que se formavam em São Paulo, até meados do século XVII, o conjunto das atividades cotidianas realizadas pelas mães e ou esposas extrapolava o conjunto dos deveres estabelecidos como normas para essas mulheres. Além de cuidar dos próprios filhos, muitas vezes estas mulheres tinham à sua volta os filhos ilegítimos dos maridos, os quais estabeleciam relações repletas de sentimentos para com o núcleo conjugal.

Na primeira metade do século XVII a exclusão dos filhos ilegítimos das heranças era incomum. Entretanto, não declarar um descendente ilegítimo herdeiro, não significava a ausência de sentimentos ou cuidados para com ele. No testamento conjunto de Álvaro Neto e sua mulher Méssia da Penna isso é perceptível:

Declarou ele Álvaro Neto que ele tinha um filho bastardo por nome Pascoal Neto o qual houvera em uma índia de sua casa o qual tinha casado com uma filha de Matheus Luiz e sobrinha de sua mulher testadora e ambos testadores tem-lhe feito escritura de alforria e que tudo o que tinham dado lho davam de esmola pelo amor de Deus e mandamos que nossos herdeiros não entendam em nada com o dito Pascoal Neto nem com sua mulher Maria Luiz porque são forros e livres pelas leis de sua majestade e nos por tais os havemos e mandamos que três peças que o dito Pascoal Neto nos deu por nossa morte se lhe tornem (...) as quais trouxe do sertão e no-las deu e por esta razão lhas mandamos dar⁴³

Pascoal Neto era filho bastardo, ou seja, tido já depois de Álvaro estar casado com Méssia. Como era rebento tido com uma escrava da casa, é possível supor que morasse com a família até que se casou com a sobrinha de Méssia, permanecendo nos circuitos próximos do casal. A idéia de que Pascoal e Maria Luiz vivessem próximos à família de Álvaro é ainda reforçada pela preocupação que o pai traça em seu testamento quanto à possibilidade de os outros filhos bulirem com os bens e até mesmo com a liberdade do casal mameluco.

⁴² DIAS, M. O. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª Ed. Revisada. São Paulo, Brasiliense, 1995. p. 53.

⁴³ Inventário e Testamento de Messia da Penna. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 446 – 447.

Os sentimentos e a proximidade entre pai e filho, bem como a existência de uma relação estabelecida nestes moldes pode ser confirmada pela doação das três peças, capturadas no sertão por Pascoal, a Álvaro. Se a doação fora feita de boa vontade por parte de Pascoal, seria ele expressão de gratidão ou do desejo de auxiliar o pai ou agradá-lo. Se feita por obrigação, como no caso dos filhos família, dos quais os bens conquistados durante a menoridade pertenciam a seus pais, de acordo com as *Ordenações*⁴⁴, isso seria indicativo de que viviam familiarmente seguindo as lógicas e determinações da lei. Por outro viés, esta idéia de proximidade novamente se confirma: a devolução das peças implicaria no desejo de que Pascoal pudesse aproveitar o trabalho destes escravos para rendimento de seu patrimônio.

Além disso, como não poderia herdar por ser filho bastardo⁴⁵, Álvaro assegurou que nada do foi dado em vida a Pascoal lhe fosse tirado, atribuindo caráter de esmola a tais doações. Como indica o documento, o pai auxiliava o filho na construção de seu patrimônio. E era retribuído, já que Pascoal disponibilizara três peças escravas que conquistara por seu empreendimento ao pai. A relação entre pai e filho bastardo parecia ser afetuosa e de confiança, já que Pascoal fora escolhido, juntamente com Gaspar da Costa e Jerônima de Mendonça para ser testamenteiro do casal. E Méssia, esposa de Álvaro, não parecia colocar obstáculos a esta conveniência, fosse por submissão ao marido, por reconhecer a boa relação entre pai e filho, ou por ter afeto em relação ao jovem mameluco.

No codicilo escrito em 1631, novamente Pascoal era objeto da preocupação do casal:

E declararam que pediam a seus herdeiros sob pena de suas bênçãos nenhum deles bulisse com seu filho bastardo Pascoal Neto em coisa alguma nem com sua mulher Maria Luiz nem com sua filha Dona Luiza por assim ser suas últimas e derradeiras vontades (...)⁴⁶

Como assinalou Sandra Pesavento, talvez a única forma de mensurar as sensibilidades seja por meio da avaliação de sua capacidade mobilizadora, já que seriam

⁴⁴ Vide: *Ordenações Filipinas*. Livro IV. Título LXXXI.

⁴⁵ Filhos ilegítimos somente poderiam ser nomeados herdeiros sendo naturais de acordo com as *Ordenações Filipinas*. Aos filhos bastardos, ou seja aqueles tidos fora do casamento, quando o pai ou a mãe já estavam casados, este direito era vetado. Vide *Ordenações Filipinas*, Título XCII.

⁴⁶ Inventário e Testamento de Messia da Penna. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 458.

evidenciadas ou demonstrariam sua eficácia pela reação que são capazes de proporcionar⁴⁷. O sentimento e a preocupação em relação a Pascoal levaram Álvaro e Messia a citá-lo tantas vezes em seu testamento, tentando garantir sua segurança e tranquilidade.

Muriel Nazzari, ao estudar o desaparecimento do dote, concebeu a família enquanto grandes parentelas que, controladas por um patriarca ou uma matriarca, “dominavam a maioria dos aspectos da vida social (...), o que incluía o governo local, as atividades produtivas e comerciais e as grandes expedições para a escravização de índios (...)”⁴⁸.

A família possuía importância fundamental na construção e acréscimo do patrimônio. Os vínculos de sangue representavam meios de se obter benefícios nas camadas mais abastadas da população, aquela que tinha acesso a cargos políticos e influência no meio social. Nas camadas mais pobres, tais elos traduziam-se, no mais das vezes em relações de amparo e auxílio. Afinal, as redes de relações constituíam, em sociedade com características de Antigo Regime, um elemento fundamental do capital social e da capacidade de ação dos indivíduos, que poderia ser mobilizado em seu favor diante de situações em que isso fosse necessário⁴⁹. Isso era válido para relações de amizade e vizinhança, bem como de família e parentesco.

As famílias constituíam um primeiro nível das redes de sociabilidades que ofereciam ao indivíduo meios para construir e manter seu patrimônio. As relações que se firmavam no interior dos domicílios possuíam esse caráter voltado para o objetivo do acúmulo de bens.

De maneira geral, as relações entre Álvaro e Méssia e seus filhos legítimos e os filhos ilegítimos do marido pareciam uma complicada trama. Álvaro e Méssia tinham três filhos legítimos: Mateus Neto, casado com Jerônima de Mendonça, Álvaro Neto, o moço, casado com Paula Maciel e Dona Luiza, casada com Gaspar da Costa. Álvaro possuía ainda um filho natural, tido na Bahia quando solteiro, o qual fora instituído como seu herdeiro, e um filho bastardo, Pascoal.

Dona Luiza tinha sido casada com Cristóvão de Aguiar Girão em primeiras núpcias e ficara viúva em 1616. Ela, que vivia, até então, confortavelmente com seu marido e seu filho, no sítio do *Forte*, voltou a viver com os pais, pois as dívidas de Cristóvão

⁴⁷ PESAVENTO, 2007, op. cit. p. 21.

⁴⁸ NAZZARI, 2001, op. cit., p. 27 – 28.

⁴⁹ IMÍZCOZ BEUNZA, 1996, p. 30 – 31.

ultrapassavam o valor do montemor e toda a fazenda do casal teve que ser vendida para sanar as dívidas. O curador dos órfãos (a viúva ficara grávida quando da morte de seu primeiro marido), seu irmão Mateus Neto, foi quem saldou a parte das dívidas que ultrapassou o montante dos bens, de sua própria fazenda, por amor de Deus, para desobrigar a alma do defunto. Tal prática, de o curador dos órfãos sanar as dívidas do defunto por caridade, pela análise dos inventários, era corriqueira.

Em 1617, Dona Luiza já estava casada novamente, dessa vez com Gaspar da Costa. Na época de seu casamento não havia ainda sido realizadas as partilhas das peças que sobraram do espólio de Cristóvão. Somente em 1619 ocorreu a divisão das trinta e seis peças do inventário de Cristóvão. Todas elas foram entregues a Gaspar da Costa, sucessor e padrasto, pois este era o responsável por criar o órfão (uma das crianças já havia falecido nesta época) e o fazia corretamente.

Apesar de a lei impor que o padrasto não poderia criar os filhos da mulher, era comum na Vila de São Paulo a permanência das crianças com a mãe, mesmo depois de ela estar casada. Novamente, o que se verificou em muitos casos foi que a administração dos bens ficava por conta do curador, que geralmente era pessoa próxima do núcleo familiar que perdera o pai, podendo ser o avô das crianças ou um de seus tios. A criação ficava por conta da mãe, na prática, caso fosse esse seu desejo.

Ao que parece, os pais de Dona Luiza ajudaram a filha a constituir fazenda para casar-se novamente. Em 1625, no testamento de Méssia e Álvaro constavam dívidas deles para com Dona Luiza: uma vasquinha de pano fino e uma prensa nova. Para Gaspar deviam coisas pequenas, que indicam transações comerciais a prazo entre os familiares: uma peroleira de vinho e “assim mais deviam ao dito Gaspar da Costa de coisas que lhe deu (grifo meu) cinco cruzados”. Gaspar também devia ao sogro uma quantia de “três pesos em dinheiro de contado”⁵⁰. Diante da necessidade, era comum recorrer-se ao auxílio dos parentes mais chegados. Tais posturas aproximavam e fortaleciam os vínculos familiares.

Uma preocupação grave parecia afligir Álvaro e sua esposa na redação do testamento: a possibilidade de Mateus e Álvaro Neto, o moço criarem conflitos na partilha da herança, prejudicando Pascoal e Dona Luiza. Tal aflição teria forte fundamento. Álvaro Neto, o moço, em diversas ocasiões causara prejuízo aos pais e sequer manifestara boa

⁵⁰ Inventário e Testamento de Messia da Penna. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 458.

vontade em ressarcir-los. Entre outras coisas, o casal teria dado à penhora uns “chãos” que possuíam na vila, de frente à casa de Bartolomeu Bueno, o velho, para saldar uma dívida de seu filho Álvaro para com Pedro Gonçalves Varejão, pela qual estava preso. Os chãos foram arrematados em leilão e Álvaro Neto, o moço não os remiu. Os pais desejavam que, com sua morte, o filho retornasse o valor dos chãos penhorados. No inventário de Messia não consta o filho ter pago a dívida que tinha para com os pais, e o inventário de Álvaro Neto, o velho, infelizmente não foi localizado.

Pelo mesmo filho, pagaram dívidas para com Manoel da Cunha, Aleixo Jorge, Pero Leme, o moço, Henrique da Cunha e Pero Dias. Além desses, pagaram a Cláudio Furquim uma quantia de oito mil réis por uma sentença, seis mil réis pagaram a Câmara da Vila por uma condenação, e ainda quitaram dívidas que o filho tinha para com Gaspar Gomes. Todas as dívidas foram registradas no testamento e codicilos, na expectativa de que o filho ressarcisse os pais, ou pelo menos, tornasse os valores ao monte mor, para que este fosse partilhado. Álvaro Neto o moço dilapidava o patrimônio dos pais e estes, de certa forma sabiam que os valores jamais seriam pagos.

Álvaro Neto era homem bom, da governança da terra, possuindo direito de eleger e ser eleito na Câmara da Vila. Em diversos anos ele serviu no cargo de avaliador e partilhador dos órfãos⁵¹. Por sua posição de relativo destaque na localidade, bem como por seu considerável patrimônio, seu filho conseguira empréstimos de tantas pessoas⁵².

Talvez tenha sido este comportamento mantido por Álvaro Neto o moço, que tenha levado o casal a expressar tamanha preocupação com os outros filhos, a ponto de ameaçar quem bulisse com Pascoal e sua mulher, bem como com Dona Luiza, “sob pena de suas bênçãos” nas suas cláusulas de últimas vontades.

Maria Martins, cujo inventario já utilizamos como exemplo anteriormente, ao nosso olhar, não teve uma vida fácil. Desde que encontramos notícias a seu respeito, a pobreza caracterizou seu patrimônio. Maria teria se casado em primeiras núpcias com Rafael

⁵¹ Veja-se, por exemplo, as atas das sessões da Câmara da Vila de São Paulo do ano de 1585. ATAS da Câmara da Vila de São Paulo. 1562 – 1596. Publicação da Divisão do Arquivo Histórico. Século XVI. Vol. 1. 2ª ed. 1967, e os inventários de: Henrique da Cunha, *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 207 – 280; e de Fernão Dias. *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 397 – 444.

⁵² Como afirmou Roberta Stumpf, a riqueza e a participação nos cargos relacionados à governança da terra, eram fontes de reputação social que contribuíam para a obtenção de notoriedade local, e, eram elementos constitutivos de uma nobreza tácita, aquela que não era instituída diretamente pela monarquia. Vide: STUMPF, Roberta G. “Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais”. IN: **Almanack**. Guarulhos. N° 1, p. 119 – 136. 1º semestre de 2011.

Teixeira, por volta de 1613. O casal teve quatro filhos: Petronilha Ribeiro, Serafina de Alvarenga com doze anos na data do inventário do pai, Salvador, nascido por volta de 1631, e outro filho que citado no testamento paterno, não foi declarado no inventário, o que poderia indicar sua morte prematura.

Pelo testamento de Rafael, o casal teria convivido 20 anos. Não há declaração de bens em seu testamento, tanto que a viúva, ao fazer inventário, afirmara que não havia fazenda nenhuma que avaliar. Nada de casas, nada de terras, nada de ferramentas... Constava no testamento somente “duas negras e dois rapazes da terra” os quais deixava “a domicílio” e “como melhor podia fazer, a sua mulher Maria Martins, para o serviço delas ajudar a criar seus filhinhos”⁵³. A curadoria das crianças fora entregue a Henrique da Cunha. Ao que parece, Maria, Rafael e seus filhos moravam e trabalhavam em terras do curador.

Apesar da ausência de bens a inventariar, a viúva conseguiu pagar as dez missas que Rafael pedira em testamento, constando quitação no ano de 1633. Como a viúva obtivera tal quantia? Teria sido o curador quem fornecera o dinheiro? Infelizmente não há resposta na documentação....

Além disso, Rafael relata em suas disposições de últimas vontades alguns negócios que, de certa forma, demonstram a importância da família como fonte de auxílio:

Disse que devia vinte e três varas (...) de pano de algodão a seu irmão em Itanhaem a Ylias Teixeira.

Disse que lhe mandara seu irmão, de Itanhaem, quatro côvados de catasol para lhos vender e que lhos vendera ao filho dele dito testador Francisco Teixeira por seis pesos, que lhos pedissem.

Disse que seu irmão tinha a conta do pano que acima diz, oito arráteis de cera.(...) ⁵⁴

Note-se que o irmão de Itanhaém forneceu tecidos a Rafael duas vezes. Em uma delas não se especifica a finalidade, dizendo o testador apenas que devia pelo pano. Na outra, ele deixa claro que seria para vender. O comprador do catasol, tecido de lã fino e muito lustroso, foi justamente o filho de Rafael, que o negociara a prazo, visto ter o testador recomendado a cobrança da dívida em seu testamento. De um lado, o irmão de Rafael auxiliando-o com o empréstimo dos tecidos. De outro uma negociação que nos parece

⁵³ Inventário e Testamento de Rafael Teixeira. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 32, p. 95 – 100.

⁵⁴ Inventário e Testamento de Rafael Teixeira. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 32,, p. 99.

dúbia: teria Rafael auxiliado o filho, vendendo a ele o tecido a prazo, ou teria o filho auxiliado o pai, comprando o artefato?

Maria Martins, assim como muitas outras viúvas pobres, casou-se novamente, dessa vez com Miguel Rodrigues. Desse casamento nascera um filho em 1637, chamado Pedro.

Em 1639 Maria Martins falecera. Em seu inventário, constavam apenas alguns itens: duas enxadas, um manto, uma caixa de cinco palmos e uma pedra verde encastoadada. Constava também que a falecida deixara quatro peças forras: duas das quais deveriam ser entregues ao viúvo e duas para o órfão Salvador. Como curador do órfão, Maria escolheu Francisco Botelho, seu genro, casado com sua filha Petronilha. Sua outra filha, Serafina, também já era casada, com Estevão da Cunha, filho natural de Henrique da Cunha, o velho com uma negra da terra. Suas duas filhas já haviam sido inteiradas de suas legítimas⁵⁵.

Das peças forras divididas por Maria em seu testamento uma não lhe pertencia. Havia sido emprestada por Mécia Rodrigues, mulher de João Pires, para lhe servir em vida. Após sua morte, João tomara a índia de volta. A documentação consultada não nos forneceu base que nos permitisse identificar vínculos familiares entre Mécia Rodrigues a Maria Martins.

Como já dissemos anteriormente, quando Maria faleceu, as dívidas do casal alcançavam a quantia de 5\$300 réis (cinco mil e trezentos). Dessa quantia, 3\$280 (três mil duzentos e oitenta) eram referentes à compra de pano de algodão de três fornecedores diferentes. Este dado demonstra que as relações de confiança e dependência firmadas pela concessão de créditos ou venda a prazo extrapolavam o circuito formado pela família.

Francisco da Gama, alfaiate de ofício, e almotacé da vila em agosto de 1589, falecera no ano de 1600, no meio de uma aventura no sertão. Buscando remédio para pobreza, ele deixara viúva Jerônima Fernandes, com uma filha pequena de cinco anos chamada Maria da Gama. Apesar de muito entrecortado e corroído pelo tempo, o Inventário de Francisco da Gama⁵⁶ registra inúmeras cobranças judiciais de dívidas. Tanto que na época de sua feitura, a viúva abriu mão da herança, botando-se fora das partilhas, para evitar herdar as dívidas do falecido. O que indica que as mulheres não eram desinformadas dos negócios que faziam seus maridos, apesar de muitas não saberem ler.

⁵⁵ Inventário e Testamento de Maria Martins. In: *Inventários e Testamentos*, Vol 10, p 389 – 398.

⁵⁶ Inventário e Testamento de Francisco da Gama. In: *Inventários e Testamentos*. Vol 1, p. 335 – 371.

Jerônima viveu momentos difíceis quando Francisco morreu. Seu padrasto, João de Santana, e sua mãe, Maria Paes, acolheram a viúva e a criança, para que não ficassem jogadas na rua. João requereu ao juiz dos órfãos a autorização para vender as peças escravas registradas no inventário de bens, já que o sustento e criação da criança e sua mãe eram então sua responsabilidade. Elas passaram a morar na casa do casal, no termo de Ibirapuera.

João de Santana tornou-se curador da órfã e ficou responsável por pagar as dívidas de Francisco da Gama, que juntas somavam 32\$953 (trinta e dois mil, novecentos e cinqüenta e três réis). Valor exorbitante para o período. Em 1602, Jerônima estava novamente casada, desta vez com Baltazar Gonçalves, o moço.

Passaram-se os anos. E na busca de aumentar o patrimônio da família, João de Santana partira para o sertão na expedição de Martim Afonso, a qual foi completamente dizimada. Seu inventário foi feito em 1612. Nele constava talvez um último agrado que faria a sua mulher: havia ele acertado com João Pereira que este lhe traria do Rio de Janeiro um chapéu preto de mulher e um calçado de Valença.

João não tivera filhos com Maria Paes. Mas tivera, antes de casar-se, uma filha mameluca que permaneceu escrava até o ano da morte de Maria Paes (1616), quando foi alforriada em testamento pela viúva. Na época do inventário de João, Diogo Mendes, copeiro do governador Dom Luiz de Souza, que viria a se casar com Maria da Gama já freqüentava o domicílio da família: por não saber assinar, ele assinara no lugar da viúva as declarações do rol de bens do inventário⁵⁷.

Pelo que se percebe na documentação, após o casamento com Baltazar Gonçalves, Jerônima não ficou com sua filha Maria da Gama, permanecendo responsáveis pela criação da menina sua avó Maria Paes com seu marido João de Santana. Ambos foram responsáveis pelo casamento e dote da neta Maria, como se deduz de trechos do testamento de Maria Paes⁵⁸ e do inventário de Maria da Gama. Sendo assim, a menina morara com os avós até se casar, depois de que passou a morar no “termo de Mohy ao longo de Santo Amaro”⁵⁹.

⁵⁷ Inventário de João de Santana. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, p. 59 – 65.

⁵⁸ Inventário e Testamento de Maria Paes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 4, p. 447 – 472.

⁵⁹ Inventário e Testamento de Maria da Gama. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 199 – 212.

O dote, como aponta Muriel Nazzari, constituía uma contribuição vital para a construção e crescimento das fazendas, pois os elementos necessários para iniciar um estabelecimento produtivo vinham para a família por meio da esposa⁶⁰. Índios, gado, ferramentas e roças eram passados para as filhas mulheres, por meio dos dotes. Muitos desses elementos eram provenientes das fazendas dos pais, ou avós, como no caso de Maria da Gama, ou providenciados por meio de compra. O dote atraía o bom casamento, pelo qual a mulher poderia vir a se posicionar melhor na sociedade.

Em 1616 Maria Paes faleceu. Entre outras disposições de seu testamento, pedia aos seus herdeiros devolvessem uma negra da terra que seu genro Manuel Rodrigues, casado com sua filha Isabel Paes e já falecido, lhe emprestara para lhe servir em vida. Com a morte de Maria Paes, seu neto Manuel, filho de seu filho André Fernandes, já falecido, passou a ser tutorado por Diogo Mendes e Maria da Gama, indo morar com o casal⁶¹.

A relação entre Maria da Gama e sua mãe Jerônima Fernandes foi marcada pela distância. Ao fazer testamento em 1624, Maria encomendou, em meio aos seus legados pios, uma missa pela alma de seu pai Francisco da Gama e uma pela alma de sua avó. Ela deixou para a mameluca Inês, que estava em sua casa, seu manto, saio, saia, calçado, gibão, toalha de cabeça e suas camisas. O remanescente de sua terça deveria ser entregue ao seu filho João, de 7 anos de idade. Não consta sequer uma menção a sua mãe.

Jerônima Fernandes fez seu testamento em 1630 quando estava doente e de cama. Ela pediu para ser enterrada na Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na sepultura de sua mãe e diversas missas. Jerônima, ao que parece, lembrou-se de sua filha Maria da Gama, pois em meio a linhas entrecortadas e corroídas consta o nome de Diogo Mendes e de João, marido e filho de Maria. Mais uma surpresa reservou este documento: Francisco da Gama tivera um filho, chamado Diogo da Gama, com uma índia de nação biobeba, o qual Jerônima deixara livre e forro em seu testamento.

Para além das restrições colocadas pelas normas sociais que incidiam sobre a família, esta, na realidade da São Paulo dos séculos XVI e XVII era plural e dinâmica. O

⁶⁰ NAZZARI, 2001, op. cit.

⁶¹ Afirmando o deslocamento do órfão para a casa de Maria da Gama apoiada na observação do costume e práticas relacionadas à tutoria de órfãos, através da análise de número considerável de inventários. Os órfãos, sendo tutorados por mulheres, acompanhavam seu conjunto de bens, pois a elas jamais era creditada apenas a administração dos bens. Já nos casos de tutores homens, havia a possibilidade de que o órfão permanecesse com mãe, sendo responsabilidade do tutor, na prática, apenas a administração dos bens do tutorado.

cotidiano marcado pela mobilidade e altas taxas de mortalidade impunha tal dinamismo. Neste conjunto de circunstâncias, o casamento possuía uma ampla gama de significados práticos: de estratégia para unificar famílias e consolidar riquezas, a forma de garantir a sobrevivência dos cônjuges e seus filhos.

Os dotes traziam a possibilidade de prestígio e associação a parentelas importantes no contexto social da vila na mesma proporção em que dilapidavam o patrimônio dos pais da noiva. Não obstante, tais alianças poderiam trazer vantagens múltiplas e acessos a bens.

Os rápidos casamentos dos viúvos, muitas vezes, mostravam-se necessários para a sobrevivência dos cônjuges e seus respectivos filhos. Para as jovens viúvas, casar-se novamente poderia representar a possibilidade de ter de abrir mão da convivência com os filhos do primeiro casamento, ao passo que para seus pretendentes poderia representar a possibilidade de ter que trabalhar para sustentar filhos que não eram seus.

De qualquer maneira, a família nuclear, que frequentemente abrigava parentes órfãos ou doentes, se estabelecia como base e suporte para a construção do patrimônio. Mas não só. Em situações de pobreza, os parentes, morando em regiões próximas ou não, muitas vezes auxiliavam fornecendo gêneros alimentícios, produtos para serem pagos a prazo, empréstimos ou mesmo doações. Todos estes elementos que ajudavam a melhorar a situação de familiares.

2.2) Os empréstimos de artefatos e trocas comerciais no planalto paulista

Os empréstimos de artefatos, bem como as transações comerciais firmadas com promessa de pagamento a prazo eram dois tipos de circulação de objetos e bens pela sociedade do Planalto que implicavam relações baseadas na confiança. Partindo desse pressuposto, observamos que as duas operações se estabeleciam de maneira a revelar tramas complexas das relações de sociabilidades, nas quais são evidentes os posicionamentos sociais e o alcance das influências dos indivíduos.

As trocas comerciais efetuadas com pagamentos a prazo, bem como os empréstimos de objetos, constituíam mecanismos de solidariedade e interesse. Como apontou Milena Maranhão, se o crédito funcionava como uma promessa monetária, o empréstimo que o efetuava agia como mediador entre credores e devedores. Ou seja, “crédito e dívida eram

elementos inseparáveis que regulamentavam as ‘boas relações’ tendo em vista a ostentação de bens e um nome conhecido por parte do devedor, aquele que obtinha o crédito frente ao credor”⁶². Além disso, o sistema de créditos revelava relações de poder, nas quais os indivíduos que emprestavam criavam em torno de si conexões a partir das quais aqueles que lhe deviam estavam comprometidos a lhe prestar apoio⁶³, os empréstimos de artefatos funcionavam da mesma maneira. Segundo Maria Aparecida Menezes Borrego, as vendas a créditos e empréstimo de dinheiro eram mecanismos a partir dos quais, determinados grupos nos quais se concentrava riqueza, controlavam homens e negócios em São Paulo no século XVIII⁶⁴. Tais relações, ao nosso ver, eram fundamentadas em uma lógica da dádiva, na qual a obrigação da retribuição se fazia presente, sem que isso fosse evidente.

Na troca de dádivas haveria uma necessidade de que a retribuição ao ato inaugural da troca fosse diferida e diferente. Dessa forma, se interporia um intervalo de tempo entre tais ações, de maneira que dádiva e retribuição fossem separadas e veladas, tornando-se atos singulares e sem relação, devido à importância em se fazer com que a dádiva parecesse gratuita e generosa, pois existiria o risco da não retribuição. No entanto, de qualquer forma, a dádiva forçaria à retribuição, criando obrigações e devedores.⁶⁵ Tal troca poderia se dar entre iguais, agindo no sentido de reforçar a solidariedade, por meio de uma comunicação que criaria laços sociais; ou poderia se dar entre agentes desiguais, instituindo relações de dominação simbólica duradouras, que se fundamentariam, por sua vez, na comunicação e no reconhecimento⁶⁶.

O que estaria em jogo quando das trocas, partindo dessa perspectiva, seria o capital simbólico, “um capital de reconhecimento que lhe permite ter efeitos simbólicos”. Esse

⁶² MARANHO, op. cit., p.115. Para maiores informações acerca do crédito e sua importância na manutenção da riqueza aparente, veja o item “Mais dívidas do que fazenda”, do capítulo 2.

⁶³ MARANHO, op. cit. Vide capítulo 3.

⁶⁴ BORREGO, Maria Aparecida Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711 – 1765)*. Tese de doutorado. São Paulo. USP, 2006, p. 111 – 116.

⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Correa. Campinas, SP. Papius, 1996. Vide especificamente o capítulo 6, entre as páginas 157 – 194.

⁶⁶ De acordo com Bourdieu, “a dominação simbólica (...) apóia-se no desconhecimento, portanto no reconhecimento, dos princípios em nome dos quais ela se exerce”. Haveria a necessidade de se eufemizar a relação de dominação, de forma a transmutá-la numa relação doméstica de familiaridade, por meio de uma série de atos adequados a essa tarefa: dar presentes, responsabilizar-se pelos filhos, casar as filhas, etc. Esse trabalho de domesticação, por sua vez, é criação de todo o grupo: é necessário que a estrutura social, bem como as estruturas mentais e as disposições produzidas por esta estrutura social sustentem esse trabalho; é necessário também que haja um mercado para as ações simbólicas conformes, que existam recompensas e lucros simbólicos que possam ser convertidos em lucros materiais. Vide: BOURDIEU, 1996, op. cit. p. 168 – 169.

seria uma propriedade qualquer, como a riqueza, por exemplo, que, quando percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e avaliação que possibilitam percebê-la, conhecendo-a e reconhecendo-a, “se torna simbolicamente eficiente, como uma verdadeira *força mágica*: uma propriedade que, por responder às ‘expectativas coletivas’, socialmente construídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico”.⁶⁷ O capital simbólico, sendo comum a todos os membros de um grupo, por ser um ente percebido, existe na relação entre propriedades que os agentes detêm e as categorias de percepção, as quais, enquanto tais, constroem categorias sociais fundamentadas na união e na separação. O capital simbólico estaria associado a grupos e constituiria, simultaneamente, instrumento e alvo de estratégias coletivas que teriam por finalidade sua manutenção ou ampliação, bem como de estratégias individuais, que objetivariam conquistá-lo ou conservá-lo, por meio da união a grupos que o deteriam e da separação dos grupos desprovidos, ou pouco providos dele⁶⁸.

Dessa maneira, a circulação de objetos e bens por meio das trocas comerciais a prazo e dos empréstimos de objetos poderiam constituir meios de obter ou garantir capital simbólico. Ou seja, garantir reconhecimento e prestígio diante da comunidade local.

Em numerosos inventários que apresentaram dívidas ativas e passivas, pudemos observar que devedores e credores se misturavam: os devedores emprestavam para seus credores e credores emprestavam para devedores de maneira que ambos tivessem débitos e créditos simultaneamente. Isso apontaria para a necessidade, na prática, de retribuição dos favores. Maria Aparecida Menezes Borrego assinalou que, na São Paulo do século XVIII, com relação às atividades comerciais, “era comum que fiado e fiador invertessem os papéis, ou seja, um se comprometia pelo outro em termos de fianças diferentes, às vezes, pela mesma atividade mercantil ou mecânica”⁶⁹.

Em 1615, por exemplo, ao fazer seu testamento, Jorge de Barros relacionou as dívidas que possuía, para que fossem pagas. Primeiramente, às instituições religiosas. Em seguida, à sua cunhada Lucrecia Maciel, a qual devia seiscentos réis e “mais o que ela disser que lhe devo”. Logo após, Jorge declarava “a Gaspar Gomes descontando uma peroleira vazia e um corte de sapatos de cordovão que lhe prestei devo 6\$000 (seis mil

⁶⁷ BOURDIEU, 1996, op. cit. p. 170.

⁶⁸ BOURDIEU, 1996, op. cit. p. 172.

⁶⁹ BORREGO, op. cit., 2006, p. 65.

réis)”. A Manuel Esteves declarava dever três mil réis e dizia que “se alguma coisa pouca for mais desse-lhe credito”. A Varajão afirmava dever, inicialmente \$720 (setecentos e vinte réis). Continuando a relação, observou que “se alguma pessoa disser que lhe devo algo fora deste rol por seu juramento seja crido e se lhe pague”. Em seguida, lembrou-se de mais valores devidos a Pedro Gonçalves Varajão: oito pesos mais ou menos. devia ainda mil réis a um piloto chamado Laio e mais outros mil réis a um homem do mar, do qual não sabia o nome. E, enfim, para terminar a declaração de suas dívidas, dizia Jorge que “se alguns buraquinhos saírem aqui na terra, por seus juramentos sejam pagos”⁷⁰.

Esta declaração, assim como muitas outras produzidas na vila de São Paulo, na primeira metade do século XVII, traz evidências de como funcionava o sistema de créditos no Planalto. Por se tratar de uma relação feita em testamento, há uma preocupação recorrente em saldar todas as dívidas, daí a menção a possibilidade de se dever algo mais além do que o testador declarava. Afinal, morrer acreditando-se dever algo, poderia ter conseqüências negativas no além.⁷¹ No plano do mais corriqueiro encontrava-se: recorrência a parentes e vizinhos para tomar créditos, dívidas acumuladas com a mesma pessoa e pequenos pagamentos de parte desses empréstimos, fosse em dinheiro ou em gêneros.

Como se vê, Jorge, devendo mais de seis mil réis a Gaspar Gomes, lhe emprestou uma peroleira vazia e um corte de cordovão para feitura de sapatos. Tais objetos abatiam uma pequena parcela da quantia devida, mas ao mesmo tempo, constituíam o atendimento a uma necessidade que se impunha ao credor, já que este deve ter requisitado os itens junto ao devedor. Ao que parece, Gaspar Gomes era vizinho de Jorge e de seu sogro, João Maciel, o qual era homem da governança da terra. Todos moravam no limite de Piratininga, no caminho que ia para a aldeia de Pinheiros.⁷² As relações de vizinhança, bem como o conhecimento de longa data (Jorge recebe a data de terra vizinha da de seu sogro e de Gaspar em 1601) certamente teriam contribuído para a firmação de relações de confiança. Afinal, as pessoas não costumavam mudar constantemente de residência, e, mesmo num ambiente marcado por expedições constantes ao sertão, cabe lembrar que, tais empreitadas

⁷⁰ Inventário e Testamento de Jorge de Barros. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 4, pp. 63 – 87.

⁷¹ Trataremos mais detidamente dessa questão e de outras relacionadas às crenças diante da morte no capítulo seguinte.

⁷² Cartas de datas de terra. 1555 - 1600. Vol. 1 e 2. Publicação da sub-divisão da Documentação Histórica. Departamento de Cultura, 1937. Páginas: Vol.1, 139; Vol. 2, 8 – 9.

conjugavam esforços de vizinhos e parentes que, muitas vezes, se dirigiam juntos às longínquas paragens.

Os empréstimos de coisas eram feitos entre familiares, parentes e vizinhos, ativando entre essas pessoas a circulação de artefatos de maneira que tais elementos materiais da cultura reforçavam redes sociais por meio da prestação de ajuda ou solidariedade, por um lado, e dependência por outro. Geralmente, as redes que entrelaçavam parentes eram solidárias pois estavam em jogo além dos interesses comuns o êxito ou fracasso de seus membros mais reconhecidos, que poderia repercutir em toda a parentela, pelas possibilidades de bem posicionar os seus integrantes na sociedade local e de conseguir favores⁷³. A rede social permitia e ordenava circulação de artefatos que corresponderiam ao atendimento de necessidades cotidianas. Simultaneamente, tal circulação reforçava a integração das redes sociais. Para o enriquecimento ou melhoria de condições materiais de vida dos indivíduos era necessário obter créditos para contrair dívidas, o que se fazia junto às pessoas com as quais se tinham boas relações⁷⁴.

Francisco de Brito e sua mulher Isabel Correa faleceram em 1616. Ambos estavam doentes e Isabel, na época em que Francisco fizera seu testamento, já não falava. Eles tinham três filhos: Manuel, de sete anos, Ana, de oito anos e Antonia, de três ou quatro anos.

Ao relacionar as dívidas do casal em testamento, Francisco declarou dever a Mathias de Oliveira seis pesos de ferramentas que havia lhe dado (vendido). Amador Bueno (o aclamado), por sua vez, lhe devia doze mãos de milho as quais havia lhe emprestado para a sua gente, mais um alqueire de farinha emprestado por Francisco, no valor de uma pataca em prata. O testador tinha, na casa de seu cunhado Domingos Pires, quinhentas telhas, mesmo material de construção que emprestara a Juzepe de Camargo, na quantidade de cinqüenta. Ele declarou também que na casa de seu cunhado havia dois grilhões, um pertencente a Domingos Luiz e outro pertencente a Juzepe de Camargo.⁷⁵ Como se vê, Juzepe tomara emprestadas as telhas, e, em contrapartida, emprestara o grilhão a Francisco, que o deixara na casa de seu cunhado. Os objetos emprestados, pela lógica da

⁷³ IMÍZCOZ BEUNZA, 1996, op. cit. p. 33 – 34.

⁷⁴ MARANHO, op. cit., p. 271.

⁷⁵ Inventario e Testamento de Francisco de Brito e Isabel Correa. In: *Inventários e Testamentos*. Vol 4, pp. 275 – 306.

retribuição, circulavam nas conexões sociais em diversos sentidos, que eram guiados pelas necessidades corriqueiras, bem como pelas possibilidades de fornecimento. Dessa forma, vale pensar que, o capital material de um indivíduo, em transações desse tipo, convertia-se em capital simbólico, o qual poderia ser revertido em capital material⁷⁶.

As ferramentas dadas por Mathias de Oliveira parecem fazer parte de uma transação comercial cujo pagamento deveria ser efetuado a prazo. Não dispondo do dinheiro para a compra de objetos necessários no cotidiano, os moradores do Planalto se muniam de sua palavra e, principalmente, de suas relações de confiança presentes em suas redes sociais, para obtê-los. Essa forma de contrair dívidas era bastante comum e acabava por fortalecer os vínculos entre os vizinhos, afinal, aquele que devia não se negaria a oferecer uma contrapartida do favor feito, até a quitação da tal dívida. No entanto, cabe pensar também que, possuindo artefatos suficientes para suas próprias necessidades e tendo a possibilidade de emprestar, dificilmente um morador se negaria a fazê-lo, especialmente se fosse para um vizinho ou familiar. Afinal, este era um meio de acumular “capital de honra e prestígio que produz a clientela, tanto quanto é o seu produto”⁷⁷. E no mundo colonial, assim como no Antigo Regime europeu, “riqueza e honra eram requisitos necessários para a promoção e hierarquização de homens e valores”⁷⁸.

As doze mãos de milho e o alqueire de farinha emprestados a Amador Bueno são elementos bastante representativos do que circulava por meio dos empréstimos, que sanavam necessidades do dia-a-dia⁷⁹. Ao que parece, estes moradores de uma mesma região cediam os produtos de suas roças, que ficavam na “Banda de Além do rio”. Francisco de Brito e sua mulher, de acordo com as declarações feitas no inventário por Domingos Pires, possuíam uma roça vizinha da casa do declarante, a qual valia cinco mil e quinhentos réis; outra roça no mato, ao lado da roça de Bartolomeu Bueno, a qual fora avaliada em oito mil

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Tradução de Maria Ferreira. 2ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011, p. 197.

⁷⁷ BOURDIEU, 2011, op. cit., p. 196.

⁷⁸ BORREGO, op. cit., p. 125.

⁷⁹ Por esta forma de circulação de objetos e bens transitava pela sociedade do Planalto, mais frequentemente gêneros alimentícios, ferramentas, materiais de construção, pelo que pudemos observar no estudo dos inventários. Entretanto, índios, armas, munições, roupas e tecidos também eram acionados nestas operações.

réis e cem mãos de milho, as quais provavelmente teriam sido colhidas em milharal próprio devido ao volume de grãos.⁸⁰

Os objetos que eram emprestados geralmente estavam ausentes na fazenda daqueles que o tomavam emprestado, especialmente no caso de ferramentas e equipamentos de trabalho. Em outros casos, tais objetos seriam ou haviam sido empregados em expedições, e integravam, portanto, categorias de objetos relativamente escassos nos patrimônios dos colonos do Planalto, tais como as armas e aparatos defensivos, presentes em cerca de 40% dos inventários analisados e os objetos relacionados à escravidão, como os grillhões encontrados na casa de Domingos Pires, presentes em cerca de 16% das fazendas que compunham nossa amostra.⁸¹

Essa intensa circulação de objetos pela vizinhança e pelas famílias se dava por redes sociais, marcadas pelo parentesco, compadrio ou vizinhança, como afirmamos anteriormente, em que as relações de confiança se faziam presentes. Evidência disso seria o fato de que muitas vezes, os credores de um indivíduo assinavam seu testamento ou ficavam responsáveis, enquanto procuradores das viúvas ou curadores dos órfãos, pelo andamento das questões relativas ao inventário. O mesmo Pedro Gonçalves Varajão, por exemplo, a quem Jorge de Barros devia assinara seu testamento, o que como vimos no item anterior, revelava confiança entre testador e testemunha.

No interior da família, os vínculos e deveres de solidariedade se faziam mais fortes. Em muitas transações de compra e venda a prazo o preço não era previamente estipulado, devendo o comprador pagar o valor que achasse cabível: de acordo com suas condições e com os valores que os produtos apresentavam no mercado.

Ao fazer seu testamento, Pedro Nunes, em 1623, preocupou-se em declarar no documento a existência de um rol, ao qual o testador pedia que se desse crédito e portava apontamentos de algumas miudezas que ele devia e que deviam a ele. Este rol revela algumas dimensões das transações comerciais firmadas na região de Santos, bem como do consumo de produtos por parte de Pero Nunes e sua família, bem como daqueles que com ele travavam relações de proximidade.

⁸⁰ As atas do ano de 1580 nos informaram que uma mão de milho equivalia a quarenta espigas grandes. Na Índia, no início do século XVII, uma mão correspondia a 24 arráteis, ou seja, por volta de 11 quilos. Vide: http://www.ufrgs.br/museudetopografia/Artigos/Unidades_de_Medida_Antiga.pdf.

⁸¹ Vide Quadro 2, na página 42 dessa dissertação.

O rol anexado ao testamento de Pero Nunes tratava de diversas transações comerciais, como já dissemos. Nesse documento foram destacadas as contas que ele tinha com seu compadre Gaspar Gomes e com Manuel João, no entanto, a maior parte dos apontamentos tratava de negociações que Pero mantinha cotidianamente com seu compadre.⁸²

Ao iniciar as contas com Gaspar, Pero registrou uma transação relativamente comum no período estudado: o repasse de uma dívida. Tratava-se de um pagamento que o compadre fizera por Pero, no valor de dez mil réis a Lourenço de Siqueira, no lugar de uma conta referente a carnes e mantimentos, que Gaspar acumulava e era um pouco maior do que o tal valor.

Pelo que se observa no entrecortado documento, Gaspar e Pero negociavam constantemente o aluguel de índios de carga, os quais eram enviados a Santos com mercadorias que Gaspar despacharia a diversos lugares, como à Ilha de Santa Catarina, que aparece registrada no rol. No retorno desses índios, muitas vezes, eram enviados produtos do reino e de outras paragens, encomendados por Pero ou enviados e ofertados pelo mercador. Vejamos algumas dessas transações.

lhe dei trinta e uma peças para o mar // dei-lhe mais quatro alqueires de farinha de guerra // dei-lhe mais outro alqueire quando levaram o gado para o mar // trouxe-me meio arrátel de.....e meia onça de sene // mandei-lhe oito galinhas.....(...)dei dois negros que me deve o aluguel deles // dei-lhe mais quinze peças quando foi para o mar com minha comadre // mais dez peças quando veio do mar à festa dos padres da Companhia // mais dois negros para levar o gado com o seu cunhado // (...) deixou-me uma peroleira de vinho, e será o que ele disser // (...) mandou-me um pouco de sene que diz no seu conhecimento que é meia onça // mandou do mar uma peroleira de vinho que diz que se montam cinco patacas e dois reales // uma botija de azeite em duas patacas // devo-lhe uma pataca de resto de outra peroleira que me mandou pela farinha de trigo // devo-lhe seis vinténs que pôs para encher uma botija de vinho que mandei buscar ao mar // mandei-lhe doze peças ao mar para virem com ele e lhe levarem quatro cargas de feijões à volta vieram carregadas.⁸³

⁸² Inventário e Testamento de Pero Nunes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 47 – 158. O rol em estudo encontra-se entre as páginas 55 – 62.

⁸³ Inventário e Testamento de Pero Nunes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 55 – 56.

O que se observa no excerto acima são transações comerciais e, ao mesmo tempo, operações que visavam o abastecimento doméstico no cotidiano. Tais transações e operações entrecruzavam e acionavam o vínculo entre os dois homens que compartilhavam o compadrio e confiança. Os índios eram alugados e o pagamento era feito posteriormente, da mesma maneira que produtos diversos eram fornecidos, como a farinha de guerra. Produtos da vila eram trocados por outros provenientes das paragens de Santos, sem necessariamente haver prévio estabelecimento de preços e valores, os quais dependiam do que cada um declarasse. Estes elementos não só demonstram a confiança que estes homens depositavam um no outro, como também mostram que na vivência cotidiana, suas atividades se imbricavam para o sustento e manutenção de seus domicílios. Afinal, há menções recorrentes a alimentos, animais e ervas em quantidades que indicavam estarem estes produtos voltados para a comercialização, bem como para o consumo doméstico. Até seus familiares aparecem no documento mobilizados nessa trama de atividades, como ilustra os negros de aluguel fornecidos por Pero para que o cunhado de Gaspar pudesse levar gado ao mar.

Conforme apontou Maria Aparecida Borrego, os produtos trazidos das regiões portuárias para São Paulo, no século XVIII eram diversos. Tecidos importados vindos, por meio da metrópole, da Inglaterra, França e Holanda, roupas do vestuário feminino e masculino, assim como calçados, acessórios e jóias. Para a casa, vinham peças de roupa e materiais de higiene, utensílios domésticos para cozinhar, limpar e para o serviço da mesa, peças de mobiliário, de decoração e de culto e instrumentos musicais. Vinham também objetos de uso pessoal e artefatos ligados à produção: objetos de escritório, de trabalho manual, apetrechos de trabalho para sapateiros, ferreiros, parteiras e outros ofícios mecânicos, equipamentos de transporte, armas e munições, bem como temperos, grãos, bebidas e preparados⁸⁴.

Ao que parece, muitos itens necessários no dia-a-dia de Pero foram fornecidos por Gaspar, sem que preços e valores fossem acertados previamente. Assim ocorreu com dez varas de raxeta, um chapéu, uma capa e algumas porcelanas, que passavam a integrar o rol de objetos de que Pero e sua família dispunham em sua casa. Dessa forma, torna-se interessante observarmos algumas facetas do patrimônio possuído por este homem, que, por

⁸⁴ BORREGO, op. cit., p. 75 – 76.

meio de seus vínculos, tinha relativa facilidade de acesso a produtos de outras paragens. Focaremos nossa atenção nos componentes internos do domicílio, já que estes, como vimos no capítulo anterior, eram elementos que revelavam o luxo e o conforto que distinguia as casas de proprietários abonados, em relação aos mais pobres do Planalto.

A casa de Pero Nunes era muito bem aparelhada pelo que consta do inventário, feito em 1623. Esta, situada na vila, de taipa de pilão de três lanços, coberta de telhas com seus corredores, valia 40\$000 (quarenta mil réis). Havia ainda um sítio, em Ipiranga, que contava com casas de três lanços de taipa de pilão cobertas de telha, com mais três lanços de casa de taipa de mão cobertos de palha. A casa possuía um alpendre no qual havia duas camarinhas. Esse amplo sítio valia 25\$000 (vinte e cinco mil réis). Apesar de constarem duas casas no inventário, voltamos nossa atenção para a casa da vila.

A casa da vila era bem mobiliada. Havia oito cadeiras de espaldas de estado, avaliadas cada uma em \$640 (seiscentos e quarenta réis), uma “mesa de engoços, com seus pés e cadeia de ferro”, que valia 1\$200 (mil e duzentos réis), uma “cantareira de táboa com dois alvados”⁸⁵, avaliada em 1\$000 (mil réis), uma caixa grande de cedro, de sete palmos, com fechadura e chave, em 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis), outra caixa de cedro, de seis palmos, com fechadura e chave, em 1\$500 (mil e quinhentos réis), um catre com grades na cabeceira “e se arma cortinas com suas taboas por baixo” tudo avaliado em 2\$000 (dois mil réis); um estrado de assentar⁸⁶, em \$320 (trezentos e vinte réis); dois colchões cheios de floco, avaliados juntos em 4\$000 (quatro mil réis); e mais um colchão de lã, no mesmo valor; um pavilhão com seu capelo de pano de algodão, avaliado em 6\$000 (seis mil réis), um sobreceú com suas guardas de redor de pano de algodão, avaliado em 8\$000 (oito mil réis). Havia ainda um espelho, talvez pequeno, pois fora avaliado em \$100 (cem réis).⁸⁷ Nos móveis não é possível perceber a existência de itens provenientes de outras paragens. No entanto, o conjunto denota conforto e luxo na quantidade e tipo de cadeiras, bem como no catre com cortinas. O espelho, além de ornamentar o ambiente da casa, servia aos seus proprietários observarem a própria aparência.

⁸⁵ Cantareira, de acordo com o dicionário de Bluteau, poderia designar tanto um vão na parede, sem portas, onde se depositavam as quartas (medidas de alimentos), quanto “uma mesa quadrada em que os antigos punham as quartas na cozinha”. BLUTEAU, op. cit. Vol. 2, p.110.

⁸⁶ Estrado era um tabuado coberto de tapetes e almofadas em que as mulheres costumavam se sentar. Vide: BLUTEAU, op. cit. Vol. 3, p. 330.

⁸⁷ Inventário e Testamento de Pero Nunes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 74 – 88.

As alfaias que tornavam o ambiente interno da casa mais confortável eram abundantes. Seu conjunto era composto diversos itens, que marcavam usos e móveis diferentes. Para uso pessoal e higiene, havia oito toalhas de rosto, avaliadas juntas em \$960 (novecentos e sessenta réis). Para o espaço onde estivesse a mesa e fossem realizadas as refeições, uma toalha de mesa com sua franja e quatro cadenetas (certo lavor de agulha a modo de cadeias, ou seja correntes) pelo meio, avaliada em \$640 (seiscentos e quarenta réis); outra toalha de mesa com sua franja ao redor e duas cadenetas grandes e duas pequenas pelo meio, avaliada em \$500 (quinhentos e cinquenta réis); duas toalhas singelas de pano de algodão, em \$640 (seiscentos e quarenta réis); duas sobremesas de pano de algodão, no mesmo valor; outra sobremesa de pano de algodão usada, em \$200 (duzentos réis) e uma sobremesa listrada, em \$640 (seiscentos e quarenta réis). Mesmo não especificando os materiais empregados em cada uma das toalhas, percebe-se que algumas dessas eram ornamentadas, com trabalhos de agulhas, o que tornava a peça, por sua aparência, mais valiosa do que as toalhas singelas de algodão. Enfeites, em geral, aumentavam os preços das alfaias, bem como os tecidos de que eram feitas, ou sua proveniência, como vimos no capítulo anterior.

Para a cama e o repouso, contava-se com sete lençóis de pano de algodão, cada um avaliado em \$640 (seiscentos e quarenta réis); um cobertor branco de lã, em \$5000 (cinco mil réis), outro cobertor branco, com sua franja e em pano de linho, em \$800 (oitocentos réis); uma almofadinha lavrada com suas franjas e rendas de “Ruão”, região francesa, avaliada em \$320 (trezentos e vinte réis); outra almofadinha com franja de pano de linho, em \$200 (duzentos réis); uma almofadinha velha, em \$100 (cem réis); uma franja de almofadinha ornada com cadenetas, de pano de linho, em \$200 (duzentos réis); uma franja de almofadinha de Ruão, com rendas, em \$200 (duzentos réis); outra franja de almofada de pano de linho, em \$120 (cento e vinte réis); um travesseiro de pano de linho fino com rendas largas na cabeça e por uma ilhargá, cheio de penas, proveniente da Holanda, em \$2000 (dois mil réis); meio travesseiro de pano de linho também cheio de penas, avaliado em \$640 (seiscentos e quarenta réis); mais duas franjas de travesseiros, avaliadas juntas em \$500 (quinhentos réis).

O cobertor de lã, talvez por atender melhor a função de aquecer, custava seis vezes mais do que o de linho. Já o travesseiro, por seus materiais refinados e sua origem européia,

alcançou um alto valor, assim como as peças feitas de linho e ornamentadas. Tais produtos vindos de além-mar teriam sido trazidos por Gaspar? Pode ser que sim, afinal, pelo que nos mostrou o rol de contas de Pero, muitos artefatos estrangeiros chegavam a sua propriedade por meio dos serviços de seu compadre. Estas peças, de difícil acesso e alto valor, acenavam para o luxo incrustado no ambiente de vivência cotidiana. Além disso, essas asseguravam um ambiente confortável para adormecer.

Além da abundância de alfaias, havia a presença de muitos e variados utensílios e ornamentos da casa. Para as refeições, um prato grande, três médios e um pequeno, todos de estanho, avaliados pelo peso da matéria prima em 1\$120 (mil cento e vinte e cinco réis); mais oito pratos de tamanho médio, do mesmo material, em 1\$280 (mil, duzentos e oitenta réis); dois pratos de cozinha em \$640 (seiscentos e quarenta réis). Para a higiene das mãos, havia um prato de água às mãos com seu jarro, e para temperar os alimentos, um saleiro, todos os três itens de estanho, avaliados juntos em 1\$000 (mil réis). Havia ainda duas galhetas, para trazer azeite e /ou vinagre a mesa, as duas avaliadas em \$200 (duzentos réis). Em louça, o viúvo possuía cinco pratos brancos, avaliados em \$100 (cem réis); cinco tigelas brancas, no mesmo valor; dezenove porcelanas de Lisboa que valiam \$760 (setecentos e sessenta réis). Como bem apontou José Newton Coelho Meneses, as variedades de matérias primas, indicativas de maior ou menor refinamento, presentes nos utensílios ligados ao serviço de mesa, como os pratos de estanho e as porcelanas de Lisboa, presentes num mesmo rol, “levam a crer que seu uso era cotidiano e, de acordo com a ocasião, variava-se de peças mais ordinárias a peças mais requintadas (...) deixava-se a rusticidade cotidiana para se fazer do ato de comer uma atitude cerimoniosa e mais ritual”⁸⁸. Como bem apontou Leila Algranti, “entre o luxo e o fausto dos festins das cortes da Renascença e do Barroco europeu e as refeições dos paulistas, mesmo os mais abastados, havia uma diferença imensa”, o que, entretanto, não implicava na ausência total de ritualidade e de signos de identidade social⁸⁹.

Para preparar as refeições, havia um almofariz com mão, avaliado em \$640 (seiscentos e quarenta réis), que servia para esmagar grãos e, possivelmente, temperos.

⁸⁸ MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000, p. 123 – 124.

⁸⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. “Artes de mesa: espaços, rituais e objetos em São Paulo colonial”. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). 2011. Texto fornecido pela autora.

Havia um tacho grande de cobre que pesava doze arráteis, avaliado em 3\$600 (três mil e seiscentos réis) e outro menor, que pesava dois arráteis e valia \$600 (seiscentos réis). Constava no rol do inventário uma gamela de amassar pão, em \$200 (duzentos réis), uma trempe, no mesmo valor, uma caneca, em \$040 (quarenta réis). Com a função de armazenar bebidas, azeite, mel, entre outros, havia quatro botijas, avaliadas em \$400 (quatrocentos réis) e dez peroleiras vazias, que valiam 1\$600 (mil e seiscentos réis).

Artefatos indicativos do consumo do sal e temperos, da fabricação de pães, do consumo de bebidas (já atestado no rol de contas de Pero), insinuam a abundância desse domicílio e um modo de viver tanto mais refinado do que aquele que se torna perceptível na maior parte dos inventários estudados.

Para o asseio da casa, havia três bacias, duas de tamanho médio, ou meãs, no dizer da época, cada qual avaliada em \$200 (duzentos réis), e uma maior, que, por estar furada, valia \$160 (cento e sessenta réis). E, ornamentando o ambiente interno do domicílio, havia um castiçal em latão, que valia \$300 (trezentos réis). Contava a casa, ainda, com uma frasqueira com seis frascos grandes e três pequenos.

No patrimônio do viúvo, constavam também diversos utensílios de prata. Um jarro, que pesava 3\$860 (três mil, oitocentos e sessenta réis); outro jarro com tampa, lavrado, que valia 5\$920 (cinco mil, novecentos e vinte réis); sete colheres e um garfo, que valiam 3\$560 (três mil, quinhentos e sessenta réis) e mais duas colheres, as quais eram empenhadas e pertenciam a Jerônimo de Brito.

A casa era muito bem equipada, se comparada com a maior parte das fazendas registradas nos inventários dos colonos do Planalto. O viúvo vivia confortavelmente em sua residência com seus dois filhos pequenos, Pedro, de idade de dez anos e Maria, de sete, ambos filhos de Catarina de Pontes, falecida em 1621. Dos outros filhos do rico homem, uns já eram casados e outros eram falecidos. O valor do montemor de Pero alcançou a cifra de 457\$225 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco réis), montante bastante exacerbado em comparação com os outros do mesmo período. Seus móveis, alfaias e utensílios, somavam 77\$100 (setenta e sete mil e cem réis), correspondendo a 17% da fortuna acumulada. Os objetos indicativos de luxo presentes no ambiente interno da casa não correspondiam a grandes parcelas do patrimônio total.

Como podemos entrever por meio dos móveis, utensílios e alfaias da casa, a fortuna de Pero Nunes era vultosa, assim como as transações que firmava com Gaspar Gomes. No inventário de Pero, ao se fazer o levantamento das dívidas que se lhe deviam, registrou-se como maior devedor do defunto seu compadre e parceiro nos negócios. Em dinheiro de contado, Gaspar lhe devia 16\$000 (dezesseis mil réis). Em farinhas de trigo postas em Santos, devia 7\$500 (sete mil e quinhentos réis). E, em fazenda, contada “como a preço de dinheiro”, deveria entregar aos herdeiros de Pero, 23\$870 (vinte e três mil, oitocentos e setenta réis). Os outros devedores, não chegavam nem a metade do volume de créditos obtidos por Gaspar: o conhecimento de Jacques Felix era no valor de 8\$000 (oito mil réis), e deveria ser pago em fazenda e o conhecimento de Francisco de Siqueiros era de 1\$640 (mil, seiscentos e quarenta réis), não havendo especificação da forma de pagamento.

Ao que parece, pagamentos em gêneros eram, muitas vezes, combinados previamente. Tal preferência pode ser compreendida como indicativo de estratégias para manutenção do abastecimento do domicílio, bem como para diversificação dos produtos a serem comercializados.

Os pagamentos de dívidas contraídas devido à aquisição de objetos variados e de alimentos, ora era realizado em moeda, ora era feito em gêneros, não necessariamente aqueles que costumavam correr na terra, como o tecido, mas algo que fosse produzido pelo devedor e não pelo vendedor, mas que fosse necessário a sua sobrevivência e de sua família.

Exemplo disso está registrado no inventário de João Gomes, feito no ano de 1620. Como havia órfãos envolvidos nas partilhas, foi necessário levar a praça os bens que caberiam aos filhos da viúva Paula Gonçalves. Ao efetuar o pagamento, diversas pessoas que haviam comprado objetos que antes pertenciam à família, quitaram a dívida em gêneros. Simão Borges de Cerqueira, que arrematou uma toalha e guardanapos, pagou em carnes pelos artefatos. Antonio Álvares, por sua vez, arrematou uma rede e também pagou em carnes. André Gonçalves, que havia adquirido uma alavanca e um almocafre (ferramenta ligada às atividades de mineração), pagou, também em carnes⁹⁰. Não que este seja um exemplo que evidencie relações de confiança, afinal trata-se de transações firmadas por meio de leilão realizado em praça pública, no entanto, o caso serve bem à finalidade de

⁹⁰ Inventário de João Gomes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 5, p. 301 – 415.

ilustrar as diversificadas formas de pagamento em gêneros, adotadas pelos moradores do Planalto, no início do século XVII.

As trocas comerciais a prazo e empréstimos deixam transparecer um circuito econômico que se formava entre os vizinhos e que se baseava no fato de não ser possível, nem necessário, produzir no âmbito do quintal e das roças possuídas pelos moradores dos diversos bairros da vila de São Paulo, tudo o que fosse preciso para o sustento cotidiano. José Newton Coelho Menezes, discorrendo sobre o acesso a alimentos, aponta para uma questão que se fazia presente em todas as transações comerciais: as possibilidades de acesso a produtos diversos, não somente alimentos, mas objetos e bens variados que compunham o patrimônio, sendo duráveis ou para consumo imediato ou em curto prazo, variavam de acordo com elementos como raça e condição jurídica, também sendo influenciadas “por outros fatores como o local de moradia, a atividade ocupacional, e as oportunidades de oferta pelo comércio local, dos produtos demandados, além do poder aquisitivo do consumidor, a possibilitar-lhe, ou não, a compra dos produtos ofertados”⁹¹. As possibilidades de empréstimos de coisas e gêneros entre vizinhos e parentes reduziam as limitações impostas pelo poder aquisitivo, já que as formas de pagamento variavam e acabavam conformando-se de maneira a atender as necessidades daqueles que forneciam e daqueles que recebiam os produtos.

As trocas comerciais a prazo, bem como os empréstimos colocavam em circulação elementos da cultura material que não eram representativos de luxo, tampouco serviam para ostentar. No entanto, manter a possibilidade de vender a prazo, assim como ter diversos objetos e poder emprestá-los, constituíam formas de se destacar na sociedade local, cultivando não apenas relações de dependência, mas sustentando uma imagem positiva frente à vizinhança, parentes e familiares. Por meio dos artefatos postos em circulação por estas duas vias, o indivíduo estendia sua influência e se posicionava de maneira proeminente na sociedade.

2.3) Partilhas, heranças e redes de sociabilidades

A cada chefe de família morador da Vila de São Paulo que falecia, uma série de objetos e bens eram colocados em circulação por meio de vários dispositivos. Dois desses,

⁹¹ MENESES, op. cit., p. 105.

as partilhas realizadas entre os herdeiros e os leilões dos bens dos órfãos, se destacavam pela variedade e quantidade de itens que passariam a outros proprietários. Além da circulação de artefatos, estes falecimentos reordenavam, muitas vezes, as composições dos grupos domiciliares, juntamente com a composição dos patrimônios dos herdeiros. Dessa forma, em virtude do passamento, de homens e de mulheres que estivessem à frente de seu domicílio, tanto as redes sociais quanto as fazendas eram alteradas. E nesse processo, as possibilidades de novas situações a serem vivenciadas eram bastante variadas.

Os processos de partilhas de herança, como dissemos anteriormente, abriam caminhos em várias direções. Dividir a fazenda da família entre os herdeiros poderia levar a um acúmulo rápido de patrimônio, por parte daquele que receberia o quinhão, da mesma forma que poderia significar o empobrecimento das viúvas, como vimos em muitos casos.

De maneira geral, o homem era beneficiado pelas regras estabelecidas na legislação, no que dizia respeito à divisão dos bens pelo falecimento do cônjuge. Quando a esposa falecia, o inventário, bem como as avaliações e as partilhas eram realizadas, porém, como estabeleciam as *Ordenações Filipinas*,

deixará os bens em poder do pai, porque ele por Direito é o seu legítimo administrador. Porém é obrigado a conservar os bens a seus filhos quanto a propriedade, e somente pode gastar as rendas e novidades dos ditos bens, enquanto tiver seus filhos em poder e é obrigado a entregar-lhos pelo inventário, quando forem emancipados, ou casarem (...) Porém, se forem móveis de que os órfãos se servirem, ou em seu uso se gastarem, não será o pai obrigado a lhos entregar, senão assim como estiverem(...) ⁹²

Ao pai caberia manter os filhos e seus respectivos bens até a maioridade. Não era necessário fazer leilões para a venda desses artefatos. Na prática cotidiana, seguia-se o que era determinado pela lei. Ao que parece, o peso dessa norma se fazia muito forte no ambiente colonial. Maria Nizza Beatriz da Silva observou, ao estudar os exemplares de inventários e testamentos produzidos no século XVI, que as mulheres, ao testarem preocupavam-se em declarar questões relativas aos ritos fúnebres e providências para o bem da alma, não tratando dos filhos e questões patrimoniais. Na interpretação da autora,

⁹² Ordenações Filipinas Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. Livro 1, Título 88, p. 209. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/11p209.htm> . Consultado em: 15.09.2012.

isso seria evidência do “reconhecimento pleno da autoridade paterna no que se referia a criação e educação dos filhos, assim como à administração dos bens”.⁹³

Para a primeira metade do século XVII, apesar desse reconhecimento prevalecer, houve exceções. Em 1624, ao testar, Domingas Antunes, esposa de João da Pinha, pedia ao marido e às justiças que entregassem seus filhos a sua mãe, Maria Lucas, “para que os tenha e os crie enquanto for viva pois como avó que é olhara por eles como seus netos que são (...) porquanto seu pai não poderá olhar por eles por ser homem que lhe há de ser necessário andar por fora (...)”⁹⁴. O casal tinha quatro filhos: Maria, Ascensa, Isabel e João, e, ao ver da mulher, o fato de João ser sertanista o impediria de bem criar seus filhos, bem como, pode se ver na continuação da leitura do documento, que ela não desejava que outra mulher, fosse responsável por educá-los, visto que a testadora declarou que “casando-se o dito seu marido quer que seus filhos fiquem com a mãe dela testadora e lhos não tirem”⁹⁵. Diante do desejo da falecida mulher, e talvez do reconhecimento das limitações impostas por suas atividades ao seu desempenho enquanto pai, na criação dos filhos, João permitiu que a sogra morasse em sua casa, com seus filhos, onde Maria veio a falecer em 1633.⁹⁶

Com relação às mulheres, os procedimentos referentes à feitura das partilhas e curadoria dos órfãos eram um tanto mais complexos e variados. Justamente pela diversidade de possibilidades, situações e vivências é que voltaremos nossa atenção, por hora, aos estudos de casos de viúvas.

Apesar de a lei admitir que, no caso de falecimento do cônjuge a mulher ficar por cabeça de casal, cabia ao marido determinar, por meio de cláusula testamentária, se a mãe seria tutora e administradora dos bens dos filhos. No entanto, ela poderia vir a perder este direito se novamente se casasse, visto que a lei não permitia que enteados e padrastrós convivessem sob o mesmo teto⁹⁷. Norma essa burlada corriqueiramente. Somente em poucos casos as mães ficavam com a administração dos bens e com os filhos, mesmo casando-se novamente. Analisemos alguns casos.

⁹³ SILVA, 1998, op. cit., p. 23.

⁹⁴ Inventário e Testamento de Domingas Antunes (Mulher de João de Pinha). In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, pp. 231 – 241, p. 233.

⁹⁵ Inventário e Testamento de Domingas Antunes (Mulher de João de Pinha). In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 233.

⁹⁶ Inventário e Testamento de Domingas Antunes (Mulher de João de Pinha). In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, pp. 231 – 241.

⁹⁷ *Ordenações Filipinas*. Livro 4, Título CII, p. 998 – 1000.

Lourenço Gomes Ruxaque estava no porto do Rio Anhembi, antes de partir para o sertão, em companhia de Martim Rodrigues e outros, quando fez seu testamento, em 1608. A expedição seguia o rio abaixo, até que foram vitimados pelos índios bilreiros. A notícia que correu foi de que toda a expedição havia sido dizimada. No ano de 1611, diante disso, procedeu-se à realização dos inventários dos sertanistas que participavam da viagem⁹⁸. Em suas disposições de últimas vontades, Lourenço declarou ser casado com Isabel Rodrigues e dela ter três filhos, Pedro, Francisco e Catarina. Declarou também, desejar que sua esposa fosse sua testamenteira e deixava para ela sua terça, com a finalidade de que fizesse bem por sua alma. Ao que parece, o sertanista não se lembrou, ou não se importou em declarar quem deveria ser encarregado da curadoria de seus filhos. A Justiça optou então por Tomé Martins, seu cunhado, irmão de sua esposa⁹⁹.

A fazenda acumulada em vida pelo casal era relativamente pequena. Uma casa na vila, de um lanço, com seu quintal sobrado. Apenas uma parte da casa era feita de taipa de pilão. A moradia, que foi avaliada dezesseis mil réis, era mobiliada com duas cadeiras velhas, das quais uma estava sem encosto, as quais valiam quatrocentos e oitenta réis, uma mesa velha no valor de uma pataca (trezentos e vinte réis) e uma caixa velha de canela que alcançou a cifra de mil e duzentos réis nas avaliações. Os utensílios eram, da mesma maneira, poucos: um prato grande de cozinha, que valia cento e sessenta réis, três pratos de meia cozinha, que juntos foram avaliados trezentos e sessenta réis, e quatro pratos meãos, ou seja, de tamanho médio, tudo de estanho. As alfaias, por sua vez, eram bastante representativas de luxo ou de opulência: dois lençóis novos de algodão, em mil réis cada um, um travesseiro de pano de algodão, em quinhentos réis, uma toalha de rosto com franjas de algodão, avaliada em trezentos e vinte réis, outra toalha de rosto de algodão nova, em duzentos réis e quatro guardanapos novos de algodão, avaliados em duzentos réis perfaziam o conjunto da roupa da casa. Travesseiros não eram comumente encontrados nos róis de bens, assim como os guardanapos e as toalhas de rosto. Esses dois últimos artefatos, além disso, denotavam preocupação com hábitos ligados ao asseio do próprio corpo: proteger-se de sujar-se com alimentos nos momentos de refeição no caso dos guardanapos,

⁹⁸ELLIS JR. Alfredo. *O bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano – pesquisa nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos Governos Estadual e Municipal*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1934. 2ª edição. (primeira edição de 1924).

⁹⁹ Inventário e Testamento de Lourenço Gomes Ruxaque. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, pp. 357 – 379.

e a limpeza e conseqüente boa apresentação do rosto, no caso das toalhas feitas especificamente para esta parte do corpo.

No inventário, ao que parece, foram declaradas apenas as roupas de Lourenço: uma capa velha azeitonada, que valia mil e quinhentos réis, calções pardos usados, avaliados em oitocentos réis, colete de pano de algodão com mangas usadas, avaliado em duzentos e cinqüenta réis, duas ceroulas de algodão novas, em oitocentos réis, uma roupeta velha, em quatrocentos e oitenta réis e quatro camisas de algodão novas, em dois mil quinhentos e sessenta réis.

Havia no patrimônio diversas criações de animais: dezesseis cabeças de gado bovino, seis cabeças de gado suíno e treze galinhas. O gado eqüino era composto por duas éguas com filhotes, um poldro e uma égua solteira. A sela que equipava as cavalgadas era velha, mas possuía estribeiras e alcançara a cifra de três mil réis. Havia ainda, em estoque na casa, dois quintais de algodão, avaliados em três mil e duzentos réis e cem mãos de milho, avaliadas em mil réis. Para realizar os trabalhos do cotidiano e fazer render a fazenda, havia ainda 28 escravos indígenas.

Toda a fazenda, com exceção dos índios, fora avaliada em cinqüenta e nove mil, novecentos e cinqüenta réis, da qual quantia ficou para a viúva um montante de trinta e nove mil e novecentos réis e o restante deveria ser partido entre os três herdeiros. A fazenda que já não era grande, ficaria menor ainda. A viúva teria, se quisesse, que sustentar sozinha seus três filhos, com ajuda das vinte e oito peças, mas, ao que parece, sem ferramentas.

Todas as peças escravas foram entregues a viúva, devendo ficar sob seus cuidados até a emancipação ou casamento dos órfãos. Os bens separados para conformar o quinhão dos órfãos, as duas ceroulas novas, as quatro camisas de algodão, os dois lençóis novos o travesseiro, as duas toalhas de rosto, os guardanapos, todo o gado bovino, uma égua mansa com filho macho e um casal de galináceos, foram vendidos em praça pública, tudo fiado pelo período de dois anos. Pelo que se observa neste ponto, mesmo se dependesse desse dinheiro para a criação dos filhos ou para compra de roupas, a viúva não o teria em menos de dois anos.

Em 1618, o juiz dos órfãos mandou notificar o curador Tomé Martins para fazerem as contas do inventário e a justiça saber o que caberia a cada órfão. Por esta época, Isabel já

estava novamente casada, dessa vez, com Francisco Jorge. Perguntado sobre a situação dos órfãos, o curador respondeu que:

(...) porquanto o ensino da escola que até hoje se lhe deu e vestido e calçado foi à custa de seu padrasto Francisco Jorge sem eles de suas legítimas gastarem coisa alguma assim os filhos machos como a fêmea no que ele curador até agora consentiu e consente da mesma maneira que estejam com sua mãe e padrasto(...) ¹⁰⁰

Pelo que se observa no excerto acima, o consentimento do curador parecia importante para que as situações em que mães, órfãos e padrastos conviviam sob o mesmo teto pudessem ser regularizadas formalmente, para evitar o risco de serem separados. E, ao que parece, o padrasto assumir para si as funções de pai, no que dizia respeito ao sustento dos órfãos e no auxílio de sua criação, era um fator determinante para que a composição familiar presente nestes domicílios se mantivesse.

No caso de Francisco Jorge, havia ainda mais um fator: a origem de seus enteados. Por serem filhos de homem nobre, não se considerava decente que aprendessem ofício. O padrasto, dessa forma, assumia o compromisso de zelar pelos dois meninos e pela menina, sem gastar de seus quinhões e de acordo com a condição social deles. A enteada, Catarina, ele deveria casar bem e aos enteados, Pedro e Francisco, ele deveria proporcionar “melhor via e ordem de viver que possa ser obrigando-se a sustentá-los a sua custa”. Assim, diante da obrigação a que se submetia, diante do juiz e do curador, esses permitiram que os órfãos permanecessem em sua casa, “pois lhes dá tratamento como pai” ¹⁰¹.

Quando as viúvas permaneciam com seus filhos, na maioria das vezes, a administração dos bens dos órfãos ficava por conta de curadores nomeados pelo juiz ou declarados em testamento pelo marido falecido, fossem eles nomeados logo no início do processo do inventário ou após o juiz dos órfãos ter notícia do casamento da viúva.

Antonia Dias, por exemplo, passou por essa situação. Essa mulher foi casada três vezes. A primeira vez com Francisco Jorge, não o mesmo do caso anterior, com quem teve um filho, Antonio Jorge, a segunda com Manuel de Chaves, que morreu no sertão, flechado pelos índios do sertão do Rio Paracatu, com quem teve Francisco de Chaves, e a terceira

¹⁰⁰ Inventário e Testamento de Lourenço Gomes Ruxaque. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, p. 374.

¹⁰¹ Inventário e Testamento de Lourenço Gomes Ruxaque. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, p. 374 e 375.

com Francisco Gomes Botelho, com quem tivera dois filhos, um dos quais era falecido na época do inventário de seu pai e o outro filho, que era chamado Francisco¹⁰².

Ao contrair o segundo casamento, Antonia permaneceu com seu filho mais velho, Antonio Jorge. No entanto, os bens do órfão ficaram sob administração de Antonio Rodrigues.

Passados dois anos do falecimento do segundo marido de Antonia, em 1605, seu cunhado Domingos Dias, o moço, requereu junto ao juiz dos órfãos a guarda de seu sobrinho Francisco, assumindo para si a responsabilidade de “alimentar de todo necessário a sua custa” o filho de Antonia, “no que os rendimentos de sua legitima não abrangerem enquanto não for de idade para merecer serviço”¹⁰³. Talvez o fato de o tio pretender despender dos rendimentos da legitima do sobrinho, se este ficasse sob sua guarda, não agradou tanto ao juiz, já que Antonia, como que em resposta ao requerimento de seu cunhado, requereu ao juiz que seu filho ficasse com ela.

(...) por ela foi requerido ao dito juiz que ela tinha um filho pequeno por nome de Francisco o qual ela queria ter em seu poder como até agora teve e criá-lo como seu filho que é de idade para ir a escola e o mandará a ela e o alimentará de todo o necessário de vestido e comer e tudo o mais sem por isso lhe levar nada de sua fazenda em nenhum tempo (...).¹⁰⁴

O juiz decidiu, “para bem e proveito do órfão” que ele permanecesse com sua mãe. Antonia recebeu a guarda do filho e todas as peças forras que a ele cabiam como parte de seu quinhão de herança. No entanto, a curadoria dos bens de Francisco não pertencia a sua mãe.

Já Domingas Antunes, ao ficar viúva de Gaspar Fernandes, em 1600, dispunha de um patrimônio que lhes permitia produzir e obter o suficiente para viver com seus filhos sem regalos. No sítio do casal, que possuía casa de palha velha e quintal com marmeleiros e parreiras, o qual fora avaliado em quatro mil réis por estar sujo, havia oito peças escravas para o serviço da casa e da roça, bem como sete foices de roçar, avaliadas em dois mil, duzentos e quarenta réis, mais oito enxadas, cuja avaliação o tempo apagou dos autos. Tais

¹⁰² Inventário e Testamento de Francisco Gomes Botelho (1616) e de Antonia Dias (1622). In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 4, p. 347 – 389.

¹⁰³ Inventário e Testamento de Manuel de Chaves. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp. 459 – 505. p. 488.

¹⁰⁴ Inventário e Testamento de Manuel de Chaves. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 491.

ferramentas certamente eram empregadas na lide de duas roças e dois pequenos canaviais, cuja soma dos valores alcançou a cifra de dez mil réis. Além das roças e canaviais, constava no inventário de Gaspar uma prensa de dois fusos velha e quebrada, avaliada em mil e duzentos réis e criações de animais: seis galinhas, em setecentos e vinte réis; dezoito cabeças de gado suíno, em nove mil e novecentos réis e 22 cabeças de gado bovino, em dezesseis mil réis. Além disso, integrando a utensilhagem da casa, havia um tacho grande e dois pequenos, de cobre, os quais, juntos, valiam sete mil e duzentos réis, os quais certamente eram usados no feitiço de marmelada, visto a disponibilidade do fruto em seu quintal¹⁰⁵.

Os utensílios não eram muitos: um pichel (vaso de boca redonda, próprio para vinho segundo o dicionário de Bluteau) novo de estanho para servir vinho ao proprietário da casa ou portar a água com que lavaria suas mãos antes das refeições, no valor de uma pataca (trezentos e vinte réis), três pratos do mesmo material, em duzentos réis, uma caldeirinha velha de latão, avaliada em trezentos réis, no qual se preparavam cozidos diversos, um saleiro velho, que valia um tostão (cem réis) e dois ralos velhos, em duzentos réis. Para dar suporte às velas (as quais não constavam no inventário) que iluminariam o ambiente, havia um castiçal de latão novo, avaliado em quatrocentos réis.

Os móveis da casa não eram variados, tampouco abundantes: oito cadeiras, avaliadas em mil, duzentos e quarenta réis, mais cinco cadeiras de estado usadas e uma rasa, em dois mil e quatrocentos réis; uma mesa, em mil réis e uma caixa com fechadura, sem especificação de suas dimensões, em mil e duzentos réis. Já o conjunto das alfaias, era composto por apenas uma toalha de água as mãos de pano de algodão, em duzentos réis, uma toalha de mesa, do mesmo tecido, em oitocentos réis e uma fronha de almofada.

Toda a fazenda e escravos, que neste inventário aparecem avaliados, perfizeram um montemor de cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco réis, dos quais noventa e dois mil réis eram referentes às peças indígenas avaliados, o que mostra, como Maria Beatriz Nizza da Silva já apontara, que os bens mais valiosos dos colonos de São Paulo entre fins do XVI e início do XVII eram os escravos índios¹⁰⁶. O montante foi

¹⁰⁵ Inventário e Testamento de Gaspar Fernandes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 375 – 394.

¹⁰⁶ SILVA, 1998, op. cit., p. 26.

dividido entre a viúva, seis filhos homens, uma filha solteira e outra casada, a qual ainda não havia sido inteirada do dote prometido.

Por serem muitos os órfãos, e pouca a fazenda, Antonio Preto, pai da viúva, e Bartolomeu Rodrigues, genro dela, requereram em nome de Domingas junto ao juiz:

(...) os órfãos eram muitos e tinham pouca fazenda a qual em alimentos se gastara toda de que os órfãos ficaram perdidos que lhe requeriam que tudo deixasse a viúva e que ela os alimentaria e criaria sem lhe levar nada de sua fazenda e os vestiria e sendo cada um de idade emancipado ou casado se obrigaria a tudo lhe pagar pela avaliação a cada um o que lhe couber (...)¹⁰⁷

O juiz aceitou o pedido dos dois homens, e exigindo que a viúva desse fiança da fazenda, os dois se comprometeram a fiar a viúva em toda quantia. Baltazar, inclusive, pagou pela viúva uma dívida que o defunto possuía com Gonçalo Madeira, já que a viúva Domingas não tinha meios para saldar o compromisso que o marido declarara em testamento. Cabe observar que, se por um lado, a circulação de objetos por meio de empréstimos e de transações com pagamento a prazo, estimulava e fortalecia as redes sociais, por outro a negativa do pagamento gerava conflitos judiciais e a quebra da relação de confiança¹⁰⁸.

Em 1618, após o falecimento de Antonio Preto, o juiz notificou a viúva para declarar o estado dos órfãos e se era necessário fazer outro curador. Somente em 1623 houve resposta ao despacho, quando o escrivão visitou o sítio de Domingas para questioná-la sobre seus filhos. Ela afirmou que todos eram maiores. Pouco tempo depois a viúva pagou as legítimas de seus filhos e anexou quitações.

Em 1624 Domingas faleceu. O seu espólio somava quarenta e sete mil, oitocentos e noventa réis e ela possuía dez peças forras. Ela habitava o mesmo sítio no qual convivera com seu falecido marido Gaspar, o qual passara a valer quatorze mil réis. Na época, a casa de taipa de mão, era de três lanços e coberta de telhas e o quintal, no qual havia diversas árvores e parreiras era cercado de tábuas. Ela possuía três roças, dois canaviais pequenos e um algodão também pequeno, todos valendo juntos vinte e três mil réis. O restante de seus bens consistia em uma prensa usada, avaliada em mil réis; quatrocentas mãos de milho, em

¹⁰⁷ Inventário e Testamento de Gaspar Fernandes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 387.

¹⁰⁸ Sobre o assunto, vide MARANHÃO, op. cit., especificamente o capítulo 2.

quatro mil e dez réis; um tacho de onze arráteis, em dois mil setecentos e cinquenta réis; uma caixa de cedro de quatro palmos e meio, com fechadura e sem chave, em seiscentos e quarenta réis; um saleiro de estanho, em cento e sessenta réis; quatro enxadas velhas em quatrocentos réis; seis alqueires e meio de feijões brancos, em mil e quarenta réis, mais algum outro alimento armazenado, cujo nome estava apagado, avaliado em novecentos réis, valendo cada alqueire duzentos réis. As roupas de Domingas possivelmente teriam ido com ela para o túmulo.

Se, por um lado, muitas viúvas permaneciam com seus filhos, mesmo depois de novamente casadas, outras tantas abriam mão da proximidade de seus rebentos para construir, ou ao menos tentar, família nova e patrimônio. Como no caso, visto no primeiro item deste capítulo, de Jerônima Fernandes e Maria da Gama.

Os indivíduos poderiam ser beneficiados inúmeras vezes durante suas vidas por heranças provenientes de seus ancestrais ou descendentes. Ao falecerem seu pai e sua mãe, eles recebiam quinhões referentes à meação que cada um possuía no patrimônio do casal. Se seus pais fossem falecidos e seus avós (paternos ou maternos) viessem a morrer, receberiam o quinhão que pertenceriam ao seu progenitor, dividido pelo número de herdeiros que este possuísse. Se seus filhos morressem sem deixar herdeiros, também receberiam quinhão da herança que deixassem. Sem contar os legados, que poderiam ser deixados em agrado para aqueles com quem se convivia mais intimamente ou que realizassem bons serviços para o testador, independente de laços sanguíneos ou de parentesco¹⁰⁹. Ou seja, em inúmeras ocasiões, os indivíduos recebiam quantias em dinheiro ou objetos e bens que poderiam contribuir para a construção, incremento e manutenção de seus espólios.

No entanto, o costume de se ter muitos filhos, bem como a regra de divisão eqüitativa dos patrimônios entre os herdeiros dificilmente permitiam que os indivíduos recebessem quantias vultosas por meio do mecanismo das heranças. Mas, vale pensar que, qualquer quantia recebida poderia garantir melhoria nos padrões de vida daqueles cujos patrimônios eram marcados pela carestia. Dessa forma, as heranças, enquanto dispositivo que colocavam em circulação objetos e bens, contribuía para o complemento das

¹⁰⁹ Não nos esqueçamos de que, juntamente com tais quantias em dinheiro, objetos e bens, eram herdadas, muitas vezes, peças escravas, o que contribuía significativamente para as possibilidades de rendimento dos patrimônios, fosse pela força de trabalho, ou pelo valor da venda desses escravos.

fazendas paulistas entre fins do século XVI e primeira metade do XVII. Isso se o espólio a ser dividido não contasse com mais dívidas do que com bens¹¹⁰.

Os leilões de bens de órfãos colocavam em circulação quantidades significativas de objetos e bens, que passavam da condição de itens do patrimônio familiar ao estado de mercadorias¹¹¹. Esses artefatos eram avaliados no momento da feitura do rol de bens de cada inventário, sendo essa avaliação o preço mínimo pelo qual deveriam ser vendidas tais coisas em praça pública. Os leilões atendiam às necessidades diversas do cotidiano dos compradores, como roupas, alfaias, móveis, e permitiam adquirir meio para incrementar a fazenda, por meio da aquisição de animais, equipamentos de trabalho, materiais de construção e ferramentas. Pelo fato de os itens disponibilizados para venda nestes eventos serem usados, muitos deles sendo caracterizados pelos avaliadores como “velhos”, cremos que tais vendas públicas correspondessem ao meio mais barato de aquisição de objetos presente na vila de São Paulo. E, considerando-se as dificuldades de acesso a mercadorias importadas, tanto pelo preço, quanto pelo caminho físico percorrido por essas, este era sem dúvida, um dos meios aos quais mais recorriam os moradores, para obter produtos que não fossem ofertados pelos produtores da região.

Fosse pela divisão, que, na maioria das vezes afetava o patrimônio das viúvas com filhos menores, ou pelo recebimento de valores a serem somados às fazendas dos herdeiros, ou pela disponibilização de mercadorias de diversas naturezas para a compra em praça pública, a morte de chefes de família alterava a configuração dos patrimônios de seus entes consangüíneos mais próximos e de diversas outras pessoas. Alterava também, por vezes, as redes de relações, especificamente a composição dos domicílios, pelo trânsito dos órfãos.

Próximo de morrer em 1623, no sertão dos carijós, Henrique da Cunha Gago, o velho, nascido perto de Santos em 1560, declarava estar doente e incerto de sua vida. Por isso, como mortal, se propôs a fazer seu testamento para nele declarar sua última e

¹¹⁰ Milena Fernandes Maranhão observou que, entre 120 inventários por ela analisados, os quais foram produzidos entre 1648 e 1682, mais da metade apresentou aquilo que a autora denominou riqueza aparente, ou seja, uma riqueza ostentada com base em dívidas contraídas ao longo de toda uma vida, visto que ao se inventariar indivíduos que vivenciassem essa situação, constataria-se que as dívidas eram maiores que os bens. Vide: MARANHÃO, op. cit. No entanto, para o período que estudamos, 1580 – 1640, o volume desses casos não foi tão vultoso, sendo que, da amostra inicial, composta de 229 inventários, o índice desses casos não alcançou 30%.

¹¹¹ Sobre o assunto veja: KOPYTOFF, Igor. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, ARJUN. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

derradeira vontade. Em suas declarações, o sertanista registrou uma série de disposições que alteravam o cotidiano e o circuito de relações internas dos domicílios de seus herdeiros.

Do primeiro casamento, com Isabel Fernandes, falecida em 1599, Henrique tivera três filhos: Henrique da Cunha Gago, o moço, João Gago da Cunha e Manuel da Cunha Gago. Aos três, pedia o pai, em seu testamento, “que uns com outros fossem bons irmãos”¹¹². Além desses, Henrique possuía um filho natural chamado Estevão, tido antes de se casar com Isabel, o qual havia resgatado com o dinheiro da esposa. Isabel, ao falecer, deixara o filho mameluco de seu marido forro. Ao testar, Henrique pediu as justiças de sua majestade que decidissem se Estevão era ou não herdeiro de sua fazenda, descarregando sua consciência de realizar tal opção.

A segunda mulher de Henrique da Cunha havia sido Catarina de Unhate, que falecera em 1613. Com ela o testador tivera mais cinco filhos: Cristóvão da Cunha de Unhate, Antonio da Cunha Gago e Francisco da Cunha, Maria da Cunha, casada com Amador Lourenço na época da morte de seu pai e Felipa da Cunha Gago (Felipa Gaga). Destes, Antonio, Francisco e Felipa ainda eram menores.

Henrique tivera ainda mais três filhos adulterinos, com uma negra de sua casa. Eram eles Antonia, Úrsula e Antônio.

Com sua terceira esposa, Maria de Pina, a qual deixara viúva, o testador não possuía filhos. No entanto, recomendou em meio às suas derradeiras vontades: “peço a meus filhos e a todos em geral que lhe tenham respeito como sua mãe”¹¹³. Dessa forma, Maria continuaria inserida na família, ocupando lugar de mãe. Esta, e outras atitudes da mesma natureza, apontam para a importante função do pai de família no apaziguamento dos conflitos familiares, algo que se tentava efetuar mesmo após a morte, por meio das cláusulas testamentárias. Com esse intuito o pai tentava organizar as relações familiares através de suas recomendações feitas em meio às disposições de últimas vontades.

Os filhos adulterinos de Henrique, deveriam, de acordo com suas recomendações, ficar sob os cuidados de Henrique da Cunha, o moço, seu filho legítimo mais velho, para que ele os doutrinasse como seus irmãos que eram. Os outros filhos, Antonio, Francisco e Felipa, todos menores de dez anos, também deveriam permanecer sob a proteção do irmão

¹¹² Inventário e Testamento de Henrique da Cunha. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p.209.

¹¹³ Inventário e Testamento de Henrique da Cunha. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p.210.

mais velho. Com isso, Henrique da Cunha passaria a abrigar em sua casa seis menores, além de seus próprios filhos¹¹⁴. De certa forma, ao passar a responsabilidade de criar os irmãos menores ao filho mais velho, Henrique transferia a ele, também, a chefia da família. No entanto, ao que parece, os menores, filhos de Henrique da Cunha, o velho e Catarina ficaram sob a guarda de seu avô, Domingos Dias, pai da falecida Catarina, a quem Henrique da Cunha, o moço se comprometeu a entregar o quinhão de Antonio, Francisco e Felipa, caso por ele fosse requisitado.

Nas partilhas realizadas após a morte do pai, o patrimônio da família, o qual somava 298\$840 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e quarenta réis) foi dividido em quinhões relativamente pequenos. Seguindo a norma de não se dividir o espólio familiar quando da morte da mãe, Henrique não pagara a legítima de seus filhos na totalidade, havendo apenas adiantado alguns valores ao filho legítimo mais velho. Isso nos inventários de suas duas primeiras mulheres.

Quando Isabel Fernandes faleceu, no ano de 1599, o casal dispunha de um patrimônio de 187\$000 (cento e oitenta e sete mil réis). Neste valor, estavam incluídos os cinco escravos índios avaliados, que somavam 61\$200 (sessenta e um mil e duzentos réis), valor que representava quase um terço da fortuna; as criações de animais, compostas de quarenta e nove cabeças de gado bovino, que valiam 34\$700 (trinta e quatro mil e setecentos réis); diversos suínos que valiam 6\$200 (seis mil e duzentos réis) e quatro frangos, avaliados em \$200 (duzentos réis)¹¹⁵. Os rebanhos representavam cerca de 22% do patrimônio e, por sua rápida multiplicação, fossem o elemento que mais fazia a fazenda render.

Os animais, ao que parece, ficavam no sítio localizado na “Banda de além do rio”, o qual contava com casa, plantas e um pedaço de roça e foi avaliado em 5\$000 (cinco mil réis). Nesse sítio, estavam armazenadas duas arrobas de algodão em caroço, avaliadas em 1\$600 (mil e seiscentos réis), as quais poderiam ser usadas como matéria prima para fio ou para tecido de algodão, do qual se poderiam fazer as alfaias da casa e algumas peças de

¹¹⁴ Henrique da Cunha, o moço, de acordo com a Genealogia Paulistana de Luiz Gonzaga da Silva Leme, foi casado duas vezes. A primeira com Maria de Freitas, falecida em 1629, com a qual tivera 8 filhos. A segunda foi com Maria Vaz Cardoso, com quem tivera mais seis filhos. Provavelmente, na época da morte de seu pai, ele já tivesse alguns filhos. LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Disponível em: http://www.arvore.net.br/Paulistana/CGagos_1.htm . Consultado em 10.09.2012.

¹¹⁵ Inventário e Testamento de Isabel Fernandes. Anexo ao de Henrique da Cunha. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, pp. 254 – 266.

roupa de vestir, ou poderia ser usado em trocas comerciais como moeda. Além do algodão, havia uma milharada e roça de que se comia, as quais valiam juntas 4\$000 (quatro mil réis) e outra roça, talvez pequena pelo valor de sua avaliação, que por sua vez valia 1\$520 (mil, quinhentos e vinte réis). Esses bens de raiz, somados, montavam 12\$120 (doze mil, cento e vinte réis), valor que não atingia 7% do patrimônio em questão.

Pelo que se vê no inventário, a casa do sítio era mobiliada apenas com uma mesa, avaliada em \$400 (quatrocentos réis), a qual talvez fosse utilizada nos momentos em que se mediria ou pesaria a produção das roças. Os utensílios também eram poucos: seis bacios de estanho velhos, valendo 1\$200 (mil e duzentos réis), os quais poderiam ser utilizados para separar e servir os alimentos aos animais. Como o sítio ficava do outro lado do rio, havia uma canoa de casca, avaliada em \$400 (quatrocentos réis), a qual servia de meio de transporte de pessoas e, quem sabe, alimentos nos trajetos de ida e volta para a vila. Em alfaias, havia apenas uma toalha, no valor de \$200 réis, da qual os avaliadores não detalharam o tipo. Por seu valor, bem como pela falta de especificação, cremos se tratar de um artefato de tecido de algodão da terra, pois os artefatos de tecidos mais nobres eram registrados de maneira que tais características ficassem claras. Acreditamos também que fosse uma toalha de mesa, por vir registrada no rol em seguida da mesa e por haver no mesmo rol uma outra toalha a qual se especificou ser de rosto, a qual valia \$160 (cento e sessenta réis). Havia ainda, nesta casa do sítio, uma saia de portalegre velha, avaliada em 1\$000 (mil réis) e uma camisa velha, da qual não se especificou se era de homem ou de mulher, a qual valia \$160 (cento e sessenta réis).

Mas Henrique e Isabel possuíam também uma casa na vila, a qual era de taipa de pilão, coberta de telhas, com chãos e quintal, a qual valia 22\$000 (vinte e dois mil réis). Essa era, possivelmente, a residência da família, que bem poderia atravessar os muros da vila e o rio e seguir em direção ao sítio da roça, como faziam muitas mulheres da vila neste período final do século XVI¹¹⁶. Além disso, a posse do terreno do sítio era bastante recente,

¹¹⁶ São constantes as referências a abertura de buracos nos muros da vila, atitude essa que era justificada pelos moradores para facilitar o trajeto de suas mulheres para o trabalho nas roças que ficavam do lado de fora da vila. Vide: Atas da Câmara da Vila de São Paulo. Vol. 1; e BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. 4ª edição. Edições Melhoramentos. s/d, especificamente o capítulo 2. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0380.htm>. Consultado em 12/11/2012.

datando a carta de data de terra do ano de 1598¹¹⁷. Somente a morada na vila representava quase 12% do patrimônio do casal e o dobro da somatória dos outros bens de raiz situados do outro lado do rio. O porte e os elementos mais elaborados na construção aumentavam, certamente, o preço da habitação, já que pelo fato de o sítio ser recente, a casa talvez fosse de palha e taipa de mão, de construção mais rápida e menos duradoura, algo improvisado para marcar a posse, bem como o aproveitamento da terra.

A morada possuía pouquíssimos móveis, assim como a maioria das casas da vila no despertar do século XVII: havia uma caixa de cedro, com fechadura e chave, cujo valor o tempo apagou do documento e duas cadeiras de estado¹¹⁸, as quais valiam 1\$200 (mil e duzentos réis). Se relacionarmos esses móveis à composição do domicílio (pai, mãe, filhos e escravos) é possível imaginar que as cadeiras eram reservadas apenas para o assento do casal, denotando sua autoridade, marcando a hierarquia no interior da família. De utensílios, havia um castiçal e um saleiro, avaliados em \$320 (trezentos e vinte réis) e quatro bacias, cujos usos poderiam relacionar-se à limpeza do ambiente. Os valores desses móveis e utensílios era pequeno, em relação ao montemor do inventário do qual compunham apenas 0,8%.

Havia, ainda, várias roupas de vestir, as quais certamente ficavam guardadas na caixa de cedro: uma saia de palmilha azul, avaliada em 2\$800 (dois mil e oitocentos réis); uma saia verde barrada de cetim, que valia 6\$000 (seis mil réis); um gibão de telinha, em 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis); um gibão de tafetá azul, no mesmo valor, um corpinho de tafetá azul, em \$640 (seiscentos e quarenta réis); uma pele, em 1\$000 (mil réis); um mantéu de canequim, em \$400 (quatrocentos réis); mangas de telinha, em \$640 (seiscentos e quarenta réis); um cabeção de ruão, ainda por fazer, em \$320 (trezentos e vinte réis) e um manto velho, em \$640 (seiscentos e quarenta réis). Tais peças, acreditamos que fossem todas de Isabel. De Henrique, havia apenas uma roupeta verde e uma gualteira (carapuça) de picote avaliados em \$800 (oitocentos réis). O conjunto dos objetos de uso pessoal era composto por uma bengala, avaliada em 1\$000 (mil réis); botas moradas velhas, em \$400 (quatrocentos réis) e um calçado, em \$640 (seiscentos e quarenta réis). Havia ainda, no rol, algumas miudezas, como coifas (tocas) e contas de Flandres, que valiam \$800 (oitocentos

¹¹⁷ Cartas de datas de terra. 1555 – 1600. Publicação da Sub-divisão de Documentação Histórica. Departamento de Cultura. 1937. Vol. 1, p. 88.

¹¹⁸ Cadeira de estado era aquela que possuía assento e espaldares lavrados, como vimos no capítulo anterior.

réis). Entre roupas e objetos pessoais, tinha-se um valor de 18\$480 (dezoito mil, quatrocentos e oitenta réis), que representava 9,88% da fazenda acumulada. Valor maior que dos móveis, utensílios e até mesmo do que de alguns bens de raiz. Ao que se vê, as roupas eram artefatos valorizados. Seus tecidos e seus modelos influenciavam as avaliações, pelo fato de que tais variações auxiliavam a dimensionarem os lugares sociais ocupados pelos indivíduos¹¹⁹.

Todos esses objetos e bens permaneceram sob administração de Henrique da Cunha. Na época da feitura do inventário pela morte de Isabel, Henrique tinha 36\$400 (trinta e seis mil e quatrocentos réis) em dívidas acumuladas, com diversas pessoas, que não foram declaradas no documento.

Quatorze anos mais tarde, em 1613, veio a falecer a segunda mulher de Henrique da Cunha, o velho. Catarina e ele, bem como seus três filhos do primeiro casamento e os cinco do segundo, gozavam de um patrimônio um pouco mais diversificado, cujo monte mor somou 122\$900 (cento e vinte e dois mil e novecentos réis).

O sítio da roça contava com duas casas: uma era de três lanços, de taipa de mão e a outra era de dois lanços. Havia na propriedade um algodão e dois pedaços de rama. Tudo valia 16\$000 (dezesesseis mil réis). Ao que se vê, o sítio crescera e fora adaptado de forma a receber os moradores em tempo permanente. O casal possuía uma replanta no campo, no valor de 4\$000 (quatro mil réis), três índios escravos avaliados, que perfaziam um montante de 38\$000 (trinta e oito mil réis, que representavam 31% do total do patrimônio) e mais treze peças forras não avaliadas. Eles possuíam também criações de animais: gado bovino e suíno, que, no total dos valores atribuídos, somavam 46\$440 (quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta réis) e uma dúzia de galinhas que acrescentava ao patrimônio \$960 (novecentos e sessenta réis)¹²⁰. O grosso da fortuna era composto pelo gado e escravos, que somados chagavam a 68% do valor total dos bens. Todas as outras categorias patrimoniais juntas compunham os 32% restantes.

Havia, neste inventário, diferentemente do anterior, muitas ferramentas: onze olhos de enxada, avaliados em \$880 (oitocentos e oitenta réis); cinco machados, somando 1\$220 (mil duzentos e vinte réis); sete foices, que valiam 1\$440 (mil quatrocentos e quarenta réis);

¹¹⁹ Trataremos desse assunto mais detidamente no capítulo seguinte.

¹²⁰ Inventário e Testamento de Catarina de Unhate. Anexo ao de Henrique da Cunha. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, pp. 267 – 277.

outras 6 foices mais velhas, que por sua vez valiam \$720 (setecentos e vinte réis), serviam para a lide nas roças e no algodão; dois teares com seus aviamentos, cujo preço foi apagado pelo tempo, serviam a manufatura caseira de tecido, já que havia algodões e duas arrobas de algodão armazenadas, que valiam \$800 (oitocentos réis), as quais seriam matéria prima para estes trabalhos de fiação e tecitura. Os pesos de ferro de meia arroba com seu braço, os quais funcionavam como balança, avaliados e, 2\$000 (dois mil réis), mediriam, certamente, quantidades de grãos e outros gêneros para o comércio. Havia ainda uma alavanca e uns grilhões, cujas avaliações estavam apagadas no documento. As ferramentas perfaziam um total de 6\$260 (seis mil, duzentos e sessenta réis), correspondendo a 5% do patrimônio total. Cabe considerar, que alguns itens não apresentavam avaliação, algo indicativo de que essa margem percentual poderia ser tanto maior.

Na utensilhagem da casa, encontramos poucos itens: um tacho pequeno de cobre, avaliado em 1\$600 (mil e seiscentos réis); sete pratos de estanho, avaliados em 1\$000 (mil réis) e mais outros oito pratos, cujas especificações foram apagadas, mas que possivelmente eram de louça de cerâmica, devido ao baixo valor que lhes foi atribuído nas avaliações, \$320 (trezentos e vinte réis). Essa categoria patrimonial somava 2\$630 (dois mil, seiscentos e trinta réis) e representava apenas 2% do valor do monte mor.

Os móveis da casa consistiam em uma caixa de canela sem chave, que valia \$400 (quatrocentos réis); um caixão, ou seja, caixa grande com ferragens, de acordo com o dicionário de Raphael Bluteau¹²¹, avaliado em \$320 (trezentos e vinte réis). O caixão, segundo Maria Helena Ochi Flexor, eram mais altos e largos do que as caixas e serviam, principalmente, para depósito de gêneros alimentícios¹²². Além do caixão, havia uma caixa, em \$400 (quatrocentos réis). O conjunto das alfaias era composto de apenas duas toalhas de mesa usadas e seis guardanapos, avaliados juntos em \$640 (seiscentos e quarenta réis) e uma toalha de rosto de algodão, em \$200 (duzentos réis). Os móveis somavam 1\$120 réis e tomavam apenas 0,9% do total o patrimônio, ao passo que as alfaias acresciam \$840 (oitocentos e quarenta réis), ou seja, 0,6%. Como se vê pelos dados acima, Henrique e sua família não primavam, ou não tinham condições de primar por elementos representativos de luxo e conforto no interior de sua morada.

¹²¹ Vide: BLUTEAU, op. cit. Vol. 2, p. 220.

¹²² FLEXOR, M. H. O. *Mobiliário baiano*. Brasília / DF: Iphan. Programa Monumenta. 2009. Vide especialmente o capítulo 6.

A casa da vila era de taipa de mão e deveria estar em péssimas condições, afinal, juntamente com uma cadeira, foi avaliada em 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis). O conjunto das roupas de Catarina era composto de apenas quatro peças. Ela possuía uma saia de Londres usada, a qual era a peça dessa categoria mais cara no rol e valia 2\$000 (dois mil réis), provavelmente por sua origem, algo que denotava sofisticação na vestimenta; um gibão de olanda rajada, listrada de preto e branco, avaliado em \$200 (duzentos réis); um corpinho de cetim vermelho debruado de veludo verde, em \$400 (quatrocentos réis) e uma saia de raxeta usada, em \$500 (quinhentos réis), mais um calçado vermelho, que valia \$960 (novecentos e sessenta réis). Pelo que se vê, Henrique ou não tinha, ou não colocou no rol das avaliações suas peças de roupa. As roupas de Catarina não apresentavam signos de luxo e ostentação, pois a maioria das poucas peças eram feitas em tecidos relativamente fáceis de se obter, visto sua presença em vários inventários estudados. Tanto a olanda, quanto a raxeta eram comuns na vila e se faziam presentes em boa parte das vestimentas dos habitantes da região, não sendo, portanto, diferenciais significativos na composição dos preços das peças de roupas. O cetim poderia ser considerado como um tecido requintado, no entanto, o corpinho vermelho de Catarina não alcançou um valor alto. Talvez estivesse velho ou gasto. Cabe notar: mesmo os tecidos não sendo tão nobres e as peças de roupas não tão caras, tais vestes colocavam esta senhora acima de boa parte das mulheres da vila, especialmente por estarem conjugadas ao calçado.

Do montemor da fazenda, 55\$720 (cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte réis) eram devidos aos filhos da primeira mulher de Henrique, de sua legítima, a qual não tinha sido entregue. As dívidas acumuladas por Henrique somavam nesta época 46\$980 (quarenta e seis mil, novecentos e oitenta réis). O monte líquido, somava, portanto, 20\$190 (vinte mil, cento e noventa réis), dos quais a metade pertencia a Henrique e o restante, seria dividido entre os cinco filhos que tivera com Catarina.

Foi por conta dessas dívidas acumuladas com os próprios filhos que o espólio de Henrique da Cunha, o velho, foi reduzido a pequenos quinhões.

O rol do inventário feito por morte desse homem, em 1624, mostrou-nos uma fazenda bastante diversificada, em termos de categorias de objetos. O montante do patrimônio, como dissemos acima, somou 298\$840 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e quarenta réis). Vejamos um pouco.

O sítio de Henrique, no ano de sua morte, possuía casa e quintal com diversas árvores, bem como casa de negros e foi avaliado em 20\$000 (vinte mil réis). A casa de negros, que não existia quando da morte de Catarina, acrescentou no valor do sítio. O conjunto dos móveis do sítio foi ampliado ao longo dos anos. Havia na casa duas caixas: uma de canela, que media sete palmos e meio, ou seja, 1,65m de comprimento¹²³, e valia 1\$200 (mil e duzentos réis); e outra, de cedro, que media 5 palmos (1,10m) e valia, por sua vez, \$800 (oitocentos réis). Havia também dois “caixões de dez pesos” (seriam caixas grandes com medidas de balança?), avaliados juntos em 1\$600 (mil e seiscentos réis). Como acessório de móvel, constou no rol um pavilhão de pano de algodão, ornamentado com capelo e franjas de linha de algodão, o qual valia 4\$000 (quatro mil réis). Os móveis dessa casa somavam 7\$600 (sete mil e seiscentos réis) e representavam 2,5 % dos bens. A quantidade de móveis, bem como os valores representados por esses no patrimônio, cresceram. Talvez por que as atividades produtivas estivessem mais consolidadas, foi possível que Henrique passasse a se preocupar com o espaço e a organização interna da casa, ou os bens trazidos pela última esposa à casa do sertanista acrescentassem valores a essa e outras categorias de objetos e bens.

As alfaias eram um pouco mais abundantes do que nos inventários das esposas de Henrique. Dois lençóis de pano de algodão, um velho e um usado, avaliados juntos em 1\$200 (mil e duzentos réis); uma toalha de mesa de pano de algodão com cadenetas pelo meio e franjas ao redor, que valia \$640 (seiscentos e quarenta réis); outra toalha de mesa de pano de algodão já usada, avaliada em uma pataca (trezentos e vinte réis); uma toalha de mãos, de pano de algodão lavrada de azul, em \$400 (quatrocentos réis); outra toalha de mãos do mesmo tecido, porém usada, em \$160 (cento e sessenta réis) e uma fronha de travesseiro com almofadinha de canequim lavrado de retrós verde, o item mais caro da rouparia da casa, que valia 1\$600 (mil e seiscentos réis) já que o tecido de que era feita era proveniente da Índia. Os ornamentos presentes nas alfaias, bem como seu estado de conservação, diferenciavam seus preços. Uma toalha de mesa enfeitada com labores de agulha em forma de correntes e com franjas valia o dobro de outra mais simples e sem ornamentos, mesmo sendo ambas do mesmo material. A mesma situação se observa com

¹²³ Sobre padrões de medidas portuguesas, ver: BARROCA, Mario Jorge. “Medidas – padrão medievais portuguesas”. **Revista da Faculdade de Letras: História**, série II, Vol 9, 1992, p. 53 – 86.

relação às toalhas de mãos: uma, por ser trabalhada com linhas azuis, valia mais do que o dobro da outra. Esse conjunto mais amplo de alfaias poderia se relacionar à existência de algodoads e um tear, com todo seu adereço, avaliado em 1\$200 (mil e duzentos réis) no sítio, os quais, conjugados com a habilidade do escravo indígena João, que era tecelão, permitiriam o acréscimo destes objetos na fazenda, bem como a produção de tecido para o comércio¹²⁴. Além disso, havia no sítio 39 arráteis (17,9kg) de fio de algodão, avaliados em 7\$800 (sete mil e oitocentos réis), o que seria evidência de tais atividades produtivas.

Os utensílios e ornamentos continuavam escassos no ambiente da casa. Havia onze arráteis em pratos de estanho, ou seja, um pouco mais de 5kg do material, que valiam 1\$760 (mil, setecentos e sessenta réis). Os pratos de estanho, avaliados pelo peso, não continham indicação de sua quantidade no documento, no entanto, no inventário anterior, de Catarina, havia 7 pratos avaliados em mil réis, o que nos faz pensar que o número de pratos tenha sido ampliado, especialmente porque como a avaliação incidiu sobre o peso da matéria-prima, talvez os utensílios já estivessem envelhecidos o suficiente para os avaliadores acharem melhor pensar no reaproveitamento do material. O antigo tacho pequeno de cobre ainda era usado tantos anos depois. No entanto, seu desgaste se refletiu em seu valor: naquele momento, a peça foi avaliada em 1\$000 (mil réis). Havia duas bacias de latão usadas, em \$400 (quatrocentos réis). Foram declaradas três peroleiras e uma botija, em \$640 (seiscentos e quarenta réis); três ralos de ralar mandioca, em \$200 (duzentos réis) e dois gamelões¹²⁵, um maior e um menor, em \$720 (setecentos e vinte réis). Os utensílios e ornamentos juntos somavam 4\$720 (quatro mil, setecentos e vinte réis) e representavam 1,5% do valor do montemor. Como observamos no capítulo anterior, os utensílios mesmo quando possuídos em grandes quantidades, não representavam altas porcentagens no total dos bens devido ao pequeno valor atribuído a cada item dessa categoria, com exceção dos tachos de cobre e objetos de prata.

Por fim, o conjunto das roupas do defunto, também registrado no sítio, era composto por roupeta e calções de raxeta parda usados, em 3\$000 (três mil réis), um ferragoulo de baeta e roupeta do mesmo tecido, em 1\$600 (mil e seiscentos réis) e calções,

¹²⁴ O ofício de tecelão era bastante desvalorizado, apesar da importância do produto de seu trabalho na Vila de São Paulo seiscentista. Sobre o assunto, ver: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994. 3ª ed., p. 216 – 221.

¹²⁵ Gamela era um vaso de madeira côncavo, no qual se serviam alimentos para os porcos, ou poderia ser usado para se servirem carnes nas refeições. Vide: BLUTEAU, op. cit. Vol. 4, p. 23.

em \$300 (trezentos réis). Tais peças eram feitas em tecidos comuns no Planalto, os quais não possuíam preços altos. Apesar disso, as peças combinarem entre si, indicando que eram vestidos completos, o que talvez, pela aparência, pudesse impressionar. Seus objetos de uso pessoal eram: um par de botas pretas usadas, em \$640 (seiscentos e quarenta réis) e um chapéu usado, em \$400 (quatrocentos réis). Essas duas categorias de bens somavam 5\$940 (cinco mil, novecentos e quarenta réis) e atingindo quase 2% em relação ao valor total do espólio.

As ferramentas do espólio de 1624 eram muito mais diversificadas. Elas apontam para além dos trabalhos agrícolas e de criação de animais, da produção de fios e tecido de algodão, para atividades mineradoras, as quais auxiliaram Henrique, juntamente com as outras, a obter um certo crescimento patrimonial, visto que quando de sua morte, a fazenda familiar somava mais do que o dobro, em relação à última vez em que foi medida. Às nove foices, seis enxadas, cinco olhos de enxada, três machados de olho redondo e quatro cunhas, que perfaziam preço total de 4\$760 (quatro mil setecentos e sessenta réis), somavam-se balanças e pesos: um braço com nove arrobas de pesos, avaliado em 1\$600 (mil e seiscentos réis) e um marco de quarta com balança, em \$640 (seiscentos e quarenta réis). E, a esses, ajuntavam-se sete bateias de lavar ouro, em \$560 (quinhentos e sessenta réis), uma alavanca usada com três almocafres velhos, em \$600 (seiscentos réis)¹²⁶.

Havia também no sítio cavalgaduras e equipamentos: duas selas, uma usada, com estribeiras e freio velho, avaliada em 4\$000 (quatro mil réis) e outra, velha com freio, em 2\$000 (dois mil réis); uma égua com filha, um poldro e um cavalo, perfazendo a quantia de 4\$600 (quatro mil e seiscentos réis). As criações de animais cresceram com o passar dos anos. As cabeças de gado bovino passaram a oitenta e sete, e somavam ao patrimônio 62\$920 (sessenta e dois mil, novecentos e vinte), valor que corresponderia a 21% do montante total da fortuna; os galináceos passaram a 34 cabeças, em 1\$440 (mil, quatrocentos e quarenta réis). Os porcos, por sua vez, eram em número de seis e valiam 1\$920 (mil novecentos e vinte réis).

Em roças, o patrimônio abrigava 57\$000 (cinquenta e sete mil réis), correspondendo a 19% da fazenda acumulado. Essa cifra era composta por duas roças pequenas, uma com

¹²⁶ De acordo com José Newton Coelho Meneses, almocafre era “sacho de ponta usado na mineração”. Vide: MENESES, op. cit., p. 242.

milharal e outra com carazal, e um pouco de milho, e duas roças grandes, em uma das quais havia uma casa de palha, talvez para abrigar a produção e as ferramentas. Armazenado, existiam também 360 mãos de milho, avaliadas em 3\$600 (três mil e seiscentos réis). Estavam registradas no inventário 34 peças forras, quantidade ampliada por meio das viagens ao sertão empreendidas por Henrique, nas quais ele empregava suas duas escopetas, as quais valiam juntas 12\$000 (doze mil réis). Havia, além disso, uma escrava da Guiné, com dois filhos mulatos, avaliados em 45\$000 (quarenta e cinco mil réis), valor que alcançava 15% do patrimônio de Henrique e sua família.

Além do sítio e das roças, constava no rol uma casa na vila, com dois lanços e corredores, toda de taipa de pilão e coberta de telhas, a qual valia 30\$000 (trinta mil réis). Nesta morada, os móveis eram tanto mais abundantes: havia cinco cadeiras de estado novas, em 4\$000 (quatro mil réis); uma cadeira de estado velha, em \$480 (quatrocentos e oitenta réis); duas cadeiras rasas, em \$640 (seiscentos e quarenta réis) e um bofete, em \$800 (oitocentos réis)¹²⁷. Nesta estavam também algumas matérias primas para trabalhos de carpintaria ou de edificação: onze tábuas de canela e duas couçoeiras (tábua grossa com que se faziam portas e outras obras) da mesma madeira, perfaziam um valor de 2\$000 (dois mil réis)¹²⁸. Tais materiais tanto poderiam ser vendidos, quanto aproveitados em adaptações nas edificações que integravam o rol de bens familiares. Havia, na casa da vila, trinta e quatro alqueires e meio de feijões, em 5\$520 (cinco mil, quinhentos e vinte réis). Cada alqueire equivalia entre 11 e 15 quilos, o que nos leva a constatar que na morada havia estoque de no mínimo 374 quilos de feijões, os quais serviriam tanto para a alimentação cotidiana da família, como para o comércio, mais provavelmente para a segunda opção, visto estar armazenado na casa da vila, e não no sítio em que morava a família.

¹²⁷ Cadeira rasa, ou raso, era aquela que não tinha encosto nem braços Vide: BLUTEAU, op. cit. Vol. 7, p. 114. Bofete de acordo com BLUTEAU, era “bofete em que se escreve ou em que se conta dinheiro” (BLUTEAU, op. cit. Vol. 2, p. 141). Essa palavra aparece grafada neste dicionário em duas formas: “bofete” e “bufete”. Ambas apresentaram o mesmo significado. No dicionário Moraes Silva, as duas grafias apresentaram significados diferentes. Para “bofete”, o significado era o mesmo registrado em Bluteau. Para “bufete”, o significado apontava para uma gama mais ampla de usos: “aparador. Mesa que se ajunta a outra para acrescentar. Mesa em geral”. No entanto, cabe observar que o dicionário de Moraes Silva data de 1789, e Bluteau, de 1728. Ao procurarmos o significado de “mesa” em Bluteau, encontramos a seguinte informação: “móvel de casa assentado em três, ou quatro pés, com superfície plana, em que se põem os pratos com o comer. (...) com este mesmo nome latino se chamam os bofetes, em que se escreve, ou se joga, ou que servem de ornato a casa porque de ordinário têm o mesmo feitio”. Dessa forma, cremos que possivelmente este móvel, presente em inventários que não apresentavam mesa, pudesse ser usado para a realização das refeições.

¹²⁸ O significado de couçoeiras foi averiguado em: BLUTEAU, op. cit., vol. 2, p. 593.

Como se pode observar por meio dos componentes materiais do universo do sítio e da casa da vila, a fortuna de Henrique da Cunha crescera significativamente entre 1613 e 1624. Este crescimento, no entanto, se lastreou nas dívidas do pai, referentes às legítimas de seus filhos, sempre postergadas pelo sertanista.

Ao que parece, o fato de a lei permitir ao pai permanecer com a posse e administração dos bens dos filhos após o falecimento das mães, contribuiu para Henrique da Cunha aglutinar em torno de si o patrimônio e seus familiares. Essa foi uma medida amplamente adotada por chefes de família homens, que ficavam viúvos mais de uma vez. Dessa forma, patrimônios vultosos eram constituídos por meio do acúmulo de bens possibilitado pelo desenvolvimento de diversas atividades econômicas, paralelamente a busca de mão de obra nos sertões, bem como por meio de casamentos sucessivos, que lhes possibilitava acrescentar à fazenda a contribuição material trazida pelas mulheres com que se relacionavam oficialmente, a qual, após a morte dessas companheiras, ficava sob sua administração, muitas vezes, até a morte do pai, se o filho não requeresse na justiça a entrega de sua legítima.

Os pais ajudavam, ao longo de suas vidas, seus filhos homens a construírem seu próprio patrimônio, por meio de doações esporádicas, as quais, às vezes, como constam nos inventários, entravam em colação no momento de se avaliar a fortuna para se fazerem partilhas, e na maioria dos casos, ficavam como adiantamento dos quinhões respeitantes aos filhos. Não obstante, o grosso da fortuna permanecia nas mãos dos pais. Com as filhas, por sua vez, ocorria a entrega do dote, que era equivalente a entrega antecipada da legítima que esta herdaria¹²⁹. Este, dependendo do tamanho, e do número de filhas casadas ao longo da vida de um pai, poderia trazer sérios desfalques ao patrimônio familiar, como no caso de João da Costa, o qual trabalhamos na introdução dessa dissertação.

O fato de muitas fortunas se alicerçarem nas bases acima explicitadas não permitia que a riqueza fosse transmitida, em sua maior parte, de geração em geração. Como sublinhamos anteriormente, como o número de herdeiros costumava ser grande, o patrimônio terminava dividido em quinhões relativamente pequenos. No entanto, cabe observar, que esta não era a regra geral e absoluta da transmissão da riqueza na vila de São Paulo nos séculos XVI e XVII. Tal situação era uma das possíveis situações que se

¹²⁹ Sobre a questão dos dotes e das legítimas, vide: SILVA, 1998, op. cit., p. 41 – 45.

estabeleciam com relação às heranças e a dinâmica de construção e manutenção dos patrimônios, talvez a mais comum.

A fortuna de Henrique da Cunha, o velho, avaliada em quase trezentos mil réis, ficou desbaratada em pequenas partes. Primeiramente, aos filhos do primeiro casamento, devia-se 55\$720 (cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte réis). Cada um dos três filhos receberia um terço desse valor. Ao filho legítimo mais velho, Henrique da Cunha Gago, o pai já havia antecipado alguns bens. Aos filhos do segundo casamento, com exceção de Maria da Cunha, a qual já havia recebido seu dote, perdendo o direito a herança, devia-se 10\$905, a qual quantia deveria se dividida, então, por quatro. Dessa maneira, pelas contas feitas pelo tabelião, abatidas as dívidas referentes às legítimas dos filhos e aos gastos da feitura do inventário, restavam para partir entre a viúva Maria e os filhos de Henrique um valor de 185\$000 (cento e oitenta e cinco mil réis), dos quais a metade era da viúva e a outra metade, tirada a terça, seria distribuída entre os herdeiros.

No quinhão da viúva entrou: o sítio, dois mulatos, metade de uma roça grande, a prensa, as galinhas, o estanho, o tacho, metade do fio, metade das foices, metade das enxadas, os machados, uma escopeta, o gado suíno todo, o vestido de raxeta, as botas, os lençóis, as tolhas de mesa, as tolhas de mão, metade do milho, dezessete alqueires de feijões, uma caixa, os gamelões, as peroleiras e a botija, três vacas e uma novilha e uma bacia.

A terça do defunto somava 30\$833 (trinta mil, oitocentos e trinta e três réis). Treze mil, setecentos e vinte réis deveriam ser separados para o pagamento dos legados e o remanescente, ou seja, os outros dezessete mil e trezentos réis pertenciam a menina Úrsula, filha bastarda do inventariado, e foram entregues ao seu curador Henrique da Cunha Gago, para lhe dar quando se casasse. O valor da terça seria composto pela venda da escrava da Guiné, de sete vacas paridas com cinco filhotes, um boi, um grilhão e quatro arráteis de cera.

Cada herdeiro recebeu, do monte líquido, um quinhão no valor de 7\$350 (sete mil, trezentos e cinquenta réis), incluindo-se o filho natural, Estevão da Cunha, o qual a justiça considerou como herdeiro. Os filhos que acumularam maiores heranças foram os do primeiro casamento, que receberam quase trinta mil réis, somando-se a herança de ambos os pais, visto que a legítima era referente ao monte líquido identificado naquela época,

abatendo-se as dívidas do montemor somado. Como na ocasião da morte da segunda esposa de Henrique, ele acumulava em meio a suas dívidas os valores referentes aos quinhões de seus três primeiros filhos, seus outros rebentos legítimos foram prejudicados, cabendo-lhes apenas cerca de dez mil réis, também se somando herança referente ao pai e a mãe.

As redes sociais das quais as pessoas se cercavam desempenhavam um papel fundamental em seu cotidiano, no que dizia respeito as necessidade materiais do dia-a-dia. Num contexto de intensa mobilidade e de altas taxas de mortalidade, bem como de carestia materiais diversas proporcionadas pelas dificuldades de abastecimento de produtos de outras paragens, como a européia por exemplo, tais redes poderiam auxiliar os indivíduos na constituição de seus patrimônios, bem como em sua manutenção, ou mesmo na garantia de seu sustento cotidiano, por meio de transações que eram marcadas por uma lógica da dádiva. Empréstimos de objetos, como ferramentas e armas, ou mesmo de gêneros produzidos nas roças, afirmavam possibilidades de se desenvolverem atividades econômicas e expedições, bem como de alimentar escravarias e animais, sem depender de imediato de reservas monetárias (muito raras no período em estudo) ou sem a necessidade de ter que vender artefatos que integravam o patrimônio para obtenção do dinheiro. Ao mesmo tempo, tais transações aproximavam vizinhos, por meio do dever da retribuição, o qual fazia com que as pessoas nelas envolvidas trocassem objetos e bens por certo período de tempo. Além disso, aquele que emprestava conquistava e mantinha prestígio diante da comunidade local, por meio dessa troca de favores que se fazia constante no Planalto.

Vendas a prazo funcionavam da mesma maneira, criando em torno do vendedor uma clientela na qual, pela mesma lógica da necessidade de se retribuir, dificilmente, alguém se negaria a fornecer algo de que necessitasse. O prestígio que se obtinha nessas transações, facilmente se convertia, dessa forma, em benefícios materiais.

As tramas de relações nas quais estavam inseridos os moradores do planalto funcionavam enquanto redes de apoio, por meio das quais era possível obter ajuda para o sustento cotidiano, nos casos de grande pobreza, ou através das boas relações, se conseguia benefícios materiais de naturezas diversas. Assim, o bom posicionamento do indivíduo nessas redes facilitava-lhe o acúmulo de patrimônio. Patrimônio esse, que poderia ser incrementado de diversas maneiras: pela variedade das atividades econômicas, pelo

recebimento de heranças de parentes e de legados diversos, bem como por sucessivos casamentos.

No entanto, dificilmente a riqueza era transmitida na íntegra, de geração em geração. Elementos como o número de filhos tidos pelos pais de família, as dívidas acumuladas, bem como os dotes das filhas, na maioria das vezes, contribuía para a quebra da fortuna. Os dotes fornecidos às filhas poderiam desfalcá-la de maneira que eles não conseguissem recuperá-la. E o número amplo de herdeiros vinha a transformar a grande opulência do pai em pequenos quinhões que teriam que ser trabalhados e multiplicados pelos filhos.

Capítulo 3: Os testamentos e a distribuição dos legados após a morte

Neste capítulo trabalharemos detidamente sobre os últimos desejos expressos nos testamentos e seu cumprimento, ou não, por parte dos testamenteiros, dos familiares e da justiça. Nosso intuito é captar nesse território das vontades, as sensibilidades relacionadas à família e aos objetos e bens possuídos. Partiremos do pressuposto de que o testamento era um documento carregado de emoções, visto o contexto em que era produzido e os motivos que levavam à sua feitura.

Iniciaremos esta parte de nosso estudo nos debruçando sobre a fonte utilizada: o testamento. Procuraremos compreender os medos e as crenças que se encontravam relacionados à decisão de testar, bem como às práticas e aos padrões reconhecidos nas disposições de últimas vontades.

Abordaremos a terça enquanto espaço das vontades e buscaremos compreender as principais preocupações presentes na redação do testamento, bem como o uso que os testadores faziam do quinhão do qual poderiam dispor livremente. Acompanharemos as doações feitas através deste mecanismo. Por fim, buscaremos conhecer os objetos e bens colocados em circulação por meio das disposições testamentárias, observando a relação que se estabelecia entre o artefato e doador.

3.1) Medos e crenças diante da morte.

A emergência de novos objetos dentre as questões tratadas pela História enquanto disciplina, como as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e comportamentos religiosos, as relações familiares e muitos outros permitiram o surgimento de campos de estudos históricos como a História das Mentalidades. Foi justamente neste espaço que as análises sobre comportamentos e posturas diante da morte começaram a ser desenvolvidas e difundidas a partir da década de 1970.

Philippe Ariès, por exemplo, tratou o tema da morte de uma ampla perspectiva. A partir de fontes numerosas e diversificadas, dentre as quais se encontram os testamentos, o autor explorou a longa duração das idades Média e Moderna no Ocidente, focando a França. Suas duas obras (*O Homem diante da morte* e *História da morte no Ocidente*) abriram caminhos para que

outros historiadores se debruçassem sobre a temática em estudos com recortes temporais não tão amplos e de uma perspectiva regionalizada¹.

Em *História da morte no ocidente*, o autor criou categorias com as quais descreveu e definiu a relação entre vivos e mortos, a influência que estes últimos exerciam sobre a sociedade ocidental cristã, as posturas, comportamentos e representações advindas do momento derradeiro. O autor capturou as mudanças de sentido ao longo dos séculos nas preocupações com este fenômeno. Primeiramente, a morte domada, presente da Idade Média até meados do século XVIII, em que havia uma proximidade entre vivos e mortos. Tal proximidade era marcada pela presença de amigos e parentes no quarto do moribundo em seus momentos finais, bem como pelo enterramento realizado no interior de igrejas ou espaços contíguos, em locais em que a circulação de pessoas era comum. Em seguida, a morte interdita, em que a cultura urbanizada levou a morte para espaços reclusos. Vivos e mortos passavam a ocupar lugares diferentes, sinalizando para uma visão do trespasse como algo vergonhoso e assustador, que necessitava de interdição. Tratava-se de um momento em que, no século XIX, o morrer não era tão familiar e o moribundo ia, pouco a pouco, sendo separado e escondido. Isso para poupar seu círculo social das fortes emoções causadas pela feiúra da agonia causada pela morte em plena vida feliz. Mais tarde, pela necessidade de cuidados especiais que não poderiam ser ministrados em casa, o moribundo passava a ser levado ao espaço do hospital.

De acordo com Norbert Elias, apesar de bem documentado e instigante, *História da morte no ocidente* apresentou ao leitor uma história puramente descritiva praticada por Ariès, que tentou transmitir uma “suposição de que antigamente as pessoas morriam serenas e calmas” e que somente no presente as coisas seriam diferentes. Na visão de Elias, ricos e pobres eram igualmente afligidos pela morte na Idade Média e Renascença, especialmente no que se referia ao medo da punição após o trespasse e a angústia em relação à salvação da alma. Tanto que, “como garantia, os príncipes sustentavam igrejas e mosteiros; os pobres rezavam e se arrependiam”².

¹ Trata-se de: ARIES, P. *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro. F. Alves, 1981. Coleção Ciências Sociais; e ARIES, P. *História da morte no Ocidente*. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro. Ediouro, 2003.

² ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*, seguido de, *Envelhecer e morrer*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed., 2001 (a primeira edição é de 1982), p.19 e 23, respectivamente.

Michel Vovelle tratou a morte enquanto objeto de estudo histórico de uma perspectiva teórico metodológica em artigo publicado na coletânea *Ideologias e Mentalidades*³. O autor enfatizou a necessidade de se abordar o assunto em três níveis, os quais estariam imbricados: a morte consumada, a morte vivida e os discursos sobre a morte.

O primeiro nível trataria o fato bruto da mortalidade, avaliando seu peso através da estimativa de componentes sociais como as diferenças entre a morte de mulheres, de homens e de crianças, que seriam desiguais e sentidos diversamente, bem como a partir de outros parâmetros, como os regionais, para se iniciar uma medição da morte vivida.

O segundo nível, seria composto por toda rede de gestos e ritos que acompanham um percurso que vai da doença à vida no além. Todos esses gestos e ritos comporiam um envoltório no interior do qual seria possível apreender as sensibilidades em relação à morte. Essa história da experiência da morte desembocaria no terceiro nível, dos discursos coletivos sobre a morte. Os discursos leigos, que vêm evoluindo através dos tempos, no campo da filosofia, da literatura e da ciência, constituiriam, juntamente com a análise de rituais e gestos, o fio histórico que possibilitaria acompanhar as transformações nas representações do outro mundo, as quais condicionariam um sistema global da morte e do após-morte.

No Brasil os estudos produzidos sobre a temática da morte seguiram as linhas gerais de análise propostas pela historiografia francesa e se basearam em fontes semelhantes.

Em *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*, Sandra Guedes procurou apreender e avaliar, em uma perspectiva de longa duração, as atitudes dos paulistas frente ao trespasse. A autora ressalta que o medo dessa passagem era o que levava os indivíduos à feitura do testamento e a cumprirem rigorosamente as regras ditadas pela Igreja Católica referentes ao assunto⁴. Claudia Rodrigues, por sua vez, se preocupou em compreender essa forte influência da Igreja em relação às posturas e comportamentos diante da morte, no sentido do

³ VOVELLE, M. “Sobre a Morte”. In: VOVELLE, M. *Ideologias e Mentalidades*. Trad. Maria Julia Cottvasser. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1991. 2ª ed. P. 127 – 150. O autor produziu outros instigantes trabalhos sobre a morte. Entre eles: *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort u XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris. Gallimard, 1974; e *Piété Baroque et déchristianisation. Attitudes provençales devant la mort u siècle des lumières*. Paris, Plon, 1973. Nestes dois estudos, o autor faz uso de testamentos enquanto fonte serial para o estudo da morte na longa duração, para capturar as mudanças e continuidades de mentalidade coletiva.

⁴ GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*. Dissertação de mestrado. São Paulo. USP, 1986.

controle e da influência que esta instituição exercia sobre as crenças e práticas no Rio de Janeiro setecentista e oitocentista⁵.

De acordo com Rodrigues, os altos índices de cumprimento das determinações eclesiásticas, perceptíveis na análise dos registros de óbitos e testamentos referentes à Freguesia da Sé e do Santíssimo Sacramento do Rio de Janeiro, produzidos entre o século XVIII e parte do XIX, demonstrariam uma empreitada bem sucedida por parte da Igreja, ao ensinar como se devia morrer de maneira a obter a graça divina. Sucesso esse que se devia, por sua vez, ao fato de a proximidade da morte era um momento propício para que essa instituição convencesse os fiéis sobre as conseqüências das atitudes adotadas em vida no pós-morte. Convencimento realizado com uso da *pedagogia do medo*, a qual se baseava na idéia da danação eterna da alma, difundida pelas pregações assistidas pelos católicos ao longo de suas vidas. O testamento, neste contexto, seria instrumento privilegiado para organizar o trespasse, no que dizia respeito aos rituais fúnebres, missas, inumação, entre outros.

Em *A morte é uma festa*, publicado em 1991, João José Reis se interessou em analisar o episódio da Cemiterada, revolta ocorrida em 1836, em que a população baiana destruiu um cemitério privado recém-inaugurado. Ao buscar compreender os motivos que levaram à rebelião, Reis percebe a conexão entre o evento e os ritos, gestos e sensibilidades ligados à morte e à crença na salvação da alma no além. A inauguração do cemitério foi acompanhada de uma lei proibindo os enterros em igrejas e cemitérios paroquiais, o que representava uma significativa mudança na visão que se tinha da morte, algo que ocorrera de maneira geral nos séculos XVIII e XIX, visto que o enterro nestes locais, assim como a feitura do testamento, era antes uma das estratégias de salvação da alma.⁶

Sandra Guedes, Claudia Rodrigues e João Reis demonstraram que importantes transformações nas posturas e comportamentos relativos à morte ocorreram entre fins do século XVIII e durante o XIX, no sentido da secularização dos rituais fúnebres. Nesse contexto, os testamentos passaram a focar primeiramente a organização do patrimônio e sua partilha, perdendo um pouco de sua característica que foi a mais marcante ao longo do XVII: o objetivo de

⁵ RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro*. Arquivo Nacional, 2005; e RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1997. (Coleção Biblioteca carioca; vol. 43. Série Publicação Científica)

⁶ REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

salvação da alma. Ao analisarmos os testamentos produzidos em São Paulo entre 1590 e 1640, pudemos observar que tal documento era produzido, primeiramente, com esta finalidade e também servia como medida para o testador dispor de seu patrimônio e para tentar organizar as relações entre seus familiares e impedir a ocorrência de conflitos.

Os três autores acima citados, ao refletirem sobre a temática da morte e a relação da sociedade para com ela, a partir de recortes espaciais e cronológicos diferentes, apontaram para um conjunto de características que se fazia dominante no século XVII e parte do XVIII: tratava-se da morte barroca, que consistia na pompa que acompanhava todas as etapas do morrer, inclusive a redação do testamento, para dispor dos bens terrenos e preparar o caminho, da melhor maneira possível, para a alma chegar ao além. Sacramentos ministrados ainda em vida, mortalhas, cortejos, local de inumação, missas de corpo presentes e outras, enfim, uma série de mecanismos que poderiam garantir a paz da alma⁷. Neste contexto, destacava-se o medo do trespasse, marcado pela preocupação com o destino da alma no além.

Também em São Paulo, na primeira metade do século XVII, o medo levava às providências dos detalhes rituais presentes nos momentos finais: primeiramente produzir um testamento, através do qual se determinariam elementos como a mortalha, local de inumação, número de missas, cobranças e pagamentos de dívidas, doação de esmolas, a destinação da terça, etc..

Seria no segundo nível da abordagem proposta por Michel Vovelle que se encontrariam as sensibilidades e comportamentos apreendidos através dos testamentos dos colonos da vila de São Paulo⁸. Esse conjunto documental apontaria para o que Ariès chamou de *morte domada*. Mediante a incerteza da vida e sentindo o temor da proximidade do fim, os indivíduos procuravam organizar sua passagem, definindo os ritos a serem cumpridos em favor de sua alma, o local de seu enterramento, bem como a feitura do testamento, a qual compreendemos como uma estratégia de salvação da alma⁹. Através do deste documento, indivíduos descarregavam

⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998. A expressão *morte barroca* é de autoria de Michel Vovelle. Vide: VOVELLE, M. *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort u XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris. Gallimard, 1974.

⁸ Para Sandra Jatahy Pesavento as sensibilidades estariam no centro do processo de representação do mundo, já que correspondem ao “núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo” sendo “as formas pelas quais os indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos”. PESAVENTO, S. J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 39.

⁹ Baseamo-nos nas idéias de João José Reis, Sandra Guedes, Claudia Rodrigues e Sheila Faria, todos citados anteriormente.

suas culpas e faltas e tentavam reorganizar a vida de familiares que ficavam, ao menos materialmente, por meio das disposições dos bens terrenos. Muitas vezes, essa reorganização imprimia novas dinâmicas nos círculos de sociabilidades, aproximando ou afastando pessoas.

Os testamentos são documentos produzidos com a finalidade de registrar as últimas vontades do testador, cuja forma e formalidades exigidas no momento de sua composição eram regulamentadas através das Ordenações Filipinas¹⁰. Tratava-se, portanto, de uma disposição solene de vontades na qual se definiam os desejos do testador referentes às providências a serem tomadas após sua morte, em relação ao seu corpo, alma e seus bens terrenos. Entretanto, este era um documento revogável, o qual dependia do cumprimento de todas as formalidades e exigências estabelecidas pela lei a serem aplicadas no momento de sua feitura, para a realização das disposições nele registradas, bem como era opcional.

Apesar de seu aspecto geral e função definidos pela legislação, os testamentos apresentavam forte caráter religioso, que se prendia aos ritos fúnebres e às crenças ligadas ao além. Dessa combinação de aspectos legais e religiosos deriva sua estrutura comum, que sofre algumas variações quando se compara grande quantidade desses documentos¹¹.

Os testamentos dos piratininganos do século XVII eram organizados da seguinte maneira: havia a abertura marcada pela presença de um preceito religioso, seguindo-se o registro da data e local da redação, acompanhada de uma declaração de sanidade, ou no termo da época, “juízo”, feita para reforçar a validade do documento, e uma justificativa, na qual se apresentava a motivação das disposições que se seguiam, a qual geralmente se associava ao desejo de descarregar a consciência do testador para a salvação de sua alma.

O testador, então, encomendava sua alma dirigindo-se a Deus e a Jesus Cristo e pedindo proteção e auxílio a Virgem Maria e aos santos de devoção. Em seguida, era determinada a quantidade e os locais de missas a serem realizadas, e, em alguns casos, o dia e hora; o local do sepultamento e as esmolas que deveriam ser entregues às igrejas, irmandades, etc.

¹⁰ *Ordenações Filipinas*, vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>, acessado em 06/07/2011. vide especificamente Quarto livro das Ordenações, Título LXXX.

¹¹ Trabalhamos um total de 179 testamentos produzidos entre 1592 e 1640, os quais se encontram publicados. Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital. São Paulo. Tipografia Piratininga. Volumes 1 – 29; e Inventários e Testamentos. Documentos da Seção do Arquivo Histórico. São Paulo. Tipografia do Globo. Volumes 30 – 42.

Em seguida, observam-se as referências aos familiares, como as declarações de herdeiros, de testamenteiros e a quem seria destinada a terça. Geralmente, era nesse espaço que o testador dispunha sobre seus bens, declarando-os em alguns casos e determinando a quem deveriam ser entregues itens específicos, fosse pela determinação da terça, fosse apenas a expressão de uma vontade, a qual nem sempre era realizada. É necessário destacar que pela legislação o total dos bens, ou montemor, era dividido primeiramente em duas partes, a meação. Uma era entregue ao cônjuge. A outra deveria novamente dividida, dessa vez em três porções, duas das quais seriam partilhadas igualmente entre os herdeiros forçados e a terceira, chamada de terça, era a porção da qual o testador dispunha livremente. Para aqueles que morriam *ab intestato*, ou seja, sem fazer testamento, a justiça estabelecia que fosse entregue ao pároco a terça da terça para que se fizesse bem pela alma do defunto.

A terça pode ser considerada o espaço da vontade do testador, por englobar os valores a serem gastos em obras pias por sua alma, bem como quantias em dinheiro ou de objetos especificados a serem entregues a pessoas definidas no testamento.

As esmolas, compostas por objetos ou dinheiro, destinadas aos pobres da vila ou aos parentes menos favorecidos eram registradas nesse espaço, o qual, muitas vezes, encontrava-se preenchido, também, por declarações que revelavam filhos ilegítimos, arrependimentos por atos praticados durante a vida e recomendações ligadas aos relacionamentos familiares ou ao tratamento dos escravos indígenas.

Posteriormente, encontram-se declaradas as dívidas ativas e passivas, acompanhadas da recomendação de que sejam pagas. Por fim, o testador pede à justiça de sua majestade e eclesiástica para que façam cumprir seu testamento, por ser aquela sua última e derradeira vontade, sendo, em seguida, registrados os nomes das testemunhas que assinaram o documento. Constava, ainda, nesses documentos a aprovação do tabelião e em alguns casos, os codicilos, que seriam adendos, os quais continham informações complementares ou revogavam disposições do testamento.

Por seu acentuado caráter religioso predominante ao longo dos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, o testamento constitui uma fonte a partir da qual se torna possível entrever posturas, crenças e comportamentos diante da morte, especialmente o medo sentido por não se saber a

destinação exata da alma na geografia do além¹². Em São Paulo, no período em estudo a feitura do testamento era comumente justificada como sendo um meio pelo qual o testador encaminharia a sua alma para a salvação. Não fazê-lo, para os cristãos, poderia implicar numa estadia prolongada no Purgatório¹³.

O testamento, na Europa, desde o século XII, tomara esse caráter religioso de instrumento da salvação. Este era um meio pelo qual o fiel confessava sua fé, reconhecia seus pecados e os resgatava por um ato público. Porém, ao mesmo tempo, o documento indica algo da relação dos indivíduos com o mundo material e o além, durante parte da Idade Média e Renascença. O moribundo era igualmente apegado às coisas de ambas as dimensões. Dessa perspectiva, é possível observar que o testamento era um meio religioso de associar a riqueza material e obras de salvação. Era uma espécie de contrato firmado entre o indivíduo mortal e Deus, o qual possuía duas finalidades: garantia os bens eternos, através de pagamentos em moeda temporal constituída pelos legados piedosos e, simultaneamente, permitia gozar dos bens adquiridos durante a vida, através de pagamentos realizados em moeda espiritual, constituída por missas, fundações caritativas, etc.¹⁴

A produção e execução do testamento eram regulamentadas e fiscalizadas pelas justiças temporais e eclesiásticas. Por isso, sua composição apresenta disposições que perpassam e entrecruzam preocupações de ordem temporal e espiritual, como mencionado anteriormente. Pelas Ordenações Filipinas (Livro IV das Ordenações, Título LXXX a XC) eram regulamentadas as formas e as formalidades de sua feitura. Porém, encontram-se na literatura religiosa formulações e elucidações baseadas nesta legislação temporal, algo que, ao mesmo tempo divulga e orienta para sua adoção e prática¹⁵. Por sua dupla natureza, religiosa e temporal, as

¹² O estudo dos testamentos comportou uma análise de sua estrutura geral, na qual se buscou compreender o tipo de informação apresentada pelo documento. Dividimos estas informações em: justificativas para a feitura do testamento, obras pias (missas e esmolas), declaração de herdeiros, endereçamento e composição da terça, definição dos testamentários, endereçamento de bens especificados, determinação de curador para órfãos, disposições sobre dívidas e informações adicionais. Observamos que cada categoria apresenta dados através dos quais torna-se possível entrever relações com a morte e com as crenças no além (justificativas e obras pias), relações de sociabilidade e de parentesco (declarações de herdeiros, endereçamento da terça, definição de testamentários e determinação de curadores), bem como relações com a cultura material (composição da terça e endereçamento de bens especificados).

¹³ ARIÈS, P. 1981, op. cit.

¹⁴ ARIÈS, P. 1981. op. cit., pp. 200 – 214.

¹⁵ CASTRO, Estevão. *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão, com a recopilção da materia de testamentos & penitencia, varias oraçoes devotas, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V. / Composto pello Padre Estevão de Castro...* - Acrescentado nesta segunda impressão pelo mesmo autor. Em Lisboa : por Mattheus Pinheiro : a custa de Adrião de Abreu, 1627.

disposições testamentárias são fontes privilegiadas para o estudo de crenças, posturas e representações de cunho religioso e social.

De acordo com as Constituições do Arcebispado de Lisboa, de 1588, o testamento deveria ser feito para descarregar a consciência do testador, havendo recomendação de sua redação no título que trata da confissão, em meio a orientações sobre o cuidado dos enfermos¹⁶. Quando tratando especificamente do testamento, as Constituições limitam-se a regulamentar a produção dos testamentos de clérigos e as questões ligadas ao cumprimento das cláusulas testamentárias, focando os deveres do testamenteiro. Não consta pela legislação eclesiástica portuguesa, até o século XVIII, a obrigatoriedade na produção deste documento, ao contrário do que apontou Philippe Ariès para a França a partir do século XII¹⁷. Há, porém, o aconselhamento para que se fizesse o testamento, já que se tratava de uma forma de se dispor dos bens materiais e se prover soluções para aliviar as culpas que carregavam a alma. Em seu *Breve Aparelho*, o jesuíta Estevão de Castro elucida algo sobre esta questão:

Posto que é louvável na hora da morte se fazer alguma cédula; todavia nem todos têm esta obrigação, em consciência; senão somente aquele que tem dívidas, e semelhantes embarços; donde se seguem inconvenientes, e dano a terceiro se os não declarar o que morre sem alguma cédula ou testamento.¹⁸

De maneira geral, o *Breve aparelho* reproduzia os traços principais da pedagogia católica sobre a morte e o morrer. Entre os principais itens a serem cumpridos antes do trespasse, figurava a recomendação da feitura do testamento, a qual, no entanto, foi declarada como não obrigatória, como se vê pelo excerto acima, quando o jesuíta se baseia na legislação vigente para tratar das solenidades e formalidades deste documento. Apesar da importante função religiosa que se atribuía às cláusulas de últimas vontades, registrá-las não consistia numa obrigação determinada pela legislação eclesiástica ou civil¹⁹.

¹⁶ *Constituições do arcebispado de Lisboa assi as antigas como as extrauagantes primeyras e segundas. - Agora nouamente impressas....* - Lisboa : por Belchior Rodrigues : vendense na rua noua em casa de Ioam Lopez, 1588, pp. 200 – 201.

¹⁷ ARIES, P.1981. op. cit.

¹⁸ CASTRO, E. Op. cit. p. 92.

¹⁹ Claudia Rodrigues realizou um estudo detalhado deste importante manual que teria orientado e fornecido modelos para a produção dos testamentos ao longo dos séculos XVII e XVIII. Sobre a influencia do texto do jesuíta na confecção testamentária no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, vide: RODRIGUES, 2005, op. cit., sobretudo capítulos 1 e 2.

Em São Paulo, o testamento era produzido, geralmente, diante da percepção da possibilidade da morte, fosse essa proporcionada pela doença ou pelo risco que se corria durante as expedições ao sertão, entre outros. Mas o temor advindo desse reconhecimento não era expresso somente por aqueles que se viam doentes ou em risco. Por exemplo, Anastácio Costa, que faleceu em 1650 e escreveu seu testamento em 1640, quando registrou estar em casa, são e valente, sem nenhuma doença, mas que por saber que era mortal, fazia testamento para descarregar sua consciência²⁰.

Figurava entre os motivos para a escrita das disposições testamentárias a crença no dever cristão de fazê-la, para organizar coisas de natureza temporal e espiritual, preparando-se para a morte, como no caso de Fernão Dias Paes, que em 1601, ao fazer seu testamento, declarou: “achei que para bem da minha alma é bem fazer este testamento não sabendo o tempo nem hora em que o mesmo Deus é servido levar-me desta presente vida para o qual efeito todo o fiel cristão é necessário estar aparelhado”²¹.

As finalidades da produção do testamento, no período e região estudados, expressavam geralmente o desejo do testador de salvar sua alma, provendo seu bem, principalmente pelo ato de descarregar sua consciência de culpas e dívidas acumuladas durante a vida. A partir de 1625 observamos que a justificativa “descarregar a consciência” passava a aderir às expressões “temendo-me da morte” e “desejando por minha alma no caminho da salvação”.

No *Breve Aparelho*, em que encontramos recomendações baseadas na legislação em vigor, que orientavam a feitura do testamento, há também um modelo do documento, o qual poderia ser seguido pelos cristãos que assim quisessem. Neste há o seguinte padrão proposto para a justificativa:

(...) eu N. estando em meu perfeito juízo e entendimento que nosso Senhor me deu; ou doente em cama (se estiver doente) &c. Temendo-me da morte, e desejando por minha alma no caminho da salvação por não saber o que Deus nosso Senhor de mim quer fazer, e quando será servido de me levar para si, faço este testamento na forma seguinte.²²

Neste excerto apreendem-se quatro elementos comuns nos testamentos dos moradores do planalto piratiningano: as circunstâncias em que era feito o documento, o temor da morte, o desejo de salvação e a incerteza do momento em que se findaria a vida como sendo razões e

²⁰ Inventário e Testamento de Anastácio Costa. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 13, p. 220.

²¹ Inventário e Testamento de Fernão Dias Paes. IN: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 407.

²² CASTRO. Op. cit. p. 74.

finalidades para a redação do testamento. Na documentação analisada observamos que tais elementos encontram-se organizados ora de maneira idêntica, ora em outra ordem, sendo que alguns desses elementos, muitas vezes, estão ausentes do texto.

A comparação entre o modelo proposto pelo jesuíta Estevão de Castro, escrito em 1621, e o conteúdo das justificativas presentes nos testamentos produzidos entre 1590 e 1640 nos leva a crer que o modelo era parcialmente seguido²³. Considerando-se que geralmente o testamento era ditado à outra pessoa que se encarregava de escrevê-lo, sendo em São Paulo mais comum no período recorrer-se ao tabelião ou padre para realizar essa tarefa, torna-se difícil não questionar acerca das limitações impostas à expressão das sensibilidades e valores daquele que testava²⁴.

Creemos que, mesmo diante desses limites, a expressão das sensibilidades, valores e idéias do cristão testador não era totalmente cerceada. A própria opção de se fazer o testamento pode ser compreendida como indício da crença na necessidade de sua existência e da crença de sua eficácia enquanto instrumento que integrava uma estratégia para salvação da alma, algo que entrelaçava crenças e práticas relacionadas à morte, e que já foi apontada por diversos autores²⁵. Ademais, este documento é carregado de registros de decisões pessoais: em relação ao que fazer com a terça, a quem destinar esmolas ou mesmo bens, etc..

Como apontou Alcântara Machado em *Vida e morte do bandeirante*, a prática de testar era fortemente incorporada nos costumes vigentes na São Paulo dos séculos XVI e XVII: “dos quatrocentos e muitos inventariados apenas cento e poucos faleceram sem declarações de última vontade. Um terço, quando muito”. Para o autor, o testamento seria uma demonstração de fé, interessante a todos os fiéis, dos mais ricos aos mais “desvalidos e miseráveis”²⁶.

Para o período compreendido entre 1590 e 1640, em nosso levantamento inicial das fontes utilizadas nesta dissertação, observamos que dos 238 inventários encontrados, número que inclui aqueles que não possuíam rol de bens, 176 possuíam testamento. Ou seja, 73,94% dos inventariados fizeram testamento. Em meio àqueles que registraram suas cláusulas

²³ Claudia Rodrigues, em seu estudo “Nas fronteiras do além...” realizou este procedimento de comparar a estrutura dos testamentos produzidos no Rio de Janeiro do século XVIII com o modelo proposto no manual de Estevão de Castro. Seus resultados apontaram para o uso constante do texto do jesuíta como referência para a produção das declarações de últimas vontades. A redação dos testamentos teria seguido na maioria dos casos com poucas alterações o ordenamento fornecido pelo jesuíta. Vide: RODRIGUES, 2005, op. cit., pp. 93 – 140.

²⁴ Alcântara Machado afirma, para os séculos XVI e XVII, que em geral quem redigia a cédula testamentária pelo testador era um monge ou clérigo regular. Vide: MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Imprensa Oficial. São Paulo, 2006, p. 231.

²⁵ Vide: ARIES, 1981, op cit; REIS, op cit; RODRIGUES, 2005, op cit.

²⁶ MACHADO, op. cit., p. 226.

testamentárias, uma grande diversidade de situações econômicas se apresentou. Desde aqueles que não possuíam fazenda alguma até aqueles que ostentavam patrimônios que alcançavam cifras acima de um conto de réis, muito raras no interior de nosso recorte cronológico²⁷.

Claudia Rodrigues e Sheila de Castro Faria já atentaram para esta questão de quão espontâneas e representativas do ato individual seriam essas fontes. Ambas salientaram que ao longo dos séculos XVIII e XIX existiam padrões homogêneos de redação do documento e, após refletirem acerca dessa característica, concluíram que tal normatização não eliminaria as subjetividades e sensibilidades, as quais poderiam se apreendidas por trás da fórmula²⁸.

Eduardo França Paiva, ao estudar os relatos testamentais de mulheres nas Minas Gerais setecentistas, avançou em relação a essa questão. O historiador realizou uma interessante análise sobre a produção deste documento, considerado por ele “um dos tipos mais complexos de registro histórico disponíveis nos arquivos brasileiros”²⁹. Esses relatos individuais comumente expressariam modos de viver e comportamentos coletivos. Seriam, também, documentos privilegiados para o afloramento de símbolos, que introduziriam valores e modelariam comportamentos individuais e coletivos, compondo hábitos e costumes cotidianos, bem como posturas diante de diversos elementos da vida, inclusive a morte. Como o autor colocou, seria essa que daria sentido ao registro testamental, pois muitos testadores produziam suas disposições testamentárias quando pressentiam o fim, “num momento em que a agonia do corpo e do espírito provocava alterações em seus sentimentos e em seu modo de viver”³⁰.

Segundo Paiva, a agonia da morte seria para o doente o espaço da derradeira narrativa, que assumiria então, junto àqueles que rodeavam o moribundo, a condição de verdadeira. Este seria também o espaço para confissões, para a prática dos mais nobres sentimentos cristãos e para se efetuar uma tentativa de acerto de contas espiritual, visando à absolvição divina. Os testamentos, nesse contexto, seriam um canal de expressão de tais atitudes por parte dos habitantes da América portuguesa. Na proximidade da morte, esses documentos surgiam como instrumento que possibilitava a cada moribundo deixar nele marcado “um perfil de bom cristão, e

²⁷ Apenas duas fazendas alcançaram montemor acima de um conto de réis (1:000\$000): a de Gaspar Barreto, falecido em 1629 e a de Catarina de Siqueira, falecida em 1638. Inventário e Testamento de Gaspar Barreto. In: Inventários e Testamentos. Vol. 8, pp. 23 – 90 e Inventário e Testamento de Catarina de Siqueira. In: Inventários e Testamentos. Vol. 11, pp. 495 – 520.

²⁸ Vide: RODRIGUES, 2005, op. cit. e FARIA, op. cit.

²⁹ PAIVA, Eduardo França. “Frágeis fronteiras: relatos testamentais de mulheres das Minas Gerais setecentistas”. In: **Anuário de Estudos Americanos**, 66, 1, enero – junio. Sevilla (Espana), 2009, p. 196.

³⁰ PAIVA, 2009, op. cit, p. 197.

portanto, merecedor da salvação eterna”. Assim, os testamentos eram “exercícios de piedade dos testadores e serviam, também, para suscitar esse sentimento entre os que aguardavam a morte”³¹.

Para Ariès, a finalidade do testamento seria obrigar o homem a pensar na morte enquanto havia tempo. No século XVII, na França, este documento perdera seu caráter quase sacramental, já que aos mortos intestados não mais se negava o enterramento na igreja ou cemitério paroquial; porém, foi mantido seu caráter de ato religioso, através do qual o testador expressava por meio de formalidades que poderiam ser consideradas espontâneas, sua fé e confiança na intercessão celestial, bem como dispunha de seu corpo e sua alma.

De acordo com Claudia Rodrigues, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, o testamento seria utilizado como um meio de exteriorizar a fé em Deus e o sentimento religioso, bem como a obediência aos preceitos do catolicismo e a crença em seus dogmas. Para João José Reis, fazer o testamento era uma forma de se preparar para a morte, uma espécie de rito inicial de separação, por meio do qual o testador prestava contas àqueles que ficavam e os instruíam sobre como dispor de seu corpo, alma e bens terrenos³².

Em outras palavras, a cultura material sob propriedade e posse de um indivíduo serviria como um meio através do qual este poderia garantir sua salvação. Os objetos e bens, pensados a partir deste viés, são revestidos de um significado especial nos derradeiros momentos da vida: seriam ferramentas, cujas instruções de uso estariam registradas nos testamentos. Acreditava-se que se estas instruções fossem bem seguidas, garantiriam àquele que estivesse fazendo a passagem deste mundo para o além, a salvação, ou, pelo menos, uma estadia mais curta no Purgatório.

Os objetos e bens dispostos nos testamentos seriam, portanto, de grande importância para a alma do testador. Seu sossego estaria associado com o cumprimento do destino dado a estes objetos em suas cláusulas testamentárias. Porém, cabe observar que o cumprimento dos testamentos pelos testamenteiros, aqueles que deveriam cumprir seus legados e disposições, sendo nomeados pelo testador, estavam sob fiscalização tanto da Igreja quanto da justiça civil. E, pelas regulamentações definidas nas Ordenações Filipinas, nem sempre aquilo que era vontade do testador poderia ser colocado em prática.

³¹ PAIVA, 2009, op cit. p. 198.

³² RODRIGUES, C. 2005. op. cit.

Entender toda produção material como artefato, ou seja, como algo que compreende em si significados de seu caráter utilitário, de seu uso no cotidiano da sociedade que o produziu, bem como códigos culturais dessa mesma sociedade³³; e conceber a materialidade como capaz de nos servir como instrumentos de poder, como prolongamentos de nós mesmos, realizando o intermédio nas nossas relações com o outro³⁴, leva à compreensão da necessidade de se analisar de forma mais complexa a importância que a cultura material toma em meio às sensibilidades, representações, crenças e práticas diante da morte.

Ao analisar os testamentos paulistas, especificamente aqueles que foram produzidos entre 1592 e 1640, foi possível entrever relações imbricadas entre a cultura material, as redes de sociabilidade e as crenças e comportamentos ligados à morte.

A feitura do testamento, por sua função de descarregar a consciência, fazia com que os arrependimentos e preocupações aflorassem no momento da morte e fossem expressados. É nessas expressões que se torna possível ao historiador capturar algumas das sensibilidades acerca da família. Seria através destes resquícios que conseguiríamos capturar as “atitudes e sentimentos em relação aos cônjuges, filhos e demais parentes (...)”³⁵.

3.2) Artefatos, sujeitos e sensibilidades: disposições de últimas vontades.

Ao fazer o testamento, homens e mulheres católicos desejavam “descarregar” sua consciência e por sua alma no caminho da salvação. Para tanto, definiam certo número de missas e esmolas que deveriam ser realizadas e entregues para o bem de sua alma. Em seguida, a disposição dos bens e pagamentos das dívidas representariam outro passo em direção ao paraíso. Dispor dos bens significava ainda uma tentativa de organizar a vida de parentes, próximos ou não, rearranjando, em alguns casos, circuitos de relações de sociabilidade. Um exemplo importante disso consistia na escolha de curadores ou tutores para os órfãos, feita pelo testador, que geralmente incidia sobre parente próximo e de confiança, como vimos no capítulo anterior.

Nesta parte do estudo focaremos as sensibilidades relativas à família e aos objetos. Para tanto, nos debruçaremos detidamente sobre uma seção de grande importância nos testamentos: a

³³ PROWN, Jules Davis. The truth of Material Culture: history or fiction? In: LUBAR, Steven and KINGERY, W. David. *History of things: essays of material culture*. Washington: The Smithsonian Institution, 1993. P. 1 – 19.

³⁴ CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Why we need things. In: LUBAR, Steven and KINGERY, W. David. *History of things: essays of material culture*. Washington: The Smithsonian Institution, 1993. P. 20 – 29.

³⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo. Editora UNESP. 2009, p. 62.

terça. Observaremos a quem seu remanescente era endereçado, quais objetos e bens eram transmitidos a outrem por meio dela e quem receberia tais objetos, tentando compreender os motivos que poderiam levar às escolhas. Buscaremos captar as funções e valores simbólicos com que os objetos e bens eram revestidos ao serem transferidos por meio da terça.

A escolha dos testamenteiros era uma preocupação recorrente nos testamentos e revelava relações de confiança³⁶. Afinal, caberia à pessoa eleita cumprir as disposições testamentárias, providenciando o pagamento das esmolas e missas. Muitas vezes o testador escolhia mais de um testamenteiro. Porém, na prática, em São Paulo apenas um deles seria nomeado pelo juiz para dar andamento aos procedimentos relativos às disposições de últimas vontades. Na maioria das vezes, o cônjuge era indicado como testamenteiro, independentemente de ser o testador homem ou mulher.

Como apontou Alcântara Machado, comumente os testadores chamavam seus testamenteiros de *curadores da alma*, afirmando que o serviço desses consistia em “aliviar, consolar, desobrigar a alma do defunto”³⁷. As justificativas para a escolha desse importante executor de vontades possuíam o mesmo sentido: para que os testadores cumprissem e guardassem da maneira que estivesse disposto no testamento, apostando na confiança que tinham na pessoa escolhida.

Por exemplo, Antão Pires, morador da vila de São Paulo falecido no ano de 1600 com testamento de mesma data, que indicara como testamenteira sua mulher Bárbara Mendes “porque confio que ela fará como eu fizera”³⁸. Ou Violante Cardoso, que ao testar em 1607, determinara tal cargo ao seu marido Pero Madeira, para que “faça por sua alma o que ela testadora fizera pela sua”³⁹. A mesma justificativa foi dada por Paula Fernandes, em 1614, por escolher seu marido Rafael de Oliveira para providenciar o cumprimento de seu último desejo, registrando da seguinte forma: “para que faça por minha alma como eu fizera por ele”⁴⁰

No entanto, indicar o testamenteiro nem sempre significava certeza de que ele cumpriria os desígnios do testador. Como mostrou Alcântara Machado, cabia às autoridades eclesiásticas e judiciárias mandar cumprir as disposições de últimas vontades e tomar conta aos testamenteiros,

36 Sobre o assunto, vide: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo. Editora UNESP, 2009, especialmente o primeiro capítulo, nas páginas 13 – 88 e ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa - Atitudes e Representações – 1700 – 1830*. Lisboa. Notícias editorial, 1997, especificamente as páginas 118 – 121.

³⁷ MACHADO, op. cit. p. 238.

³⁸ Inventário e Testamento de Antão Pires. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p.330.

³⁹ Inventário e Testamento de Violante Cardoso. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, p. 258.

⁴⁰ Inventário e Testamento de Paula Fernandes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, p. 287.

o que faziam “com o máximo rigor exigindo a prova de estarem satisfeitas todas as deixas e determinações. Apesar disso, aparecia de tempos a tempos quem estranhasse o descuido e a frieza que nesta matéria de tanta importância há”⁴¹. Em diversos testamentos por nós estudados, notamos que havia nas averiguações feitas pelos vigários da vila reclamações e ameaças por parte desses exigindo a apresentação de quitações que comprovassem a concretização das cláusulas que direcionavam o bem que deveria ser feito pela alma do defunto. Em alguns desses exemplares os tais comprovantes não foram acostados.

Antão Pires, como vimos acima, confiava que sua esposa cumpriria suas disposições. No entanto, em 1613, quando do falecimento e realização do inventário do segundo marido de Bárbara, declarou o vigário João Pimentel que:

Vi este testamento de Antão Pires e não acho nele certidão nenhuma acostada que se lhe fizesse bem por sua alma conforme ele testou mando a Bárbara Mendes testamenteira que dentro em nove dias dê cumprimento ao testamento do defunto ou acoste certidões com pena de excomunhão(...) ⁴².

Cinco anos depois, em 1618, Bárbara continuava em dívida para com a alma do primeiro marido. Novamente foi notificada, sob pena de mil réis, a acostar quitações. No entanto, o documento termina sem manifestações, nem da viúva, nem do vigário.

Ao que parece, testamenteiros não cumprirem os desejos dos testadores era algo comum. Tanto que as *Constituições Primeiras do arcebispado de Lisboa* ao tratarem dos testamenteiros e da execução dos testamentos iniciam o texto da seguinte forma:

Temos sabido que muitos testamenteiros em grande cargo de suas consciências deixam de cumprir muitos testamentos e legados pios de muitos tempos para cá por negligência e, por outros interesses e ocasiões por cuja causa as almas dos testadores não são socorridas (...) ⁴³

Fosse por causa de outros interesses ou de negligência, os testamenteiros, em certos casos, abandonavam os deveres aos quais haviam sido incumbidos. Para aqueles que não cumprissem as disposições testamentárias sob sua responsabilidade no prazo de um ano e um mês após a morte do testador, a norma eclesiástica previa a pena de excomunhão e o não recebimento de quaisquer prêmios ou benefícios legados pelo moribundo ao testamenteiro por assumir esta função.

⁴¹ MACHADO, op. cit., p. 242.

⁴² Inventário e Testamento de Antão Pires. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, p. 330 – 331.

⁴³ *Constituições do arcebispado de Lisboa assi as antigas como as extrauagantes primeyras e segundas*. - Agora nouamente impressas.... - Lisboa : por Belchior Rodrigues : vendense na rua noua em casa de Ioam Lopez, 1588, p. 65.

Em São Paulo, no entanto, observamos que o descumprimento dos testamentos pelos testamenteiros e familiares, era algo incomum no período estudado, ao contrário do que ilustram as *Constituições Primeiras do Arcebispado de Lisboa*, e, na maioria das vezes em que tal procedimento ocorria, estava relacionado às condições materiais de vida. Como já frisamos anteriormente, um número considerável de pessoas que se declaravam pobres e sem bem algum faziam inventário e testamento. Esses eram casos que abriam espaço para que as disposições não fossem cumpridas. Ou mesmo quando o testador encontrava-se excessivamente endividado, a ponto de não sobrares bens para a partilha após o pagamento das dívidas e as viúvas ficarem em situação de grande penúria. Nestas situações, o cumprimento das disposições somente se efetivava se algum familiar em melhor condição econômica se prestasse a fazê-lo “por amor de Deus”, como se registrava nos documentos.

As preocupações que tomavam conta daquele que fazia seu testamento, na maioria dos casos por temer a morte, estando doente ou em situação de perigo, giravam em torno de uma estratégia de salvação que incluía dispor sobre o corpo, a alma e os bens terrenos. A cultura material revestia-se, então de um novo significado: na hora da morte, objetos e bens poderiam ser instrumentos de salvação, se alcançassem os destinos a eles estabelecidos em testamento.

Claudia Rodrigues observou que a importância do ato de testar, quando analisada por meio das regulamentações estabelecidas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, estava ligada à preocupação da Igreja com motivações de ordem espiritual, bem como de ordem material, como a obtenção de recursos para a realização dos sufrágios, obras pias e funerárias, “recursos estes que assumiam a forma de legados doações e / ou esmolas, representando a materialização dos objetivos sagrados”⁴⁴. A historiadora constatou que no Rio de Janeiro do século XVIII, mesmo em casos de pessoas com posses limitadas testarem, a Igreja poderia ser beneficiada com legados pios, esmolas e doações, já que os testadores determinavam a venda de seus poucos bens para que o valor fosse revertido em gastos com o funeral ou com missas. Além disso, segundo a autora, no século XVIII, teria sido relativamente comum a ocorrência de casos em que o total da terça fora destinada a salvação da alma do testador, “deixando por vezes os herdeiros em grandes dificuldades na hora da partilha em razão de muitos bens serem direcionados para dar conta das determinações soteriológicas do testamento”⁴⁵.

⁴⁴ RODRIGUES, 2005, op. cit. p. 129.

⁴⁵ RODRIGUES, 2005, op. cit., p. 131.

Em São Paulo, diferentemente, observamos apenas um testamento em que se definiu que a terça deveria ser revertida, na sua totalidade, em proveito da alma. Tratava-se de Isabel Fernandes, esposa de Henrique da Cunha, que falecera em 1599, mesmo ano em que escrevera seu testamento⁴⁶. No entanto, cabe observar o seguinte: Isabel deixara esmola a diversas entidades religiosas e se sobrasse algum remanescente, destinava cinco cruzados à cunhada de Domingos Pires, a qual se chamava Maria, e três mil réis a sua filhinha o que deveria ser pago das roupas que ficassem da testadora, bem como nove cruzados à Maria da Costa. Tais doações, destinadas a pessoas conhecidas, seriam também uma forma de “fazer bem pela alma”.

Salvador Pires, irmão de Domingos Pires assinara como testemunha o testamento de Isabel, o que pode ser compreendido como indício de uma possível proximidade entre a testadora e a legatária. Ao recorrermos às *Cartas de datas de Terras e Sesmarias*, descobrimos que em 1598, Henrique da Cunha, João Gago, Domingos Pires e Manuel Godinho requereram junto à Câmara 150 braças de terra para cada, perto do rio Anhangabaú “pelo caminho que vai para Nossa Senhora da Luz em Guarepe”, recebendo cada um vinte e cinco braças na localização indicada. De fato as famílias eram vizinhas já havia certo tempo e conviviam bem⁴⁷.

Garantir a harmonia entre familiares nas partilhas, proteger entes queridos, cumprir obrigações familiares (como garantir o dote da filha através do remanescente da terça) entre outras vontades, podem ser compreendidos como demonstrações de afeto e da importância dos laços familiares ao se definir os derradeiros desejos num documento de grande importância para a alma.

A partir dos testamentos paulistas é possível observar, sob a luz da historiografia que trata das posturas e comportamentos diante da morte, que em meio às sensibilidades relacionadas à morte, estavam presentes aquelas que tangiam à cultura material e laços familiares.

Primeiramente, “descarregar” a consciência era algo necessário para se alcançar uma situação de paz no além mundo e deveria ser feito em vida por meio do testamento. Essa operação, a qual se traduz também por parte de uma estratégia para se alcançar à salvação da alma, incluía organizar, ao menos parcialmente, as condições materiais de vida de entes próximos que ficavam. Para tanto, dispunha-se dos bens, definindo-se aqueles que deveriam receber o remanescente da terça, e, em alguns casos, deixar registradas orientações que informassem acerca

⁴⁶ Inventário e Testamento de Isabel Fernandes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp. 254 – 267.

⁴⁷ *Cartas de datas de terras*. Publicação da Sub-divisão de Documentos Históricos. Departamento de Cultura. 1937. Vol. 1, p. 88 – 93.

de quais bens deveriam ser entregues a pessoas especificadas. Porém, nem sempre essas orientações podiam ser cumpridas. As esmolas, além de ato caritativo, eram uma forma de garantir que certos bens ficassem sob posse de pessoas determinadas ou que lhes fossem entregues.

Os objetos e bens podem ser vistos sob outro prisma, proporcionado pelo significado com o qual eram revestidos no momento derradeiro: eles se transformavam em ferramentas utilizadas nas estratégias de salvação. Acreditava-se que garantir que os bens e objetos legados chegassem ao destino determinado em testamento traria consequências benéficas na passagem para o além mundo.

Aos objetos e bens estavam, por sua vez, entrelaçados sentimentos e afetos em relação aos que ficavam: preocupações com familiares, em garantir sua segurança ou meio de sobrevivência, etc.. Nos momentos derradeiros, diante do desespero e medo da morte, as sensibilidades brotavam em meio às coisas. O espaço marcado fundamentalmente por estes sentimentos era a terça, pois esta representava a parcela do patrimônio destinada ao cumprimento das vontades do testador.

Carla Simone Chamom, em seu artigo que tratou das práticas relacionadas à terça e à tercinha do defunto (a terça da terça estabelecida pela justiça nos casos daqueles que faleceram sem testamento) na Comarca do Rio das Velhas entre 1725 e 1799, constatou que geralmente o testador distribuía sua terça em missas e sufrágios por sua alma, pela de parentes, amigos ou escravos. Mas havia aqueles que reservavam quantias para libertarem escravos, casarem órfãos, assim como outros que deixavam este pedaço do patrimônio para filhos e cônjuges, ou para pessoas que acreditavam ter prejudicado em algum negócio. Na visão da historiadora, “a terça do defunto, enquanto ato de última vontade, é uma estratégia que viabiliza a morte planejada, onde, na passagem deste mundo para o Paraíso se espera ficar o menor tempo possível no Purgatório”⁴⁸. Apesar de haver uma predominância de legados pios nos testamentos produzidos em São Paulo e arredores entre 1590 e 1640, acreditamos que a organização da vida material, bem como das relações familiares, as quais poderiam se tumultuar após a morte dos chefes de família por exemplo, integravam a estratégia de salvação da alma, pois consistiam em atos que sanariam preocupações do moribundo.

⁴⁸ CHAMOM, Carla Simone. “O bem da alma: a terça e a tercinha do defunto nos inventários do século XVIII da Comarca do Rio das Velhas”. IN: **Varia História**. Belo Horizonte, nº 12, Dezembro/ 1993, p. 60.

Ou seja, para a alma ter paz no além, acreditava-se que era necessário deixar a os familiares amparados materialmente e providenciar formas de evitar conflitos que os afastassem. Afinal, essas questões eram tratadas nos testamentos através de diversas recomendações.

Algumas preocupações expressadas pelos moradores da Vila de São Paulo na primeira metade do século XVII em seus testamentos eram recorrentes. As dívidas e os créditos, o prover da vida familiar, bem como a distribuição dos bens são algumas delas, no que se refere aos assuntos relativos à organização de alguns aspectos da vida material e familiar. Quanto às preocupações concernentes às dívidas, João José Reis apontou em seu estudo que essas eram expressas insistentemente nos testamentos do século XIX: “Dívidas antigas, e já esquecidas até pelos credores, eram lembradas na hora da morte”⁴⁹. Ao que parece, este foi um costume que perdurou através da longa duração, pois segundo afirma Jacques Le Goff, a restituição de bens, acreditava-se já no século XIII, era necessária para a libertação da alma do Purgatório, tanto que este se tornou “um regulador da vida econômica cá embaixo no mundo”⁵⁰. Milena Fernandes Maranhão, ao estudar os significados dos conceitos de riqueza e pobreza, tendo em vista o papel das dívidas, constatou que essas viabilizavam alianças necessárias à manutenção do poder e à mobilidade social⁵¹. Dessa forma, mais do que importância econômica, as dívidas contraídas eram fundamentais para o bom posicionamento social do indivíduo e, na hora da morte, havia profunda preocupação em saná-las.

No momento de dispor do patrimônio, o desejo de deixar amparados entes queridos era forte. É o que percebemos ao estudarmos as preferências dos moradores do planalto, através de uma análise quantitativa das opções relativas à escolha de quem receberia o remanescente da terça. Selecionamos para tal estudo os testamentos produzidos entre 1590 e 1640, uma amostra total de 179 documentos, sendo que 106 pertenciam a homens e 73 a mulheres. Nossa amostra comportou homens e mulheres fossem eles casados, solteiros ou viúvos. Acreditamos que mantendo pessoas solteiras na amostra possibilitamos alcançar as preocupações e ou preferências desses em relação aos genitores e às irmãs e aos irmãos.

Observe o quadro:

⁴⁹ REIS, op. cit., p. 96. Salvaguardando as diferenças entre contextos e períodos, achamos válida a referência a presença do costume na Bahia do século XIX para efeito de demonstrar a permanência do hábito na longa duração.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa. Editorial Estampa, 1995. 2ª edição, p. 369.

⁵¹ MARANHÃO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga 1648 – 1682*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000. Vide especialmente capítulos 2 e 3.

Quadro 4: Padrões de escolha referentes ao endereçamento de remanescente de terça nos testamentos produzidos na vila de São Paulo e Santana de Parnaíba entre 1590 e 1640.

Situação ou Receptor do remanescente da terça	Número de Testamentos	Percentual %
Ilegíveis	8	4,46%
Não declarado	50	27,93%
Fins Religiosos	6	3,35%
Esmola para órfã pobre	2	1,11%
Para mãe	2	1,11%
Para irmão	1	0,55%
Para netas	3	1,67%
Para filho e neta	1	0,55%
Para filho	16	8,93%
Para filho e cônjuge	3	1,67%
Para cônjuge	38	21,22%
Para filha e cônjuge	2	1,11%
Para filha	37	20,67%
Para filhos e filhas	9	5,03%
Para a filha, se nascesse menina, senão para a mãe.	1	0,55%
Total de testamentos	179	100%

Fonte: Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital. São Paulo. Tipografia Piratininga. Volumes 1 – 29; e Inventários e Testamentos. Documentos da Seção do Arquivo Histórico. São Paulo. Tipografia do Globo. Volumes 30 – 44.

Em 27,93 dos testamentos o testador não declarou para quem deixava o remanescente da terça (50 de 179)⁵². Tal dado poderia ser indicativo de que a preocupação maior do testador estivesse voltada para o estabelecimento de legados pios. Se considerarmos que era de conhecimento comum à população da vila as divisões estabelecidas nos procedimentos de partilhas e cumprimento de disposições testamentárias, podemos supor que ao escolher não endereçar o remanescente da terça, o testador optava por divisão equitativa entre aqueles que receberiam a herança. Afinal, quando não havia esta declaração, cabia à justiça, após o pagamento dos legados, missas e esmolas, dividir o remanescente, quando houvesse, em partes iguais entre os herdeiros.

Na maioria dos casos foi definido o que chamamos de endereçamento da terça, em 67,59% da amostra (121 casos), escolhendo-se, majoritariamente, para receptor desta os filhos de maneira geral, em 57,02% dos casos (69 de 121). Ao efetuarmos uma separação por gênero,

⁵² A amostra, composta de 179 testamentos, comporta a totalidade dos documentos consultados.

observamos que em 9 de 69, em testamentos não havia essa distinção sendo o remanescente destinado aos filhos independente de ser homem ou mulher. Em 40 testamentos da amostra de 69 optou-se por filhas mulheres (em 2 casos juntamente com o cônjuge vivo e em 1 testamento sob a condição da criança que nasceria ser mulher, senão o remanescente seria encaminhado para a esposa) e em 20 testamentos, foram escolhidos os filhos homens para receber o remanescente da terça (em 3 casos juntamente com o cônjuge vivo e em 1 caso juntamente com uma neta da testadora).

Analisando uma amostra composta por 76 testamentos, Muriel Nazzari observou que de 58 exemplares que pertenciam a pessoas casadas, 60% dos homens deixou o remanescente da terça para suas esposas e 53% das mulheres casadas o deixou para seus maridos. Dessa forma, a autora constatou que a maioria dos testadores casados beneficiava o cônjuge com esta parcela do patrimônio legado. A autora justificou tal prática como “conseqüência do fato de que as esposas traziam para o casamento dotes consideráveis”. Nazzari considerou que o fato de grande parte dos bens do casal ser proveniente do dote da mulher levava os homens a procurar “não limitar a opção da esposa por voltar a casar, por que o legado que fazia não era inteiramente propriedade dele”⁵³. Segundo a interpretação da autora, ao legar para os filhos, tanto pais quanto mães favoreceriam as filhas fêmeas, devido à importância do dote.

A escolha de deixar o remanescente da terça para as filhas poderia se relacionar com a preocupação em prover um dote capaz de conseguir um bom casamento para a descendente, como apontou Muriel Nazzari. Como a família era o meio pelo qual se realizavam as atividades econômicas, o dote e o casamento representavam a engrenagem inicial da empresa produtiva, fornecendo a maior parte dos meios de produção necessários à nova unidade⁵⁴. Conceder um dote a uma filha era um dever dos pais, que implicava nas condições de sua vida material.

No entanto, observamos que entre os 121 testamentos em que o remanescente da terça fora endereçado a cônjuges, filhos homens, outros entes ou finalidades, houve 40 documentos em que o testador tinha filhas mulheres solteiras. Desses 40 casos, em 17 não identificamos a idade das filhas. Em 15 casos elas tinham de 0 a 12 anos e em 8 casos tinham mais de 12 anos. Estes dados apontam para o fato de que nem sempre as filhas mulheres e seus respectivos dotes ocupavam lugar central em meio às preocupações do testador em prover o futuro da família.

⁵³ NAZZARI, 2001, op. cit., p. 55. A análise da autora acerca dos legados encontra-se nas páginas 54 – 57.

⁵⁴ NAZZARI, 2001, op. cit. p.28.

Ainda que fossem privilegiadas quanto ao tamanho do dote em relação à herança a ser recebida por seus irmãos.

Quando a escolha pelos filhos homens era acompanhada de alguma justificativa, esta oscilava entre o agradecimento por bons serviços prestados ou para que o filho escolhido fizesse, com o valor da terça, bem pela alma do testador. Isso apontaria, ao nosso ver, para as finalidades de tal endereçamento, que oscilariam entre uma expressão concreta de gratidão e afeto e a preocupação em prevenir-se, escolhendo alguém confiável para investir o dinheiro da terça no benefício da alma do testador, de maneira a ter expectativa de paz no além.

Na maioria dos casos não houve justificativa. Porém, observamos que em 8 dos 20 testamentos, o genitor que legava só tinha filhos homens, ao passo que somente em 5 testamentos estes filhos homens tinham irmãs e apenas em 2 testamentos tinham outros irmãos. Em 2 casos os recebedores do remanescente eram filhos homens bastardos, os quais não herdariam legítimas. Dessa maneira, o remanescente da terça poderia ser o meio pelo qual o testador tentava amparar materialmente os filhos não considerados herdeiros pela legislação. Em 3 casos o remanescente deveria ser repartido com o genitor que continuava vivo e em 1 caso o recebedor deveria repartir com uma neta da testadora, que era sua sobrinha.

Os cônjuges beneficiavam uns aos outros ao testar (43 de 129 testamentos, sendo que em 5 casos, o remanescente deveria ser dividido entre o cônjuge e os filhos). Em 30 casos o remanescente da terça fora deixada à esposa. Em 12 casos ficara para o marido. Em 1 caso, em que o testamento fora feito conjuntamente por ambos cônjuges, o remanescente deveria ser entregue aquele que estivesse vivo.

Quando os maridos direcionavam o remanescente de suas terças à suas esposas, a justificativa mais presente era de que este valor poderia auxiliá-la na criação dos filhos. Em outros casos, o marido deixava sua esposa como testamenteira e o valor da terça deveria ser usado para fazer bem por sua alma. A mesma situação foi registrada para as esposas testadoras. Tal postura evidencia a preocupação principal do testador, em relação às suas vontades: a destinação de sua alma no além.

A terça era utilizada para prover o bem da alma do testador, acrescentar algo na legítima dos filhos, de maneira a beneficiá-los e agradecê-los e para amparar àqueles que não seriam beneficiados diretamente pela herança deixada. Ou seja, familiares ou pessoas próximas e queridas, as quais não herdariam pela lei, como no caso dos filhos bastardos.

Ao analisarmos os motivos que levavam às escolhas referentes aos objetos e bens destinados por meio da terça, quando estas constam no testamento, observamos a expressão de sentimentos e sensibilidades vivenciados no ambiente familiar. Expressões de gratidão e de amor florescem em meio às preocupações que marcam o momento da redação do testamento. A proximidade da morte fazia os moradores da Vila de São Paulo recordarem suas experiências e acirrar suas preocupações concernentes a seus entes amados.

Em 1623, por exemplo, ao fazer seu testamento, Pedro Nunes declarava:

(...) tenho uma cadeia de ouro de 34\$000[trinta e quatro mil réis], duas cruces de ouro, e um par de pendentes e dois pares de cabacinhas, e três pares de arrecadas de três voltas cada uma, e uma gargantilha que tem seis folhinhas de ouro a modo de coração, e um jarro de prata, e sete colheres, e um garfo, e peço que se não tire de minha filha Maria cousa destas que não tenha outra o que se lhe dará a conta do remanescente da terça (...) ⁵⁵.

As coisas legadas por Pedro à filha eram de alto valor e parte delas havia pertencido à sua mãe, Catarina de Pontes, falecida em 1621. O forte apego à filha transparece no excerto a seguir:

(...) e mando a meus herdeiros não entendam com as ditas coisas que dei a dita minha filha Maria, com pena de minha maldição, que tudo lhe dei em minha vida por ser minha única filha muito amada, para seu casamento e para ajuda de sua vida ⁵⁶.

As coisas deixadas para a filha amada eram para o casamento e para ajuda de sua vida. Para Pedro era importante deixar sua filha bem amparada e protegida, daí a ameaça aos outros herdeiros para não bulir com herança deixada a ela. Ao final do inventário, em 1625, Maria, com apenas 9 anos, tinha uma fortuna de duzentos e oitenta e nove mil réis, montante acentuado para a época, em que a maioria das fortunas somava montemor entre cem e duzentos mil réis.

A gratidão também era manifestada em meio às aflições expostas nos testamentos. Por exemplo, em 1634, ao redigir seu testamento, Catarina de Burgos estabeleceu que o remanescente de sua terça devia ser entregue ao seu marido João Gomes Meireles, “pela boa companhia que sempre me fez em ajudar a criar e ensinar e doutrinar meus filhos que me ficaram como seus próprios”⁵⁷. A ajuda do marido, ao ver de Catarina, foi fundamental na criação de seus filhos e

⁵⁵ Inventário e Testamento de Pero Nunes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 59.

⁵⁶ Inventário e Testamento de Pero Nunes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 59.

⁵⁷ Inventário e Testamento de Catarina de Burgos. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 278.

isso gerou na testadora um sentimento de gratidão, o qual foi demonstrado pelo gesto de deixar o remanescente da terça.

Em alguns testamentos é possível observar um desejo por parte do testador de estabelecer os critérios sob os quais as partilhas seriam realizadas, definindo as pessoas as quais deveriam ser entregues objetos específicos. Vontade essa que às vezes extrapolava a terça, manifestando-se acerca de cada bem possuído pelo testador. Porém, pelas Ordenações Filipinas não era permitido que se procedesse dessa maneira, quando determinada nas cláusulas testamentárias, devendo-se respeitar o quinhão dos herdeiros, cuja divisão era estritamente regulamentada. O desejo do moribundo nem sempre foi atendido nesses casos.

Esse zelo por parte dos testadores, que se preocupavam com o destino de cada um de seus bens revela uma dupla preocupação: ao mesmo tempo em que se afligia em dispor de seus bens com a intenção de ajudar parentes que ficavam vivos, incomodava-se em dar um fim certo aos artefatos que possuía, de maneira a protegê-los. Tal atitude demonstra o sentimento de apego aos bens conquistados em vida. Esse foi o caso do ferreiro João Tenório, o qual analisaremos a seguir, na tentativa de lançar luz sobre essa questão.

Falecido em 1634, com testamento feito no mesmo ano, na vila de São Paulo, João, em seus momentos finais, encontrava-se doente em cama, mas ainda em seu juízo perfeito. Desejando salvar sua alma, pediu que Francisco de Fontes escrevesse e assinasse seu testamento, já que não estava em condições de fazê-lo.

No documento, estabeleceu como seus testamenteiros o cunhado, Pero Fernandes, e seu irmão, Amaro Tenório, parentes próximos em quem confiava. João declarou como herdeiros, além de seu filho legítimo Francisco, um filho (Paschoal) e uma filha (Catarina) que tivera quando solteiro, de mães diferentes. A menina, depois de cumpridos os legados todos, ficaria com o remanescente da terça, para ajudar em seu casamento. Preocupação comum da época, mas que se revela conectada à concepção da figura paterna, enquanto aquele que deve prover a família. Nesse caso, a preocupação, um tanto tardia, talvez pudesse ser fruto de uma vida distante, sem participação direta na vida dos dois filhos, algo que poderia proporcionar culpas a serem sanadas antes da morte.

Até aqui, é possível observar a preocupação com relação aos laços familiares e uma tentativa de organizar, em partes e materialmente, a vida dos filhos deixando-lhes uma herança. Porém, o que o documento nos apresenta de mais surpreendente, observa-se no excerto a seguir:

Deixo que minha tenda de ferreiro com todos os seus aviamentos não se venda nem alheie mas quero e sou contente que havendo quem a alugue lh'a aluguem meus testamenteiros a pessoa a quem quiser alugar na mesma casa para com o rendimento dela pagarem-se minhas dívidas porque assim cresce a fazenda de meus filhos e havendo-se de alugar querendo-a meu irmão Antonio Alves tanto pelo tanto antes a ele que a outrem mas sempre estará em a casa em que está a dita tenda que não quero que se alugue para fora de casa que é minha assim a tenda como a casa⁵⁸.

Primeiramente, é possível ver a tentativa de, mesmo após a morte, organizar e controlar a situação financeira: alugar a tenda seria um meio de obter rendimentos para pagamento das dívidas do defunto, algo que deveria ser feito para descarregar sua consciência, livrando-o da condição de devedor; e fazer crescer o patrimônio dos filhos.

O desejo de manter a tenda na casa, pelo motivo desta ser pertencente ao moribundo, é bastante forte. A preocupação com o bem deixado, o bem do qual se separa pela morte, é notável. Estes objetos eram o meio de trabalho deste homem, a maneira pela qual ele ganhara, durante boa parte da vida, seu sustento. A considerar seu valor monetário, observa-se que era o bem mais valioso que João Tenório possuía, superando ao sítio no qual vivia.

Ter obtido tal bem, certamente lhe representou grandes dificuldades. Voltemos um pouco na trajetória desse personagem para melhor compreendermos a formação de seu patrimônio.

João Tenório, ferreiro, era filho de Maria Tenório e Clemente Álvares. Enquanto criança, João gozava do conforto da casa e fazenda de seus pais, uma das mais ricas encontradas neste estudo, no período de 1580 e 1640. A somatória dos bens do casal, em 1620, quando se fez o inventário devido à morte de Maria, foi de 509\$590 (quinhentos e nove mil, quinhentos e noventa réis).

Sua mãe era filha de Martim Rodrigues Tenório (o mesmo do capítulo anterior) e Suzana Rodrigues. Seu pai era mineiro prático e sertanista, tendo explorado minérios no entorno de São Paulo entre 1588 e 1606, tendo sido responsável pela descoberta de quatorze minas. Ainda em 1634, estava envolvido com os descobrimentos mineralógicos. Ao que se vê, Clemente deveria

⁵⁸ Inventario e Testamento de João Tenório. In: *Inventários e Testamentos*. Vol 9, pp. 319 – 403.

passar longas jornadas distante da família, o que poderia representar um empecilho à sua participação na educação dos filhos, o que era muito comum no período⁵⁹.

Quando a mãe de João falecera, apesar da fortuna considerável dos pais, coubera-lhe de legítima a quantia de 17\$720 (dezessete mil, setecentos e vinte réis), a qual foi paga pelo pai, no ano de 1629⁶⁰. As peças escravas que cabiam aos herdeiros demoraram a ser partilhadas. João teve de requerer junto ao juiz dos órfãos que seu pai realizasse tais partilhas, pois ao que parece, Clemente resistia em entregar os escravos que pertenciam aos filhos. Após o conflito ser levado à justiça, estabeleceu-se que cada órfão receberia seis escravos grandes e seis escravos pequenos.

Ao testar em 1634, João declarou que era herdeiro de sua falecida mãe e ainda estava “por inteirar dos bens de raiz assim chãos como terras”⁶¹, e que também não havia sido inteirado na parte e quinhão nas terras de seu avô Martim Rodrigues, assim como seus outros irmãos.

A fazenda de João somava 166\$600 (cento e sessenta e seis mil e seiscentos réis) e era composta de maneira diversificada. Seus bens de raiz somavam 12\$000 (doze mil réis) em um sítio com casa de taipa de mão e coberta de telha de três lanços, mais uma casa de palha no mesmo quintal, milho e vinha, no qual vivia João. Suas ferramentas e apetrechos de trabalho valiam 32\$100 (trinta e dois mil e cem réis) valor no qual se incluíam sua tenda de ferreiro bem aparelhada com “seu tás e foles com suas biqueiras e tres malhos e dois martelos com outros petrechos e quatro tenazes em quinze mil réis”⁶², ferramentas de carpintaria e agrícolas. João possuía muitas armas e aparatos defensivos: uma escopeta de seis palmos que valia oito mil réis, uma de quatro palmos avaliada por sua vez, em cinco mil réis, um talim que valia oitenta réis, um frasco de osso que servia de botar pólvora e fora avaliado em trezentos e vinte réis, uma coura de anta guarnecida com fitas e forrada de tafetá azul, avaliada em dez mil réis e um gibão de armas de pano, já usado, que valia dois mil e quinhentos réis, um terçado de cavalgar com tiracolo avaliado em dois mil, quinhentos e sessenta réis.

Sua casa, ao que parece, era equipada como muitas outras da vila. Os móveis humildes, avaliados em 5\$800 (cinco mil e oitocentos réis) consistiam em um bofete, um espelho de vestir

⁵⁹ Sobre a ausência masculina nos domicílios, veja: DIAS, M. O. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª Ed. Revisada. São Paulo, Brasiliense, 1995, especialmente o primeiro capítulo; LIMA, I. R. M. *O fio e a trama. Trabalho e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2006.

⁶⁰ Inventário de Maria Tenória. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 44, pp. 9 – 45. Cabe observar que a data de abertura do inventário consta de 1620. No entanto, as partilhas e algumas quitações constam de 1629.

⁶¹ Inventário e Testamento de João Tenório. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 321.

⁶² Inventário e Testamento de João Tenório. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 337.

dourado, um colchão de lã grande e uma rede velha. As alfaias presentes no domicílio eram poucas: um cobertor branco usado, o qual valia dois mil quinhentos e sessenta réis, uma fronha de travesseiro e sua renda e uma almofadinha rota que foram avaliadas em quatrocentos e oitenta réis, um lençol de pano de algodão que custava seiscentos e quarenta réis, uma toalha de mesa nova com franjas avaliada em oitocentos réis e, por fim, quatro guardanapos de pano de algodão usados que valiam juntos cento e sessenta réis.

Os utensílios eram poucos, mas pareciam suficientes para a pequena família: um castiçal velho, avaliado em cento e sessenta réis poderia portar velas que iluminassem o ambiente da casa, uma bacia de latão que valia trezentos e vinte réis poderia ser usada na limpeza deste espaço ou para outras diversas finalidades, o tacho de cobre de seis arráteis e meio, no valor de dois mil e oitenta réis, certamente era utilizado na preparação das refeições, que poderiam ser servidas nos quatro pratos de estanho, que valiam junto com outro prato de meia cozinha, mil cento e vinte réis.

As roupas e objetos de uso pessoal demonstram a preocupação com sua aparência. Ele possuía três chapéus e três sapatos, uma touca, uma escova com cabo de marfim, ceroulas de pano de linho e algumas de pano de algodão, uma camisa de linho, um “ferragoulo pequeno pardo bandado a cinco bandas de perpetuana vermelha”, uma roupeta velha de pano azul, “uma roupeta de damasco negro amendo usada, meias de seda negras usadas, meias de seda verde mar usadas⁶³.

De maneira geral, a maior parte do patrimônio de João era composta pelas muitas ferramentas, armas (que somavam vinte e nove mil e cem réis) e pelos muitos créditos que acumulava através de sete devedores: um total de quarenta e um mil, trezentos e quarenta réis. O patrimônio de João, apesar das 27 peças escravas, não comportava grandes riquezas, quando estreitamos o olhar e focamos nos objetos com que se cercava em seu cotidiano.

João morreu na expectativa de ser inteirado da herança de sua mãe e avô, afinal estes quinhões poderiam significar um aumento do patrimônio e de suas possibilidades de multiplicação. Talvez, por esse mesmo motivo João se mostrasse tão preocupado com o destino de sua tenda de ferreiro. Afinal, ela deveria ter sido o principal meio de ampliar sua fazenda durante toda vida.

⁶³ Inventário e Testamento de João Tenório. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 9, p. 329.

A preferência dada ao irmão para que alugasse a tenda aponta, ao nosso ver, para o desejo de proteger o conjunto de objetos, depositando-os junto a um parente próximo, que, mesmo no caso de não ser de total confiança, poderia estar sob a fiscalização dos testamenteiros.

Apesar do apego do defunto e de sua recomendação, a tenda foi vendida em leilão em praça pública, sendo retirada de seu local original, saindo dos cuidados dos familiares de João. Como o bem não havia sido legado em terça aos herdeiros e como estes eram menores, a legislação determinava sua venda. A estratégia de sugerir o aluguel da tenda para tentar mantê-la em seu devido lugar não funcionara devido aos dispositivos legais que regulamentavam o cumprimento do documento no qual se dispunham as derradeiras vontades do testador.

As esmolas representavam uma forma de legar muitas vezes usada para favorecer parentes distantes, amigos ou filhos ilegítimos. Doar algo em caráter de esmola representava ao mesmo tempo uma forma de auxílio aos necessitados, algo significativo para as funções espirituais do testamento, e uma forma de garantir que objetos ou bens específicos chegassem a pessoas determinadas ou que não saíssem de sua posse⁶⁴. Como na disposição de últimas vontades de Mécia da Penna e Álvaro Neto, o velho, tratadas no capítulo anterior, em que determinavam que tudo que haviam dado para Pascoal Neto, filho bastardo de Álvaro, o haviam feito em caráter de esmola, o que garantia que os objetos e bens permanecessem com o mameluco.

Igor Renato Machado de Lima tratou, de maneira breve, das práticas relacionadas à esmola na sociedade que se formava no Planalto Piratiningano, no período de 1554 a 1640. O historiador ressaltou que as mulheres senhoriais participavam de redes de doações de esmolas para a ajuda dos necessitados, na expectativa de que dessa forma conseguissem alcançar a salvação de suas almas e observou que essas ações caridosas também se voltavam para o auxílio de familiares, como sobrinhas, cunhadas e filhas ilegítimas⁶⁵.

De maneira geral, na maior parte dos testamentos, as esmolas eram direcionadas aos santos, às igrejas, aos mosteiros e às irmandades e confrarias⁶⁶. Também eram assim chamados os pagamentos feitos a estas instituições pelos enterramentos, acompanhamentos e missas. Nossa

⁶⁴ Milena Fernandes Maranhão, com a finalidade de compreender as formas, indicadas nos testamentos, de se mencionar e caracterizar a pobreza, realizou uma interessante análise das esmolas determinadas em testamentos produzidos na segunda metade do século XVII. Vide: MARANHÃO, op. cit., especialmente as páginas 243 – 267.

⁶⁵ LIMA, op. cit. O autor desenvolve o tema entre as páginas 79 – 85.

⁶⁶ Alcântara Machado, apontou que entre as confrarias e mosteiros os mais beneficiados como legatários foram os frades de São Bento e do Carmo. Vide MACHADO, op. cit., especialmente o capítulo “Em face da morte” nas páginas 223 – 243. Pelas nossas fontes pudemos observar que os legados destinados a instituições religiosas eram variados, consistindo em dinheiro, animais, gêneros alimentícios, panos, toalhas para o altar de santos, etc.

análise incidirá apenas sobre as esmolas doadas a pessoas, com o intuito de captar as intenções desse ato donativo, bem como os beneficiados por ele, para tentar compreender a esmola enquanto dispositivo, no interior da terça, que fazia correr objetos, bens e quantias em dinheiro pelas redes de sociabilidades e pela sociedade no geral, estendendo a ação e influência do testador.

Doar esmolas por meio da terça era prática muito comum na Vila de São Paulo. Ao analisar 171 testamentos produzidos entre 1592 e 1640, pudemos observar que em 140 havia determinação dessas doações, ou seja, em 81,87%. Isso, sem considerar o seu endereçamento. Outros 31 (18,13%) não destinavam esmolas⁶⁷.

Nos testamentos em que não havia determinações referentes a este ato caritativo, por vezes, constavam pedidos de grande número de missas, e ou outras disposições que tomariam parte muito grande do volume da terça, quando não a gastariam por inteiro. Por exemplo, Maria de Oliveira, moradora em Santana de Parnaíba, falecida em 1628, com testamento redigido em 1627, deixou toda sua terça ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, da vila de São Paulo para o seu enterramento⁶⁸. Já Manuel de Alvarenga, também morador em Santana de Parnaíba, falecido em 1639, com testamento do mesmo ano, por saber que sua terça seria tão pequena quanto seu espólio, pediu para o vigário que fizesse seu enterramento “pelo amor de Deus”, ou seja, sem custos⁶⁹.

Nos 140 testamentos em que se registraram estes donativos, um total de 108 os destinava para instituições religiosas e santos. Em 21 deles, o testador dividiu estas doações entre santos e suas respectivas instituições religiosas e pessoas, e 11 as destinavam a pessoas. Dessa maneira, trabalharemos a seguir com análises realizadas a partir de 32 testamentos e nos referiremos a partir de então às esmolas endereçadas às pessoas.

As esmolas, muitas vezes, consistiam em quantias em dinheiro, ou equivalentes, como pano de algodão, usado comumente enquanto moeda de troca na vila de São Paulo, ao longo do século XVII⁷⁰. Em 12 testamentos identificamos esse tipo de donativo. Em alguns casos o auxílio era composto por peças de roupas, como observamos em 13 casos. Às vezes, também, o testador optava por doar gado através desse dispositivo de caridade. E em alguns casos, as esmolas

⁶⁷ A amostra inicial era de 179 testamentos. No entanto, devido à existência de trechos ilegíveis, não pudemos afirmar, com certeza, se havia ou não determinações referentes à doação de esmolas em 8 exemplares.

⁶⁸ Inventário e Testamento de Maria de Oliveira. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 13, pp. 149 – 152.

⁶⁹ Inventário e Testamento de Manuel de Alvarenga. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 14, pp. XXV – XXIX.

⁷⁰ Para maiores informações, veja o capítulo “O dinheiro e os sucedâneos” In: MACHADO. Op. cit., p. 149 – 158.

consistiam em altos valores, compostos pela seleção de diversos objetos e bens, pois eram dirigidas a filhos ou netos bastardos, que não herdariam na fazenda do testador.

Assim, por exemplo, fez Francisco Rodrigues Barbeiro, morador na vila de São Paulo, que faleceu em 1624. Em seu testamento, datado de 1623, Francisco fez constar

declaro que houve uma filha por nome Isabel de uma negra da terra minha a qual não é minha herdeira a deixo em sua liberdade como forra livre e isenta que é e querendo a dita Isabel depois de meu falecimento estar com alguma das ditas minhas filhas o poderá fazer pedindo a qualquer que em sua companhia a tiver lhe dê bom tratamento porque nisto hei por desenganada minha alma declaro que esta dita minha filha Isabel bastarda acima dita tem uma filha por nome Marta a qual deixo de esmola vinte cruzados digo dez e assim lhe deixo mais a dita menina por nome Marta terá / digo chãos para uma casa os quais estão nesta vila para um lanço de casas (...) e declaro que isso deixo por esmola a dita menina para ajuda de seu casamento e o tomo em minha terça e os dez cruzados se lhe darão do melhor parado de minha fazenda os quais se entregarão a Aleixo Jorge e assim os chãos para que quando for tempo e a dita menina casar lh'os entregue e peço ao dito Aleixo Jorge que quando vier tempo tome a dita menina e a recolha em sua casa para que daí case e isto peço pelo amor de Deus.⁷¹

Na tentativa de melhorar as condições de vida da neta, o barbeiro deixara preparado um dote para a menina e escolhera para ela um tutor de sua confiança: Aleixo Jorge, que fora também indicado para ser testamenteiro juntamente com o genro Francisco Preto e o filho do moribundo, chamado Francisco Rodrigues, assim como o pai. O testador pedia em suas cláusulas de últimas vontades que Aleixo recolhesse Marta em sua casa, cuidando dela “pelo amor de Deus” para que de lá saísse casada.

A preocupação do avô e seu desejo de amparar a neta bastarda não foram concretizados. A menina, na época das partilhas já era falecida. A terça, cujo remanescente não havia sido destinado a ninguém específico, foi dividido entre os herdeiros de Francisco.

Independentemente do que fosse selecionado pelo testador para compor a esmola, esta, de maneira geral possuía duas destinações: ajudar aos pobres por caridade cristã (conhecidos e previamente indicados ou desconhecidos a serem indicados pelo vigário da vila ou identificados entre os mais pobres da região); ou auxílio e ou agrado aos familiares e pessoas próximas. De

⁷¹ Inventario e Testamento de Francisco Rodrigues Barbeiro. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, p. 165.

qualquer maneira, ambas podem ser vistas enquanto parte de uma estratégia para o alívio das culpas da consciência, a fim de se alcançar o paraíso.

Maria da Gama, personagem de uma das tramas que analisamos no capítulo anterior, próxima de falecer em 1624, ao dispor de sua terça, pediu que mandassem rezar missas pela alma do pai e da avó⁷². De acordo com João José Reis, baseado nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, a função das missas seria reduzir o tempo passado no Purgatório ou aumentar a glória daqueles que já se estivessem no paraíso. As missas fúnebres, na visão do historiador, “eram um aspecto importante da economia material e simbólica da Igreja, que recomendava enfaticamente a suas ovelhas que provassem sua devoção deixando em testamento quantas missas pudessem pagar”⁷³.

Ao definir as esmolas, Maria pediu que “o meu manto e saio e saia e calçado e gibão e toalha de cabeça e as minhas camisas deixo tudo de esmola a Inês mameluca que está em minha casa”. Assim como determinado, Diogo Mendes, viúvo e testamenteiro de Maria, entregou os itens encomendados a João Paes, em cuja casa se encontrava a mameluca⁷⁴. De maneira semelhante, em 1615 Felipa Vicente deixava “de esmola a uma moça mameluca que tenho em casa dez cruzados chama-se Joana”⁷⁵.

Já Pero Nunes, ao falecer em 1623, deixava dois mil réis de esmola à sua cunhada, mulher que foi de João de Calyx, e a mesma quantia a cada uma de suas duas filhas. Se a mãe das meninas fosse falecida, a esmola à ela destinada deveria ser repartida entre as meninas. Juntamente, Pero pedia que fossem entregues dez cruzados (quatro mil réis) a mais pobre órfã da Vila⁷⁶. Ao mesmo tempo em que favorecia a familiares, este testador favorecia a uma desconhecida.

A terça, enquanto espaço da vontade do testador, permitia a esse garantir amparo aos entes queridos, destinando-lhes objetos, bens ou mesmo quantias em dinheiro ou moeda corrente, fosse por meio do remanescente ou por meio das esmolas legadas. Dessa forma, a parcela do patrimônio da qual o testador dispunha livremente pode ser compreendida como um mecanismo

⁷² Jacques Le Goff tratou da importância das orações para a libertação das almas do purgatório a partir da obra *A divina Comédia* de Dante Alighieri, produzida no início do século XIV. Veja: LE GOFF, op. cit., especialmente as páginas 416 – 418. Com as devidas ressalvas relativas às diferenças de contextos, cremos que a referência seja válida a título de explanação da dependência que se acreditava terem os mortos das orações e missas.

⁷³ REIS, op. cit. p. 205.

⁷⁴ Inventário e Testamento de Maria da Gama. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, pp. 199 – 212.

⁷⁵ Inventário e Testamento de Felipa Vicente. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, pp. 423 – 447.

⁷⁶ Inventário e Testamento de Pero Nunes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 6, pp. 49 – 158.

do qual os moradores de Piratininga faziam uso para dispensar ajudas ou agradecimentos àqueles que não se beneficiariam diretamente da herança partilhada ou acréscimos aos bens deixados para herdeiros. O ato de legar algo por meio da terça, se apresenta ao historiador envolvido em justificativas e expressões que deixam transparecer os sentimentos do testador. O testamento, enfim, permitia que as sensibilidades afloradas pelo temor da morte, especialmente as preocupações com entes queridos fossem expressas em palavras e, muitas vezes, sanadas em gestos.

3.3) A circulação das vestimentas: valores e representações

Muitos objetos e bens eram colocados em circulação por meio das últimas vontades estabelecidas em testamento, conforme comentado no item anterior. Animais para multiplicação e conseqüente criação de rebanhos, quantias em dinheiro, terras, escravos, entre outros eram passados para familiares e amigos por meio da terça e de esmolas. Dessa forma, contemplavam-se entes queridos e, principalmente, programava-se e garantia-se a entrega de quinhões àqueles que não seriam beneficiados nas partilhas. Mas, para além dessas delicadas tramas, nas quais se decidiam os destinos de filhos legítimos e ilegítimos, bem como se estabeleciam meios para que estes pudessem construir um patrimônio, os objetos e bens destinados a pessoas específicas tornavam-se uma forma de expressar agradecimentos e afetos.

No período estudado, uma categoria de bens se destacou por circular intensamente por força das disposições testamentárias: as vestimentas. Fosse através de esmolas ou por meio das disposições da terça, davam-se essas peças, geralmente, a familiares e pessoas conhecidas. Tais doações eram fortemente marcadas por questões relativas ao posicionamento social dos indivíduos. As roupas eram passadas em testamentos segundo o que cada recebedor representava na sociedade local: aos familiares mais próximos eram direcionados itens representativos de luxo e distinção, ao passo que aos escravos e agregados destinavam-se peças comuns, de algodão da terra. Isso se relacionava de forma direta às funções que a indumentária assumia nessa sociedade portadora de características de Antigo Regime.

Buscaremos nesta parte de nosso estudo compreender as funções exercidas pelas vestimentas em São Paulo na primeira metade do século XVII, tendo em vista que esta era uma sociedade com características de Antigo Regime, a qual se instalava num ambiente repleto de

peculiaridades e carestias, marcado ainda pelo intenso e renovador contato cultural com etnias diversificadas, mais especificamente a indígena, no momento estudado.

Pretendemos traçar um quadro geral da indumentária utilizada no cotidiano e as peças luxuosas ostentadas em eventos que congregavam a população do Planalto, como as missas dominicais e as procissões religiosas. Para tanto recorreremos à descrição das roupas registradas nos inventários, contrastando-as com aquelas presentes em obras historiográficas sobre o tema do costume. cremos que este seja um importante passo para que possamos pensar questões como origem das peças, materiais nelas empregados, entre outros, para refletir acerca das avaliações que se faziam dessas vestimentas e de que maneira essas poderiam refletir os valores simbólicos que impregnavam esses artefatos na sociedade em questão.

Alcântara Machado, ao se debruçar sobre o vestuário dos “paulistas de antanho”, constatou que no “desamparo e miséria da colônia”, todos se vestiam “pobrememente, por figurinos desuetos”⁷⁷. Ao seu ver, o pano de algodão da terra, além de moeda corrente, era a matéria-prima principal das vestimentas dos colonos do planalto. Pela nossa leitura dos inventários e testamentos, cremos que o historiador cobria-se de razão. Muitos dos itens descritos são caracterizados por sua matéria-prima, no caso, o tipo de tecido utilizado na confecção.

O pano de algodão era de uso comum para se fazerem tanto alfaias quanto roupas, fosse cru ou tingido. Apesar da grande maioria das vestimentas ser desta matéria, existiam vestidos mais sofisticados, de tecidos diversos, provenientes de vários lugares. Como por exemplo, a *olanda*, que seria “certa lençaria de várias castas”, havendo *olanda fina* e “fina atacada, ordinária, grossa, riscada, e frizada, larga e *olanda dita com seda*”, a qual, segundo Braudel, servia para fazer lençóis e roupa interior⁷⁸; a *olandilha*, que era “pano de linho engomado, com que costumam forrar vestidos, etc”. De acordo com Bluteau, “as olandilhas mais nomeadas são as olandilhas de canequins, de jórís, de cores com festo; olandilha fina encarnada, olandilha de Hamburgo somenos, e olandilha fina de vinte em corja”⁷⁹.

Havia também a *baeta*, que era “pano de lã a que, ou com o uso ou com instrumentos se levanta o pelo”. As *baetas* poderiam ser identificadas por seu local de origem, como a *baeta de*

⁷⁷ MACHADO, op. cit. p.94.

⁷⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV – XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. 1: As estruturas do cotidiano, p. 289.

⁷⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>. Consultado em 30/10/2012. Vol.6, p. 53.

Inglaterra ou por seus diversos tipos: a castelete, tecida com cinquenta e quatro fios, baeta de cosal, baeta de conta nova, baeta imperial, entre outros. Nos inventários estudados não há meios de identificar a presença dessa diversidade, pois os tecidos de baeta são descritos como tal, sem maiores adjetivações. De acordo com Gilda Chataigner, a baeta seria um tecido de lã felpudo, o qual na atualidade estaria quase extinto⁸⁰.

Os derivados da seda eram recorrentemente empregados nas roupas mais caras e luxuosas. Por exemplo o damasco, tecido em seda com lavores, que recebera este nome por ser invenção original da cidade de Damasco, situada ao pé do Monte Líbano, mas que poderia apresentar variantes provenientes da Índia, da Itália ou de Castela. Ou o tafetá, pano leve de seda que, de acordo com Bluteau recebe este nome “pela figura onomatopéia, do ruído *tif taf* que faz o que anda vestido desta seda”⁸¹. Este tecido fino, pelo que se observa nos inventários dos piratininganos, era utilizado mormente na confecção de saios, saias, calções, gibões e roupetas.

O saio era uma espécie de “colete sem mangas (...) que vestindo-se nos braços não tem quartos dianteiros, e dos quartos traseiros pende uma cauda de quatro ou ao menos dois quartos até o chão”. Segundo a definição encontrada no dicionário, os de dois quartos indicavam maior enfeite e os de quatro, maior modéstia. As mulheres nobres usavam esta peça, que cobria as costas somente com um bico para trás, e na frente chegava até a cintura. As mangas usadas com o saio eram abertas até o punho e algumas possuíam um bolso no cotovelo. No caso das mulheres do povo, ou no dizer de Bluteau, “ordinárias”, o saio era a modo de um casacão e as mangas eram do mesmo feitio.

Os calções cobriam o corpo dos homens da cintura até os joelhos. Essa peça do traje masculino era registrada nos inventários por nós estudados sem muitas especificações além dos tecidos de que eram feitos e das cores. A única adjetivação que acompanhou o termo que designava a peça de roupa, em poucas vezes, foi *golpeado*, o que indicava um tipo específico de confecção na qual são feitas aberturas no tecido da peça para que o forro apareça e dê volume ao calção.

O gibão, por sua vez, era uma peça presente nas vestimentas de homens e mulheres, que cobria o tórax, da altura do pescoço até a cintura e era usado por cima da camisa (vestidas por

⁸⁰ CHATAIGNIER, Gilda. Fio a fio: moda e linguagem. São Paulo. Estação das Letras Editora, 2006, p. 137.

⁸¹ BLUTEAU, op. cit., Damasco: Vol. 3, p. 6; Tafetá: Vol. 8, p. 15.

homens e por mulheres). Já as roupetas, consistiam em casacas curtas, as quais eram usadas sem capa pelos homens ⁸².

Não houve registro de roupas em todos os inventários. Analisando nossa amostra composta por 130 documentos, observamos que constavam artefatos dessa categoria em 113 exemplares, o que corresponderia a 86,92% da amostra.

Todas as pessoas deveriam possuir alguma peça de roupa, como observado no capítulo primeiro, tendo em vista a necessidade de cobrir o corpo nessa sociedade. Essa margem de quase 15% de ausência dessa categoria de bens nos inventários poderia ser indicativa de diversas possibilidades. Cabe lembrar o fato de que muitos ocultavam bens no momento de se realizar o inventário, fosse do cônjuge ou de outro familiar com o qual se dividia o espaço domiciliar. Tal prática ilícita certamente distorce os números analisados. No entanto, para além da ocultação de objetos, é necessário considerar outras hipóteses.

Cada habitante acumulava poucas peças para o uso cotidiano. Ao falecerem, muitos eram enterrados com as roupas que possuíam, daí o não registro desses itens nos inventários. Não cremos que as condições desses objetos, no período estudado, se velhos ou rasgados, os impedissem de serem inventariados. Afinal, houve diversos casos nos quais roupas foram registradas nessas situações, como veremos a seguir um exemplo.

No inventário de Diogo de Souza, morto sem testamento em 1628, constava: calção e roupeta de estamenha pardo, avaliado em oitocentos réis, meias velhas pretas de seda, em cento e vinte réis, um chapéu velho, em trezentos e vinte réis, um gibão de taficira, em seiscentos e quarenta réis, um catre, que era seu objeto mais valioso, em mil cento e vinte réis, sapatos de homem de cordovão, em duzentos réis e uma tesoura, em quatrocentos réis⁸³. Esses foram todos os bens registrados no inventário. Não havia casas, roças, tampouco benfeitorias em terras alheias. A tesoura era a única ferramenta no inventário. Seria alfaiate? Pode ser que sim, afinal, o filho de Manuel Francisco lhe devia novecentos e sessenta réis de abotoaduras de um fato.

Diogo era casado com Leonor Esteves, com a qual tivera duas filhas: Inês, de quatro anos e meio, mais ou menos, e Beatriz, de um ano e meio. Pelo que se vê no documento, Leonor ficara viúva, grávida e endividada: o falecido devia quase vinte mil réis a cinco pessoas diferentes.

⁸² BLUTEAU, op. cit. Calções: Vol. 2, p. 52, Gibão: Vol. 4, p. 69, Roupetas: Vol. 7, p. 387.

⁸³ Inventário de Diogo de Souza, In: Inventários e Testamentos. Vol. 7, pp. 361 – 369. Estamenha era um tecido de lã, fiado ao tufo, e taficira era um pano da Índia, pintado de cores em listras e ramos, semelhante às chitas, de acordo com Raphael Bluteau. Vide: BLUTEAU, op. cit. Vol. 3, p. 306 e Vol. 8, p. 235, respectivamente.

Mas, além dessas dívidas, houve no inventário o registro de uma interessante contenda: o gibão de taficira que constava entre as vestes do defunto não era seu. Ele havia emprestado a peça de Bernardo de Sanches, o qual permitiu que fosse lançada em inventário “pela não querer aceitar de princípio entendendo que lho pagassem porquanto estava danificado por o trazer vestido o dito defunto e o matarem com ele vestido”⁸⁴.

Nesse curto caso, podemos observar que itens danificados eram inventariados, às vezes sem constar qualquer menção à avaria. Afinal, uma roupa possivelmente rasgada, suja ou manchada de sangue fora inventariada e levada a leilão. Além disso, ao que parece, roupas também circulavam entre conhecidos por meio de empréstimos. Bernardo aceitou a peça de volta após essa ter ido à praça, para ser leiloada, e não ter sido vendida, pois “não havia donde se pagasse por não haver fazenda para isso”⁸⁵. Ao final do inventário, não foram feitas partilhas, por ser a fazenda pouca e as dívidas muitas.

As descrições desses artefatos nos inventários variavam bastante, no que diz respeito à sua apresentação. Assim como aquelas feitas para as casas, trabalhadas no primeiro capítulo, conforme aumentava a sofisticação e o luxo da peça de vestimenta, maiores detalhes eram fornecidos e registrados. Das camisas, peças bastante comuns, na maioria dos casos feitas de tecido de algodão da terra, passava-se às saias com barras bordadas ou em veludo, feitas em tecidos finos, provenientes do Reino, de Londres ou de outras regiões européias, e portavam colchetes de prata sobredourada, fitas e passamanes.

Desde muito cedo, como afirmou Marco Aurélio Drummond, a indumentária do português se caracterizou pela incorporação de tecidos, cores, modelos e ornamentos provenientes das diversas regiões com que Portugal mantinha vínculos comerciais. Dessa forma, a vida cortesã que se desenvolvia na Europa influenciava fortemente a sociedade portuguesa no que dizia respeito às primeiras transformações do consumo efêmero relativo a artigos de luxo e moda, ainda no século XVII⁸⁶. De acordo com Braudel, a moda seria aparentemente livre nas suas ações, seu caminho estaria traçado de antemão e o leque de suas opções, afinal, seria limitado. Pelos seus mecanismos, ela dependeria das transferências culturais das regras de sua

⁸⁴ Inventário de Diogo de Souza, In: Inventários e Testamentos. Vol. 7, p. 366.

⁸⁵ Inventário de Diogo de Souza, In: Inventários e Testamentos. Vol. 7, p. 366.

⁸⁶ DRUMMOND, Marco Aurélio. *Indumentária e cultura material: produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711 – 1750)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

difusão. “E uma difusão deste gênero é lenta por natureza, ligada a mecanismos, a pressões”⁸⁷. As preponderâncias políticas, segundo o historiador, não afetariam imediatamente o reino das modas. Haveria descompassos, lacunas, lentidões e aberrações.

No ambiente colonial, especificamente em São Paulo, as modas não pareciam circular tão intensamente quanto na Europa⁸⁸. Evidência disso seria o fato de que, às vezes, as roupas eram passadas de pais / mães para filhos / filhas, de tios / tias para sobrinhos / sobrinhas, ou para outros parentes e amigos, como se vê por meio do estudo dos testamentos.

Luiz Furtado, por exemplo, morador na região de Urubuapira, termo da vila de São Paulo, era irmão de Leonel Furtado, que foi o tronco da família Furtado citado na genealogia de Silva Leme⁸⁹. Ao testar, em 1636, mesmo ano em que falecera, legara peças de seu vestuário aos três filhos homens que tinha, Luis Furtado, de 17 anos mais ou menos, Pero Furtado, de 16 anos mais ou menos, ambos filhos legítimos tidos com a segunda mulher de Luiz, e Manuel, filho bastardo tido de uma moça solteira do gentio da terra.

A Manuel, mameluco, do qual o documento não informou a idade, Luis deixou uma esmola no valor de dez mil réis em dinheiro e um vestido usado de pano verde composto por roupeta e calção. O vestido, já envelhecido pelo uso, fora avaliado no inventário por dois mil e quinhentos réis.

Os outros dois filhos, também agraciados em testamento, receberam peças que, apesar de não avaliadas em inventário, cremos serem de alto preço. Luiz recebera pelo legado do pai um vestido de baeta usado, um rapaz da terra, uma espada, cinto e talabarte com ferragem de prata. Pero, por sua vez, ganharia um rapaz da terra, um ferragoulo e roupeta de baeta nova⁹⁰. Roupas, peças escravas e armas foram legadas aos filhos pelo pai. Tanto as vestimentas quanto a propriedade de peças escravas eram elementos que contribuía para tornar visível e definir o

⁸⁷ BRAUDEL, op. cit., p. 291.

⁸⁸ Sobre a questão das modas características de cada região européia e as influências que trocavam entre si ver: KOLER, Carl (1825 – 1876). *História do Vestuário*. 3ª ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2009; BOUCHER, François. *História do vestuário no Ocidente das origens aos nossos dias*. Tradução de André Telles. São Paulo. Cosacnaify. 2010, especialmente capítulos XVII, XVIII e IX, entre as páginas 153 – 256; e LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. Capítulo final por Christina Probert. São Paulo. Companhia das Letras, 1989, especialmente capítulos 4 e 5, entre as páginas 74 – 125.

⁸⁹ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. São Paulo. Duprat, 1903 – 1905. 9 Volumes. Vol. 8, p. 445. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/>. Consultado em 31/10/2012.

⁹⁰ Testamento e Inventário de Luiz Furtado. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 11, pp 137 – 265. Os legados doados aos filhos legítimos não constavam no testamento, que possuía trechos ilegíveis. Encontramos a informação em meio às demandas e querelas surgidas no processo de partilha.

lugar do indivíduo na sociedade. Já as armas, eram necessárias para o apresamento dos índios e para as atividades ligadas à guerra.

Ao que parece, Manuel não pode desfrutar dos benefícios do legado herdado. Em 1637, Leonel Furtado, irmão do falecido e nomeado curador dos órfãos, procurou o juiz para saber o que deveria fazer com a esmola a ser entregue a Manuel. Além disso, requereu que fosse ressarcido do dinheiro que havia gastado com o menino, provavelmente em seu período de doença. O ouvidor geral da repartição sul, tomando ciência do caso, ordenou a Leonel que entregasse o dinheiro à mãe do garoto, ou aos parentes mais chegados.

Luiz Furtado, filho de Cosma Mendes também não teve boa sorte. Munido da espada, cinto e talabarte deixados pelo pai, o jovem se dirigiu ao sertão, talvez na expectativa de conquistar índios e iniciar a construção de seu próprio patrimônio. Lá foi assassinado. Sua mãe, em 1638, requereu ao juiz que mandasse o curador Leonel lhe entregar os bens que pertenciam a Luiz, pois era a única herdeira deles.

Em 31 testamentos de uma amostra composta por 179, escritos entre 1590 e 1640, pudemos acompanhar a expressão de vontades que envolviam a entrega de roupas e jóias a pessoas específicas. Tal volume seria indicativo da frequência com que ocorria esse tipo de transmissão, pelas cláusulas de últimas vontades. No entanto, cabe frisar que nos processos inventariais, ao ocorrerem as partilhas, as roupas dos defuntos eram entregues aos seus herdeiros, se a estes fosse possível usá-las. Se os herdeiros fossem menores, não obstante, as roupas eram levadas à praça para serem leiloadas, fossem peças comuns ou de luxo.

Definimos por peças de luxo aquelas que, não apenas raras, eram valiosas e carregavam signos de distinção, fosse pela dificuldade de acesso a essas peças, ou pela sua origem diferenciada, ou mesmo pelas matérias-primas empregadas em seu feitio. Ou seja, eram itens a que poucos tinham acesso e que garantiam a seus donos ostentar através de seu uso, uma posição social diferenciada⁹¹. Afinal, como nos mostrou Camila Borges da Silva, a indumentária, no Antigo Regime, atuava como um elemento de demarcação de posições sociais⁹².

⁹¹ Pensamos o luxo da mesma perspectiva adotada por Fernand Braudel, ao analisar os elementos da vida material que integravam o supérfluo e o costumeiro no cotidiano. Vide: BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV – XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1995. Vol. 1: As estruturas do cotidiano, especificamente as páginas 161 – 164.

⁹² SILVA, Camila Borges da. *O símbolo Indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2009. Veja especialmente a introdução e segundo capítulo.

João do Prado, falecido em 1597, no mesmo ano em que escrevera seu testamento, possuía origem nobre em Portugal. Natural da praça de Olivença, da província do Alentejo, ele teria vindo nos princípios da povoação da capitania de São Vicente, “com muitos outros nobres povoadores na companhia do donatário Martim Afonso, pelos anos de 1531”. Em São Vicente, se casou com Felipa Vicente, com quem se estabeleceu em São Paulo e teve 11 filhos. João fizera diversas viagens ao sertão, onde conquistou muitos índios. Na vila de Piratininga serviu aos cargos do governo, sendo, entre outros, juiz ordinário nos anos de 1588 e 1592. Após fazer seu testamento, em 1594, decidiu participar de uma entrada para ampliar o número de índios a seu serviço. Dirigiu-se então ao sertão, onde faleceu no arraial do capitão-mor João Pereira de Souza Botafogo⁹³.

No inventário de João feito na vila, cujo montemor somou 285\$190 (duzentos e oitenta e cinco mil, cento e noventa réis), encontramos uma camisa nova de pano de linho, avaliada em mil réis, uma camisa de pano de algodão com seus abanos, em mil e duzentos réis, uns calções pretos velhos, em trezentos e vinte réis, um ferragoulo de pano tosado, em dois mil e quatrocentos réis, umas botas, em mil réis, chinelas de cortiça novas, em trezentos e vinte réis, outras chinelas usadas, em duzentos réis. No inventário feito no sertão, havia mais itens: calções e roupeta de pano de algodão, em quatrocentos réis, uma roupeta de baeta, em oitocentos réis, um chapéu preto, em quatrocentos réis, botas de veado novas, em oitocentos réis, sapatos novos, em quatrocentos réis⁹⁴.

Sete peças de roupas e cinco pares de calçados pertenciam a este ilustre homem bom. Em nenhuma das vestes constava tecido requintado, com exceção da camisa de linho, a qual valia um pouco menos do que a camisa de algodão com abanos. Ao que parece, o valor atribuído aos artefatos classificados como vestimentas aumentava não só conforme a natureza da matéria-prima, mas também de acordo com o modelo em questão. Uma camisa simples, mesmo sendo de linho valia menos do que uma camisa de algodão com abanos, já que a última contava com um adorno que consistia numa espécie de volta com muitas dobras, a moda de canudos ou ondas ao redor do pescoço⁹⁵. Isso indicaria que o status ostentado pela roupa estaria associado aos modelos portados pelos indivíduos.

⁹³ LEME, op. cit. Vol. 3. p. 90 – 91.

⁹⁴ Inventário e Testamento de João do Prado. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp. 77 – 121.

⁹⁵ Cremos que a camisa de abanos seja possua adornos similares ao mantéu de abanos. O significado deste encontra-se disponível em: BLUTEAU, op. cit. Vol. 1, p. 12.

Mesmo que em um primeiro olhar as roupas de João pareçam bastante simples, para a época, final do XVI, e condições materiais existentes em São Paulo, este seria um bom conjunto. Poderia se dizer que esse, de certa forma, evidencia as dificuldades de acesso a produtos europeus, como os tecidos, nesse período inicial da colonização do Planalto.

Vejamos mais um caso. Francisco Barreto, morador no termo da vila de São Paulo, da banda de além do rio, fez seu testamento antes de partir para o sertão, no ano de 1607, o mesmo de sua morte. Irmão do capitão-mor Roque Barreto e do capitão Nicolau Barreto, Francisco, era casado com Maria Jorge, filha de Gonçalo Madeira, e com ela teve dois filhos.

O casal parecia ter uma vida confortável, com pelo menos 15 escravos em seu serviço, incluindo um negro da Guiné, uma casa simples de palha com quintal, diversos utensílios equipando bem a casa, assim como móveis e alfaias⁹⁶.

Suas vestimentas eram luxuosas para o período. Ele possuía: uma roupeta e calções de cetim aveludado encarnados (a qual se descobriu posteriormente ao inventario não ter sido paga e portanto, foi devolvida ao seu proprietário original, Pedro Taques), avaliada em cinco mil réis; um ferragoulo de baeta preta em três mil réis; roupeta e gibão de taficira com mangas, em três mil réis; calções de gorgorão pretos e forrados, em dois mil e quinhentos réis; calções de pano velho sem avaliação; botas pretas, em novecentos e sessenta réis; meias verdes velhas com sapatos de cordovão, em quatrocentos réis; duas camisas de pano de linho, em mil e seiscentos réis; uns mantéus velhos e lenços com avaliação apagada e ferros de cinto e talabartes de prata, em mil e seiscentos réis⁹⁷.

Ela possuía menos peças de vestimenta, pelo que consta nas declarações do inventário: um gibão de tafetá azul, com avaliação apagada; um corpinho de cetim barrado de veludo, em oitocentos réis, uma saia de pano azul barrada, usada, em três mil réis⁹⁸. No entanto, cabe observar, em São Paulo, ao se fazer inventário, as roupas vestidas pelo cônjuge do inventariado naquele momento, não eram registradas, ficando de fora da partilha⁹⁹.

⁹⁶ No inventário de Francisco Barreto há algumas linhas roídas na declaração das peças escravas, o que nos permitiu certificar a existência de pelo menos 15 escravos. Inventário e testamento de Francisco Barreto. In: *Inventários o Testamentos*. Vol. 2, p. 204 – 205.

⁹⁷ Inventário e testamento de Francisco Barreto. In: *Inventários o Testamentos*. Vol. 2, pp. 201 – 252.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Isso foi constatado na leitura do inventário de Catarina de Pontes, mulher de Pero Nunes, em que há uma intensa disputa entre o viúvo e o pai da falecida pelo primeiro não ter declarado uma cama e um vestido roxo, o qual Pero afirmou não ter declarado por ser o único que possuía e que o vestia no momento das declarações. Vide: Inventário e Testamento de Catarina de Pontes. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 5, pp. 420 – 466.

Ao se partilhar os bens, as vestes pertencentes à Maria Ihe foram entregues, juntamente com todas as alfaias, utensilhagem e ornamentação da casa, assim como com ferramentas agrícolas, partes das criações de aves, alguns móveis e a sela com os respectivos aparelhos.

Quando Maria Jorge faleceu, em 1613, época em que era casada com Pero Nunes, a mesma saia de pano azul fora avaliada em quinhentos réis. Juntamente com essa peça, havia, compondo o vestuário de cada dia e o de respeito da falecida¹⁰⁰: uma saia de pano azul azeitonado com barra de veludo verde, em cinco mil réis; saia usada de portalegre chã, em dois mil réis; um saio de baeta sarjado, em mil e quinhentos réis; um mantéu de sarja velho, em mil e quinhentos réis; um gibão de telinha novo, em mil e quatrocentos réis; um corpinho de cetim carmezim, com barra de cetim azul, em oitocentos réis; uma cinta vermelha, em cem réis; um gibão de mulher de pano de linho, em duzentos réis; uma saia azul chã, em dois mil e setecentos réis; uma camisa de mulher de algodão, em seiscentos e quarenta réis; outra camisa de mulher, de linho com cabeção, em novecentos e sessenta réis e outra camisa do mesmo modelo e tecido, um pouco mais velha, que valia quatrocentos réis. Em objetos de uso pessoal, havia chapins de Valença usados e sapatas novas, que valiam mil duzentos e oitenta réis juntos e um chapéu sem véu, avaliado em quatrocentos e oitenta réis. Em jóias havia: dois pendentes e quatro pensamentos de ouro que pesavam três mil e duzentos réis, uma pêra de ouro cheia de âmbar, avaliada em três mil réis, e outros pendentes de ouro com seus pensamentos, que valiam dois mil e trezentos réis. Além dessas, havia ainda um traje que, feito de tecidos refinados e ornado com passamanes, atingira nas avaliações o preço de dezesseis mil réis. Tratava-se de uma vasquinha de cetim roxo com corpinho, acompanhado de um saio de tafetá aveludado preto com passamanes e um gibão de tafetá usado¹⁰¹.

Uma quantidade de artefatos desse tipo era privilegio de poucas mulheres em São Paulo no século XVII. Ao que se vê pelos inventários, a maioria contava apenas com camisas simples, sem ornamentos, de algodão da terra e saias do mesmo pano ou, em alguns casos, de baeta ou raxeta, sem ornamentações¹⁰².

¹⁰⁰ Ao definir vestido, Raphael Bluteau menciona alguns tipos, dentre os quais separou o “vestido de respeito, que por ser de preço não é de cada dia” e “vestido de cada dia”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* Vol. 8, pp. 456 – 457.

¹⁰¹ Inventário e Testamento de Maria Jorge. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 3, pp. 201 – 243.

¹⁰² Marco Aurélio Drummond, constatou em seu estudo da indumentária na Comarca do Rio das Velhas que a camisa de algodão era um item básico da indumentária feminina nas Minas Gerais do Século XVIII, as quais eram combinadas com saias e mais ornamentos como fitas, brincos, anéis, etc. Vide DRUMMOND, op. cit. p. 125.

Os dias de missa e procissão exigiam que os melhores trajes fossem usados. Os vestidos de respeito ou trajes de cerimônia costumavam ser os mais caros e raros. Afinal, como alertou Alcântara Machado, exigiam tecidos refinados, como a seda, o gorgorão, a telinha, o tafetá, a chamalote, ou panos finos de linho, lã ou algodão, como a perpetuana, a belbutina, o catasol e outros¹⁰³. Certamente a saia de pano azeitonado de Maria Jorge, ou seu luxuoso traje de vasquinha roxa e saio preto, eram usados nessas ocasiões, bem como os chapins¹⁰⁴.

Para o dia-a-dia, usavam-se, em São Paulo, os vestidos chamados de cote, feitos de tecidos mais simples. No entanto, para se apresentarem em público, homens e mulheres selecionavam as melhores peças de suas arcas, caixas ou canastras encouradas e alinhavam sua imagem com muitas cores e tecidos diversificados. Afinal, a roupa assumia sua função de comunicar o posicionamento social do indivíduo quando este se encontrava em meio à multidão. Na vila de Piratininga, em especial, acreditamos que o vestuário seria uma forma de ressaltar a origem européia e diferenciar-se em meio a uma população marcada por grandes contingentes de mamelucos. Afinal, como aponta Daniel Roche, as roupas “servem para exhibir poder; a demonstração exibicionista da frivolidade, vista como a expressão natural de uma arte de viver, inacessível a grande maioria, torna-se marca de suprema distinção”¹⁰⁵. O espaço da rua, a igreja no momento da missa, ou mesmo os leilões que eram realizados aos domingos após as missas constituíam lugares propícios para a exibição, para ostentar uma rica indumentária que assinalava o lugar social de seu dono.

Voltemo-nos agora para o nosso principal interesse: a transmissão de roupas por meio de cláusulas de últimas vontades. Como nos mostrou Mary Del Priore, as preparações para o trespasse, possibilitavam um “retrospecto da vida em que se desnudavam as relações sociais e familiares que a tinham marcado”¹⁰⁶. Chegava o momento de relembrar aqueles que viveram próximos aos que morriam e recompensar os amigos. Os testamentos, como bem sublinhou a historiadora, refletem com bastante clareza a necessidade de bem repartir os bens materiais com o cônjuge e com os filhos, assim como demonstram os vínculos com a parentela e com os

¹⁰³ MACHADO, op. cit. p. 96.

¹⁰⁴ Chapim era o sapato com quatro ou cinco solas de sobreiro (árvore bastante conhecida na época em estudo, também chamada de sobre. É a cortiça.), usados para que as mulheres parecessem mais altas. BLUTEAU, R. . *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico* Vol. 2, p. 276.

¹⁰⁵ ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2007, p. 19.

¹⁰⁶ DEL PRIORE, Mary. “Ritos da vida privada”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1 da coleção História da vida privada no Brasil, coordenada por Fernando Novaes. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 319.

agregados. A importância que o vestir assumia na sociedade que se formava no Planalto na primeira metade do século XVII fazia com que as roupas fossem envolvidas nos desejos de partilhar e legar bens que partia dos moribundos.

Aqui trabalharemos especificamente os 31 testamentos nos quais identificamos a transmissão de peças de indumentária, numa tentativa de desvelar os significados que tais legados poderiam atribuir a essas roupas, por meio de breves estudos de caso.

Ao fazer seu testamento, em 1607, Violante Cardoso estabeleceu que o remanescente de sua terça deveria ser entregue às suas filhas menores, Francisca, Clara e Maria. Todos os seus bens de ouro deveriam ter o mesmo destino. Tratava-se de quatro anéis, dois pares de pendants, três pares de arrecadas, dois pares de cristais e mais alguns broches¹⁰⁷. Estas eram peças de alto valor e bastante refinadas.

As jóias, tanto escassas na sociedade do Planalto paulista¹⁰⁸, ajudavam a compor a imagem luxuosa com que as mulheres mais ricas e de famílias pertencentes à nobreza da terra desfilavam pela vila em dias missa e celebrações¹⁰⁹. Violante era filha de Gaspar Vaz Guedes e Francisca Cardoso, neta, portanto, por parte de mãe, de Braz Cardoso, fundador de Mogi das Cruzes; era casada com Pedro Madeira, que servira vários anos a governança da terra no cargo de avaliador e partidor¹¹⁰. Além do que, era cunhada de Henrique da Cunha. Pela rede social que envolvia Violante, bem como por seu patrimônio, é possível perceber que essa mulher pertencia à nobreza da terra.

No inventário de Violante, datado de 1620, havia ainda mais jóias do que as referidas no testamento. Os quatro pendants eram esmaltados de verde branco e azul com seus aljôfares (colares de pérolas) e haviam sido avaliados em quatro mil réis. Os dois pares de arrecadas (brincos), ambos de duas voltas, valiam, por sua vez, mil e seiscentos réis. Os quatro anéis de ouro estavam reduzidos a dois na época do inventário e valiam mil quatrocentos e quarenta réis juntos. Havia duas perinhas de cristal, guarnecidas de ouro e chãs, que alcançavam o preço de oitocentos réis, mais algumas contas de cristal, que valiam seiscentos e quarenta réis e, por fim,

¹⁰⁷ Inventário e Testamento de Violante Cardoso. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, p. 258.

¹⁰⁸ Como pudemos observar no primeiro capítulo, numa amostra composta por 130 inventários, as jóias estiveram registradas em apenas 21, representando 16,15% da amostra.

¹⁰⁹ Compreendemos a nobreza colonial como algo heterogêneo, hierarquizada em patamares diversificados cujo acesso dependia de estratégias ascensionais percorridas. Sobre esse assunto, vide: STUMPF, Roberta Giannubilo. “Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na Capitania de Minas Gerais”. IN: **Almanack**. Guarulhos. Nº 1, p. 119 – 136. 1º semestre de 2011.

¹¹⁰ Observamos, através dos inventários trabalhados, que Pedro Madeira desempenhou cargo de avaliador e partidor nos anos de 1623, 1627 e 1628.

havia mais três perinhas de cristal guarnecidas de ouro esmaltado com seus aljôfares, as quais valiam em conjunto quarenta mil réis¹¹¹.

Além de legar as caríssimas jóias para as filhas, Violante deixara de esmola uma de suas camisas a uma mulher pobre. Se houvesse terça suficiente, essa mesma mulher deveria receber, também, um manto e uma saia. Provavelmente houve, já que constaram no documento uma quitação assinada por Francisco Dias, alegando ter recebido o que Violante deixara para sua mulher Custódia Gonçalves. Afinal, a fortuna que o casal acumulara era bastante grande. O sítio em que viviam, na “banda de além”, contava com casas de três lanços, de taipa de pilão, cobertas de telhas, com seu corredor e quintal cercado de valado, com diversas árvores frutíferas, valia cinqüenta mil réis, um dos valores mais altos que encontramos para a primeira metade do século XVII. Eles possuíam ainda duas roças grandes de mantimento, avaliadas em dezesseis mil réis, algumas plantações de milho e algodão, bem como criação de gado bovino, com 21 cabeças. Havia ainda um telhal, composto de casa e forno, avaliado em seis mil réis.

Ao que se vê por meio da análise deste testamento e inventário, artigos de luxo permaneciam no interior da família. Os legados que envolviam doação de roupas a título de caridade, colocavam em circulação, para fora do núcleo familiar, apenas os itens mais simples, aqueles empregados no vestuário de cada dia, confeccionados em tecidos da terra ou tecidos baratos¹¹². A lógica que parece guiar estas ações estaria relacionada, mais do que à transmissão de riqueza, ao desejo de manter os signos de *status* social no interior do circuito composto pelos parentes mais próximos. Vejamos mais um caso.

Isabel da Cunha, ao testar, em 1616, mesmo ano de sua morte, determinou uma série de legados. Entre esses, havia diversos por meio dos quais ela distribuiu a pessoas diferentes suas peças de vestir. Primeiramente, Isabel estabeleceu que para a mulher que havia sido de João Serrano se entregasse um conjunto composto por saia, camisa e gibão, tudo em pano de algodão. Para as filhas de Afonso Dias, ela destinava três camisas. Dois cabeções por fazer deveriam ser doados a mulher de Gaspar dos Reis. Deixava também, a Nossa Senhora de Itanhaem uma toalha de algodão para o seu altar. Messia Sobrinha, por sua vez, receberia, em nome da defunta, uma saia velha de raxeta que lhe pertencera. Para sua neta Juliana, filha de Henrique da Cunha, ela

¹¹¹ Inventário e Testamento de Violante Cardoso. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 2, p. 255 – 273.

¹¹² Marco Drummond, assinala em seu estudo sobre a indumentária na Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII, que por vezes, legar roupas assumia a função de caridade, por meio da qual se buscava acertar as contas com Deus e revelava sentimentos de benevolência, estima, gratidão e reconhecimento. Vide: DRUMMOND, op. cit., p. 132.

legava “uma saia de Londres ferrete e saio de baeta e manto e mais o fato do reino”¹¹³. O remanescente da terça deveria ser dado ao seu marido, Matias de Oliveira e ao seu filho Henrique.

Todos os legados determinados foram cumpridos. Catarina Vaz, mulher de Gaspar dos Reis era sobrinha de Isabel. Francisca Correia, viúva Serrano e Messia Sobrinha, bem como as filhas do falecido Afonso Dias, possivelmente faziam parte da vizinhança na qual vivia a testadora. O conjunto de roupas deixado a Juliana era composto por: um saio de baeta preto guarnecido de tafetá preto, avaliado em dois mil réis, a saia de pano azul ferrete, em três mil e quinhentos réis; um manto de sarja novo, que valia quatro mil réis; um gibão de olanda rajado de preto, em quatrocentos réis; um gibão de bombazina roxo guarnecido de tafetá amarelo, para abotoar com seus botões e retrós, avaliado em mil réis; três pares de chapins de Valença com suas botinas novas, em dois mil réis e um calçado vermelho usado, chapins e botinas, em quatrocentos réis.

É perceptível a presença de itens de luxo nas roupas transmitidas à neta. No entanto, as esmolas deixadas consistiam em peças comuns, de algodão da terra, ou mesmo peças velhas, no dizer da própria testadora. Das camisas doadas, pode-se dizer que eram comuns, de pano de algodão. A testadora possuía sete delas, as quais foram avaliadas em duzentos réis cada uma. A saia e o gibão doados também eram de algodão, mas com um detalhe a mais: eram tingidos. Juntos, foram avaliados em quinhentos réis.

Este caso corrobora a idéia de que as roupas de luxo circulavam por meio das disposições testamentárias apenas no circuito das relações familiares mais próximas. Vestir era algo de fundamental importância na sociedade que se formava em São Paulo, no início do século XVII. Afinal, como já frisamos em capítulos anteriores, as aparências se faziam fundamentais no Antigo Regime. A ostentação e a riqueza aparente, entre outros elementos, funcionavam como mecanismos importantes para manter ou conquistar posições sociais de destaque¹¹⁴. E as vestimentas, associadas aos gestos, sem dúvida, eram a principal forma, de tornar visíveis os posicionamentos diversos nesta sociedade. Mas, para além disso, é importante observar que a

¹¹³ Inventário e Testamento de Isabel da Cunha. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 4, pp. 309 – 328. p. 311.

¹¹⁴ Milena Fernandes Maranhão analisa a maneira como riqueza aparente, crédito e ostentação, em associação com regras de comportamento cortesãs funcionavam para a manutenção e conquista de privilégios e posições sociais de destaque. Vide: MARANHÃO, M. F. *A opulência relativizada. Significados econômicos e sociais de vida dos habitantes do Planalto de Piratininga. 1648 – 1682*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2000, especialmente páginas 139 – 163.

doação de roupas por meio de cláusulas testamentárias extravasava essa espécie de estratégia para manutenção de um dos meios de ostentação do *status* da família e traduzia-se simultaneamente em expressões de afeto e / ou preocupações com entes queridos, como veremos por meio do caso a seguir.

Felipa Vicente, mulher de Luiz Furtado, falecida em 1615, ao fazer seu testamento, legou ao filho único que tivera do primeiro casamento, “um vestido da parte de minha terça para seu remédio”¹¹⁵. Paulo tinha 14 anos quando sua mãe falecera e para seu curador fora nomeado Pedro Dias Leme, sobrinho de Felipa. O tio do rapaz era de confiança da defunta, afinal ela o nomeara para testamenteiro.

Talvez a mãe se preocupasse em deixar vestido o filho mais velho, visto que para comprar roupas para o menino, o curador teria que dispor de parte de sua legítima, o que poderia prejudicar Paulo quando este atingisse a maioridade ou fosse emancipado, já que sua herança poderia lhe garantir uma base para que pudesse construir seu próprio patrimônio. Com base nas contas realizadas no inventário, o quinhão que caberia ao órfão seria de 17\$913 (dezessete mil, novecentos e treze réis), e se tivesse que despender parte dessa quantia com roupas, mesmo que fossem de algodão, certamente teria gastos significativos, afinal, uma camisa de homem nova, de algodão, custava cerca de setecentos réis. Já uma roupeta nova de pano algodão com calções do mesmo tecido, custavam cerca de oitocentos réis¹¹⁶.

Em outros casos, a doação de roupas se mostrava enquanto ato de caridade cristã, ou mesmo pagamento de dívidas ou culpas acumuladas em vida. Vejamos dois casos.

João Leite, falecido em 1616, ao fazer seu testamento dois anos antes de seu trespasse, decidiu doar algumas de suas roupas para os pobres da vila. Ele legou quatro varas de pano de algodão a Santo Amaro, assim como uma toalha para seu altar, um ferragoulo de raxeta ao homem mais pobre que se achasse e uma roupeta de baeta “a um homem mais pobre que se achar e seja quem o padre vigário disser”¹¹⁷. Além dessas peças, João possuía um ferragoulo de baeta velho, avaliado em quatrocentos réis e calções pardos forrados de pano de algodão, abotoados pelas ilhargas, que valiam mil e seiscentos réis. O ferragoulo de raxeta e a roupeta de baeta não necessariamente eram provenientes do Reino, pois era relativamente comum a armazenagem de

¹¹⁵ Inventário e Testamento de Felipa Vicente. In: *Inventários e Testamentos*. Vol 3, p. 425.

¹¹⁶ Exemplo de avaliações dessas peças de roupas podem ser encontradas no Inventário de Diogo Sanches (1598). Vide: *Inventários e Testamentos*. Vol. 1, pp. 132 – 183; e Inventário e testamento de Belchior Carneiro. In: *Inventários e Testamentos*. Vol 2, pp 111 – 199.

¹¹⁷ Inventário e Testamento de João Leite. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 4, p. 477.

alguns tecidos, tanto pelos alfaiates, quanto por membros da população que não exerciam tal profissão, nem eram mercadores¹¹⁸. Cabe frisar que a raxeta e a baeta, ambas feitas com lã, tinham preços relativamente baratos, quando comparados com tecidos de seda.

O testador desejava que remanescente da terça fosse entregue à sua mulher, Inês Pedroso, “para que com ela ajude a criar a meus filhos”. João instituiu Inês como tutora dos órfãos, Bastião, de 6 anos e João, de 4 anos, e declarou que tinha uma filha bastarda, chamada Isabel, de 8 anos, a qual deixava forra, com o devido consentimento de sua mulher, a qual declarou herdeira. A soma do montemor de João alcançou o valor de 73\$600 (setenta e três mil e seiscentos réis). Após o pagamento das dívidas, restou para a viúva, referente à sua meação mais a terça, 31\$730 (trinta e um mil, setecentos e trinta réis). Para cada um dos três órfãos (incluiu-se a filha bastarda na partilha) ficou de legítima 5\$290 (cinco mil, duzentos e noventa réis).

Ao que parece, as roupas que pertenciam a João Leite eram todas bastante simples, assim como as peças legadas em caridade. Atitudes como essa mostram a preocupação que havia em preparar o caminho para o além, fazendo bem pela própria alma por meio da disposição dos bens materiais. As roupas, que nesse caso passariam a proteger o corpo de algum pobre da nudez e das intempéries, representavam um meio de se alcançar a piedade divina.

Por mais que o temor do que viria após a morte tomasse parte dos pensamentos dos cristãos que viveram entre os séculos XVI e XVIII, suas atitudes nem sempre se alinhavam, durante seus períodos de boa saúde e segurança, com os comportamentos de bom católico que tentavam adotar nos momentos derradeiros. Resultava disso a expressão de uma série de arrependimentos e culpas, as quais muitos tentavam sanar por meio das clausulas testamentárias. Pode-se dizer que este foi o caso de Pedro de Araújo.

Em seu perfeito juízo, mas andando a risco pelo Sertão de Paraupava, sem saber o que Deus dele faria, Pedro decidiu escrever seu testamento no ano de 1616. Talvez no momento certo, visto que ele não retornara vivo desta expedição. Em meio às disposições de últimas vontades, o sertanista revelou uma acentuada preocupação com atitudes que tivera em relação a sua enteada Maria, filha de sua mulher Ana de Alvarenga.

¹¹⁸ Pelo estudo que fizemos de 130 inventários, constatamos que em 44,61% da amostra houve registro de matérias primas, entre as quais situavam-se os tecidos. Os tecidos armazenados mais encontrados foram o algodão, a raxeta e a baeta. Além desses, constaram na documentação: gorgorão, tafetá, olandilha, damasco, damasquinho da Índia, telinha, taficira, ruão, linho, canequim, bocaxim, picote, grise, cassa, serafina, raxa e tiruela. Maria Aparecida Menezes Borrego identificou, para o século XVIII, 41 tecidos diferentes nas lojas da vila. Veja. BORREGO, M. A. M. A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711 – 1765). Tese de doutorado. São Paulo. USP, 2006, p. 196 – 197.

Tendo acesso aos bens da dita menina, Pedro vendera uma índia que lhe pertencia pelo valor de vinte e cinco mil réis, quantia que não repassou à enteada. Além disso, o padraсто tomara três mil e quatrocentos réis da legitima que o pai deixara a garota. Ao que se vê no testamento, o homem reconhecera sua conduta errada em relação à filha de sua esposa e pedia que os valores fossem tomados em sua terça para o ressarcimento de Maria. Mais do que isso, o testador declarou que, se houvesse terça suficiente, doze mil réis deveriam ser entregues a sua enteada para ajudar na compra de um vestido¹¹⁹.

Ao que parece, vestir bem a enteada poderia significar a obtenção do perdão da menina. Mais do que isso, poderia indicar o cumprimento de uma obrigação relativa aos deveres de um padraсто que toma o lugar de pai. Vestir os órfãos de acordo com sua condição, ou seja, de acordo com sua posição social, era uma das atribuições que os juizes cobravam daqueles que, no lugar do pai falecido, se comprometiam a criar tais crianças desamparadas pela morte de seu genitor, como vimos no capítulo anterior. Estaria Pedro desejando sanar algo mais além das dívidas relacionadas aos bens materiais de sua enteada?

Os trajes, na vila de São Paulo e arredores, entre as décadas finais do século XVI e primeira metade do XVII variavam de acordo com o posicionamento social do indivíduo. A maior parte da população acumulava poucas peças de vestuário. Vestir-se com luxo dependia do poder aquisitivo do indivíduo e de sua família. Afinal, as peças de roupa, bem como os tecidos mais refinados eram caros e inacessíveis à maior parte da população, que empregava mormente tecido de algodão tinto na confecção de suas vestes. Mesmo as roupas de algodão eram utilizadas juntamente com peças de luxo, diferenciando-se do vestuário modesto pelos modelos e ornamentos que possuía. Mas, de maneira geral, aqueles que possuíam fazenda para ostentar por meio da indumentária, usavam das peças de tecido de algodão apenas nas roupas de baixo, como ceroulas e camisas, no caso dos homens, ou as fraldas (saias utilizadas por baixo das vestes).

As vestes mais luxuosas eram exibidas nos espaços e momentos de congregação da população da vila, como as missas dominicais. Ostentar, nessa sociedade era de fundamental importância para garantir o acesso a privilégios e cargos, bem como para manter uma posição social de destaque.

Ao legar, todos estes elementos eram guardados pelos testadores. Dessa forma, roupas de luxo e jóias não saiam do circuito familiar mais próximo pelas vontades estabelecidas nos

¹¹⁹ Inventário e Testamento de Pedro de Araújo. In: *Inventários e Testamentos*. Vol. 5, pp. 173 – 214.

testamentos. Mesmo quando as roupas de um indivíduo eram postas em circulação após sua morte pela força de seus legados caritativos, essa lógica não era abandonada: doavam-se as peças mais simples do vestuário, de tecido de algodão ou de tecidos baratos, quando não peças envelhecidas. Até os mais pobres não dedicavam suas melhores vestes à caridade. Afinal, o valor das peças de roupa era bastante alto e em meio às preocupações concernentes a uma boa morte, se encontravam aquelas referentes à necessidade de deixar bem amparados os familiares, por meio da boa disposição dos bens materiais.

A doação de vestes por meio dos testamentos, reservadas as observações acima, também assumia o caráter de legado caritativo. Vestir os pobres, ou dar a eles um artefato que, se vendido lhes renderia algum dinheiro, também representava uma forma de assumir um comportamento cristão, a qual visava angariar a piedade divina.

As crenças e temores relacionados à morte e ao além levavam os testadores a disporem de seu patrimônio de maneira a garantir que algumas preocupações fossem sanadas: amparar entes queridos, auxiliar parentes próximos que não herdariam nas partilhas, o que incluía os filhos bastardos, dar o melhor destino possível aos artefatos que maior significado possuíram na vida do testador foram alguns dos elementos que provocavam apreensão entre os moradores do Planalto de Piratininga, entre o fim do século XVI e primeira metade do XVII. Apreensões essas, as quais revelavam que as sensibilidades em relação ao trespasse e à vida eterna ligavam-se nos momentos derradeiros àquelas que eram concernentes principalmente à família. Nesse quadro, alguns segmentos da cultura material, como as vestimentas e as jóias, ao serem postos em circulação por meio dos testamentos, eram direcionados de acordo com estas sensibilidades, as quais eram afetadas pelos valores simbólicos presentes nestes objetos.

Considerações Finais

Entre as décadas finais do século XVI e a primeira metade do século XVII, São Paulo era uma vila em construção. Este rudimentar espaço público e o esforço constante empreendido em sua manutenção denotavam o empenho dos habitantes do planalto no processo colonizador. Processo esse repleto de novas experiências, contatos e adoção de novas soluções culturais como forma de driblar as dificuldades impostas pelo meio. Em meio à construção e reconstrução de pontes, ruas, muros e edificações diversas, se observou a carestia de elementos diversos e fundamentais em tais empreitadas: da mão de obra especializada aos materiais de construção processados, como as madeiras que deveriam ser cortadas para a montagem dos telhados. Carestia essa que não acenava, ao nosso ver para a pobreza, mas para o próprio processo de construção da vila que havia nascido fazia pouco tempo. A Casa da Câmara e Conselho, bem como a construção da Igreja Matriz foram elucidativos disso.

Paralelamente ao esforço de construção e de manutenção dos espaços públicos, concorria no dia a dia do colono do planalto construir, ampliar e manter seu patrimônio pessoal ou familiar. Neste dinâmico processo em que se observam ora a construção de grandes cabedais, ora a luta continua pela sobrevivência, as redes sociais constituídas, e principalmente observadas, pela família e pela vizinhança se faziam indispensáveis. A cultura material, seus diversos elementos, participava dessas redes, fortalecendo vínculos, pelo tipo de transação em que era acionada. Transações essas fundamentais para angariar lugares entre os notáveis da região, acumulando prestígio, ou mesmo para obter meios de sobrevivência. De um extremo ao outro de uma sociedade marcada por diversos níveis de riqueza e de pobreza, as redes sociais eram importantes por contribuírem para o posicionamento do indivíduo no campo social.

Ao analisarmos alguns casos, pudemos entrever dinâmicas provenientes de diversas dimensões da realidade na qual estavam inseridos os indivíduos: relações sociais, econômicas, culturais, etc. Afinal, todas essas dimensões integram a globalidade dos sujeitos. João da Costa (falecido em 1639), morador da vila de São Paulo, nos permitiu perceber, em linhas gerais, que a riqueza não era algo permanente na vida de um indivíduo, e que ao longo de sua jornada poderia vivenciar diferentes situações com relação ao acúmulo de bens. Maria Martins (falecida em 1639) possibilitou, por sua vez, percebermos que na pobreza podia-se, às vezes, contar com a ajuda de familiares e patrões. Já Antonia Dias (falecida em 1622) nos permitiu compreender as inúmeras

dificuldades pelas quais passavam as viúvas responsabilizadas pela criação de seus filhos órfãos, dos quais os juizes nem sempre permitiam que as mães administrassem seus patrimônios. Henrique da Cunha, por outro lado, nos mostrou que, pelas facilidades viabilizadas pela lei, um homem, ao ficar viúvo, poderia se casar novamente e ter muitos filhos, diversas vezes, sem que seu patrimônio fosse dividido em pequenos quinhões, pelo direito que ele tinha de administrar os bens de seus descendentes até que esses alcançassem a maioridade. Outros tantos atores sociais, por meio de seu patrimônio, cujas feições resistem ainda ao tempo, por seu registro nos inventários, nos permitiram conhecer as numerosas dinâmicas relativas à acumulação e à dilapidação de espólios.

Casamentos, por sua vez, abriam caminhos pelos quais fluíam objetos e bens. Se de um lado, um novo casal poderia ter os elementos necessários à montagem de sua unidade produtiva, de outro, os pais e irmãos da noiva tinham uma parcela de sua riqueza reduzida. Os viúvos e viúvas, por outro prisma, casavam-se novamente pois sentiam a necessidade do auxílio de um cônjuge, com o qual juntariam seus bens e angariariam novas perspectivas em relação a acumular riquezas ou sobreviver, numa vila marcada pelo constante movimento ao sertão, o qual, muitas vezes, era o responsável pela morte de pais de família e os conseqüentes transtornos dessa situação.

Parentesco e laços familiares criavam entre os indivíduos obrigações de solidariedade mútua, as quais funcionavam como dispositivos de amparo em situações adversas, ou como meio de obtenção de benesses materiais, que facilitariam o enriquecimento das famílias.

Vizinhança, compadrio e amizade, devido à confiança implicada nessas relações, criavam, por sua vez, imbricações entre as diferentes atividades econômicas praticadas pelos indivíduos vinculados por estes laços, o que permitia o acesso a créditos e empréstimos de objetos, bem como, em alguns casos, o acesso a mercadorias provenientes de outras paragens.

Os empréstimos de objetos, assim como as trocas comerciais a prazo eram mecanismos de solidariedade e interesse. Além de se efetuarem como forma de auxílio, elas também evidenciavam relações de poder. Nessas transações, aquele que emprestava ou vendia a prazo criava em torno de si redes de devedores os quais estavam submetidos ao dever de prestar apoio àqueles com os quais tinham dívidas. Tais negociações eram marcadas pela obrigação de retribuição decorrente da lógica da dádiva, a qual as permeava, bem como o cotidiano em geral. Tais trocas, efetuadas entre iguais, agiam no sentido de reforçar a solidariedade e os laços sociais.

Dadas entre agentes desiguais, instituiriam relações de dominação simbólica, as quais se baseariam no reconhecimento.

Possuir bens e objetos em quantidades que satisfizessem as necessidades familiares cotidianas e sobejassem podendo ser emprestados a vizinhos e parentes, permitia que o sujeito estendesse sua influência no meio social através dos artefatos de sua propriedade.

Dessa forma, esses dois tipos de circulação de objetos e bens pela sociedade do planalto piratiningano da primeira metade do século XVII, implicariam meio de obter ou garantir capital simbólico, ou seja, prestígio e reconhecimento perante a comunidade local.

Quanto às partilhas de heranças, essas abriam caminhos variados. Por um lado, era possível que o procedimento viesse a desmembrar a fortuna acumulada ao longo de uma vida em pequenos quinhões. Isso era comum quando o pai de família morria e a justiça obrigava as mães a venderem a parte da herança que coubesse aos filhos, valores esses que ficariam sob administração dos curadores, no mais das vezes. Por outro, era possível que um sujeito, por conta de seus vínculos familiares recebesse diversos quinhões de heranças ao longo de sua vida, bem como legados ou esmolas por determinações feitas em testamentos de familiares ou de pessoas que se sensibilizassem com sua pobreza. Isso certamente contribuía para o acréscimo dos patrimônios.

Os objetos pertencentes aos inventariados nos informam sobre suas formas de viver e os seus gestos cotidianos, sobre suas preferências e prioridades no que tange ao acúmulo de patrimônio, assim como sobre de quais maneiras esse contribui para posicionar o indivíduo na sociedade, construindo ora cercas, ora pontes.

Daí a importância que atribuímos a desvendar a composição dos patrimônios, de maneira a conhecer as categorias que integravam até as mais pobres fazendas. Isso nos permitiu compreender que, no processo de constituição dos patrimônios, os indivíduos privilegiavam primeiramente os meios de gerar renda, daí a presença de ferramentas, escravos e bens de raiz marcarem as quatro primeiras posições entre os itens mais comuns nos inventários. Os móveis, situados em terceiro lugar, cabe ressaltar, ocuparam tal posicionamento pela abundância das caixas, as quais eram utilizadas, entre outros, para a guarda de ferramentas e de parte, ou de toda a produção agrícola das roças. Os artefatos ligados ao preenchimento do espaço interno do domicílio, como as alfaias, utensílios e ornamentos da casa, eram elementos secundários, os quais

passavam a serem acumulados quando as fazendas já possuíam uma base produtiva, fosse esta ampla ou restrita.

As vestimentas, como observamos anteriormente, deveriam ser os artefatos mais presentes nos patrimônios. Entretanto, essas aparecem como o quinto elemento mais comum registrado nos inventários. Isso porque a maior parte das pessoas acumulava poucas peças dessa categoria, e essas acabavam indo para o túmulo junto com os proprietários mais pobres. As roupas assumiam significados especiais na sociedade do Planalto. Tal qual no Antigo Regime europeu, o vestuário sinalizava o posicionamento de cada um nas hierarquias sociais. Disso derivava o alto valor de muitas peças, as quais produzidas com tecidos refinados e ricos adornos, tais como colchetes de prata ou fios de ouro, ostentavam o luxo e a distinção social. Além disso, por seu papel fundamental enquanto elemento demarcador de posições sociais, peças de luxo circulavam, pela vontade estabelecida em testamento, quando da morte de alguém, apenas no circuito familiar mais próximo.

Quando privilegiamos a circulação dos objetos e bens, além dos elementos anteriormente expostos, como usos, gestos cotidianos e preferências, capturamos aspectos do universo das relações, das formas de se viver na sociedade do Planalto de Piratininga. Afinal, a circulação de artefatos envolve os sujeitos e se faz a partir da interação entre eles e a cultura material.

No cerne de todos esses vínculos e relações os elementos da cultura material marcavam presença. Eles transitavam de mãos em mãos, com finalidades de auxílio, transações comerciais (as quais no mais das vezes se fazia a prazo) com pagamento em dinheiro ou gêneros diversos, empréstimos, ou mesmo como quinhões de heranças recebidas de parentes próximos ou legados, caritativos ou em agradecimento, determinados em testamentos.

Tal interação, como pudemos ver, modelava, ao passo que era modelada pelo conjunto das relações sociais, sobre as quais incidiam representações advindas do fato de que em São Paulo, ponto específico do mundo colonial, existiam aspectos das sociedades de Antigo Regime, dentre os quais, a valorização extrema das aparências.

Os legados, por sua vez, permitiram que pudéssemos entrever, nas fontes, alguns aspectos das sensibilidades dos sujeitos em relação à família e à materialidade. Os testamentos, fontes privilegiadas para essas análises, já em seu contexto de produção eram marcados por um turbilhão de emoções desencadeadas pelo medo da morte. Era em momentos como esse, que a vida se via por um fio, que os habitantes do planalto demonstravam suas preocupações com seus

entes queridos. Afeto e gratidão, entre outros tomavam lugar entre as expressões sensíveis registradas nessas fontes. E a terça, enquanto espaço de vontades, permitia articular a cultura material disposta nos patrimônios com os desejos, proporcionados pelos sentimentos dos testadores, em soluções concretas em que transpareciam as formas de sentir dos atores sociais da vila piratiningana. Legar o remanescente da terça como meio de auxiliar viúvas a criarem os filhos, ou de garantir um amplo dote que auxiliasse as filhas a conseguirem bons casamentos, bem como amparar filhos bastardos por meio de esmolas, entre outros, demonstram posturas e escolhas guiadas pelos sentimentos daqueles que dispunham de seus bens.

Mesmo sendo amplamente estudada, a partir de diversas perspectivas, a sociedade que se formava na Vila de São Paulo em fins do século XVI e na primeira metade do XVII, jamais fora abordada de maneira que se buscasse a compreensão das formas de sentir dessa população. Formas de sentir essas, as quais capturamos, em alguns aspectos, em consonância com a circulação de objetos e bens pelas redes sociais que envolviam os sujeitos. Dessa forma, artefatos, sociabilidades e sensibilidades se misturavam, se imbricavam e se completavam dando sentido ao seu correr pela sociedade piratingana.

Bibliografia:

Fontes Impressas

ACAYABA, Marlene Milan (Coord.); GUERRA, José Wilton; SIMÕES, Renata da Silva; ZERON, Carlos Alberto (Org.). *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, Imesp, Edusp, 2001, 4 vols.

Atas da Câmara da Vila de São Paulo. 1562 – 1596. Publicação da Divisão do Arquivo Histórico. Século XVI. Vol. 1. 2^a ed. 1967.

Atas da Câmara da vila de São Paulo. Publicação oficial do Arquivo Municipal de São Paulo. Vol. II - IV, séculos XVI e XVII. São Paulo. Duprat e Cia. 1915.

Constituições do arcebispado de Lisboa assim as antigas como as extravagantes primeiras e segundas. – Agora novamente impressas... – Lisboa: por Belchior Rodrigues : vende-se na rua nova em casa de João Lopez, 1588. Disponível em: <http://www.bnportugal.pt/>. Consultado em 15. julho. 2012

Cartas de datas de terra. Vol. 1 e 2. Publicação da sub-divisão da Documentação Histórica. Departamento de Cultura, 1937.

Inventários e Testamentos. Papéis que pertenceram ao Primeiro Cartório de Órfãos da Capital. São Paulo. Tipografia Piratininga. Volumes 1 – 29. 1920.

Inventários e Testamentos. Documentos da Seção do Arquivo Histórico. São Paulo. Tipografia do Globo. Volumes 30 – 42. 1940.

Ordenações Filipinas, Livros I a IV. Edição de Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro de 1870. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Consultado em 15. julho. 2012.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo, SP: Duprat, 1903-05. 11 Volumes. Disponível em: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/>. Consultado em: 10. dezembro. 2012

LEME, Pero Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. 3. ed. acrescida da parte inédita, com uma biografia do autor e estudo crítico de sua obra por Afonso de E. Taunay. São Paulo, SP: Martins, 1952. 3 Volumes.

ANDRADE, Diogo de Paiva de, 1576 – 1660. *Casamento Perfeito: em que se contem advertências muito importantes para viverem os casados em quietação, & contentamento...* por Diogo de Payva d^a Andrada. – Em Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1630. Disponível em: <http://www.bnportugal.pt/>. Consultado em 15. julho. 2012.

Doctor João de Barros. *Espelho de casados. Segunda edição conforme a de 1540*. Publicado por Tito de Noronha e Antonio Cabral. Porto: Imprensa Portuguesa, 1874. Disponível em: <http://www.bnportugal.pt/>. Consultado em 15. julho. 2012.

CASTRO, Estevão. *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão, com a recopilção da materia de testamentos & penitencia, varias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V. / Composto pello Padre Estevão de Castro...* - Acrescentado nesta segunda impressão pelo mesmo autor. Em Lisboa : por Mattheus Pinheiro : a custa de Adrião de Abreu, 1627.

GANDAVO, Pero de Magalhães ? - 1579. Tractado da terra do Brasil no qual se contem a informação das cousas que há nestas partes feito por P.^o de Magalhães [manuscrito] / Pero de Magalhães [1601]. Disponível em <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>. Acessado em 15. julho .2012.

“Relatório do governador Antonio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento”. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 39, p. 197-200. 1917. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_039_1917.pdf . Consultado em: 15. julho. 2012.

Obras de Referência:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728*. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>. Consultado em 15. julho. 2012

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo. Comissão do IV Centenário de São Paulo. 1954.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>. Consultado em: 15.julho. 2012.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. (1744-1822). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam* / Publicado em Beneficio da Litheratura Portugueza Por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo. - 2^a ed. revista, correcta e copiosamente addicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. - Lisboa : A. J. Fernandes Lopes 1865. 2 volumes. Disponível em: <http://purl.pt/13944>. Consultado em: 15. julho. 2012.

Livros e artigos

Livros e artigos.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800)*. 6ª edição revista e anotada. Brasília: INL, 1976.

ABRAHÃO, E. M. *Mobiliário e utensílios domésticos dos lares campineiros (1850 – 1900)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2008.

ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese de doutoramento, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

ALCANTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. Imprensa Oficial. São Paulo, 2006. Coleção Paulística.

ALMEIDA, Ângela Mendes de “Os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 9, nº. 17. set.88/ fev.89, pp. 191 – 207.

APPADURAI, Arjun (org). *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa - Atitudes e Representações – 1700 – 1830*. Lisboa. Notícias editorial, 1997.

ARIES, P. CHARTIER, R. (org). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo. Companhia das Letras, 1991

ARIES, P. *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro. F. Alves, 1981. Coleção Ciências Sociais.

_____. *História da morte no Ocidente*. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro. Ediouro, 2003.

ASSUNÇÃO, Paulo. Cidade de São Paulo no período colonial: as cartas jesuíticas. IN: **Integração**. Jul / Ago / Set . 2007. Ano XIII, nº 50, p. 205 – 218. Disponível em: ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/205_50.pdf. Acessado em 05. Abr. 2012.

AUGUSTO, Isabel, T. C. *Entre o ter e o querer: domicílio e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas / SP. 2007.

BARROCA, Mario Jorge. “Medidas – padrão medievais portuguesas”. **Revista da Faculdade de Letras: História**, série II, Vol 9, 1992, p. 53 – 86.

BARROS, M. *Nossa Senhora do Ó*. Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Divisão do Arquivo Histórico. Série História dos Bairros de São Paulo. Vol. 13.

BASSO, Rafaela. *A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho? (1650 – 1750)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas / SP. 2012.

BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. 4ª edição revista, aumentada e definitiva. São Paulo: Edições Melhoramentos, sem data. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0380.htm>. Consultado em 13. 04. 2012.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras Ultramarinas e o governo do Império. IN: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F. e GOUVÊA, M. F. S. (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 189 – 221.

_____ ; FRAGOSO, J. ; GOUVÊA, M. F. S. . Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. **Penélope** (Lisboa), Lisboa, v. 23, p. 67-88, 2000.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681 – 1721)*. São Paulo: Humanitas, FFLCH, Fapesp, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida. M. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711 – 1765)*. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

BOUCHER, François. *História do vestuário no Ocidente das origens aos nossos dias*. Tradução de André Telles. São Paulo. Cosacnaify. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (Português de Portugal). 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *O senso prático*. Tradução de Maria Ferreira. 2ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV – XVIII*. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. 1: Arraial de sertanistas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1953.

- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do museu paulista**. São Paulo. Nova Serie. Vol. 17, n. 2, dez. 2009, pp. 251 – 194.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra. 2003.
- CARRERA, M. SURYA, L. Similitudes das morfologias espaciais entre o urbano e o rural colonial brasileiro. IN: **Clio** - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-2, 2008, pp. 363 – 374.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870 – 1920*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo / Fapesp. 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 15ª edição.
- CHAMOM, Carla Simone. “O bem da alma: a terça e a tercinha do defunto nos inventários do século XVIII da Comarca do Rio das Velhas”. IN: **Varia História**. Belo Horizonte, nº 12, Dezembro/ 1993.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa. Difel, 1988, 2ª edição.
- CHATAIGNIER, Gilda. *Fio a fio: moda e linguagem*. São Paulo. Estação das Letras Editora, 2006.
- CORREA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: ALMEIDA, Ângela (org). *Colcha de Retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. “Why we need things”. In: LUBAR, Steven and KINGERY, W. David. *History of things: essays of material culture*. Washington: The Smithsonian Institution, 1993. P. 20 – 29.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª Ed. Revisada. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- DOUGLAS, Mary. ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Tradução Plínio Dentzien. 1a. ed. 2a. reimpressão. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- DRUMMOND, Marco Aurélio. *Indumentária e cultura material: produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711 – 1750)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*, seguido de, *Envelhecer e morrer*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zaar Ed., 2001.

ELLIS JR., Alfredo. *O bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano. Pesquisa nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos Governos Estadual e Municipal*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1934. 2ª edição. (primeira edição de 1924)

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo. Hucitec, 1997.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília. D.F: Iphan/ Programa Monumenta, 2009.

FRANCO, Carlos. *O mobiliário das Elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa. Livros Horizonte, 2007.

FREITAS, Ludmila Gomide. *A Câmara Municipal da Vila de São Paulo e a escravidão indígena no século XVII (1628 – 1696)*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2006.

GOSDEN, C. *Archaeology and colonialism: cultural contact from 5000 b. C to the present*. United Kingdom. Cambridge University Press, 2004.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*. Dissertação de mestrado. São Paulo. USP, 1986.

HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994. 3ª ed.

_____. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, 1966, p. 54-111.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria. “Comunidad, red social y elites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Regimén”. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria (director). *Elites, poder y red social. Las elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna (Estado de la cuestión y perspectivas)*. Bilbao. Servicio editorial, Universidade del Pais Vasco, 1996, pp. 13 – 50.

IMIZCOZ, José Maria. “Actores, redes, processos: reflexiones para uma história más global”. In: *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, III série, vol. 5, 2004, p. 115 – 140.

KOLER, Carl (1825 – 1876). *História do Vestuário*. 3ª ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2009.

KUZNESOF, E. A. “A família na sociedade Brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700 – 1980)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 9, nº 17, p. 37 – 63. Set.88/Fev. 89.

LAYER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. Capítulo final por Christina Probert. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa. Editorial Estampa, 1995. 2ª edição.

LEANZA, Débora D’Almeida. *Entre a norma e o desejo: os filhos ilegítimos na sucessão patrimonial (Vilas de São Paulo e Santana de Parnaíba – século XVII)*. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas. 2000.

LEMOS, Carlos Antonio C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LIMA, Tânia Andrade. “Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista”. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Nova série. Vol. 5. Jan. / Dez. 1997, pp. 93 – 127.

_____. “Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX”. In: **Anais do Museu Paulista**. Nova Série. Vol. 3. Jan./ Dez.1995, p. 129 – 191.

MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada. Significados econômicos e sociais de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga. 1648-1682*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. “A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. IN: *Terra Paulista. Histórias. Arte. Costumes*. Vol.2: Modos de vidas dos Paulistas: identidades famílias e espaços domésticos. São Paulo. CENPEC. Imprensa Oficial. 2004, pp. 89 – 190.

MARTINEZ, Claudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba / MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000, p. 116.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A cultura material no estudo das sociedades antigas”. In: *Revista de História*. Nova Série. Número 115, Julho / Dezembro, 1983, pp. 103 – 117.

MOL, C. C. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750 – 1800)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Ciências Humanas, Letras e História. Belo Horizonte. MG. 2002.

MONTEIRO, John Manuel. “Celeiro do Brasil: escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVII”, em *História*, n. 7, 1988, p. 1 – 12.

_____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORSE, Richard. M. *Formação Histórica de São Paulo (De comunidade à Metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 2ª ed. 1970.

NAZZARI, Muriel. “Dotes paulistas: composição e transformações (1600 – 1870)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 9, nº. 17, pp. 87 – 100. Set.88/ Fev. 89.

_____. *O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 – 1900*. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716 - 1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001

PAIVA, Eduardo França. Frágeis fronteiras: relatos testamentais de mulheres das Minas Gerais setecentistas. In: *Anuário de Estudos Americanos*, 66, 1, enero – junio. Sevilla (Espana), 2009, p. 196.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy e LANGUE, Frédérique (org). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2007

PORTA, Paula. (org). *História da Cidade de São Paulo*. Vol.1: A vila colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REDE, Marcelo. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. IN: **Anais do Museu Paulista**. Nova Série. Vol. 4, Jan. / Dez. 1996, p. 265 – 282.

REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, F. V. A. *Poder local e patrimonialismo: A Câmara Municipal e a concessão de terras urbanas na Vila de São Paulo (1560 – 1765)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro*. Arquivo Nacional, 2005;

_____. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1997. (Coleção Biblioteca carioca; vol. 43. Série Publicação Científica)

SAMARA, Eni de Mesquita. “A família no Brasil: história e historiografia” . In: **História Revista**, 2 (2). Jul./dez., 1997, pp. 7 – 21.

_____. “A História da Família no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol.9, nº. 17, pp 7 – 35.

SAMPAIO, Theodoro. São Paulo de Piratininga no fim do século XVI. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Vol. 4, 1898 -1899, p. 257 – 278.

SARTI, Raffaella. *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*. Tradução: Isabel Teresa Santos. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

SCARATO, Luciane Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733 – 1783)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/ SP. 2009.

SILVA, Camila Borges da. *O símbolo Indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

_____. (org). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Marilda Santana da. *Dignidade e transgressão: mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748 – 1830)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. *Poderes locais em Minas Gerais Setecentista. A Representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760 – 1808)*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e (org). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1 da coleção História da vida privada no Brasil, coordenada por Fernando Novaes. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

_____. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras. Bauru: Edusc, 2009.

STUMPF, Roberta G. “Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais”. IN: **Almanack**. Guarulhos. Nº 1, p. 119 – 136. 1º semestre de 2011.

VOVELLE, M. *Ideologias e Mentalidades*. Trad. Maria Julia Cottvasser. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1991. 2ª ed.

_____. *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort u XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris. Gallimard, 1974;

_____. *Piété Baroque et déchristianisation. Attitudes provençales devant la mort u siècle dès lumières*. Paris, Plon, 1973.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. 2005